



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 23

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 1 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de fevereiro do ano em curso, às 21:30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 31, de 1959, no Senado Federal e nº 2.182-B, de 1963, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

AURO MOURA ANDRADE

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EM 31 DE JANEIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Lobão da Silveira.
Siegfredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Dinarte Mariz.
Ruy Carneiro.
Heribaldo Vieira.
Aloysio de Carvalho.
Milton Campos.
Pedro Ludovico.
Adolpho Franco.
Melo Braga.
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos.
Guido Mondin. — 19.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de, apenas, 15 Srs. Senadores. Não há número para a abertura da sessão.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 3 de fevereiro de 1964

(Terça-feira)

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 4 de 1960 que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões" tendo Parecer número 855, de 1963, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados

(nº 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808 de 1963 das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde favorável.

4

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61 na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único do Requerimento nº 1.205, de 1963 pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do art. 326, nº 5-b do Regimento interno, para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Polícia Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de

1963 (de autoria do Sr. Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre a renúncia a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob ns. 743 e 744; de 1963, das Comissões de:

— Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ e de

— Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14 de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 843, 844 e 845 de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

8
Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.*

9
Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-c do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10
Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns.: 758 e 759 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11
Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12
Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns.: 819, 820, 821

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES **FLORIANO GUIMARÃES**

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

A S S I N A T U R A S

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

13
e 822, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

14
Votação, em turno único do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a

Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.
(Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos)

Expediente Despachado

GABINETE DO SENADOR LINO DE MATTOS.

Sr. Presidente,
Tenho a honra de comunicar a Vossa Mesa do Senado Federal que, atendendo a designação de Vossa Excelência, irei ausentar-me do Brasil, durante 10 dias, a fim de participar da III Conferência Interparlamentar Americana, a realizar-se na Capital dos Estados Unidos da América do Norte.
Sala das Sessões, 31 de janeiro de 1964. — Lino de Mattos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

O Primeiro Secretário, nos termos do art. 91, item II, da Resolução nº 6-60, deferiu em 20 de janeiro do corrente ano, o requerimento de Rubens do Prado Leite, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-3, solicitando prorrogação de 30 dias para entrar em exercício de suas funções, a partir de 16 de janeiro de 1964.

Secretaria do Senado Federal em 27 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Ato do Diretor-Geral

PORTARIA Nº 5-64 DE 27 DE JANEIRO DE 1964
O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-10, para ter exercício na Diretoria do Pessoal.
Secretaria do Senado Federal em 27 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

transcrição, nos Anais do Senado, de declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

14
Votação, em turno único do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvio Pericles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Eui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Catete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guilfo Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Mates (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Mates	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLICONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abraão.

Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Costeja Bracco.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	2. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Marcelas de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mde Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Ebastião Archez	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Edmundo Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — Sem legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
 - José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
 - José Ermírio — Relator — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRÍCOLA PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
 - Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
 - José Ermírio (Presidente) — PTB.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
 - Atílio Fontana — PSD.
 - Eugênio Barros — PSD.
 - José Ermírio (Relator) — PTB.
 - Bezerra Neto — PTB.
 - Melo Braga — PTB.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - Milton Campos (Presidente) — UDN.
 - Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - José Ermírio — PTB.
 - Irineu Bornhausen — UDN.
 - Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — Sem legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB.
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
 - Heitor Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Cerdeira — PSP
 - Juarez Távora — PDC.
 - Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

1) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedito Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 367-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.

Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.

Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. Leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.

Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Stanbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.

Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.

(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62
Prorrogada:
- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSERIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.
Prorrogada:
- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23.4.63) - UDN
Amaury Silva (23.4.63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63
Prorrogada:
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATERIA DA COMPETENCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Humberto Nêder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrado Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Giuberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrado Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)

Designada em 22.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda.
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).
- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 23 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Atílio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurélio Vianna - PSD
Senador Aguiar - Legislativo,
Pr.º - Nay Passos Dantas.

Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 24

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIAÇÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 31, de 1959, no Senado Federal e nº 2.182-B, de 1963, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964
AURO MOURA ANDRADE

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EM 3 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA.

As 14h 30m acham-se presentes os Srs. Senadores:
Adalberto Sena,
Menezes Pimentel,
Melo Braga,
Guido Mondim,
Mem de Sá (5).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de, apenas, cinco Senhores Senadores. Não há número para a abertura da sessão. Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 4 de fevereiro de 1964

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado nº 4 de 1960 que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões" tendo parecer número 355, de 1963, da Comissão le-

Redação ofereceu a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo pareceres, sob ns. 806 a 808 de 1963 das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitutividade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde favorável.

4

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3 498-B-61 na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885 de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único do Requerimento nº 1.205, de 1963 pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Bartos Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do art. 326, nº 5-b do Regimento interno para o projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83 de 1963 (de autoria do Sr. Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de

rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências tendo pareceres sob ns. 743 e 744; de 1963, das Comissões de:

— Constituição e Justiça favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ e de
— Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14 de 1963 (nº 5-B, de 1963 na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis sob ns. 842, 843, 844 e 845 de 1963 das Comissões:
— de Constituição e Justiça;
— de Legislação Social;
— de Relações Exteriores; e
— de Saúde.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício) Silvefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder

do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-b do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1963 de autoria do Senhor Senador Nelson Janer, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Abolição da Escravidão no Brasil tendo pareceres favoráveis sob os ns. 751 e 752 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 1, de 1964 de autoria da Comissão Diretora, que propõe a Taquigrafia-Revisora Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a

inscrição, nos Anais do Senado, de declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a inscrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, presidente da Petrobrás S. A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos

Expediente despachado

Avisos — do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores:
 Nº G-2.226-B, de 9 de dezembro de 1963 — Comunica que a Mensagem sobre o Projeto do Código de Constitucionalidade da União foi encaminhada à Câmara dos Deputados;
 Nº G-2.267-B, de 17 de dezembro de 1963 — Transmite informações prestadas pelo Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações contra a Fazenda Nacional, em atenção ao Requerimento nº 761-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.
 Republica-se por ter saído com incorreções, no Diário do Congresso — Seção II — no dia 17 de dezembro de 1963.

Requerimento

Nº 1.207, de 1963

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre o alargamento de bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de Valença.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Requero na forma regimental seja solicitada ao Ministério da Viação e Obras Públicas a seguinte informação:

Motivos que estão entervando a mediata execução do plano de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

Valença, um dos mais prósperos municípios do interior fluminense, processa a quase totalidade de seu comércio econômico com as regiões vizinhas através da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Todavia o chamado ramal de Valença, pelas suas deficiências técnicas, há muito tempo deixou de atender satisfatoriamente às necessidades do comércio transformando-se até mesmo em fator limitativo do progresso do município fluminense.

Houve durante algum tempo, esperança de que as coisas mudassem quando foi anunciado pela Rede Ferroviária Nacional o plano de modernização do ramal incluindo o alargamento de sua bitola.

Os fatos, entretanto, daí para cá não confirmaram as promessas e as esperanças. E, ultimamente, até mesmo o material rodante de melhor qualidade com que contava a linha de Valença foi transferido para outros setores da Rede sem qualquer explicação aos usuários da ferrovia residentes naquela cidade.

Na verdade, as decisões que vão sendo tomadas pela Rede Ferroviária não mais surpreendem a ninguém.

TRECHO DA ATA DA 1ª SESSÃO EM 16 DE DEZEMBRO DE 1963, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA, QUE SE REPRODUZ, POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. — SEÇÃO II — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1963 A PÁGINA 3.934 — COL. 1.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

É lido o seguinte:

Requerimento
Nº 1.208, de 1963

Requeremos urgência nos termos do art. 326, nº 5-B, do Regimento Interno para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, de autoria do Senador Cortez Pereira, que concede anistia aos membros de Força Policial do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1963. — Arthur Virgílio — Barros Carvalho — Lino de Matos.

Republica-se por ter saído com incorreções, no Diário do Congresso Nacional — Seção II — do dia 17 de dezembro de 1963 — página nº 3.934 — col. 3.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento
Nº 1.209, de 1963

Requero adiamento da votação do Requerimento número 1.205, de 1963, para o dia 16 de janeiro de 1964.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1963. — Arthur Virgílio.

Republica-se, por ter saído com incorreções, no Diário do Congresso de 18.12.63 — Seção II.

Requerimento
Nº 1.210, de 1963

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e Comércio, sobre a existência de plano de extinção de usinas de açúcar.

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Senhor Presidente:

Requero, na forma regimental, seja solicitada ao Ministério da In-

dústria e Comércio a seguinte informação:

— Se o Instituto do Açúcar e do Alcool tem, elaborado ou em processo de elaboração, algum plano de trabalho que importe na extinção imediata ou gradativa de algumas usinas de açúcar, entre as existentes em Pernambuco e no Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

A importância econômica e social da agro-indústria do açúcar na vida do país é de todos conhecida.

Em torno do engenho e da usina no Nordeste e na Terra Fluminense, tem lugar desde a madrugada colonial de nossa história, um dos mais ricos e coloridos processos de civilização que integram o quadro maior da cultura brasileira.

Primeiro, foi o engenho, acionado pela força animal ou hidráulica, com todas as suas limitações mecânicas e econômicas. Depois, implantadas as usinas, cada uma delas passou a moer a cana que anteriormente alimentava dezenas ou centenas de engenhos.

É verdade que, com raras exceções, as usinas pernambucanas e fluminenses pouco evoluíram do ponto de vista técnico, desde sua fundação. Os equipamentos obsoletos continuaram em uso pelo tempo afóra, comprometendo a produtividade das fábricas onerando os custos e gerando graves problemas de sobrevivência da indústria.

Para encaminhar a solução desses problemas foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool cuja política como ninguém ignora, consistiu durante anos em garantir com o emprego de diferentes medidas, merca-

tamento novo, na sua área de ação, econômica das velhas usinas.

Em vez de preparar as fábricas para a situação nova, para a competição no mercado interno e externo a diretoria adotada consistiu em sacrificar o consumidor nacional e as possibilidades de exportação a favor do imobilismo parasitário da indústria. O benefício de poucos custou, nesse caso o sacrifício de muitos e do próprio Brasil.

A dinâmica dos fatos, todavia alterou o quadro existente forçando a autarquia açucareira a um comportamento novo, na sua área de ação. O primeiro fato, por exemplo entre os que influíram na mudança, foi a alta produtividade revelada pelas fábricas de açúcar instaladas em São Paulo, nos últimos anos tornando difícil a manutenção de uma política de preços já então contraditória com a realidade do mercado interno.

O segundo fato, foi a revolução cubana e suas implicações no que se relaciona com a saída de Cuba do seu antigo lugar de grande fornecedor de açúcar dos Estados Unidos.

As maiores solicitações do mercado interno — onde o consumo de açúcar está crescendo em função da elevação do nível econômico das populações — e, também, as maiores solicitações do mercado externo, onde o açúcar cubano foi substituído pelo produto do Brasil e de outros países estão assegurando colocação imediata e compensadora para toda a nossa produção açucareira originária das velhas e das novas usinas do país, trabalhando todas elas agora, no limite máximo de sua capacidade industrial.

Pressionada, creio, por essa situação nova, a autarquia açucareira parece haver abandonado sua antiga posição de organismo repressor da expansão da indústria açucareira, assumindo o papel mais progressista e mais simpático de estimulador dessa expansão, sobretudo com vistas a aumentar o volume da produção nacional e a tornar essa produção competitiva no mercado internacional.

Até aí só tenho razões para aplaudir o Instituto. Mas informações não oficiais existem a propósito de uma política que estaria sendo por ele programada, para gradativa concentração das usinas eliminando aquilo que estaria sendo considerado a pluralidade anti-econômica das fábricas.

Ora, temos boas razões para temer consequências danosas ao interesse público quando passa a prevalecer em qualquer setor da administração pública certos pontos de vista emanados de uma indesejável ciência econômica do gabinete.

O exemplo, aí presente da política de extinção de ramais ferroviários deficitários é uma perfeita demonstração da inconveniência de decisões que se baseiam em raciocínios científicos, que não levam na devida conta o interesse real do tripulante de toda e qualquer estrutura existentes sobre a face da terra: o elemento humano.

A extinção que viesse a ser perpetrada, de qualquer usina de açúcar embora apoiada em razões econômicas de aparente lógica, seria no sentido prático, de todo prejudicial às populações e a região relacionadas com a fábrica.

Para assumir, exatamente a posição de luta que se confirmada — a ameaça reclama, é que desejo ouvir sobre o assunto a palavra autorizada do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, sobre o assunto.

Sala das Sessões, em... de dezembro de 1963. — Vasconcelos Torres.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculân (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvia Pérciles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

Titulares	Diretores
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilio Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral

Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeir dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermírio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculân (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cld Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15:00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculân (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermírio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cld Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Julio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

POLICONA DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Julio Leite
Aurélio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.

Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jusá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guionard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcas de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mde Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
- Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.181, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAIS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 603-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- Jose Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.

Julio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5as feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Julio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- José Ermirio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Julio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — Sem legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
- Leite Neto — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- Argemiro de Figueiredo — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- João Agripino — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
- Aderbal Jurema — PSD.
- Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
- Heitor Dias — UDN.
- Doutel de Andrade — PTB.
- Arnaldo Cerdeira — PSP.
- Juarez Távora — PDC.
- Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente).
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Alonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.133-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 600-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Agemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Reg. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EDENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63). — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62
Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTF
Nogueira da Gama — PTF
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:
— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN
Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Guberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

- Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

() Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)
Designados em 23.4.63.

Prorrogada:
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Humberto Nader — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTF
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INZLEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTF
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Guberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTF
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PTF

- Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11 de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 — Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 654-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).
— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson da Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 10 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) — Partidos
Jefferson da Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Atílio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB

- Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 25

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIAÇÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º n.º IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 31, de 1959, no Senado Federal e n.º 2.182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

AURO MOURA ANDRADE

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRA ORDINÁRIA DA 5ª LEGISLATURA

ABERTURA DA 24ª REUNIÃO, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores: Melo Braga, Joaquim Parente, Adalberto Sena, Nogueira da Gama, Afonso Arinos, Menges Pimentel, Mem de Sá e Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o comparecimento de oito Srs. Senadores. Não há número para a abertura da sessão.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 5 de fevereiro de 1964

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de

1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões" tendo Parecer número 855, de 1963, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em

Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808 de 1963 das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de: Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do art. 326, n.º 5-b do Regimento interno, para o projeto de De-

creto Legislativo n.º 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 83 de 1963 (de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob ns. 743 e 744; de 1963, das Comissões de:

— Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de n.º 1-CJ e de

— Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14 de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção

relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 843, 844 e 845 de 1963, das Comissões
 — de Constituição e Justiça;
 — de Legislação Social;
 — de Relações Exteriores; e
 — de Saúde.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

Votação em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Silvefreda Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do art. 326, 5-c, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 137, de

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 78,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de

1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964 pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PIB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Sívio Pércles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Partidos	Diretor
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Camilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Cattete Pinheiro	PTN	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeir dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhauser	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLÍGONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PLD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcas de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dibrarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes-Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mdé Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Azeite	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS**A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR**

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.169-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S.legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs-feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S.legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO**I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61**

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem. de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

- Membros (16) — Partidos Menezes Pimentel — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1964) — PSD. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN. Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. Silvestre Péricles — PTB. Vivaldo Lima — PTB. Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

- Membros (16) — Partidos Menezes Pimentel — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Daniel Krieger — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN. Lopes da Costa — UDN. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB. Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB. Vivaldo Lima — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros (16) — Partidos Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD. Daniel Krieger (Relator) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Rui Palmeira — UDN. Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB. Barros Carvalho — PTB. Argemiro de Figueiredo — PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

- Membros (16) — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

- Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Miguel Couto — PSP. Cattete, Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1, 62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1962.

- Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN. Daniel Krieger — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Aarão Steinhilber — MTR.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

Menezes Pimentel — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 791-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5 62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD. Menezes Pimentel — Presidente. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN. Daniel Krieger — UDN. Vaga do Senador Pinto Ferreira. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO)

Eleita em 13.9.63

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN
Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Giuberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Cabral (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — PTB
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfrado Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfrado Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PSD

Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda.
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIDAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 — Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 23 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Atilio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (11.63) — Vice-Presidente — PTB

Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN

Aurélio Vianna — PSB
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 26

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 25ª REUNIÃO, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA DO SR. ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Zacharias de Assumpção
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Ermirio de Moraes
Heribaldo Vieira
Afonso Arinos
Nogueira da Gama
Guldo Mondim
Mem de Sá (11).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Não há número para a abertura dos trabalhos.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 6 de fevereiro de 1964

(Quinta-feira)

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-63, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960,

que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos, do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963 originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo pareceres sob números 806 a 808, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade jurídica; Relações Exteriores, favorável, e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963, (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis sob os números 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Arthur Virgílio (Líder da Maioria) e Luiz de Matos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar

o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os números 743 e 744, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-C.I. e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963, (nº 5-B, de 1963, na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Convenção, tendo pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Relações Exteriores e de Saúde.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963,

de autoria do Sr. Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os números 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

14

Votação em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

(Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos).

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Attilio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amáury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pérciles	
Artur Vargílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Partidos	Suplentes
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Camilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Catete Pinheiro	PTB	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeir dos Santos.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Attilio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guomard	PSD	4. Josaphat Marinho
Jose Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amáury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Attilio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amáury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
Jose Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
Jose Guomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amáury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
Jose Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abraão.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. Jose Guomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
Jose Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcas de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17:00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigfredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Alycio de Carvalho	PL	1. Me mdé Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Alycio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josaphat Marinho — Slegenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermírio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 579-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sen-

hor Senador Sigfredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigfredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermírio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermírio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.
- Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 732-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigfredo Pacheco — PSD.
- José Ermírio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — Slegenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
 - Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigfredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB.
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
 - Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
 - Heitor Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Cerdeira — PSP.
 - Juarez Távora — PDC.
 - Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Alycio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Me mdé Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE FAVOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DA MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVA O ESTABELECIMENTO O REATAMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961; — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-65, apr. em 10 de dezembro de 1963. Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962. Membros (16) — Partidos Menezes Pimentel — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN. Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Vivaldo Lima — PTB. Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961; — até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos Menezes Pimentel — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Daniel Krieger — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN. Lopes da Costa — UDN. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB. Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB. Vivaldo Lima — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 600-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961; — até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Filinto Müller — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD. Daniel Krieger (Relator) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Rui Palmeira — UDN. Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB. Barros Carvalho — PTB. Argemiro de Figueiredo — PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962. — até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963. Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Miguel Couto — PSP. Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962. — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PS. Menezes Pimentel — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN. Daniel Krieger — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1963. — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PS. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Leite Neto (23.4.63) — PSD. Menezes Pimentel — Presidente. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Josaphat Marinho (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN. Daniel Krieger — UDN. Vaga do Senhor Pinto Ferreira. Eurico Rezende (23.4.63) — UDN. (26.4.63) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Fecha em 13.9.62
Prorrogada:
- até 15.12.63 pelo Requerimento 90-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.153-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Aurelio Vianna - UDN
Josephat Marinho - (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Julio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1954).

Fecha em 6.12.62.
Prorrogada:
- até 15.12.63 pelo Requerimento 145-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 145-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Raul Guberti - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Pereira Valadres - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Lobão da Silveira - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23.4.63) - UDN
Aurelio Vianna (23.4.63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Guberti - PSP

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRANSFERE PARA O SENADO O PODER DE PROMOVER E REVOGAR O ESTADO-MEMBRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL).

Fecha em 2.12.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.159-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josephat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63.
Prorrogada:
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Aurelio Vianna - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Euzébio de Almeida - PL
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josephat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 19 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Vaga do Senador Eduardo Cavalcanti (Sem Legenda) - PTB
Vaga do Senador Fernando Assmar - PSD
Eurico Rezende - Relator - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josephat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONDICIONA O EXERCÍCIO DOS PODERES PÚBLICOS)

Designada em 20.5.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josephat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONTRIBUIÇÕES)

Designada em 31.5.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Humberto Medeiros - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josephat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INTELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento nº 1.155-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrido Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josephat Marinho - Sem Legenda
Raul Guberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSPARENCIA PARA A RESERVA DO FUNDO PÚBLICO QUE SE CARACTERIZA A CASO LAMAYO).

Designada em 2.10.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrido Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josephat Marinho - Sem Legenda
Julio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63.
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josephat Marinho - Relator - Sem Legenda.
Aurelio Vianna - PTB
Julio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO DE INQUÉRITO Nº 1 A 15.12.64 COMPOSTA POR 10 SENADORES, DO REGRAMENTO DO SENADO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos direitos de concessão das obras de serviços públicos e a importação de chumbo de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculán e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 653-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).
- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculán - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josephat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos.

Criada pela Resolução número 31 de 1963, aprovada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim do ano legislativo de 1963.

Prorrogada por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento nº 1.181-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.10).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Abílio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Aurélio Vianna - PTB
Bezerra Neto (3.11.63) - Vice-Presidente - PTB

- Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurelio Vianna - PSD
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL 9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 32, de 1963, para apurar irregularidades no Departamento dos Correios e Telégrafos.

ANEXO A ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 28.11.63, AS 20.40 HORAS, E PUBLICADA NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, SEÇÃO II, DO DIA 4.12.63.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Departamento dos Correios e Telégrafos.

A palavra continua com o Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se o depoente tem conhecimento do Boletim Informativo nº 2 da Associação dos Servidores Postais Telegráficos do Distrito Federal.

(procede à leitura do Boletim)

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — (examina o Boletim) — Tomei conhecimento deste Boletim, dado o fato que ele encerrava, e mandei abrir uma sindicância. Mas ficou comprovado que não houve nenhuma falta feita em carro oficial, em local oficial, e se trata exclusivamente de uma hipótese forjada para com um Delegado aqui de Brasília.

Só por esta razão e como se trata de um documento que não pode sofrer nenhuma contestação, porque não tinha assinatura, e também não se passou na área administrativa, nada mais tinha que fazer do que não dar importância, porque não passava de uma intriga forjada. E nada havia de punir, porque o fato não ocorrera.

O SR. EURICO REZENDE — (ditando)

"que tomou conhecimento da existência e circulação do Boletim constante de fls. 193, determinando a abertura de sindicância e, como nesta ficou apurado, não houve qualquer punição, esclarecendo mais ainda não ter dado maior importância ao boletim em virtude de falta de autenticidade".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pergunto se ele teve conhecimento do Boletim de fls. 194 da Associação, em que esta faz acusações, também, aos Srs. Massilon Nobrega, Jair Tertuliano, Dalmo Gaspar e outros?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Eu tomei conhecimento desse boletim, porque sou homem ligado a todos esses movimentos classistas que existem no Departamento. Entretanto, reconhecendo que há um processo em formação das pessoas ainda despreparadas para esse tipo de luta, entendo que essas declarações, ainda que deformadas, são perfeitamente toleráveis, e como não trazem assinatura não tem autenticidade. Vamos fechando os olhos enquanto não encerrarmos nada de verdadeiro; são ditos de um lado, ditos de outro, e assim vai se processando o desenvolvimento do pessoal.

O SR. EURICO REZENDE (dita) — "... que tomou conhecimento do boletim constante de fls. 194; que relativamente ao assunto nele versado tem a esclarecer que é um elemento afinado com as lutas classistas e, por isso, tem sobre o mesmo a devida compreensão; que, igualmente, não deu maior importância ao documento em virtude da ausência de autenticidade".

ATA DAS COMISSÕES

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — No boletim seguinte, aliás de número um, da Associação dos Servidores Postais, além do título "Traição", outra vez, a respeito da questão das casas, há uma notícia mais grave intitulada: "Farra grossa dos chefes", nos seguintes termos:

"Falta grave, que deve ser denunciada, foi ocorrida na Estação de Paragem, do D.C.T., perto de Sobradinho. O Sr. Delegado Regional Flávio Machado dos Santos comandando os subordinados em flagrante desrespeito à família de um colega residente naquele local, ferrou até de madrugada, pondo seriamente em perigo o funcionamento daquela Estação, com resultado imprevisível para o papel que desempenha no D.C.T. de Brasília.

A respeito é bom frisar que um servidor foi obrigado, sob pena de ser punido se não ligasse o motor de luz a fim de que os bons moços farrassem às claras. E tudo com veículo oficial, com gasolina oficial, com pessoal oficial.

Enquanto tal ocorre, servidores que trabalham até altas horas no setor terrestre têm que voltar para suas casas a pé porque não existe condução da repartição.

O novo Ministro da Viação mande apurar a verdade sobre o que é acima exposto, e o que desejem os bons funcionários do D.C.T."

Se, igualmente, o Cel. Dagoberto Rodrigues tomou conhecimento do boletim.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Tomei conhecimento e sobre o mesmo tenho a mesma resposta dada ao anterior. Abri sindicância, tratava-se de um batizado, um aniversário, o rapaz foi à Sobradinho para essa festa.

O SR. EURICO REZENDE — Mas ele falou em "bruta ferra".

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Ficou apurado que não houve ferra, foi uma festa de batizado, e os outros se aproveitaram desse fato — o que aliás é bem comum na vida brasileira — para se valer disso fazendo uma intriga. Foi o que fizeram.

O SR. EURICO REZENDE (dita) — "... que, do mesmo modo como nos casos anteriores, tomou conhecimento do boletim constante das fls. 195, determinando abertura de sindicância e apurou que a alegada "bruta ferra do Sr. Flávio" foi apenas a sua participação, em condições normais, numa festa de batizado, tendo, porém, o fato sido exagerado pelos colegas que se antipatizam com o referido Flávio; que, esclarecendo a resposta anterior, tem dizer que o evento ali mencionado foi a comemoração de um aniversário ou de um batizado, não se recorda bem".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Coronel Dagoberto, pode V. Sa. informar se há um comando unificado que orienta a ação classista, unindo essas duas Associações — Associação e a União — que tem como Presidente, em Brasília, o Sr. José Meio?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não sei se dá este comando unificado com estatutos, regras estabelecidas, mas é de se desejar que se estabeleça a união entre esses grupos, que vivem em disputas permanentes.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Todos nós desejamos união, harmonia, solidariedade e paz, mas no caso indagação se há um comando, uma atuação global dessas duas associações sob essa denominação: "Comando Unificado".

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, desconhecia essa designação. Não é do meu conhecimento a existência de comando unificado.

O SR. EURICO REZENDE (continuando)

"... que não é do conhecimento do depoente a existência de um comando unificado das associações civis vinculadas ao pessoal do D.C.T., mas o declarante reconhece ser desejável a sua criação...".

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — A união, porque aí comando já querem dar outro sentido.

O SR. EURICO REZENDE (continuando)

"... digo, a união da classe..."

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, desejava saber se S. Sa. teve conhecimento do Boletim nº 1 de fls. 203 "ASPT — Distrito Federal e UBSPT — Distrito Federal... lutar enquanto é tempo pelos apartamentos... todas as assembleias... do Sindicato dos Bancários".

Pediria que S. Sa. lesse o texto desse boletim onde são feitas as críticas ao descumprimento de promessas feitas pelo Presidente da República para entrega dos apartamentos aos decetistas.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não tinha conhecimento desse boletim, mas lendo-o agora, não vejo crítica nenhuma, e sim um convite para uma assembleia.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Crítica no sentido salutar. Faz uma advertência, uma admoestação, solicitando solidariedade da classe para conseguir, sob pressão, os apartamentos.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — O boletim é um convite para uma assembleia.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Solicita a união da classe para esse sentido. Não faço crítica nem faço restrição ao texto do boletim. Pediria a V. Sa. me informasse.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não tive conhecimento desse boletim. Agora, como V. Exa. apreciou-o como crítica ao Governo, estou dando a minha impressão.

O SR. EURICO REZENDE (continuando)

"... que acaba de ler, e só agora o faz, o Boletim de fls. 200 e nele nada vê que possa significar crítica à Presidência da República, no que tange às reivindicações relativas à luta pela obtenção de apartamentos residenciais".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Do Boletim consta o seguinte trecho:

(lendo) "Se não agirmos com a devida brevidade, agora que estão em fase de acabamento os blocos de apartamentos mandados construir pelo Governo, nós, do D.C.T. ... Quero indagar ao Coronel Dagoberto o seguinte: qual situação desses decetistas que vieram para Brasília, transferidos para servir nesta Capital? Moram em barracos, em apartamentos? Qual a situação deles?"

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — A situação desses decetistas, como a de uma grande parte ainda de funcionários de outros órgãos do Governo, é a mais deplorável possível. Muitos deles já residiam em Brasília antes da mudança da Capital e vêm, de muitos anos, aguardando que lhes sejam dados apartamentos ou casas para residir. Há uma média, mais ou menos, de cerca de quinhentos funcionários residindo, com parentes, em casas precárias, de madeira, e até mesmo em barracos.

Como solução amenizadora, foi providenciado, através da direção do Banco do Brasil, o empréstimo das "lâminas", chamadas "lâminas" — casas de madeira que existem na Quadra 307, se não me engano, mas, mesmo assim, essas "lâminas" não per-

mitiram a acomodação de todos os decetistas desabrigados.

Vêm eles, então, morando, com famílias às vezes grandes, na esperança de lhes serem dados apartamentos. E como é do conhecimento de todos, e at; mesmo é experiência que eles têm, se não houver uma iniciativa para a reivindicação daquilo que é mais justo e humano, talvez passarão eles muitos outros meses ainda sem habitação.

Dai esse estado de desespero, de angústia, em que eles vivem, motivando esses constantes protestos e convocando, até, aglutinação deles em assembleias para, juntos, constituírem uma força maior e melhor para conseguirem aquilo que eles desejam.

A situação no momento é esta.

O SR. EURICO REZENDE (dita ao Secretário).

"quê cerca de quinhentos servidores decetistas se encontram em Brasília, em situação penosa, residindo em apartamentos de famílias alheias, em casas precárias e até mesmo em barracos, em virtude da crise residencial existente nesta Capital e que atinge, também, a funcionários de outras repartições, que para aqui vieram com a promessa de serem condignamente instalados: que, visando a amenizar essa situação, o declarante obteve a cessação das "lâminas", isto é, pequenas casas de madeira, mas essa providência foi adotada a título provisório e à proporção que o tempo passa aumenta a angústia dos decetistas que, quase desesperados, se vêm obrigados a reclamar e a promover assembleias, estudando medidas e formulando protestos, sobre o que o depoente manifesta a sua inteira compreensão".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Há quanto tempo o Governo promete entregar esses apartamentos ou casas aos decetistas e não cumpre a promessa feita? Há mais de dois anos?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Eles estão desalojados há mais de dois anos e as promessas começaram a surgir no instante em que começaram a pleitear diretamente do Governo as suas casas tão desejadas. Na minha presença não foi possível ao Governo cumprir o prometido, por razões que todos nós conhecemos, já por duas vezes, mas não de uma maneira total e sim descumpriu em parte, só concedendo uma parcela do que dava prometido.

O SR. EURICO REZENDE (dita): "que os decetistas de Brasília...".

Eles estão desalojados ou mal alojados?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Mal alojados.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Eles estão precisamente alojados, porque moram em lojas.

O SR. EURICO REZENDE (dita ao Secretário)

"... mal alojados há cerca de dois anos e nesse período o Governo deixou de cumprir "em virtude de razões que conhecemos" a promessa de entregar unidades residenciais a eles, limitando-se a dar soluções parciais, isto é, atendendo a 10 ou 15% do permitido".

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Qual a providência adotada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, à Presidência da República, para conseguir essas casas para os decetistas, oficiais ou audiências, tudo que tem realizado até aqui?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Além de oficiais, tenho mantido contatos permanentes com o Dr. Silvío Pedrosa, que é ultimamente o res-

ponível por esse Setor de Habitação em Brasília, e diretamente, ainda por duas vezes, com o próprio Senhor Presidente da República e com o Senhor Chefe da Casa Civil.

Mas, desde o tempo do parlamentarismo que estamos nessa luta de obtenção de casas para os decetistas, porque consideramos que é um problema sério e de grande responsabilidade.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — É muito grave.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — ... porque o cidadão que chega a casa, depois do trabalho, vê sua mulher e filhos abaixo de uma casa sem o menor conforto, ele não pode viver tranquilo.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. S.^a tem razão. Além de cometer uma injustiça o Governo esquece os seus fiéis colaboradores.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — O Governo atual não foi responsável.

O SR. EURICO REZENDE (Ditando ao 2.^o Secretário):

“que, desde o tempo do parlamentarismo, o declarante vem-se interessando, através de ofícios e de contatos pessoais, pela solução do grave problema habitacional dos decetistas de Brasília; que, quanto a contatos pessoais, além de mantê-los com o Ministro da Viação, teve-os, por duas vezes, com o próprio Presidente da República e com o Chefe da Casa Civil”.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — É que não considero o Governo atual responsável por esse problema. O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Mas, quem seria culpado, se não o Governo?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — No meu entender, não foi o Governo atual que criou Brasília.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Era e muito boa!

O SR. JOÃO ACRIPINO — O Senhor Juscelino Kubitschek é o responsável.

O SR. EURICO REZENDE (Ditando):

“que não é o Governo atual o responsável por essa carência habitacional, pois “não foi ele que criou Brasília”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Mas o Governo atual é que está construindo e entregando as novas residências aos funcionários. Portanto, só ele pode conceder as cotas a cada repartição, tanto que V. S.^a está pleiteando a concessão dos apartamentos e casas aos decetistas. Informou, ainda, que o Governo só atendeu a 10 por cento das necessidades do D.C.T. Pergunto: As novas construções, já em vias de conclusão, foram pleiteadas pelo D.C.T. e o Governo as concedeu?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Nós temos a promessa de concessão de novas casas: dessas que estão sendo concluídas também dentro de uma percentagem estabelecida, porque o Governo tem que atender a várias repartições.

O SR. EURICO REZENDE (Ditando ao Secretário):

“... que advertido pelo Senador Jefferson de Aguiar de que o Governo tem entregue unidades residenciais a servidores e autoridades de outras repartições, o declarante respondeu que a Presidência da República vem man-

tendo a promessa de resolver a situação dos decetistas”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Mantive algum entendimento com o IPASE ou a Caixa Econômica para ver se resolve esse problema diretamente.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Tive entendimento tanto com o Doutor Clidenor de Freitas, Presidente do IPASE, como com o Coronel Jofre da Caixa Econômica. Mas, infelizmente, não foi possível realizar esse entendimento, porque era necessário dinheiro para aquisição, mesmo através de financiamento e não dispúnhamos de dinheiro porque o orçamento do ano passado não previa para este exercício a aquisição de bens imóveis em Brasília.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quem devia ter dinheiro era o D.C.T.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Evidente, é ele quem vai comprar.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... para os financiamentos nos decetistas ...

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não foi possível obter.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — ... mediante aplicação de numerário do IPASE ou da Caixa Econômica, através de entendimento com o Governo, evidentemente.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Com o IPASE não foi possível, através de financiamento; com a Caixa Econômica só mediante a aquisição e para isso precisávamos ter dinheiro.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... que o declarante manteve entendimento com o IPASE e a Caixa Econômica, mas esses esforços malograram, em virtude da ausência de recursos orçamentários para atender àqueles encargos.”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O senhor pleiteou junto ao Executivo ou ao Legislativo a inclusão no Orçamento de verba destinada à realização dessa obra, que é inadiável?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Este ano tive uma luta terrível na Câmara dos Deputados, na Comissão de Orçamento, para que fossem aprovadas várias emendas, dentre elas a verba para construção de casas em Brasília, mas, infelizmente, não as vi aprovadas.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Mas não veio na proposta orçamentária apresentada pelo Governo.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — A proposta orçamentária apresentada pelo Governo sofreu alteração no DASP e foi corrigida por critérios adotados.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Qual seria a dotação que Vossa Senhoria pleiteou.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Tinha pedido para a construção de casas em Brasília para os decetistas verba da ordem de um bilhão e meio de cruzeiros, aproximadamente.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. S.^a renovou o pedido no Senado?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — O Sr. Ministro Expedito Machado comprometeu-se em acompanhar nossas emendas no Senado. Não sei se fez.

O SR. EURICO REZENDE — (Continua ditando ao Secretário).

“... que na proposta parcial que enviei ao Governo para figurar na proposta geral do Orçamento o declarante incluiu a previsão de um bilhão e meio de cruzeiros, mas o DASP cortou dita consignação, tendo então o depoente apelado para a Câmara dos Deputados, através de apresentação de emenda, tentativa que igualmente malogrou tendo o Ministro Expedito Machado se comprometido a pleitear no Senado a inclusão

da desejada dotação orçamentária.”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se teve conhecimento de que o Chefe da Casa Civil, Sr. Darcy Ribeiro, publicou uma circular determinando que as solicitações de dotações orçamentárias para o Legislativo só poderiam ser feitas mediante ofício do Gabinete da Casa Civil, o que foi realizado perante o Senado, inclusive com várias solicitações dirigidas à Comissão de Finanças do Gabinete Civil solicitando majoração.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não entendi bem a pergunta.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se o Chefe da Casa Civil, senhor Darcy Ribeiro deixou circular determinando que as solicitações de dotações orçamentárias só poderiam ser atendidas mediante ofício de S. Ex.^a

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — A qualquer das duas Casas Legislativas? Não tive conhecimento disso, mas as emendas que apresentamos na Câmara dos Deputados, auxiliados pelo Dr. Expedito Quintas, Chefe do Gabinete do Ministro em Brasília, pessoa muito experiente nessas questões orçamentárias, devem ter obedecido a essa determinação do Chefe da Casa Civil, porquanto também foram apresentadas e apreciadas na Comissão de Orçamento. Isso é o que eu sei.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando ao Secretário)

“... que o declarante não tem conhecimento de haver o Professor Darcy Ribeiro determinado em circular que as solicitações de verbas ao Legislativo só poderiam ser encaminhadas por intermédio da Casa Civil da Presidência da República; que, porém, o Dr. Expedito Quintas, representante do Gabinete do Ministro em Brasília, na qualidade de subchefe, ficara encarregado, pelo titular da Pasta, de diligenciar e apresentação das emendas e se estas foram oferecidas naturalmente, no entender do depoente, foram obedecidas as prescrições daquela circular”.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — O Sr. Coronel Dagoberto Rodrigues teve entendimentos com o Chefe da Casa Civil?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não tive entendimentos, porque ficou estabelecido que no Senado o Dr. Expedito Quintas atuaria nesse

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“... que quanto à apresentação de emendas no Senado, o declarante não julgou necessário procurar o Chefe da Casa Civil da Presidência da República porisso que o Ministro Expedito Machado havia se comprometido de cuidar do assunto ...”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, desejaria saber se o funcionário Rosa Maria Teles está lotada no Gabinete do depoente, funcionária de Serapipe, Aracaju.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — No meu Gabinete, não.

O SR. EURICO REZENDE — (Continuando)

“... que não existe no Gabinete do declarante, lotada, nenhuma funcionária de nome Rosa Maria Teles ...”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — S. S.^a poderia ver pelo exemplar que tenho aqui (exibe), de “O Funcionário Público”, do Estado da Guanabara, há a fotografia e a notícia de que Rosa Maria Teles está lotada no gabinete do Diretor-Geral. É candidata a “Miss” da U. B. S. T.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — (Lê o jornal). Sr. Senador pela fotografia, lamento que não esteja no meu Gabinete. (Riso)

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — V. S.^a não precisa lamentar, basta deixar um ato. (Riso)

O SR. EURICO REZENDE — (Continuando)

“... que, sendo exibida ao declarante um exemplar de jornal, constante de fls. 240 no qual se vê o clichê de pessoa indicada como sendo Rosa Maria Teles, o depoente reafirma que a indicada pessoa não tem lotação no seu Gabinete ...”

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — (Lifelmente, (Riso)

Sr. Presidente, agora tenho outra pasta. Desejaria saber se o Diretor Regional do D.C.T. do Rio Grande do Sul é o Sr. Bismar Borges, que sucedeu ao Sr. José Medadilha.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Exatamente.

O SR. EURICO REZENDE — (Continuando)

“... que o atual Diretor Regional do D.C.T. do Rio Grande do Sul é o Sr. Bismar Borges, sucessor do Sr. José Medadilha ...”

Em carta dirigida à “Folha da Tarde” de Porto Alegre, de 8 de outubro de 1963, o Sr. José Medadilha informa.

“Assim, mencione a serena e elevado número das encomunicações para todas as Direções, no período de 1.^o de janeiro de 1963 a 31 de agosto de 1963 em relação a igual período de 1962. Esta a correspondência na minha administração”.

São telegramas enviados por via rodoviária e via postal. Diz que houve um aumento de receitas porque as linhas não funcionam no Porto Alegre para São Paulo. De modo que o D.C.T. está utilizando as vias postais rodoviária e aérea para meter os telegramas. V. S.^a tem conhecimento desse fato?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Dêsse fato que V. Ex.^a arca de ler não tive conhecimento. É muito provável que tenha acontecido embora não seja normal que os telegramas transitem só por via rodoviária ou ferroviária. V. Ex.^a sabe que o Rio Grande do Sul sofre com atrasos temporais, provocados por verdadeiras tempestades, fazendo com que as nossas linhas, às vezes, se danifiquem completamente. Ainda há pouco com a queimada que houve no Estado do Paraná, vários trechos, quilômetros e quilômetros de nossas linhas ficaram interrompidos. De modo que, nesses momentos de crise é provável que a correspondência vá por outros meios que não o telégrafo.

O SR. EURICO REZENDE — Qual é o número da página, Senador Jefferson Aguiar?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Ainda não juntei. “Folha da Tarde” ainda não juntei. “Folha da Tarde” de 8 de outubro de 1963, páginas 31 do processo.

O SR. EURICO REZENDE — (Ditando)

“Que não tem conhecimento deste fato referido em jornal do Rio Grande do Sul, “Folha da Tarde” de Porto Alegre, segundo o qual telegramas para o daquela Regional eram transportados por via ferroviária rodoviária, mas é provável que tal aconteça em caso de interrupções temporais que causam atrasos no Estado, fato aliás, recentemente verificado no Estado do Paraná, o que determina perturbações no tráfego telegráfico normal”.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Eu pediria licença para responder a resposta, porque considero, estando diante de representantes do povo, e de homens que têm responsabilidade na vida nacional pela dotação dos meios indispensáveis

Nestas condições, pediria a V. Exa. tomasse as medidas adequadas para que o Diretor dos Correios aqui viesse para prestar esclarecimentos pessoais, ou mandarei a Comissão informação por escrito, tão logo me seja possível.

O SR. EURICO REZENDE — "... perguntado se tem notícia relativamente ao exercício de 1961, de um deficit de oito milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e dezanove cruzeiros concernentes à emissão de valores, acusado pelo Ministério da Fazenda e da responsabilidade do DCT, o deponente respondeu que qualquer esclarecimento a esse respeito poderá ser prestado pelo Diretor de Correios, não se lembrando o declarante da existência desse alegado deficit LL"

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Devo esclarecer que assumi o cargo em fins de outubro.

O SR. EURICO REZENDE (Continuando)

"... esclarecendo ainda que iniciou a sua gestão de Diretor-Geral em fins de outubro de 61..."

O SR. JOAO AGRIPINO — Sr. Presidente, desde 1961, a Contadoria do Ministério da Fazenda verificou que há esse deficit e, sendo incompreensível, pediu ao DCT que examinasse o assunto. Ai, porém, quem tem de informar é a Contadoria Secional.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, indago se S. Sa. tem conhecimento de que houve inquérito administrativo a respeito de fornecimento de conduits de porcelana ao DCT, pela firma Forbras S.A. inquérito presidido pelo Sr. Cicero Cavalcanti de Albuquerque.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Pediria ao Sr. Senador Jefferson de Aguiar que repetisse a pergunta.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se teve conhecimento de que foi instaurado um inquérito administrativo porque o *conduit* de Cr\$ 1,20 foi adquirido por Cr\$ 1.200,00, inquérito esse presidido pelo Sr. Cicero Cavalcanti de Albuquerque.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Tenho conhecimento desse inquérito porque foi, inclusive, aberto sob minha determinação e apurada a irregularidade — um roubo contra a repartição. Foi efetuada a medida cabível no caso, que, seja a devolução da importância da transação e, no expediente feito ao Ministro da Viação e Obras Públicas da época, solicitei — porque cabia ao Ministro — que a firma FORBRAS S.A. fosse tornada inidônea.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Mas o Ministro Hélio de Almeida revogou essa ordem de inidoneidade?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Infelizmente, não sei do resultado porque me competia fazer o que era de meu dever.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Realmente o *conduit* foi adquirido a Cr\$ 1.200,00 quando custava por unidade, Cr\$ 1,20?

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Sr. Senador, não ficou dito que foi aberto inquérito e que a firma devolveu o dinheiro, constatado esse roubo?

O SR. EURICO REZENDE (Continuando)

"... que, por determinação do declarante, foi instaurado inquérito para apurar a responsabilidade da firma FORBRAS S.A. a respeito de "conduits" que a mesma vendeu para o DCT, inquérito presidido pelo servidor Cicero Cavalcanti de Albuquerque e que resultou na comprovação de haver esta firma cobrado preços abusivos;

que, julgando o inquérito, o declarante oficiou ao Ministro da Viação, a fim de que na forma da lei fosse declarada a inidoneidade da aludida firma, ignorando o deponente se o mencionado Ministro revogou a nota desabonadora;"

Senador Jefferson de Aguiar quanto à diferença de 1,20 para 1.200, ele não confirmou. Coloquei "preços abusivos".

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Quero acrescentar, ainda, que sobre o mesmo fato mandei abrir processo criminal contra a firma, que está correndo no Rio de Janeiro. Aliás, pedi.

O SR. EURICO REZENDE (Ditando)

"que em decorrência do resultado do inquérito retro-mencionado, o declarante determinou ainda se promovesse a responsabilidade criminal do representante da firma aqui referida, estando o processo respectivo em andamento;"

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Se há inquérito, também, a respeito da compra e venda de caminhões, venda de pneus como sucata, roubo de pneus da garagem Postal, roubo de peças e acessórios — que se encontra na Inspeção Geral.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Esse inquérito foi aberto na Administração anterior, quer dizer, deuse na vigência da Administração de meu antecessor. Não tenho, assim, uma lembrança segura sobre as conclusões desse inquérito, mas na minha Administração nunca recebi denúncias sobre desvio de material da garagem, falta de pneus ou venda de sucata.

O SR. EURICO REZENDE (Ao Senhor Jefferson de Aguiar) — Qual é o objeto do inquérito?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — É sobre compra e venda fraudulenta de caminhões, venda de pneus como sucata, roubo de pneus da garagem postal e roubo de peças e acessórios.

O SR. PRESIDENTE — Que época foi?

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Estão retidos na Inspeção Geral os inquéritos; o Cel diz que não sabe.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Não. Eu informei que ouvi a respeito desse inquérito ocorrido na Administração anterior. Na minha Administração nunca houve a menor denúncia sobre esse fatos.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Quería saber a conclusão do inquérito — se foram concluídos, se foram punidos os responsáveis, se não foram punidos...

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Pois é, se V. Exa não diz a data em que esses inquéritos se verificaram, fico impossibilitado de responder a V. Exa.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Pediria a V. Exa que verificasse na Inspeção Geral se há inquéritos retidos sem conclusão.

O SR. DAGOBERTO RODRIGUES — Pois não.

OS R. EURICO REZENDE (dita) "que tem conhecimento de que foi aberto inquérito para apurar a autoria e responsabilidade de operações fraudulentas contra o DCT, relativas à compra e venda de caminhões, pneus e acessórios de veículos; que dito inquérito não foi instaurado na administração do declarante e sim na gestão do seu antecessor, que o deponente se compromete a enviar para esta Comissão a notícia da posição atual e das conclusões do referido inquérito;"

Sr. Presidente, proponho que V. Exa suspenda a reunião para que possamos fazer uma ligeira refeição.

O SR. PRESIDENTE — Eu estava esperando que V. Exa concluísse essa parte. Os nossos propósitos coinciram. Está suspensa a reunião por quinze minutos.

A sessão é suspensa às 23 horas e 16 minutos e reaberta às 23 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Estão reabertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar, a fim de prosseguir o Interrogatório.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE (Pela ordem) — Sr. Presidente, até onde alcança a minha experiência em órgãos de investigação, chego, facilmente, à conclusão de que não terminaremos, nem hoje, nem daqui a algumas horas, o interrogatório do Coronel Dagoberto Rodrigues.

O Senador Jefferson de Aguiar ainda tem inúmeras perguntas a formular e certamente outros Senadores também desejarão obter esclarecimentos e formular perguntas ao declarante.

Assim, proponho a V. Exa que encerrasse, neste instante, os trabalhos da reunião, designando uma outra oportunidade para o prosseguimento dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE — Como neste momento estava realizando o interrogatório o nobre Senador Jefferson de Aguiar, consulto a S. Exa como se manifesta em relação à proposta do nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR — Sr. Presidente, realmente tenho inúmeras outras perguntas a formular ao Coronel Dagoberto Rodrigues. Não

terminaremos hoje a inquirição de S. Exa. Se não me engano, disse a V. Exa que tinha um compromisso inadiável, amanhã, no Rio de Janeiro.

De maneira que apóio a ponderação do ilustre relator e também apelo para que se encerre esta reunião, designando-se um outro dia da próxima semana para que o Coronel Dagoberto Rodrigues compareça a esta Comissão, a fim de concluir o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE — Em face do requerimento-sugestão do nobre Senador Eurico Rezende, em face do adiantado da hora e da impossibilidade de concluirmos hoje o depoimento e tendo também em consideração a necessidade de o deponente, no desempenho da própria função que exerce, dever encontrar-se amanhã no Estado da Guanabara, resolvo suspender a reunião, designando outra para a próximo terça-feira, às 10 horas, para prosseguirmos no interrogatório. Pediria ainda aos Senhores membros da Comissão que aguardassem a leitura de duas atas de reuniões anteriores, para formalizá-las devidamente.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura da primeira ata. (Pausa). E lida e aprovada a a.a.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da reunião anterior (Pausa). E lida a ata.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata.

O SR. AURÉLIO VIANA — Sr. Presidente, sobre aquela impugnação, tenho a impressão de que não houve realmente uma impugnação. Houve uma questão a ser resolvida pela Presidência sobre se havia redação de causa e efeito entre a inquirição que estava sendo feita sobre a origem do patrimônio do deponente, sobre os bens dos seus parentes e o fim específico que deu motivo à constituição da Comissão.

V. Exa respondeu, depois de outros Sr. Senadores se terem manifestado, e o interpelante silenciou. Não houve propriamente uma tentativa de impedir que se fizessem indagações sobre o patrimônio.

O SR. PRESIDENTE — Acolho a observação de V. Exa e deterrôo ao Sr. Secretário que faça constar da próxima ata o esclarecimento prestado pelo nobre Senador Aurélio Viana. Quanto ao mais não há impugnação. Está aprovada a ata com a impugnação do Sr. Senador Aurélio Viana. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23h e 50m).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

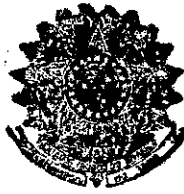
O Primeiro Secretário, nos termos do art. 88, da Resolução nº 6-60, deferiu em 29 de janeiro do corrente ano, o requerimento de Francisco das Chagas Pompeu Fortuna, Auxiliar de Portaria, PL-10, solicitando prorrogação de 30 dias de prazo para posse no cargo de Locutor de Radiodifusão, PL-10, criado pela Resolução nº 38-63 para o qual foi nomeado por Ato da Comissão Diretora de 8 de janeiro de 1964.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de fevereiro de 1964 — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Edital

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, Elso Rodrigue Catanhêde, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência do serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no art. 210, item II, e respectivo parágrafo 2º, da Resolução nº 6-60.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 27

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIÇÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21,00 horas no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 31, de 1958, no Senado Federal e nº 2.182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos

AUTO MOIRA ANDRADE
Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 26ª REUNIÃO, EM 6 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Lobão da Silveira
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Heribaldo Vieira
Guido Mondin

Mem de Sá — (7).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 7 Srs. Senadores. Não há número para a abertura dos trabalhos.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 7 de fevereiro de 1964
(Sexta-feira)

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de

1963 (nº 23-A-63, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova Iorque, a 30 de março de 1961, tendo pareceres sob números 806 a 808, de 1963, das Comissões de Constituição e

Justiça; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963, (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis sob os números 884 e 885, de 1963, das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Arthur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Matos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963, (de autoria do Sr. Senador Arthur

Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os números 743 e 744 de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14 de 1963, (nº 5-B, de 1963, na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Convenção, tendo pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Relações Exteriores e de Saúde.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o

Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Sifredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Sr. Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os números 758 e 759, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLÁVIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

vários países, no Rio de Janeiro. a transcrição, nos Anais do Senado, de 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob números 818, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a

declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

14

Votação em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Pre-

sidente da Petrobrás S. A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

(Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 2, DE 1964

O Primeiro Secretário, usando da atribuição que lhe confere o artigo 222 da Resolução nº 6-60 e de acordo com a deliberação da Comissão Diretora, resolve designar, nos termos do art. 223 e § 1º da mesma Resolução, José Pinto Carneiro Lacerda, Assessor Legislativo, PL-3, Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, Redator PL-3, e Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo PL-9, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito mandada instaurar pela Comissão Diretora, para fins de apuração da validade da certidão de tempo de serviço, prestado pelo Auxiliar de Limpeza, PL-11, Severino Jorge Trindade da Silva, conforme requerimento nº 240 de 1960.

Secretaria do Senado Federal em 4 de fevereiro de 1964. — Guido Mondin, 1º Secretário em exercício.

Edital

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, Smbolo PL-11, Elso Rodrigues Catanhede, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência do serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no art. 210, item II, e respectivo parágrafo 2º, da Resolução nº 6-60.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de fevereiro de 1964. Evandro Mendes Vianna, Diretor

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amáury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvia Pérciles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade -- Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Catiete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Müller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeir dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Müller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermírio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amáury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaranga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amáury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1 Ed Levi
José Ermírio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giubert	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amáury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaranga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLÍGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Rosaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Müller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	FSP	1. Raul Giubert

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Boanhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Meide Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Müller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 430-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S.legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
 - Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
 - José Ermirio (Presidente) — PTB.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 19 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugenio Barros — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 762-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - José Ermirio — PTB.
 - Irineu Bornhausen — UDN.
 - Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Melo.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S.legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira)
 - Heitor Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Cerdeira — PSP.
 - Juarez Távora — PDC.
 - Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

1) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedito Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.133-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8, 61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Flinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSD.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EDENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO)

Eleita em 13.9.62
Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— a 6 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — Relator — PSD
- Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
- Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Mem de Sá — PL
- Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Pedro Ludovico — PSD
- Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
- Benedito Valladares — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Milton Campos — UDN
- Heribaldo Vieira — UDN
- Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- João Agripino (23.4.63) — UDN
- Amaurly Silva (23.4.63) — PTB
- Nogueira da Gama — PTB
- Barros Carvalho — PTB
- Mem de Sá — PL
- Raul Giuberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES)

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — Relator — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaurly Silva — PTB
- Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
- Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

- Silvestre Pérciles — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — Presidente — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
- Amaurly Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Pérciles — PTB
- Artur Virgílio — PTB
- Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
- Milton Campos — Relator — UDN
- João Agripino — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO)

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaurly Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
- Vaga do Senador Eduardo Cattaui (Vice-Presidente) — PTB
- Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
- Eurico Rezende — Presidente — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaurly Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Pérciles — PTB
- Agilberto Sena — PTB
- Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaurly Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INLEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Walfrido Gurgel — PSD
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Silvestre Pérciles — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Raul Giuberti — PSP
- José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA MATRIA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO)

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Walfrido Gurgel — PSD
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Silvestre Pérciles — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda
- Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)
Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- José Feliciano — PSD
- Lobão da Silveira — PSD

- Bezerra Neto — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Argemiro de Figueiredo — PTB
- Melo Braga — PTB
- Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
- Aloysio de Carvalho — UDN
- Afonso Arinos — UDN
- Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
- Aurélio Vianna — PTB
- Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo — 120 dias, até 29 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maculan — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

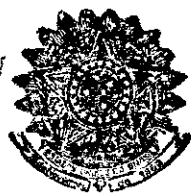
Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

- Artur Virgílio — PTB
- Bezerra Neto (3.11.63) — Vice-Presidente — PTB
- Melo Braga — PTB
- João Agripino — UDN
- Daniel Krieger — UDN
- Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
- Aurélio Vianna — PSB

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECÃO II

ANO XIX — N.º 23

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 8 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIÇÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21.00 horas no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 31, de 1959, no Senado Federal e nº 2.182-B de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

AUTO MARIA ANDRADE
Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 27ª REUNIÃO, EM 7 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Joaquim Parente
Menezes Pimente
Heribaldo Vieira
Gujo Mondin
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores, número insuficiente para a abertura da 12ª sessão.

Não há, sobre a mesa, expediente a despachar.

Designo para a próxima sessão a seguinte:

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29 de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Co-

operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 853, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885 de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso

de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

— de Constituição e Justiça;
— de Legislação Social;
— de Relações Exteriores; e
— de Saúde.

- 8 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tórres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

- 9 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tórres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-c do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomatas em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

- 10 -

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- 11 -

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Direto-

ra, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

- 12 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

- 13 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

- 14 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a presente reunião.

Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Meio Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvio Pérciles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Partidos	Suplentes
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Camilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Cattete Pinheiro	PTN	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiros Santos.

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guomard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermírio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Meio Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Aivarenga Marra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Et. Levi
José Ermírio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Meio Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo PL-7, Vera de Aivarenga Marra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrhão.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Cajetan Branco.

Reuniões: Quarta-feiras às 16,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Eduardo Ruy Barroco.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosade
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irneu Boanhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Carcaias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17:00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Mem de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Müller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irneu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermírio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.
Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
 - Sigefredo Pacheco (VicePr.) — PSD.
 - José Ermírio (Presidente) — PTB.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermírio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.
- Júlio Leite (VicePr.) — PR.

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 15 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - José Ermírio — PTB.
 - Irneu Bornhausen — UDN.
 - Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº.

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB.
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSB.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:

- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
- Aderbal Jurema — PSD.
- Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
- Heitor Dias — UDN.
- Doutel de Andrade — PTB.
- Arnaldo Cerdeira — PSP.
- Juarez Távora — PDC.
- Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedito Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.
Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Pericles (.....) — PTB
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB
Aloysio de Carvalho — PL
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 16 de dezembro de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovada em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSD.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FINAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63). — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 190-62, aprovado em 12.12.62; — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63

Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62; — até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.

Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN
Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Giuberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

- Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Cabalão (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovada em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfrado Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfrado Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10.12.63.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PSD

- Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda.
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 — Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada: — Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

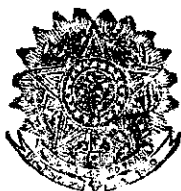
Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Atílio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB

Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSP
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 29

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIÇÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV do Regulamento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21,00 horas no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 31, de 1959, no Senado Federal e nº 2 182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos

AUTO MAIOR ANDRADE
Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 28ª REUNIÃO, EM 10 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA
DO SR. JOAQUIM PARENTE

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o comparecimento de dois Senhores Senadores, número insuficiente para a abertura da sessão.

Designo para a sessão de amanhã, 11, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962,

tendo *Pareceres favoráveis* sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: *de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.*

- 2 -

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo *Parecer* n.º 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.º turno.

- 3 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo *Pareceres*, sob ns. 808 a 808, de 1963, das Comissões de: *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e jurisdição; *Relações Exteriores*, favorável e *Saúde*, favorável.

- 4 -

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo de Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo *Pareceres favoráveis* sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de *Segurança Nacional e de Finanças.*

- 5 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-b do Regulamento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

- 6 -

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 83 de 1963 (de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre in-

denização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: *Constituição e Justiça* favorável com a emenda que oferece de n.º 1-CJ, e de *Legislação Social*, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de *Constituição e Justiça.*

- 7 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo *Pareceres favoráveis* sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

— de *Constituição e Justiça*;
— de *Legislação Social*;
— de *Relações Exteriores*; e
— de *Saúde.*

- 8 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4 de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tôres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

- 9 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder de Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-c do Regulamento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomatas em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

- 10 -

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial de Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- 11 -

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

- 12 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

- 13 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso

- 14 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a reunião.

Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pericles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Perreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Jaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jusá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guilomard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guilomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1. Ed Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Juca	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guilomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giubert	PSD	4. João Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurelio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Juca
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLICONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney-Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guilomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jusá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-9, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SACDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giubert

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guionard	PSD	1. Ruy Carneiro
Vicente Freire	PSD	2. Atilio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Pércles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcas de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Pércles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Alcysio de Carvalho	PL	1. Me mde Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Pércles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	3. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 490-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Competada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atilio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atilio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.
Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (VicePr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atilio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (VicePr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atilio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Senado, em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira)
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerqueira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Pércles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.
Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (.. de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 14 de dezembro de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Agemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.143 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADA DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63). — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NUMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62; - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63. Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 13 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62; - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63. Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23.4.63) - UDN
Amaury Silva (23.4.63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Vaga do Senador Eduardo Catião (Vice-Presidente) - PTB
Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrado Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Giuberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrado Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada: - Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas); - por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Aurílio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto 8.11.63 - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurélio Vianna - PSP
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9 - Nery Passos Dantas.

Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 30

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIÇÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Cômum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21,00 horas no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 31, de 1958, no Senado Federal e nº 2.182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos

AUTO: MORA ANDRADE
Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 29ª REUNIÃO EM 11 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA

DO SR. ADALBERTO SENA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Adalberto Senna.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

— Não acusando a lista de presença número suficiente para a abertura dos trabalhos, deixo de abrir a sessão.
Designo para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962,

tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.º turno.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e jurisdição; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rúbens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885 de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre in-

denização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

— de Constituição e Justiça;
— de Legislação Social;
— de Relações Exteriores; e
— de Saúde.

- 8 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tôres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

- 9 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-c do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomatas em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

- 10 -

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA.

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 89,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- 11 -

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que

aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

- 12 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963; das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

- 13 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

- 14 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a reunião.

Encerra-se a reunião às 14 horas e 55 minutos.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugenio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinhilber
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Aníbal Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.
Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinhilber	
Josephat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Péricles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

Titulares	Partidos	Suplentes
Auro Moura Andrade - Pres.	PSD	
Camilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palméira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Cattete Pinheiro	PTB	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinhilber
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugenio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Gulomard	PSD	4. Josephat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretário: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quartas-feiras às 15:00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Gulomard	
Lobão da Silveira	PSD	2. José Gulomard	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Lino Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1 Ed Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2 Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irinei Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Gulomard	PSD	3. Eugenio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Julio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurelio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PTB	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Posaphat Marinho

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Gulomard
Aarão Steinhilber	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimarães	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Ruit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Gaiardi	PSP	1. Miguel Couto

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfander.
Reuniões: Quartas-feiras às 17.00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Macaen (Vice-Presidente)	PTB	2. Antônio Jucá
Antonio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me de Sá

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantes.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muler	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8 - Alexandre Pfander.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que cria e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1962, em virtude do Requerimento número 733-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 581-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S. Legenda.
Secretaria: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 645-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermírio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermírio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S. Legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partido

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente)
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63 apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

- Membros (16) — Partidos
- Menezes Pimentel — PSD.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - Silvestre Péricles (.....) — PTB.
 - Vivaldo Lima — PTB.
 - Amaurly Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
 - Aloysio de Carvalho — PL.
 - Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;

— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

- Membros (16) — Partidos
- Menezes Pimentel — PSD.
 - Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
 - Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Amaurly Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Vivaldo Lima — PTB.
 - Aloysio de Carvalho — PL.
 - Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros (16) — Partidos
- Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Menezes Pimentel — PSD.
 - Filinto Muller — PSD.
 - Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
 - Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Daniel Krieger (Relator) — UDN.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - Rui Palmeira — UDN.
 - Amaurly Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Agemiro de Figueiredo — PTB.
 - Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Aloysio de Carvalho — PL.
 - Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

- Membros (16) — Partidos
- Jefferson de Aguiar — PSD.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Ruy Carneiro — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - Lopes da Costa — UDN.
 - João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Nogueira da Gama — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
 - Aloysio de Carvalho — PL.
 - Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos
- Jefferson de Aguiar — PSD.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Ruy Carneiro — PS.
 - Menezes Pimentel — PSD.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Nogueira da Gama — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Aloysio de Carvalho — PL.
 - Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos
- Jefferson de Aguiar — PSD.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Ruy Carneiro — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Menezes Pimentel — Presidente.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
 - Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
 - (23.4.63) — PTB.
 - Nogueira da Gama — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Mem de Sá — PL.
 - Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATUM PARA A REALIZAÇÃO DO ELEIÇÃO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogação:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos
- Jefferson de Aguiar — PS.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Ruy Carneiro — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Menezes Pimentel — PSD.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Nogueira da Gama — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Mem de Sá — PL.
 - Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos
- Jefferson de Aguiar — PS.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Ruy Carneiro — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Menezes Pimentel — PSD.
 - Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
 - Nogueira da Gama — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Mem de Sá — PL.
 - Aarão Steinhilber — MTR.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

- Membros — Partidos
- Jefferson de Aguiar — PSD.
 - Ruy Carneiro — PSD.
 - Lobão da Silveira — PSD.
 - Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
 - Leite Neto (23.4.63) — PSD.
 - Menezes Pimentel — Presidente.
 - Milton Campos — UDN.
 - Heribaldo Vieira — UDN.
 - Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
 - Daniel Krieger — UDN.
 - Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
 - Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
 - (23.4.63) — PTB.
 - Nogueira da Gama — PTB.
 - Barros Carvalho — PTB.
 - Mem de Sá — PL.
 - Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL DO SENADO)

Eleita em 13/9/62
Prorrogada:
- até 15/12/63 pelo Requerimento 791-62, aprovada em 12/12/62;
- até 15/12/64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 16/12/63.
Completada em 23/4/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23/4/63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23/4/63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23/4/63) - Vice-Presidente - UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23/4/63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23/4/63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6/12/62.
Prorrogada:
- até 15/12/63 pelo Requerimento 791-62, aprovada em 12/12/62;
- até 15/12/64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10/12/63.
Completada em 23/4/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23/4/63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23/4/63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23/4/63) - UDN
Amaury Silva (23/4/63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES)

Designada em 23/4/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - UDN
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Azeiteiro de Albuquerque - PTB
Eurico Rezende (23/4/63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designada em 23/4/63
Prorrogada:
- até 15/12/64 pelo Requerimento 1.161-63, aprovado em 18/12/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23/4/63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2/5/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Cabral (Vice-Presidente) - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20/5/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10/12/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adeberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23/4/63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONTRIBUIÇÕES)

Designada em 31/5/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10/12/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Humberto Nader - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2/10/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10/12/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrido Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Giuberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELEITIVO)

Designada em 2/10/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento número 1.158-63, aprovado em 10/12/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrido Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)

Designada em 22/10/63
Prorrogada até 15/12/64 pelo Requerimento número 1.167-63, aprovado em 10/12/63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23/4/63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGULAMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores representada em 30 de maio de 1963.

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.
Prorrogada:
- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas);
- por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores representada na sessão de 30 de outubro de 1963.

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Atílio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8-11-63) - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23/4/63) - UDN
Aurélio Vianna - PSB

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 31

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21.00 horas no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 31, de 1959, no Senado Federal e n.º 2.182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos

AUTO-MOTTA ANDRADE
Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 30ª REUNIÃO, EM 12 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. ADALBERTO SENA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Adalberto Senna.

Joaquim Parente.

Guido Mondia.

Mem de Sá.

Menezes Pimentel.

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença não registra "quorum" suficiente para a abertura da sessão.

Designo para a sessão de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962,

tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer n.º 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.º turno.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e jurisdição; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre in-

denização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do emprego completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça favorável com a emenda que oferece de n.º 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores;
- de Saúde.

- 8 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tôres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

- 9 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-c do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomatas em Engenharia, Arquitetura e em Aeronáutica.

- 10 -

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

A S S I N A T U R A S

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- 11 -

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que

aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

- 12 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

- 13 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

- 14 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a reunião.

Encerra-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugenio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Anônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1953)

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pérciles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretaria: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeir dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 16.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLÍGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretaria: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretaria: Auxiliar Legislativo PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guilomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosad
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Mem de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**(5 Membros)**

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS**A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR**

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Guilberto Maranhão — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963; Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2^{as} e 4^{as} feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAIS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermírio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5^{as} feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 782-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermírio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 788-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO**I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61**

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1963;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR POSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1962) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1963.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSD.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSD.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

INCREMENTO PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 190-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completa em 23.4.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23.4.63) - UDN
Amaury Silva (23.4.63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Gumbert - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

Silvestre Pérciles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Artur Virgílio - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Gumbert - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.158-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda
Aurelio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 140, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia. Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Atilio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB

Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN

Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN

Aurelio Vianna - PSB
Secretário-Auxiliar Legislativo - PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 32

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETO PRESIDENCIAL

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, IV do Regulamento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 20 de fevereiro do ano em curso, às 21.00 horas no Plenário da Câmara dos Deputados conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 31 de 1959 no Senado Federal e nº 2 182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

AUTO-MOVR. ANGRADE
Senado Federal, em 31 de janeiro de 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 31ª REUNIÃO, EM 13 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Menezes Pimentel.
Heribaldo Vieira.
Aurélio Viana.
Guido Mondin.
Mem de Sá (5).

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença não registra "quorum" mínimo exigido para a abertura da sessão.

Nessas condições, designo para a sessão de amanhã, 14, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962,

tendo *Pareceres favoráveis* sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo *Parecer* nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo *Pareceres*, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; *Relações Exteriores*, favorável e *Saúde*, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112 de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo *Pareceres favoráveis* sob os ns. 884 e 885 de 1963 das Comissões de *Segurança Nacional* e de *Finanças*.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1 205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-b, do Regulamento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83 de 1963 (de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre in-

denização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: *Constituição e Justiça* favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de *Legislação Social*, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de *Constituição e Justiça*.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo *Pareceres favoráveis*, sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

— de *Constituição e Justiça*;
— de *Legislação Social*;
— de *Relações Exteriores*; e
— de *Saúde*.

- 8 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tórres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

- 9 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tórres (Líder da Maioria em exercício), Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-c do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

- 10 -

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

- Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

- A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

- Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

- O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

- 11 -

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que

aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

- 12 -

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

- 13 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 20 de janeiro do ano em curso.

- 14 -

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a reunião.

Sessão de 14 de fevereiro de 1964 (sexta-feira)

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Gubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1933)

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 15:00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Péricles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quarta-feiras às 16:00 horas.

Titulares	Partidos	Diretório
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Camilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Catete Pinheiro	PTN	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretaria: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lobo de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeir dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15:00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	2. Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lobo de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Trineu Boaninhasen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 13:00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Gubert	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurelio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 16:00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Afonso de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quarta-feiras às 16:00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-3, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Aigemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-6, B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Gubert

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Vicente Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Osvaldo Paes	PTB	1. Lúcio Rêgo Rosado
Silvestre Péricles (Vice-pres)	PTB	2. Várgo
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zecaças de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Guberli	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17:00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Marinho (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Meimê de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Múller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres)	UDN	1. Zacaças de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 738-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — Sem legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Meio Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.
- Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 3as feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- José Ermirio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — Sem legenda

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira)
 - Heitor Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Cerdeira — PSD.
 - Juarez Távora — PDC.
 - Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1964.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedito Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente).
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961; — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963. Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos Menezes Pimentel — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1964) — PSD. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN. Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. Silvestre Pericles (.....) — PTB. Vivaldo Lima — PTB. Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961; — até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos Menezes Pimentel — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Daniel Krieger — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN. Lopes da Costa — UDN. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB. Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB. Vivaldo Lima — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961; — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Filinto Muller — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD. Daniel Krieger (Relator) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Rui Palmeira — UDN. Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB. Barros Carvalho — PTB. Argemiro de Figueiredo — PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962. — até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963. Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 29 de outubro de 1962 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Lopes da Costa — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Miguel Couto — PSP. Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962. — até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN. Daniel Krieger — UDN. Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 735-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN. Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Aloysio de Carvalho — PL. Lino de Matos — PTN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962. — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 10 de fevereiro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. Daniel Krieger — UDN. Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Araújo Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DE ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962. Prorrogada: — até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962; — até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos Jefferson de Aguiar — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Lobão da Silveira — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD. Menezes Pimentel — Presidente. Milton Campos — UDN. Heribaldo Vieira — UDN. Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN. Daniel Krieger — UDN. Vaga do Senhor Pinto Ferreira. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN. (26.4.63) — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Barros Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL. Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

ADUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 12.9.62
Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 799-62, aprovado em 12.12.62;
— a e 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62
Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN
Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Giuberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63
Prorrogada:

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)

Designada em 22.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PSD

Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda.
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).
— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963

- Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Atílio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB
Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Secretário Auxiliar Legislativo, PIRA I: Ney Passos, Dantas.
Reunções:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 33

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 15 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

2.ª sessão conjunta da 1.ª sessão legislativa extraordinária da 5.ª legislatura

Em 20 de fevereiro de 1964 às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.182 B-60 na Câmara dos Deputados e n.º 31 59 no Senado, que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos tendo Relatório, sob n.º 1-64, da Comissão Mista

SENADO FEDERAL

ATA DA 32ª REUNIÃO, EM 14 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA

DO SR. ADALBERTO SENA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Vivaldo Lima.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Heribaldo Vieira.
Guido Mondim.
Mem de Sá. (7).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 7 srs. Senadores. Não há número regimental para abertura da sessão. Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29 de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo *Pareceres favoráveis* sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de *Constituição e Justiça*;

de *Relações Exteriores*; de *Educação e Cultura* e de *Finanças*.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1960 que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões", tendo *Parecer* n.º 853, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.º turno.

— 3 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a *Convenção Única sobre Entorpecentes*, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo *Pareceres*, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; *Relações Exteriores*, favorável e *Saúde*, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo *Pareceres favoráveis*

sob os ns. 884 e 885 de 1963 das Comissões de *Segurança Nacional* e de *Finanças*.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 1.205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PLB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 320, n.º 5-b do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 83 de 1963 (de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo *pareceres* sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: *Constituição e Justiça* favorável com a emenda que oferece de n.º 1-CJ, e de *Legislação Social*, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de *Constituição e Justiça*.

— 7 —

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo *Pareceres favoráveis*, sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Relações Exteriores*; e
- de *Saúde*.

— 8 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

— 9 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício)

Sigfredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-c do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

— 10 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

— 12 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

— 13 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albi-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

no Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 20 de janeiro do ano em curso.

— 14 —

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Primeiro Secretário

O Primeiro Secretário, nos termos do art. 88, da Resolução n.º 6-60, de-

feriu em 5 de fevereiro do corrente ano, o requerimento de Leonel Amaro de Medeiros, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicitando prorrogação de 30 (trinta) dias de prazo para posse no cargo de Locutor de Radiodifusão, PL-10, criado pela Resolução número 38-63, para o qual foi nomeado por Ato da Comissão Diretora de 8 de janeiro de 1964.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de fevereiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

O Primeiro Secretário, nos termos do art. 88, da Resolução n.º 6-60, referiu em 7 de fevereiro do corrente ano, o requerimento de Yvone Régio de Miranda, Redator, PL-4, solicitando prorrogação de 60 (sessenta) dias de prazo para posse no cargo de Redator de Radiodifusão, PL-4, criado pela Resolução n.º 38-63, para o qual foi nomeada por Ato da

Comissão Diretora de 8 de janeiro de 1964.

Secretaria do Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

O Primeiro Secretário, nos termos do art. 88, da Resolução 6-60, deferiu em 13 de fevereiro do corrente ano, o requerimento de Antônio Augusto Gentil Cabral, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicitando prorrogação de 30 (trinta) dias de prazo para posse no cargo de Noticiarista de Radiodifusão, PL-3, criado pela Resolução n.º 38-63, para o qual foi nomeado por Ato da Comissão Diretora de 8 de janeiro de 1964.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de fevereiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

Atos do Diretor-Geral

PORTARIA N.º 6-64 DE 8 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136, da Resolução 6-60, resolve designar Arthur Levy Sequeira Schutte, Redator de Radiodifusão, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer a função de Chefe da Seção de Divulgação do Serviço de Radiodifusão, FG-1, constante do n.º II do art. 4.º da Resolução n.º 38 de 1963.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de janeiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 7-64 DE 8 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136 da Resolução 6-60, resolve designar Heraldo de Abreu Coutinho, Supervisor de Equipamento Eletrônico, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer a função de Chefe da Seção de Manutenção do Serviço de Radiodifusão, FG-1, constante do n.º II do art. 4.º da Resolução n.º 38, de 1963.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de janeiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

Edital

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-11, Elso Rodrigues Catanhede, a comparecer a esta Secretaria a fim de justificar sua ausência do serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no art. 210, item II e respectivo parágrafo 2.º, da Resolução n.º 6-60.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de fevereiro de 1964. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
Jose Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PSB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Gubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1953)

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.
Total: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PIB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Peticles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

Titulares	Partidos	Suplentes
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Camillo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PIB	
Catete Pinheiro	PIB	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretaria: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Müller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Juca
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiros dos Santos.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Müller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
Jose Guomard	PSD	4. Josaphat Marinho
Jose Ermirio (Vice-Pres.)	PIB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PIB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15:00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. Jose Guomard	
Lobão da Silveira	PSD	2. Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PIB	4. Aurélio Vianna	1. Eli Levi
Jose Ermirio	PIB	5. Antônio Juca	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
Jose Guomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Gubert	PSD	4. Julio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PIB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PIB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Juca
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 16:00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Julio Leite
Aurélio Vianna (Vice-Pres.)	PIB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quarta-feiras às 16:00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. Jose Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Agranão.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Müller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. Jose Guomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PIB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PIB	2. Antônio Juca
Oscar Passos	PIB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
Jose Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castrejón Branco.
Reuniões: Quarta-feiras às 15:00 horas.

SUDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Gubert

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barros.
Reuniões: Quarta-feiras às 15:00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Müller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zarcarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regulá a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senadores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTARIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2^{as} e 4^{as} feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5^{as} feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Melo.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente)
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Melo de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 784-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Araújo Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 50% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NUMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62; - até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63. Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23 4 63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23 4 63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23 4 63) - Vice-Presidente - UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 4 63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23 4 63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUICAO FEDERAL DE 1946).

Eleita em 6 12 62.

Prorrogada:

- até 15 12 63 pelo Requerimento 791-62 aprovado em 12 12 62. - até 15 12 64 pelo Requerimento 1 149-63 aprovada em 10 12 63. Completada em 23 4 63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Luçovico - PSD
Wilson Gonçalves (23 4 63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23 4 63) - UDN
Amaury Silva (23 4 63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23 4 63

Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento 1 150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23 4 63

Prorrogada: - até 15 12 64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2 5 63
Prorrogada a e 15 12 64 pelo Requerimento 1.152-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - PSD
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20 5 63
Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 153-63, aprovada em 10 12 63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Acaberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10 12 63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2 10 63
Prorrogado até 15 12 64 pelo Requerimento número 1 156-63, aprovada em 10 12 63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrado Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Giuberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2 10 63
Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10 12 63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfrado Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22 10 63
Prorrogada até 15 12 64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10 12 63.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda.
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUICAO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGULAMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada: - Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas). - por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 33 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

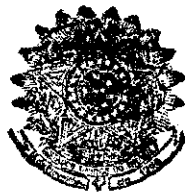
Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1 163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21 30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Atílio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8 11 63) - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Aurélio Vianna - PSD
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9 - Ney Passos Dantas.
Reunidas:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 34

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

2.ª sessão conjunta da 1.ª sessão legislativa extraordinária da 5.ª legislatura

Em 20 de fevereiro de 1964 às 21. horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.182-B-60 na Câmara dos Deputados e nº 31-58 no Senado, que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos (tendo Relatório, sob nº 1-64, da Comissão Mista)

SENADO FEDERAL

ATA DA 33ª REUNIÃO, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE:

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores: **Caetano de Figueiredo**, **José de Figueiredo**, **Mercês Pimentel**, **Heriberto Vieira**, **Josaphat Marinho**, **Neuza da Gama**, **Moura Andrade**, **Guilherme Mondim**, **Mcm de Sá**

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de nove Srs. Senadores. Não há número suficiente para abertura dos trabalhos.

Designo para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA
VOTAÇÃO

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29 de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Co-Operação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960 que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Pareceres nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencida em 1.º turno

— 3 —

Votação, em segundo turno do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1954, tendo Pareceres, sob ns. 805 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (n.º 3 408-B-61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Penente-Coronel Ruens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885 de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

— 5 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1 205, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, n.º 5-b, do Regulamento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83 de 1963 (de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo Pareceres sob os ns. 844

744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963 na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra e da Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

— de Constituição e Justiça;
— de Legislação Social;
— de Relações Exteriores; e
— de Saúde.

— 8 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4 de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tórrres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

— 9 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964 pelo qual os Srs. Senadores Vasconcelos Tórrres (Líder da Maioria em exercício), Sílvio Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 323, n.º 5-c do Regulamento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre o recrutamento de profissionais diplomatas em Embaixadas, Arcabuzaria e em Agências

— 10 —

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado, nº 157, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial de Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 738 e 739 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta a Taquígrafa-Revizora, Alcinda Trivelino no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

— 12 —

Votação em turno único, do Projeto de Decreto-Legislativo nº 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto de Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 29 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963 das Comissões de: Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

— 13 —

Votação em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964 pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a criação, nos Anais do Senado, da declaração feita pelo General Albuquerque Silva, Presidente da Prefeitura S. M., em caráter oficial e público em 27 de janeiro do ano em curso.

— 14 —

Votação em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Sr. Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da

entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO:

Mensagem nº 38, de 1964

Nº 20, DE 1964, NA ORIGEM

Senhores Membros do Senado Federal:

De acôrdo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Sr. Hygas Chagas Pereira, ocupante do cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer, em comissão, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Nicarágua, nos termos dos artigos 22 e 23, parágrafo 3º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Hygas Chagas Pereira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 3 de fevereiro de 1964. A) João Belchior Marques Goulart.

CURRICULUM VITAE DO MINISTRO HYGAS CHAGAS PEREIRA

1. Nascido em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em 18 de novembro de 1905.

É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

2. Iniciou sua carreira como adjunto à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 26 de abril de 1929 a 23 de setembro de 1931. Nomeado Cônsul de Terceira Classe, em 1931; promovido a Cônsul de Segunda Classe por antiguidade, em 1934; promovido a Primeiro Secretário por antiguidade em 1946; recebeu o título de Conselheiro em 1951; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1952.

3. Durante sua carreira, o Ministro Hygas Chagas Pereira exerceu as seguintes funções no exterior:

Cônsul-Adjunto do Brasil em Génova, de 1934 a 1937; Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em Assunção, de 1937 a 1941; Segundo Secretário da Embaixada do Brasil em La Paz, em 1942 e 1943; Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Quito, em 1945 e 1946; idem da Embaixada do Brasil em Berna, de 1947 a 1950; Ministro Plenipotenciário do Brasil em São Salvador, em 1952 e 1953; Cônsul Geral do Brasil em São Francisco, de 1953 a 1957; Cônsul Geral do Brasil em Londres de 1958 a 1961; Ministro Conselheiro do Brasil em Taipei, desde 3 de janeiro de 1961.

4. Além dessas funções, o Ministro Hygas Chagas Pereira exerceu as seguintes comissões no exterior: Encarregado do Consulado Geral do Brasil em Caracas, em 1923; Encarregado de Negócios em La Paz, em 1923; Encarregado de Negócios em Quito, em 1945 e 1946; Encarregado de Negócios em Berna, em 1950 e 1951; Encarregado de Negócios em Taipei, desde 2 de março de 1961.

5. No Brasil, o Ministro Hygas Chagas Pereira desempenhou as seguintes funções e comissões:

Serviço na Comissão de Recepção à S.A.R. o Príncipe de Galles, em 1931; Secretário da Comissão de Recepção ao General José Félix Estigarribia, Presidente eleito no Paraguai, em sua visita oficial ao Brasil, em 29 de julho de 1939; à disposição do Sr. Luiz A. Argana, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, durante sua visita ao Estado de Minas Gerais em 1941; à disposição do Chanceler do Paraguai, durante a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em 1942; chefe da Divisão do Material da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 1951; representante do Itamaraty na Comissão Interministerial incumbida do exame das normas sobre o uso de próprios nacionais, em 1951.

6. O Ministro Hygas Chagas Pereira é casado com a senhora Ena de Castro Chagas Pereira, de nacionalidade brasileira.

7. O Ministro Hygas Chagas Pereira é indicado para exercer, em comissão, as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Nicarágua.

Secretaria de Estado, em 25 de janeiro de 1964. — Roberto Barthel Rosa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Ofício nº 468, de 16.1.1964, do Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo — Manifesta o ponto de vista das entidades sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1963, que modifica o § 3º do art. 30 da Lei nº 3.397, de 26.8.1963 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Ofício nº CAC-168, de 21 de janeiro, do Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público — Solicita informações sobre a situação do ex-Assessor Legislativo do Senado Francisco das Chagas Melo.

Aviso DAI-DCET-DAS-8-561. (22), de 30 de janeiro, do Sr. Ministro das Relações Exteriores, de agradecimento da comunicação referente à promulgação do Decreto Legislativo nº 34, de 1963.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

A SSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

ções Exteriores do Paraguai, durante sua visita ao Estado de Minas Gerais em 1941; à disposição do Chanceler do Paraguai, durante a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em 1942; chefe da Divisão do Material da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 1951; representante do Itamaraty na Comissão Interministerial incumbida do exame das normas sobre o uso de próprios nacionais, em 1951.

6. O Ministro Hygas Chagas Pereira é casado com a senhora Ena de Castro Chagas Pereira, de nacionalidade brasileira.

7. O Ministro Hygas Chagas Pereira é indicado para exercer, em comissão, as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Nicarágua.

Secretaria de Estado, em 25 de janeiro de 1964. — Roberto Barthel Rosa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Ofício nº 468, de 16.1.1964, do Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo — Manifesta o ponto de vista das entidades sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1963, que modifica o § 3º do art. 30 da Lei nº 3.397, de 26.8.1963 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Ofício nº CAC-168, de 21 de janeiro, do Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público — Solicita informações sobre a situação do ex-Assessor Legislativo do Senado Francisco das Chagas Melo.

Respostas, a pedidos de informações encaminhadas pelo Senado:

Do Sr. Ministro da Aeronáutica: Aviso nº 34-GM-6-003, de 3 de fevereiro, com referência ao Requerimento nº 641, de 1963, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Do Sr. Ministro da Agricultura, de 3 de fevereiro:

Aviso GM-05-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 571-63, do Sr. Senador José Ermirio; Aviso GM-15-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 701-63, do Sr. Senador José Feliciano;

Do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

Aviso nº 309.117-63, GM-102-R, de 10 de janeiro, com referência ao Requerimento nº 480-63, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, de 3 de fevereiro:

Aviso nº B-6 — com referência ao Requerimento nº 310, de 1963, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar;

Aviso nº B-7 — com referência ao Requerimento nº 740, de 1963, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Aviso nº B-8 — com referência ao Requerimento nº 763, de 1963, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

TELEGRAMAS

— Do Prefeito Municipal de Grossos, no Rio Grande do Norte;

— Do Sr. Fernando Gasparian, membro do Conselho Nacional de Economia, nos seguintes termos:

TELEGRAMA

Sr. Auro Moura Andrade
Senado Federal
Brasília — DF.
De Grossos RN 39 6-70 24 10.30
- 24.12.63

Levo conhecimento Vossa Exa., esta administração desapropriado uma faixa de terra na Várzea de Boi

Morto, motivo trata-se arrimo população pobre esta comuna, tudo dentro da lei e da ordem. Certo contar conhecimento de Vossência transmito os meus respeitosos cumprimentos.

Cordiais saudações. Raimundo Gonçalves de Oliveira, Prefeito.

TELEGRAMA

Senador Auro Moura Andrade
Presidente do Senado Federal — Brasília.

A330 Copabana Rio GB N645 41 11 24.

Momento assumo função Conselho Nacional Economia. Foi conduzido votos essa alta Câmara Republica Agradeço ilustre Presidente honroso apoio recebido. Conto poder corresponder confiança depositada pt Sempre seu inteiro dispor pt Fernando Gasparian

Manifestações de pesar pelo falecimento do Senador José Kairala (telegramas):

— Do Presidente do Senado Boliviano;

— Do Presidente da Câmara dos Deputados da Bolívia.

— Do Embaixador da Bolívia, em nome do Presidente da República do mesmo país e do povo boliviano, nos seguintes termos:

TELEGRAMA

Exmo Sr Mauro de Moura Andrade
Presidente Senado — Brasília DF
B 61 de La Paz An 9 43 6 805

Senado Nacional em sesión hoy rindio merecido homenaje memoria noble amigo esta patria Senador José Kairala stop Ruego Vucencia transmitir Camara su Presidencia sentimientos pesar representantes pueblo boliviano ATT Jose Hugo Vilar — Presidente Senado Nacional

TELEGRAMA

Via All America
Et: Auro Moura Andrade.
Pres Camara Senadores — Brasília DF

B 37 De La Paz Nr 7 92 6 03

Cumpro pensoo deber llevar su conocimiento que Camara Diputados Bolivia a mocion de Diputado Federico Arroyo rindio homenaje postumo en sesión de ayer destacando personalidad ilustre Senador Jose Kairala stop Diputados puesto de pie exteriorisaron su sincero pesar por gran amigo de Bolivia cuya vida se extinguiu quando su accion parlamentaria americanista era mas sentida stop Ruegole haceer conocer parlamento brasileiro esta sincera condolencia que representantes del pueblo rindieren a un personaje cuyos meritos eran apreciados en nuestro pais

Atentamente Juan Sanjines Obando Pres Camara Diputados Bolivia

TELEGRAMA

Exmo Sr. Presidente Senado Federal — Brasília — DF
402 Largo Machado Rio GB 26601
99 9 32100

Presidente Republica Bolivia Doctor Victor Paz Estenssoro me instruye dirigirme Vustra Excelencia para expresar en nombre mi Gobierno y pueblo boliviano profunda condolencia por fallecimiento Senador Estado Acre Jose Kairala que fue inatgrible defensor causa morturia boliviana y convenido necesidad fortalecer constantemente fraternales lazos venciencia unen nuestro pais Stop Cumpro transmitir Vuestra Excelencia que Senado Nacional Boliviano en La Paz tributo especial homenaje Senador Kairala a honrando e esta forma sentimientos Senado brasileiro al que tpo Vustra Excelencia transmitir este homenaje stop Ruego Acepter expresione mi alta y distinguida consideracion. Rogam Castillo Justiano Embajador de Bolivia

Carla do Sr. Renato Reis, de Juiz de Fora, Minas Gerais, de 6 de novembro — Apresenta sugestões sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1953.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvio Pérciles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Partidos	Suplentes
Auro Moura Andrade - Pres.	PSD	
Camilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Gilberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Cattete Pinheiro	PTB	
Joaquim Parente	UDN	
Guido Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Müller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
José Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Juca
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Müller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guomard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermírio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed Levi
José Ermírio	PTB	5. Antônio Juca	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giubert	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Juca
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLÍGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Julio Leite
Aurelio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abranão.
Reuniões: Terças-feiras às 15.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Müller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Juca
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejou Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Giubert

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Baracat.
Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Guberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17:00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Mem de Sá

Decretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dañtos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. E. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTARIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouvea Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63, do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermírio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermírio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Ceideira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de maio de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente)
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPOE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR POSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Lino de Matos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 603-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josephat Marinho (23 de abril de 1963) — S. Irg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 783-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — Relator — PSD.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinhilber — MTR.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPOE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADACÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — Relator — PSD.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62; até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63. Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson da Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62; até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63. Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23.4.63) - UDN
Amaury Silva (23.4.63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Guberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Pérciles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada: até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Vaga do Senador Eduardo Callado (Vice-Presidente) - PTB
Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Guberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.158-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Pérciles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos açúcares de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo = 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada: Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas). por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo = até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

- Designação em 6 de dezembro de 1963.
Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Atilio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurélio Vianna - PSD
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-01, Ney Passos Dantas.
Reuniões:

Comissão de Constituição e Justiça

42ª REUNIAO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1963

As 15 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Wilson Gonçalves presentes os Srs. Bezerra Neto — Argemiro de Figueiredo — Eurico Rezende — Lobão da Silveira — Aloysio de Carvalho e Ruy Carneiro, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Deixam de comparecer os Srs. Milton Campos, Edmundo Levy, Josaphat Marinho e Silvestre Pericles.

E' adiada a leitura da Ata, para a próxima reunião.

Iniciando o estudo da matéria constante de pauta o Sr. Lobão da Silveira, emite parecer favorável, aprovado pela Comissão ao Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1963, que mantém decisão denegatória ao contrato celebrado entre o Departamento de Correios e Telegráfs, em Belém do Pará, e o Engenheiro Civil Luiz Alves.

O Sr. Bezerra Neto apresenta os seguintes pareceres:

— favorável à emenda apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1963, que altera o valor da pensão concedida à Senhora Lasthenia de Vasconcelos Peres, viúva do Deputado Federal Leopoldo Peres;

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1963, que modifica os arts. 82 e 104, do Dec. Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944, que reforma a Lei de Acidentes do Trabalho.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Com a palavra o Sr. Eurico Rezende apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1963, que dispõe sobre as normas de Previdência Social para os trabalhadores Rurais, cria o Instituto de Assistência e Previdência dos Agrários, e dá outras providências. Em discussão da matéria o Sr. Argemiro de Figueiredo manifesta-se pela inconstitucionalidade do projeto, e após breves debates o Sr. Presidente suspende a Comissão aprova, seja a matéria adiada para próxima reunião.

O Sr. Argemiro de Figueiredo assume a presidência às 16 horas e 40 minutos, tendo o Sr. Wilson Gonçalves emitido os seguintes pareceres:

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1963, que institui a jornada de trabalho de 6 horas, nas empresas de trabalho contínuo, por meio de turnos sucessivos ou de revezamento e dá outras providências;

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1963, que concede férias de 30 dias aos trabalhadores e dá outras providências;

— favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1963, que dispõe sobre o pagamento de um auxílio além das indenizações previstas em lei, à mulher gravida dispensada a qualquer título do emprego.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Tendo o Sr. Wilson Gonçalves emitido parecer favorável, em apresentação do Sr. Argemiro de Figueiredo ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1963, que altera o art. 1º e IV da Lei nº 3.700, de 10 de julho de 1960, na parte referente ao pagamento de indenização de férias, a Comissão aprova o

ATA DAS COMISSÕES

parecer, contra o voto do Sr. Aloysio de Carvalho.

As 17 horas e 20 minutos, reassume a presidência o Sr. Wilson Gonçalves.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Mista

Incumbida de apreciar o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1959 (Projeto nº 2.182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados), que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 1964

As 17,30 horas, do dia dezessete de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, na Sala das Comissões, presentes os Srs. Senadores José Feliciano, Daniel Krieger e Melo Braga, e os Srs. Deputados Lauro Leitão, Aurino Valois e Pedro Aleixo, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1959 (n.º 2.182-B-60, na Câmara dos Deputados), que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Em obediência ao preceito Regimental assume a presidência o Sr. Senador Daniel Krieger que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja precedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando o Sr. Senador Melo Braga, Escrutinador.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Sen. Daniel Krieger 5 votos
Sen. Melo Braga 1 voto

Para Vice-Presidente:
Sen. Melo Braga 5 votos
Sen. José Feliciano 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Sr. Senador José Feliciano, Relator da matéria precípua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 1964

As 19 horas, do dia dezessete de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Daniel Krieger, Presidente, presentes os Srs. Senadores Melo Braga e José Feliciano, e os Srs. Deputados Lauro Leitão, Aurino Valois e Pedro Aleixo, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1959 (Projeto nº 2.182-B-60, na Câmara dos Deputados), que estabele-

ce prazo para o provimento de cargos públicos.

Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador José Feliciano que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e a tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso das suas atribuições Constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, Eurico Jacy Auler, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Relatório nº 1 de 1964

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 31 de 1959 (na Câmara nº 2.182-B-60) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Relator: Sr. José Feliciano.

O Sr. Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, negou sanção ao Projeto de Lei nº 31-59 do Senado (na Câmara nº 2.182-B-60) que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO

Determina o projeto que, verificada vaga em cargo público regularmente criado por lei, o respectivo provimento será feito, por ato do Presidente da República, no prazo de trinta dias, sendo dispensada a nomeação, se o Presidente da República, no mesmo prazo, enviar mensagem ao Congresso Nacional, com projeto de extinção do cargo, por desnecessário. Se o provimento depender de indicação de outro órgão, ou de concurso, o prazo contar-se-á da data em que for entregue ao Presidente da República a indicação ou o resultado do concurso, com a habilitação ou classificação dos candidatos, ficando suspenso o curso do prazo, até final decisão, se houver recurso administrativo contra a regularidade da indicação, ou do concurso. Se a vaga se verificar em cargo cujo provimento dependa de prévia aprovação do Senado, o nome proposto será encaminhado pelo Presidente da República àquela Casa do Congresso Nacional, no prazo previsto no artigo primeiro. Comunicado ao Presidente da República o pronunciamento do Senado, se este for favorável, será de dez dias o prazo para a nomeação; se for contrário, começará a correr novo prazo de trinta dias para a mensagem com a indicação de outro nome. Os dispositivos do projeto se aplicarão, no que couber, as autoridades que tenham competência constitucional para prover cargos públicos.

Origem e Justificação do Projeto

O autor do projeto é o ilustre Senador Milton Campos, que, ao apresentá-lo, fez-o inspirado no Decreto nº 47.021, de 14 de outubro de 1959 que "Consolida as disposições relativas às nomeações e admissão no Serviço Público Federal e nas Autarquias". Objetiva o projeto estabelecer prazos para o Presidente da República exercer o dever constitucional de prover os cargos públicos.

RAZÕES DO VETO

O Presidente da República negou sanção ao Projeto em face das seguintes razões:

a — "considerando que os cargos públicos são, na quase totalidade, de carreira, tendo, portanto, seu preenchimento condicionado a concurso, a aplicação da norma contida no art. 1º ficará restrita às nomeações para cargos isolados e em comissão, deixando assim, de atingir o objetivo visado";

b — "a obrigatoriedade da nomeação de todos os candidatos habilitados em concurso, no prazo estabelecido, até o limite de vagas existentes, não se coaduna com as normas que devem reger a administração do pessoal com o interesse público";

c — "a competência de prover os cargos públicos conferida ao Presidente da República pela Constituição, embora admita preceito constitucional sua regulamentação por lei ordinária, não deve ficar sujeita à rapidez das disposições do projeto, sob pena de tumultuar os serviços públicos, com consequências imprevisíveis para o Tesouro e inevitáveis demandas judiciais";

d — "retirar do Poder Executivo o direito de decidir da oportunidade do provimento e da extinção de cargos, seria limitar ação do Governo, impedindo inclusive, de suspender temporariamente as nomeações para o serviço público, quando assim julgar necessário, com o sad propósito de restringir os gastos com o pessoal como medida complementar de contenção de despesas públicas";

Com o presente Relatório cremos estar o Congresso Nacional habilitado a se pronunciar sobre o Veto do Sr. Presidente da República, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 1964. — Daniel Krieger, Presidente — José Feliciano, Relator — Melo Braga — Lauro Leitão — Aurino Valois — Pedro Aleixo.

CONCURSO INTERNO PARA TAQUIGRAFO-REVISOR

PROVA DE PRÁTICA LEGISLATIVA

Comunico ao candidato interessado que a Prova Prática Legislativa do concurso interno para Taquígrafo-Revisor será realizada no dia 17 de fevereiro de 1964, às 10 horas, na Sala da Comissão Mista.

Brasília, 17 de fevereiro de 1964. — (s) — Daniel Krieger, Presidente da Comissão Mista — José Feliciano, Relator — Melo Braga, Secretário do Senado Federal.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 35

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

2.ª sessão conjunta da 1.ª sessão legislativa extraordinária da 5.ª legislatura

Em 20 de fevereiro de 1964 às 21 horas e 20 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.182-B-60 na Câmara dos Deputados e n.º 31-59 no Senado, que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos (tendo Relatório, sob n.º 1-64, da Comissão Mista)

SENADO FEDERAL

ATA DA 12ª SESSÃO, EM 18 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E GUIDO MONDIN:

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores.

Zacharias de Asumpção
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
D. x-Huit Rosado
Heribaldo Vieira
Leite Neto
Josaphat Marinho
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Lovovico
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 17 srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reuniões anteriores, que são aprovadas sem debates.

O sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Comunicação de Eleição e Posse

— do Prefeito Municipal de Borba, AM;
— da Mesa da Câmara Municipal de Batalha, PI;
— do Prefeito Municipal de Barreiros, PE;

— do Prefeito Municipal de J. Nabuco, PE;
— do Prefeito Municipal de J. Belmonte, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Bezerros, PE;
— da Diretoria dos Fiscais e Inspectores da Previdência Social de Recife, PE;
— do Prefeito Municipal de Cavaru, PE;
— do Prefeito Municipal de Solânea, PB;
— da Mesa da Câmara Municipal de Píripituba, PB;
— da Mesa da Câmara Municipal de Rio Tinto, PB;
— do Prefeito Municipal de Soledade, PB;
— do Prefeito Municipal de Píripituba, PB;
— da Mesa da Câmara Municipal de Joaquim Gomes, AL;
— do Prefeito Municipal de Taquarana, AL;
— da Diretoria da Associação Baiana dos Estudantes Secundários de Salvador, BA;
— da Diretoria Soteropolitana dos Estudantes Secundários da Cidade do Salvador, BA;
— dos Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Salvador, BA;
— da Diretoria do Clube Social Recreativo de Juazeiro, BA;
— da Diretoria da Associação Beneficente Pró-Melhoramentos de Aragarças, GO;
— da Diretoria da Sociedade Pró-Melhoramento Fama e Via Operária de Goiânia, GO;
— do Comandante da Base Aérea de Brasília, DF;
— do Chefe do Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações contra a Fazenda Nacional — SFPR;
— da Diretoria da União Metropolitana dos Estudantes do Rio, GB;

— do Presidente do I.A.P.L. Rio de Janeiro, GB;
— da Diretoria da Academia Brasileira de Medicina Militar do Rio de Janeiro, GB;
— do Prefeito Municipal de Prado de Minas, MG;
— da Diretoria da União dos Estudantes de Juiz de Fora, MG;
— da Diretoria da Sociedade "Pró-Melhoramento" do Bairro de São Mateus, Juiz de Fora, MG;
— da Câmara Municipal de Montes Claros, MG;
— do Prefeito Municipal de Monte Sião, MG;
— do Prefeito Municipal de Araçatuba, SP;
— do Prefeito Municipal de Araçoiaba da Serra, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Araraquã, SP;
— do Prefeito Municipal de Bauru, SP;
— do Prefeito Municipal de Barretos, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Bento de Abreu, SP;
— do Prefeito Municipal de Boituva, SP;
— do Prefeito Municipal de Caçande, SP;
— do Prefeito Municipal de Cândido Rodrigues, SP;
— do Prefeito Municipal de Cajuru, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Cajuru, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Capivari, SP;
— do Prefeito Municipal de Jaraguatutuba, SP;
— do Prefeito Municipal de Dolcinópolis, SP;
— do Vice-Prefeito Municipal de Dolcinópolis, SP;
— do Prefeito Municipal de Embu, SP;

— do Prefeito Municipal de Camba, SP;
— do Prefeito Municipal de São Paulo.
— do Prefeito Municipal de Itapua, SP;
— do Prefeito Municipal de Itaberá, SP;
— do Prefeito Municipal de Mirim, SP;
— do Prefeito Municipal de Orlandia, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Pinhal, SP;
— da Diretoria da Associação Atlética de Pitangueiras, SP;
— do Prefeito Municipal de Parapuã, SP;
— do Prefeito Municipal de Presidente Bernardes, SP;
— do Prefeito Municipal de Salto São Paulo;
— da Diretoria da Bolsa de Cereais de São Paulo, SP;
— do Prefeito Municipal de Sarutaiá, SP;
— do Prefeito Municipal de São Carlos, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de São Joaquim da Barra, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de São Simão, SP;
— do Prefeito Municipal de Sorocaba, SP;
— da Diretoria do Partido Republicano de São Paulo, SP;
— do Secretário de Estado de Saúde Pública de São Paulo, SP;
— dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo, SP;
— do Vereador João Mangini, de S. José do Rio Preto, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Sarutaiá, SP;

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento da Imprensa Nacional BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNCIONÁRIOS

Table with columns for 'Capital e Interior' and 'Exterior' under both 'REPARTIÇÕES E PARTICULARES' and 'FUNCIONÁRIOS'. Rows include 'Semestre' and 'Ano' with corresponding monetary values in Cr\$.

Excecuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,20.

Requerimento nº 10, de 1964

Senhor Presidente do Senado Federal. Requeiro, nos termos do Regimento Interno, seja solicitado ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, que se digne de informar a razão pela qual ainda não foi cumprido no Estado do Acre, o disposto na Lei nº 3.079, de 22 de dezembro de 1956 regulamentada pelo decreto nº 42.047, de 16-8-1957, referentes à criação de agências da Caixa Econômica Federal.

rio da Marinha, as seguintes informações:

- 1) Em que data foi criado o Grupo de Trabalho para o estudo da paridade entre os servidores do Arsenal de Marinha, Diretoria do Armamento, Base Moraes Régio e outras repartições que executam serviços semelhantes, com os operários navais das empresas privadas?
2) Se foi fixado prazo para o término dos estudos?
3) Se é possível a remessa ao Senado, das primeiras conclusões a respeito do assunto?

Requerimento nº 11, de 1964

Senhor Presidente. Na forma do Regimento Interno e em atendimento ao meu Requerimento número 5-64 requeiro a Vossa Excelência seja solicitada ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a seguinte informação: Onde se encontra o Processo número 134.610-64, de 15.1.64, do SALS, onde há denúncia de graves irregularidades ocorridas na Autarquia, e onde é solicitada intervenção na mesma?

Sala das Sessões, em 31 de janeiro de 1964. — Senador Vasconcellos Torres.

O SR. PRESIDENTE: Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de apoio nem de deliberação do Plenário. Serão, depois de publicados, despachados pela Presidência.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Sr. Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ: Sr. Presidente, Sr. Senadoras, desejo comentar, embora rapidamente, a fala que fez pelo rádio e pela televisão, há alguns dias, o Sr. Darci Ribeiro, Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Requerimento nº 12, de 1964

Sonheia informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Marinha, sobre a paridade entre os servidores do Arsenal de Marinha e outras repartições com os operários navais. (Do Senador Vasconcellos Torres) Sr. Presidente: Nos termos regimentais solicito ao Poder Executivo, através do Ministé-

Devo dizer que só comento essa deplorável peça por se tratar do Chefe da Casa Civil de um Presidente da República. Outra forma não seria, ela mercedora de que um Senador se detivesse em observações.

Realmente, mais do que revolta, aquela exibição barata e cheia de demagogia me causou tristeza e depressão — a depressão de um brasileiro que, por coincidência, é profes-

- da Mesa da Câmara Municipal de Sorocaba, SP.;
da Mesa da Câmara Municipal de Uchoa, SP.;
da Diretoria da Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de Ananina, PR.;
da Mesa da Câmara Municipal de Bela Nova, PR.;
do Prefeito Municipal de Bom Sucesso, PR.;
da Mesa da Câmara Municipal de Coonel Vívida, PR.;
do Prefeito Municipal, de Coronel Vívila, PR.;
da Mesa da Câmara Municipal de Cornélio Procopio, PR.;
Do Diretor Acadêmico de Engenharia de Curitiba, PR.;
do Prefeito Municipal de Jaguariaíta, PR.;
do Prefeito Municipal de Mariporã, PR.;
da Mesa da Câmara Municipal de Mariporã, PR.;
da Mesa da Câmara Municipal de União, PR.;
do Prefeito Municipal de Palmeira, PR.;
do Prefeito Municipal de Paranaguá, PR.;
do Prefeito Municipal de Ribeirão Claro, PR.;
da Diretoria da Associação dos Servidores Públicos Civis Federais da Região Serrana do Estado de Santa Catarina, Lajes, SC.;
da Mesa da Câmara Municipal de Ouro, SP.;
da Diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, Caxias do Sul, RS.;
da Diretoria da Associação Comercial de Lajeado, RS.;
da Diretoria da Sociedade Acadêmica do Curso de Formação de Oficiais de Porto Alegre, RS.;
da Diretoria do Fortaleza Futebol Clube de Rio Grande do Sul, RS.;
do Prefeito Municipal de Tapeira, RS.;
da Diretoria da União Vacariense de Estudantes Secundários de Vacaria, RS.

Respostas do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas a pedidos de informações do Senado: Aviso B-20, de 5 de fevereiro, com referência ao Projeto de Lei da Câmara nº 39-63, que concede pensão vitalícia, no valor de Cr\$ 5.000,00, a Alexandre Sartori, ex-servidor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Aviso B-21, de 17 de fevereiro, com referência ao Requerimento número 544-63, do Sr. Senador Aarão Steinhilber.

Aviso DAI-DIM-5-559, (64), de 4 de fevereiro, do Sr. Ministro das Relações Exteriores — Agradeço a comunicação referente à promulgação do Decreto Legislativo nº 32, de 1963, que aprova o Acordo de Imigração Brasil-Espanha, firmado entre os dois países a 27 de dezembro de 1962.

O SR. PRESIDENTE: Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos.

São lidos os seguintes: Requerimento nº 9, de 1964

Senhor Presidente. Requeiro, regimentalmente, se offereça aos Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social e Sr. Presidente da I.A.P.F.E.S.P., sobre quais os motivos da não instalação de Agências do IAPFESP, nas Cidades de Friburgo e Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro. Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1964. — Senador Aarão Steinhilber

sor universitário e verifica que o reitor de uma universidade brasileira não hesita em lançar mão dos processos mais condenáveis de mistificação e de consciente deturpação da verdade.

Não ouvi a exposição feita no rádio e na televisão. Li, porém, e tenho-o aqui, o texto divulgado pela Agência Nacional — portanto, um texto inteiramente fidedigno.

Trata-se de um resumo que, mesmo em sendo resumo, tão longo é que não comporta análise pormenorizada.

Limitar-me-ei, para ressaltar a falsidade má-fé com que o Chefe da Casa Civil falando em nome do Presidente da República, se dirige ao Brasil e aos brasileiros — limitar-me-ei a apontar meia dúzia de tópicos em que aquela alta autoridade como que se excedeu a si mesma na capacidade de intrujar a ingenuidade do público brasileiro.

Atente-se para o fato, sobre todos impressionante, de que o Chefe da Casa Civil dizia falar pelo Presidente da República.

Há quarenta anos acompanho a vida nacional, e sei que o comediamento de linguagem nunca foi característica da política brasileira. Sempre houve, e provavelmente haverá, excessos ou demasias. Mas, estou certo, é inédito — só agora se começa a verificar no Brasil — a intervenção do próprio Presidente da República, ou, quando não dele, de quem por ele fala oficialmente, descer aos tons e às gradações mais baixas da demagogia e da falsidade.

Um dos tópicos merecedores de especial reparo é aquele em que o Chefe da Casa Civil acomete violentamente contra todos os que criticam a crise na Petrobrás. E dirigindo-se evidentemente à Oposição — porque todo o seu discurso tem como preocupação única acutilar e agredir cegamente a Oposição política nacional — referindo-se aos que criticam a crise da Petrobrás, diz que são os que demonstram um zelo hipócrita porque só desejam a paralização da empresa estatal.

Ora, isto é, extremamente grave, porque até hoje a quase todos os brasileiros, o que se tem dito, e deve ser dito, é que o monopólio do petróleo é intocável. Intocável é a legislação de segurança econômica nacional, que garante o monopólio da exploração do petróleo; não pode ser intocável a empresa que o executa e muito menos podem ser intocáveis os dirigentes que nela corrompem, deturpam e comprometem a causa nacional do monopólio estatal do petróleo.

O Sr. Padre Calazans — Genêde V. Exa. Um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito prazer.

O Sr. Padre Calazans — Então faça a acusação, que esse último episódio vergonhoso da Petrobrás, em qualquer nação em que haja princípio de autoridade, daria cadeis, mormente quando tais fatos são trazidos ao conhecimento do País pelos próprios elementos do Governo.

O SR. MEM DE SÁ — Exatamente. Era o que eu ia dizer.

O Sr. Padre Calazans — Há uma ambição fabulosa, entre eles, para ver quem mais se ocupa.

O SR. MEM DE SÁ — É inadmissível que continue essa espécie de exploração, através da qual se pretende insinuar que a Oposição não é a favor da Petrobrás e do monopólio do petróleo.

A verdade incontestável é que se deve à U. D. N. o monopólio estatal do petróleo, nos termos em que ele hoje se acha, pois a mensagem do

Presidente Getúlio Vargas não a consagrava. Os que atualmente querem sanear a Petrobrás, desejam o aperfeiçoamento e a reestruturação da empresa, para que ela se torne eficiente e atinja as suas finalidades. Esses são, verdadeiramente, os que defendem e protegem o ideal do monopólio estatal do petróleo.

Os que, como o Sr. Darcy Ribeiro, saem às cegas e às toltas, atemorizando quantos querem criticar os cânones da Petrobrás, estes fazem o jogo dos trustes, dos oposicionistas, daqueles que realmente desejam, — com a demoralização da Empresa, a desmoralização do princípio.

Os escândalos que agora ocorrem na Petrobrás, não foram inventados pela Oposição brasileira, mas denunciados pelo General Albino Silva, — pessoa de absoluta confiança do Presidente da República, colocada na presidência da entidade estatal, por gozar dessa confiança, como um prolongamento do Presidente da República na Petrobrás. Os demais escândalos ora denunciados, são dos outros Diretores também nomeados pelo Presidente da República e que gozavam não apenas da confiança deste, como até da confiança dos sindicatos comunistas que, realmente, dominam a Petrobrás.

Mais ainda, o escândalo do superfaturamento já não precisa ser apurado; os demais estão sujeitos a julgamentos, e qualquer juízo que se faça por ora se é imprudente. Mas o superfaturamento já está confessado pelos Décretos que depuseram.

Portanto, não é zelo hipócrita denunciar, criticar, verberar, anatematizar esses escândalos; não é fazer o jogo escuro dos trustes internacionais e dos grupos econômicos privados que pretendem a supressão da Petrobrás; não é perturbar a opinião pública no justo anseio nacional de ver a empresa do petróleo restaurada sã, limpa, limpa da sujeira em que se atolou, para que, com eficiência e ternura não um instrumento dos comunistas mas o instrumento da renovação econômica e do desenvolvimento brasileiro.

O Sr. Padre Ludovico — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Padre Ludovico — V. Ex. diz muito bem. Sei até do fato, especial, da queda de um Coronel do Exército que trabalhava na Petrobrás. Homem de extrema-esquerda mas que não resistiu à influência dos Sindicatos. Para não renunciar aos seus princípios, teve que afastar-se, porque achava aquele ambiente intolerável.

O SR. MEM DE SA — Exato. Não basta na Petrobrás, sequer ser esquelético; não basta nem mesmo ser socialista; não basta ser o mais avesso nacionalista. Condição fundamental é que seja instrumento dócil da corporação sindical comunista organizada que impõe direcionária e técnica a sua vontade, de acordo com seus interesses.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com prazer.

O Sr. Padre Calazans — A verdade é que todo o novo papa para sustentar a Petrobrás. Ela constitui realmente, um bem comum que não pode ser privativo de meia dúzia de aproveitados do Presidente da República.

O SR. MEM DE SA — Prossigo Sr. Presidente.

Outro tópico é o dedicado à regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, e aqui a minha crítica vai ao Sr. Darcy Ribeiro e ao Sr. João Goulart. Ambos cometeram a mesma improbidade intelectual e política. Pretendem impingir à Nação bra-

sileira esta grosseira patranha, de que foi a regulamentação da lei que realizou o ato meritório e benemérito de disciplinar o capital estrangeiro. O próprio Presidente da República, ao assinar a regulamentação, não teve a elementar honestidade de se referir, uma vez sequer, à lei que regulamentava, lei do Congresso e da qual o Executivo de forma alguma participou. Soitam-se girândolas e fazem-se festas protécnicas em torno da regulamentação, como se este fosse o diploma da libertação da economia nacional.

Ora, a regulamentação só poderia ser feita de acordo com a lei, nos termos da lei, dentro dos limites da lei. Tudo que disto exorbitar é ilegal e está destinado a cair perante qualquer pretório de justiça.

Mas o Sr. Darcy Ribeiro volta a insinuar que se faz oposição ao Senhor João Goulart, porque S. Exa. assinou a regulamentação da lei. E, sem o menor pejo ou pudor, afirma fatos que são inteiramente desmentidos pelas estatísticas oficiais.

Afirma que a remessa de lucros, sob todos os títulos, era muito superior ao ingresso de capital. Ora, o Senhor Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, autoridade da mais alta graduação não pode ignorar os órgãos oficiais do País.

O único órgão oficial do País que possui dados a respeito da remessa de lucros e entradas de capitais é a SUMOC.

Desafio o Sr. Darcy Ribeiro, ou a quem quer que seja, a que me traga dados da SUMOC que confirmem aquelas levianas assertivas.

Diz S. Ex. mais expressamente: "cumprira pôr um paradeiro nesta sangria. Daí a assinatura do Decreto que envolvia interesses da ordem de cinco a seis bilhões de cruzeiros".

De onde tira o Sr. Darcy Ribeiro esses dados? Ainda não se fez o recenseamento dos capitais estrangeiros no Brasil. As estimativas são as de que montam a três bilhões de cruzeiros. E diz o Chefe da Casa Civil que há interesses em torno de cinco a seis bilhões de cruzeiros, insinuando que tal e a quantia remetida para fora do País.

E' portanto, homem que, no exercício do posto e falando em nome do Presidente da República, falseia a verdade, para enganar a embair a opinião pública.

Aproveito esta oportunidade para dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a Lei que disciplina a Remessa de Lucros para o Exterior, que aí está, com exceção de três artigos, foi redigida por quem ocupa a tribuna neste momento. Resultou da Comissão Mista de que fui relator, e todas as medidas hoje tidas como salvadoras da economia nacional, com exceção de três artigos, foram propostas por mim. Não as inventei, vali-me dos subsídios que me vieram de outros textos legais, de projetos e de inúmeras sugestões sobre a matéria. Mas o policiamento severo, esse policiamento, que dá margem a que o Presidente da República se enfeite com o título de salvador da economia brasileira, o policiamento sobre a remessa de "royalties", de assistência técnica, sobre a defesa dos interesses brasileiros, tudo isso foi aprovado pela Comissão Mista. Só três artigos foram introduzidos na Câmara.

Aqui é o momento de chamar a atenção para uma das curiosidades mais estranhas que se possa imaginar neste País.

O Presidente da República, no discurso que fez ao assinar a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros — e, agora, o Chefe da Casa Civil novamente — insiste em fazer uma distinção, distinção que o jornalista Pedro Dantas, com muita graça e ironia define, em capital "salafrário" e capital "boa praça" — o

Presidente da República, naquele discurso, pretende que haja dois tipos de capital estrangeiro: um, que o jornalista Pedro Dantas chamou muito bem de "salafrário", e outro, o capital "boa praça", isto é, o capital que, segundo eles, vem promover a riqueza nacional, conia o outro, o espoliativo etc.

O próprio Sr. Darcy Ribeiro termina o tópico com a inuição de que "não houve qualquer intuito de hostilidade ao capital estrangeiro que vem colaborar conosco e traz seus capitais e suas máquinas". Quer dizer, o capital "boa praça" é aquele que traz as máquinas e o diploma.

Pois bem, Sr. Presidente e Senhores Senadores, a Câmara dos Deputados, pela manobra do "grupo compacto nacionalista", quando introduziu os três artigos que não constavam do Substitutivo da Comissão Mista, e ocoimou de um artigo. De acordo com o seu Regimento Interno, a Câmara dos Deputados podia recusar alguns dispositivos do Substitutivo vindo do Senado, substituindo-os por disposições do projeto original da própria Câmara. E assim procedeu, através de emenda do Grupo Compacto.

Mas, qual foi o artigo apontado para ser excluído do Substitutivo? O art. 31. Que dizia esse art. 31, de minha autoria? Dizia que o capital estrangeiro que não visse aplicar-se na produção de bens e serviços ou — aqui uma sugestão do Deputado Daniel Faiaço — que se aplicasse na produção de bens secundários, como tais definidos pelo Conselho Nacional de Economia, esse capital só teria direito a remeter 8 por cento de lucro para o Exterior.

Nessa disposição do Projeto havia, realmente, o castigo ao capital que não se aplicasse na produção, que se investisse em bens secundários e, portanto, ociosos. Mas o artigo foi excluído pela fina flor da vanguarda nacionalista do Brasil!

Prossigo, Sr. Presidente. O Senhor Darcy Ribeiro, na apresentação obediente de, por todas as formas, eretar o Presidente da República no conceito nacional e disciplinar a Oposição, insinua que esta se manifesta contra o Presidente porque entre outras coisas, ele apoia, estimula de todas as maneiras, fomenta e incentiva a SUDENE.

Há desta forma abliqua, a pretensão de dizer-se que nos da Oposição, não apoiamos a SUDENE e que, ao contrário, nos despostos a atitude de prestígio e de reforço que lhe dá o Presidente da República.

Penso não estarem presentes na Casa alguns dos Senadores do Nordeste do Brasil para que não, em depò, o que por demais se sabe.

A SUDENE, como a Petrobrás, tem tido o apoio indiscriminado da Nação e de todos os partidos políticos. Não há um só que a tenha como tal agredido ou lhe feito restrição. Ainda recentemente, votou-se a lei que dava recursos para execução do programa da SUDENE. Recordo bem que o Senador Dinarte Matiz foi o relator do Projeto, e ninguém mais do que S. Exa. defendeu a SUDENE e lhe aumentou as verbas. E', por isto, mais uma insinuação pífida e indigna a que faz o Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Há pior, porém, em matéria de coragem de afirmar: é um tópico digno de figurar numa antologia, que se escrevesse, de patranhas internacionais.

Diz o Sr. Chefe da Casa Civil, falando em nome do Presidente da República — e exalta a troca de correspondência entre o Presidente João Goulart e o Presidente Charles de Gaulle — diz que graças a essa atitude do Sr. João Goulart foi restabelecido o ambiente de amizade secundariamente reinante entre a França e o Brasil. Até aqui nada de mais. Ouçam, porém, os nobres colegas o

que se segue e que, se não tivesse lido com os meus olhos o texto oficial da Agência Nacional, não creiria fosse verdade:

"Graças a esses contactos o restabelecimento das relações diplomáticas normais entre brasileiros e franceses abre a nossa economia possibilidade de acesso ao Mercado Comum Europeu, uma organização econômica das mais fechadas do mundo que fechada estava e fechada permanecia para o Brasil, se o Senhor João Goulart não tivesse tido a iniciativa de conspirar através daquela troca de cartas com o Presidente de Gaulle".

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Ex. outro aparte? (Assombrado do orador) — O Sr. Darcy Ribeiro, pelo menos, podia ter prestado um serviço em torno disso, dizendo uma vez a verdade — isto é, as razões por que ficaram tensas as relações diplomáticas do Brasil com a França, razões que conhecemos através das reuniões secretas da Comissão de Relações Exteriores, em que o Senhor Embaixador convocado para depor. Agora, o que pensa o Sr. Darcy Ribeiro é que a Nação brasileira é constituída de sotaia, de idiotas e meia dúzia de "salafrários" que estão acastelados no Palácio do Planalto.

O SR. MEM DE SA — O Senhor Darcy Ribeiro não tem respeito pelo povo brasileiro!

O Sr. Padre Calazans — E um monstro!

O SR. MEM DE SA — E' o que mais revolta me causa! Entendo que um político, um homem que ocupa um alto cargo na vida pública, não, como p' outro dever, o não se ao povo. Não se respeito para se amar; não se ama quando não há respeito. O Sr. Darcy Ribeiro não ama, nem respeita, porque entende que o povo brasileiro, com o seu trabalho — e a culpa disso é do Governo — está completamente aniquilado e constituído de sotaia milhões de dólares mortos.

O Sr. Padre Calazans — E de meia dúzia de sítios encastelados no Palácio do Planalto!

O SR. MEM DE SA — E' difícil agredir com mais violência a verdade do que S. Ex. o faz.

O mais e parasso é que S. Ex. falando em nome do Presidente da República, se esqueceu de que há poucos meses, o Ministro do Trabalho e Comércio do Governo atual esteve na Alemanha onde obteve um empréstimo de quantos milhões de dólares para o Brasil. Esqueceu-se de que a Alemanha, como a Itália, a França e a Holanda continuam a ser dos maiores fornecedores do café brasileiro; depois dos Estados Unidos, são os maiores exportadores que continuam, apesar do Mercado Comum Europeu.

De modo que este tópico da verga de S. Ex. merece apenas o silêncio, um silêncio que exprima, melhor do que quaisquer palavras, a desaprovação e o protesto do Senado brasileiro contra quem de tal forma desrespeita o povo.

Há, todavia, outro trecho igualmente espantoso, que nos custa admitir tenha saído da boca do Reitor de uma Universidade brasileira.

Eis o tópico, no texto oficial:

"Baixar o dólar de Cr\$ 1.500,00 para Cr\$ 500,00 não é muito difícil. Mas, em que medida isto interessa ao povo? O povo não tem lucros para remeter para o Exterior. Não faz contrabando nem viaja ao estrangeiro."

O Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, o Chefe da Casa Civil, falando em nome do Presidente da República começa por declarar esta incrível filúcia: baixar o dólar de

Cr\$ 1.500,00 para Cr\$ 500,00 não é muito difícil! (Risos)

E, depois, afirma que o dólar só tem estas utilidades: remeter lucros, fazer contrabando e viagem de turistas! Para mais nada serve o dólar.

De modo que o petróleo não depende do preço do dólar, no modo de pensar do Reitor Magnífico, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República! É indiferente que o trigo — alimento do nosso povo — esteja a Cr\$ 1.500,00 ou Cr\$ 500,00... Ora, para o povo, não há interesse! Que pague pelo preço do pão três ou quatro vezes mais! Provavelmente responder-me-á o Professor que o dólar para o petróleo e para o trigo se mantém em Cr\$ 600,00 e que, portanto, o povo não sofre.

Sofre sim, além de tudo, a mentira e a mistificação, porque, na realidade, o dólar é mantido artificialmente em Cr\$ 600,00 para importação de petróleo, de trigo e de papel de imprensa. Mas, em compensação, o Brasil precisa emitir trinta ou quarenta bilhões de cruzeiros para realizar esta proeza. Então, o povo paga tal como se o dólar realmente custasse Cr\$ 1.500,00. E o que se pode chamar de "mágica besta". O Governo mantém o dólar a Cr\$ 600,00 e emite quarenta bilhões, para que o povo seja iludido!

O Sr. Padre Calazans — Como é eminentemente esse "sábio" Darcy Ribeiro!

O SR. MEM DE SÁ — O que é preciso registrar é que para o Reitor da Universidade de Brasília atual Chefe da Casa Civil o dólar baixo não interessa ao povo; a indústria nacional não precisa de nada, não precisa de dólar; o Brasil não precisa de matérias-primas, de equipamentos, de enxofre, que é chamado o pão da indústria; não precisa de metais não ferrosos, dos quais não dispomos, infelizmente, no nosso subsolo. Enfim, o Brasil "não precisa" de nada e o povo "não se interessa" pelo preço do dólar porque não faz contrabando, não remete lucros e não faz viagens ao estrangeiro...

Outro trecho que revela a capacidade de afirmar do Sr. Darcy Ribeiro é este *ipsis verbis*:

"... a página negra da história brasileira que significou aquele depósito de armas destinadas a chacinhar a família do Presidente da República. A Nação inteira estareceu-se diante desses fatos, aos quais estavam ligados mais ou menos, mais uma vez, aqueles bacharéis do Parlamento opoisionistas."

Vejam V. Exas.! Depois do famoso episódio da tentativa frustrada de sequestro do Governador da Guanabara, surgiu como maneira de amortecer o escândalo, o caso do depósito de armas em Jacarepaguá.

O Governo teve a respeito dos dois episódios atitude diametralmente oposta; no episódio denunciado pela Oposição, do sequestro do Governador da Guanabara, o Governo não admitiu se realizasse um inquérito policial-militar. Seja mais uma vez lembrado que a Oposição da UDN, insistiu nesta proposta; sugeriu que se se instaurasse o inquérito policial-militar, ela abriria mão do seu direito de requerer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Governo foi inamovível: não criou a Comissão de Inquérito Policial-militar e impediu, através da sua força política, que a Comissão Parlamentar de Inquérito realizasse a sua missão.

A respeito do depósito de armas em Jacarepaguá foi imediatamente organizada — como devia ser — uma Comissão de Inquérito Policial-Militar. Desta Comissão, como é evi-

dente e óbvio, a Oposição não participou. Foi integrada por elementos da mais alta graduação do Exército, da maior dignidade profissional, e chegou a resultados que são públicos, que não podem ser desconhecidos de ninguém.

Não há neles a mais leve alusão, a mais leve e remota insinuação de que o depósito de armas tinha qualquer vinculação com o atentado à família do Presidente da República, que, de resto, vai a toda parte menos a Jacarepaguá. (Riso)

Pois bem, é o Sr. Darcy Ribeiro quem vem agora, depois do inquérito policial-militar, afirmar, como se fosse a meridiana verdade, que houve uma página negra da história do Brasil — o depósito "destinado a chacinhar" a família do Presidente da República.

Creio que S. Exa. é adepto daquela velha sentença de Voltaire: *Mentez, mentez toujours; il y en restera quelque chose*. Parece que a sua preocupação é esta: que fique alguma coisa. E então, para que fique um resíduo aprecíavel, despeja toneladas de mentiras.

E termina a arenga criando a figura do que ele chama "o clube dos contemplados".

(Lendo):

"No Brasil, existe o clube dos contemplados, de cinco milhões de habitantes, em luta contra o clube dos pobres, dos oprimidos, dos espoliados, que são setenta milhões."

E aí desenvolve a sua oratória de cômico suburbano, na qual se vê que S. Exa. continua sendo um adepto fervoroso de Marx, que pregava como instrumento fundamental para a derrubada da burguesia a luta de classes. Insinua-se a luta de classes, levando o povo a crer que os que têm alguma coisa no Brasil pertencem a sua associação secreta que conspira contra os que não têm.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que há uma classe de privilegiados no Brasil. Não há dúvida de que há iniquidades sociais berrantes. Não há dúvida de que o capitalista e o proprietário, muitas vezes, ao sair da missa, esquecem a doutrina cristã que lá ouviram pregar. Não há dúvida de que há uma série de reformas profundas a empreender no Brasil para melhorar a situação das nossas massas. E talvez uma das primeiras medidas seja termos um Governo em que um Chefe de Casa Civil não seja capaz de baixar a esse extremo.

Mas, o Clube dos Contemplados não duvida de que haja. Quero, porém, dizer ao orador da noite de sexta-feira e a todos quantos possam ouvir minhas palavras, que dentro do Clube dos Contemplados existe um grupo fechado, que na linguagem atual se poderia chamar o *top set* do Clube dos Contemplados. Esse grupo, Sr. Presidente e Senhores Senadores, é constituído pelos que ganham bilhões de cruzeiros por ano nos escândalos do café denunciado e comprovado em inquérito parlamentar; esse Clube é constituído por empreiteiros que ganham o que não é lícito sequer imaginar. E é integrado também pelos intermediários que obtêm o "autorizo" do Presidente da República, dispensando a concorrência pública para que os empreiteiros engordem — como tanto tem denunciado e comprovado, na Câmara dos Deputados, e nobre deputado Antonio Carlos Magalhães. Deste Clube, do *top set* dos contemplados, fazem parte os que vendem decretos de nomeações nos corredores do Palácio do Planalto e os participantes das negociações dos institutos, negociatas

que não são denunciadas apenas pelos membros da Oposição, mas pelo que ainda há de melhor no PTB, como ainda há pouco tempo se viu a respeito do SAFP.

Do *top set* fazem parte também, os que nomeiam parentes e afilhados para cargos polpudos. A esse respeito, trago aqui, um recorde do "Jornal do Brasil", com a entrevista do Sr. Mário Cabral, ex-Administrador do Porto do Rio de Janeiro. O engenheiro Mário Cabral foi demitido devido a uma greve. A greve era contra a nomeação de afilhados que haviam, no dizer da Associação dos Portuários, entrado "pela janela". Então o Sr. Mário Cabral, pessoa de confiança do Presidente da República, demitido, faz, entre outras, estas declarações que lerci: (Lê):

"Só tive conhecimento das nomeações quando leu as portarias no "Diário Oficial", cabendo ao Presidente da República a nomeação e a publicação, através da Casa Civil. Informou o Sr. Mário Cabral que os nomeados que já tomaram posse nos "cargos polpudos", são todos pessoas com ligação com o Governo, como um filho do Almirante Aragão, um sobrinho do Ministro da Aeronáutica, um irmão do Sr. João Pinheiro Neto, um primo do Sr. Darcy Ribeiro";

Esta gente faz parte do *top set* do clube dos contemplados.

O Sr. Padre Calazans — São gansters.

O Sr. Mem de Sá — Fazem parte desse clube os super faturadores, os que fazem super e sub faturamento. Não apenas as empresas estrangeiras, Sr. Presidente — não duvido que elas também usem — mas muitos brasileiros, muitos "nacionalistas" fazem super faturamento e sub faturamento e têm reservas de dólares. Há muita gente bem chegada às altas esferas oficiais que fazem parte do *top set* e que está remetendo dinheiro brasileiro para fora do Brasil. Diz o Sr. Darcy Ribeiro que o Brasil, através das empresas estrangeiras, sofre uma sangria de dólares; pois ele está sofrendo sangria de dólares dos brasileiros que estão investindo no Uruguai, em Portugal e na França. Os nomes são muito conhecidos, fazem parte do *top set* do Sr. Presidente da República.

O Sr. Padre Calazans — Alguns foram Ministros seus.

O SR. MEM DE SÁ — Estes todos e mais os intermediários dos grandes negócios, os que conseguem créditos nos Bancos oficiais a 12% ao ano, os milhares de parasitas que são nomeados apenas para receber dinheiro no fim do mês. São milhares de nomeados pelo Governo; alguns ganham seiscentos mil cruzeiros aqui em Brasília, apenas para assinar a folha de pagamento.

Estes fazem parte do *top set* e mais os outros, os comedores das comissões dos grandes negócios, os grandes negócios que vão desde a linha termoeletrica do Rio Grande, que denunciarei desta tribuna, com dados oficiais.

O Sr. Padre Calazans — Abre certas exportações.

O SR. MEM DE SÁ — ...este as grandes transações internacionais, que não podem ser articuladas porque não deixam os elementos de prova material.

O Sr. Darcy Ribeiro que procure os elementos do *top set* do clube dos contemplados e que não precisará ir muito longe da cadeira em que está sentado, para por as mãos e os olhos em muitos deles.

O Sr. Padre Calazans — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com prazer.

O Sr. Padre Calazans — Vossa Excelência me faz lembrar palavras do Padre Vieira, no Sermão do bom ladrão. É bem verdade que estamos tratando do "mau ladrão". Em Roma um dia, assistir estarecido o espetáculo: o grande ladrão levando o pequeno ladrão para a cadeia, debaixo de vara. E disse: Paraí homens, e vede este espetáculo inédito: um grande ladrão leva um pequeno ladrão para a cadeia. (Risos)

O SR. MEM DE SÁ — Agradeço mensalmente a preciosa colaboração que Vossa Excelência traz, com o traço da erudição e do cáustico da ironia. É esta a verdade. Desejo que o Sr. Darcy Ribeiro não faça parte do *top set* deste clube dos contemplados. Formo e desejo formar bom juízo de sua proibição em matéria de dinheiros públicos, já que dá tão mau atestado de sua probidade intelectual.

O Sr. Padre Calazans — Há um provérbio espanhol que diz: Não é apenas ladrão quem pula o muro, mas quem põe a escada para o ladrão pular.

O SR. MEM DE SÁ — Quero crer que o Sr. Darcy Ribeiro não faça parte dessas classes que arrotam...

O Sr. Padre Calazans — É o Chefe da Casa Civil.

O SR. MEM DE SÁ — ...mas uma coisa é certa: com discursos como este se serve e defende a matilha da corrupção, das ratananas, das safadezas e dos escândalos...

Sr. Padre Calazans — Carrega a escada para...

O SR. MEM DE SÁ — ...que faz, dentro do "Clube dos Contemplados", a exploração dos brasileiros.

Encerro, Sr. Presidente, com as palavras com que comecei: Muito mais do que protesto e revolta há, no que acabo de dizer, tristeza e abatimento. Punge-me realmente o coração, dói-me verdadeiramente o espírito, como brasileiro e como professor, verificar que o Reitor de uma Universidade se apresenta como um primário demagogo dizendo o que acabo de comentar e que, em realidade, não tem comentários. *Muito bem; Muito bem, Palmas.*

O orador é cumprimentado

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

Lê o seguinte discurso: Sr. Presidente, Senhores Senadores:

Há cerca de quinze dias tive oportunidade de visitar meu Estado, quando o povo piauiense comemorava o primeiro aniversário do Governo Petrônio Portela. Foi com grande satisfação que verifiquei a magnífica obra que o meu correligionário realiza no Estado, não só abrindo novas perspectivas de progresso e desenvolvimento, como criando uma mentalidade nova de mais trabalho para melhor bem-estar. E com grande alegria que os piauienses observam a atividade do Governador Petrônio Portela, que não lhes trouxe desilusões e decepções; que o voto depositado na urna, está correspondendo amplamente aos anseios do Piauí.

Se de um lado estas notícias auspiciosas, por outro não posso deixar de relatar o que está ocorrendo no sul do meu Estado. Pretendia, assim que retornei à Capital da República, proferir discurso da tribuna do Senado, a fim de alertar o Governo Federal sobre as consequências das grandes inundações do Rio Gurguéia e seus afluentes e, já agora, do Rio Piauí. Não tendo sido possível usar a tribuna, dirigi telegramas aos Senhores Presidente da República e Ministro da Saúde, expondo o problema e solicitando as providências que o caso estava a pedir, dado o aspecto de calamidade pública da situação. Acredito, Sr. Presidente, que essas

altas autoridades tenham determina-

do as medidas que o caso exige; contudo, como até o presente momento não tive qualquer notícia a respeito e em que consistiram, renovo, neste momento, o apêlo.

Recebi, Senhores Senadores os seguintes telegramas do Governador Petrólio Portela:

Chuvvas estão caindo. Rio Paranaíba inunda diver as cidades, causando desabamentos, casas e destruindo lavoura. Cidades Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Palmeirais e Palmeira do Piauí mais atingidas, exigindo prontas e imediatas providências. Ais. sds. Governador Piauí.

Outro telegrama, pelo telx, nos seguintes termos:

Continuam enchentes agora inundando cidades e regiões banhadas rio Piauí. Petrólio Portela, Governador Piauí.

Venho recebendo ainda, Senhores Senadores, telegramas de diversos prefeitos da região do Vale do Gurguéia e de seus afluentes (da zona do Rio Piauí, em que não conta da gravidade da situação. Leto e ses telegramas:

Do Prefeito de São João do Piauí: "Conhecimento prezado coestaduano acabe telegrafar Senhor Presidente República, informando prejuizos causados proprietários este município virtude inundação Rio Piauí. Encareço ilustre representante bons officios sentido obtenção meios amparar situação atravessa economia esta comuna. Saudações. Costa Neto, Prefeito Municipal".

Do Prefeito de Cristino Castro: "Inundação rio Gurguéia causando incalculáveis prejuizos. Lavouras totalmente destruídas, cercas roças arrancadas, casas igualmente destruídas, outras desmoronando, criação perecendo afogada, povo aflito. Há escassez gêneros alimentícios. Situação verdadeiramente calamitosa. Levando conhecimento Vossencia angustiosa situação, pedimos solicitar Senhor Presidente República e altas autoridades nação assistência população este município. Saudações, José Silva Martins, Prefeito Municipal".

Do Prefeito de Bom Jesus do Gurguéia: "Em meu nome e do povo bonjesuense, apelamos digno representante vossa valiosa colaboração junto poderes competentes sentido conseguirem auxílio urgente vítimas inundações jamais verificadas rio Gurguéia, que dizimou completamente lavouras município, feitas em suas margens, e grandes rebanhos, com propagação epidemias causadoras várias vítimas. Encontramo-nos completamente isolados, sem qualquer espécie comunicações. Situação mais que angustiosa, sem indícios atenuação até presente, com prenúncio ser povo este município e demais zonas gurguéias levado à miséria e completo desamparo. Saudações. Albérico Costa-Rosal, Prefeito Municipal".

Do Prefeito de Corrente: "Fortes aguacéiros, grande inundação destruindo casas, propriedades e plantações, causando sérios prejuizos nosso município. Apelamos nobre

amigo providenciar junto poderes competentes alimentos, medicamentos, especialmente causa malária. Estradas intransitáveis impedem entrada caminhões, havendo assim grande crise açúcar, café, trigo, arroz, etc. Verdadeira calamidade ameaçando região interior. Esperamos socorro via FAE com auxílio pedido. Saudações. Cecília Cunha Nogueira Prefeito Municipal".

Do Deputado Waldemar Macedo, de São Raimundo Nonato: "Comunco ilustre amigo enchentes causando sérios prejuizos sul piauiense. Nesta cidade vivendo clima aflitivo, perigando destruição parte da mesma, devido perigo arroamento acudas Jurema, Bonfim e Aldeia. Estamos falta absoluta gêneros primeira necessidade, especialmente açúcar, gordura e arroz. Pobreza passando fome. Telegrafamos Governador e Senhor Presidente República, comunicando e pedindo urgência socorros. Pedimos sua intervenção junto Presidente João Goulart. Campo oferece condições receber avião Douglas. Estradas intransitáveis, inclusive Remanso, única fonte abastecimento pedereiros recorrer. Chovendo desde início dezembro, continua, e torrencialmente. Abraços. Waldemar Macedo".

Observa-se, Senhor Presidente, a verdadeira situação de calamidade pública de uma extensa região do sul do meu Estado. Apelos têm sido dirigidos pelo Governador Petrólio Portela ao Senhor Presidente da República a fim de que volte, também, os seus olhos para o Estado do Piauí e que dê o mesmo tratamento que muito justamente deu a outras unidades da Federação atingidas por chuvas e inundação. É o que esperamos, nós os piauienses, do Governo Federal. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- Dinarte Mariz
Jefferson de Aguiar
Vasconcelos Torres
Afonso Arnas.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, marcando outra para amanhã, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 19 de fevereiro de 1964

(Quarta-feira)

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A 3, na Casa de origem) que aprova o Acórdo Básico de Cooperaçõ, Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962 tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emi-

tir selos comemorativos do cinquentenário da função da Prelazia do "Alto Solimões", tendo parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7 A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Enchimentos, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo pareceres, sob ns. 806 a 838, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.403-B 61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá curas provisórias, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 834 e 825, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria), Barros Maltos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 6, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Flicial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1 CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e dá Convenção para revisão parcial das Convenções adotada pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Votação em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício) e Sigfrido Pacheco (Líder do PSD) em exercício e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 323, nº 5 C do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza e Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora que apresenta a Taquígrafia-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A 62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo Gen. ral Albino Silva, Presidente da Petrobrás, S.A., em caráter oficial e publicada em 16 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do Gen. ral Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a Sessão.

"Levanta se a Sessão às 10 horas e 10 minutos".

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo	Melo Braga
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvio Péricles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Carla Noqueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Guilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Catete Pinheiro	PTB
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretaria: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

Reuniões: Quarta-feiras às 18 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Juca
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Juca	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Juca
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvaenga Mafra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLÍGONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jusá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretaria: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretaria: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guilomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Gluberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfänder.
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigfredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mdê Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Müller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zaccarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfänder.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS.

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.192-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB
- Edmundo Levi — PTB
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 541-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
- Josaphat Marinho — S. Legenda.
- Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.101, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Juizeta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigfredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigfredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 15 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ª feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD
- Sigfredo Pacheco — PSD.
- José Ermirio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (8) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S. Legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigfredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
 - Heitor Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Carneira — PSP.
 - Juarez Távora — PDC.
 - Evaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

1) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 600-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de zembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krueger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CARGO DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 603-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.149-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 733-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

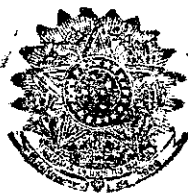
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(23.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 31

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

2.ª sessão conjunta da 1.ª sessão legislativa extraordinária da 5.ª legislatura

Em 20 de fevereiro de 1964 às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.182-B-60 na Câmara dos Deputados e nº 31-59 no Senado, que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos (tendo Relatório, sob nº 1-64, da Comissão Mista)

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO, EM 19 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E RUI PALMEIRA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Dinarte Mariz
Rui Palmeira
Heribaldo Vieira
Leite Neto
Josaphat Marinho
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Padre Calazans
Moura Andrade.
Pedro Ludovico
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá (18).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

SR. PRESIDENTE:

Não há expediente para leitura. Sobre a mesa requerimento que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário:

São lidos os seguintes:

Requerimento de Informações Nº 13, de 1964

Solicita informações, ao Poder Executivo, através do SPI, sobre massacre de índios.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Na forma regimental solicito ao Poder Executivo, através do Serviço de Proteção aos Índios, informações sobre sucessivos massacres de indígenas, e diferentes regiões onde estão localizadas tribos, bem como o inteiro teor da denúncia oficial apresentada pelo digno e culto diretor daquela repartição, o sanitarista Noel Nutels.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 1964. — Senador Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 14, de 1964

Senhor Presidente.

Requero, regimentalmente, se oficiem aos Srs. Ministros do Trabalho e Previdência Social e Viação e Obras Públicas, para que informem as razões do não aproveitamento de todos os marítimos, que serviam em Empresas de Navegação de Capital Privado, e que tiveram as suas atividades interrompidas.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 1964. — Aarão Steinbruck.

Requerimento nº 15, de 1964

Solicita informação ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre o funcionamento do Hospital do IAPC em Niterói.

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Requero, na forma regimental, seja solicitada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a seguinte informação:

— Motivos pelos quais não foi ainda posto a funcionar o improvisado Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, em Niterói, cujas obras de adaptação arrastam-se há seis anos, lá havendo com-umidade cerca de 70 milhões de cruzetiros.

Justificação

Vinte e cinco mil comerciantes, contribuintes do IAPC, residem nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Admitindo-se a existência de três dependentes para cada um deles, serão 100 mil pessoas precisando de assistência médico-hospitalar do Instituto. Dessas 100 mil pessoas, de 400 a 2.000 pelo menos estarão, no presente momento crescendo de internação em hospital.

Acontece que não existe hospital para a internação. Isso entretanto, não quer dizer que muito dinheiro dos comerciantes já não tenha sido gasto sob o pretexto de preparar o hospital que a eles deverá servir. As obras do mesmo estão sendo feitas no velho e acanhado prédio da anti-

ga Maternidade Municipal de Niterói; e quando tudo estiver pronto os vinte e cinco mil comerciantes a que nos referimos e seus 75 mil dependentes terão 46 leitos à disposição.

Mas, seis anos já passaram desde que as obras tiveram início. Informações correntes, não contestadas, dizem que 70 milhões de cruzetiros já foram enterrados no pardieiro — e nada de hospital, até hoje para os comerciantes de Niterói e São Gonçalo.

Que explicações haverá para tal absurdo?

Sala das Sessões — 1964. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos não dependem de relatório, nem deliberação do Plenário Senador, depois de publicados, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Projeto de Resolução.

É lido o seguinte

Projeto de Resolução Nº 2, de 1964

Altera o art. 158 do Regulamento Interno.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 158 do Regulamento Interno passa a ser a seguinte redação:

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 95,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 75,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vales postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

De fato, com os pequenos recursos de que dispõe a maioria de nossas comunas, impossível se torna a execução de providências — compreendidas no campo da competência municipal — julgadas inadiáveis e de significação vital para os destinos do Município.

Nessa ordem de medidas, pede ser incluída, com destaque, a pertinente à construção de trechos rodoviários, ligando os setores de produção municipal.

A aquisição de maquinaria pelos Municípios, pelo progressivo e alto custo que a mesma alcança no mercado, se torna impraticável, criando, em consequência, situações de desespero para as populações interioranas e, ao mesmo tempo, sérios entraves ao progresso de numerosas regiões do País.

A solução que o presente projeto preconiza, ao estabelecer facilidades para aquisição de máquinas rodoviárias, além de atender, de imediato, aos reclamos do problema econômico, oferecendo, mediante oportunidade a uma revisão agrária, pois incrementará a construção de redes rodoviárias — permitindo o deslocamento de populações para o interior — que servirão de grande atrativo para aqueles que desejam produzir na agricultura, na pecuária ou em qualquer outra forma de atividade agro-pastoril, pelas facilidades que observarão, no que tange ao rápido e eficiente escoamento da produção.

Sala das Sessões, em 31 de janeiro de 1964. — Antônio Carlos. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Adolfo Franco. — Melo Braga.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado Nº 5, de 1964

Altera normas de elaboração estatística do Sistema Nacional de Transportes e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao artigo 1º, item IV do Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961, que instituiu o Conselho Nacional de Transporte, as seguintes alíneas:

a) o prazo de publicação das estatísticas elaboradas pelo Conselho Nacional de Transporte não será superior a um (1) ano, a contar da data do término do ano fiscal próximo passado;

b) os quadros estatísticos conterão, além dos dados que permitam a análise ou o estabelecimento de perspectivas de crescimento do sistema de transporte e suas projeções no mercado interno brasileiro, os índices, coeficientes ou cifras que representem explicitamente o trecho da via, a natureza da carga, o sentido e a intensidade do fluxo de transporte (origem e o destino) e as taxas de evolução da procura e da oferta em cada mercado regional e meio de transporte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Decreto nº 430-63, que instituiu o Conselho Nacional de Transporte, não apenas é omissivo quanto ao prazo de publicação, mas também não salientou expressamente a necessidade de se medir as variações especiais e de intensidade dos fluxos internos

de carregamento, ou seja, não foi ao encontro da necessidade que o País tem hoje de estimar seu desenvolvimento através de melhores amostragens.

São comuns, também, expressões tais como: "as causas determinantes dos diferentes traçados (ferroviários) na época, estão, atualmente, superadas", e que "em face das condições históricas da implantação dos sistemas ferroviários, existem sérias dificuldades na sua exploração" (pg. 312 — Revista do Conselho Nacional de Economia — março 1963). Não obstante, o citado órgão e a moderna técnica de planejamento sócio-econômico sugerem a estatística como o elo, o método aproximado de estabelecimento da relação entre as ciências sociais e as naturais (Análises e Projeções do Desenvolvimento Econômico — CEPAL — ONU — publicação de 1956 nº E/CN 12-363).

Assim sendo, — e como legislação em vigor não dispõe sobre esta matéria que, além de ser uma especialização, envolve categorias e objetivos do poder nacional — imaginamos que a elaboração estatística — dentro de um sistema de contabilidade social que vise ao aumento do consumo do mercado interno brasileiro — mereça nova regulamentação técnica e outra dimensão política como a do presente projeto.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 1964. — Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Comunicações e Obras Públicas.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 430, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1961

"Institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências".

O Presidente do Conselho de Ministros, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, item III da Emenda Constitucional nº 4 de 2 de setembro de 1961, decreta:

Art. 1º Fica instituído no Ministério da Viação e Obras Públicas o Conselho Nacional de Transportes (CNT), com a finalidade:

I — estudar e propor a definição da política geral de transportes do País;

II — estudar e propor a coordenação dos investimentos federais no sistema de transportes;

III — recomendar a orientação a ser seguida pelos órgãos federais com competência em matéria de transportes, visando:

a) a exploração econômica de cada um;

b) ao planejamento de seus investimentos, inclusive critério de prioridade;

c) a coordenação técnica dos diversos meios;

d) a eficiência na operação do sistema;

IV — levantar ou consolidar, anualmente, as estatísticas e contas nacionais de transporte, especialmente, em relação a:

a) tráfego;

b) resultados técnicos e financeiros da operação de cada meio de transporte;

c) custos totais de operação do sistema de transportes, apurando os pagos pelos usuários e os suportados pela coletividade, bem como os dispêndios cambiais, de cada meio de transporte;

d) fatores empregados na produção dos serviços de transportes; e

e) investimentos executados ou programados;

V — manter atualizadas as informações sobre características, estado e capacidade das vias, equipamentos e instalações do sistema nacional de transportes;

VI — estudar os fluxos de trocas, internos e externos, com vistas ao

Art. 158. A sessão ordinária terá início às quatorze horas e 30 minutos, pelo relógio do Plenário, presentes no recinto, pelo menos, dezessete Senadores e durará no máximo quatro horas, salvo prorrogação. Constatada a presença legal para abertura dos trabalhos, o Presidente declarará aberta a sessão, pronunciando a seguinte frase, que será ouvida de pé por todo o Plenário: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

Em recente deliberação, a Câmara dos Deputados resolveu que suas sessões serão abertas invocando o Presidente a "proteção de Deus".

A Constituição vigente foi elaborada sob a "proteção de Deus", conforme consta de seu preâmbulo, e a imagem de Cristo está intronizada neste Plenário.

Julgamos desnecessárias maiores considerações, tão evidente a conveniência e oportunidade da proposição.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 1964. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto que acaba de ser lido, ficará sobre a Mesa durante três sessões, a fim de que os Srs. Senadores possam oferecer emendas ao mesmo.

Há ainda dois projetos que vão ser lidos pelo 1º Secretário.

São lidos e apoiados os seguintes:

Projeto de Lei do Senado Nº 4, de 1964

Autoriza a Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A. a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais, para aquisição de veículos rodoviários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E a Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A. autorizada a efetivar operações de financiamento às Prefeituras Municipais, para aquisição de máquinas rodoviárias.

Parágrafo único. O financiamento de que trata este artigo, que será amortizado no prazo de 10 (dez) anos, contados da data de lavratura do respectivo contrato, terá como garantia a quota do imposto de consumo devida ao Município contratante.

Art. 2º Somente as Prefeituras de Arrecadação municipal não superior a Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) poderão beneficiar-se do disposto nesta lei.

Art. 3º O Banco do Brasil S. A. reservará, pelo menos, Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), dos recursos anuais destinados às suas Carteiras de Crédito Geral para atendimento do preceituado nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente Projeto representa, sobretudo, uma colaboração efetiva para a solução de problema que, de longa data, vem preocupando as autoridades municipais brasileiras, e que, de modo direto, interessa, também, à Nação.

planejamento da operação do sistema de transportes, e dos investimentos para seu desenvolvimento equilibrado;

VII — estudar a economia dos vários meios de transporte, as condições para a distribuição ótima de tráfego e sugerir providências para alcançá-lo;

VIII — estudar os investimentos nos vários meios de transporte e propor providências ou políticas para sua coordenação;

IX — estudar e propor providências para a coordenação da operação dos vários meios de transporte;

X — estudar e propor a política nacional de transportes e a orientação a ser obedecida pelos diversos órgãos federais, em execução desta política;

XI — acompanhar a elaboração e votação do Orçamento da União, na parte relativa aos transportes e propor as medidas tendentes a orientar a aplicação das verbas orçamentárias, de acordo com a política nacional de transportes;

XII — estudar a legislação referente aos transportes, propor uma revisão ou alteração e acompanhar a discussão e votação no Congresso Nacional das leis que interessam ao sistema de transportes.

Parágrafo único — As recomendações, sugestões e propostas do Conselho, previstas nos itens I, II, III, VII, VIII, IX, X, XI e XII deste artigo serão submetidas à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas e, também, à do Ministro da Aeronáutica, quando relativas ao transporte aéreo.

Art. 2º O Conselho Nacional de Transporte será presidido pelo Ministro da Viação e Obras Públicas e constituído dos seguintes membros:

- a) Presidente do Conselho Rodoviário Nacional;
- b) Presidente da Comissão de Marinha Mercante;
- c) Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A.;
- d) Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro;
- e) Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;
- f) Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais;
- g) Diretor Geral da Aeronáutica Civil;
- h) Um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- i) Um representante do Ministério da Aeronáutica;
- j) Um representante do Ministério da Guerra; e
- k) Um representante do Ministério da Marinha.

Parágrafo único — Logo sejam criados por lei o Conselho Rodoviário Nacional e o Conselho Portuário Nacional, os seus respectivos Presidentes deverão também integrar o Conselho Nacional de Transportes.

Art. 3º O Conselho Nacional de Transporte será assessorado por uma Secretaria Geral e pela Contadoria Geral de Transportes (CGT), criada pelo Decreto nº 16.511, de 25 de junho de 1924.

§ 1º A Secretaria Geral será constituída por servidores públicos ou autônomos, requisitados ou empregados de sociedades de economia mista, colocados à sua disposição, em prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, ficando vedada a admissão de novos servidores.

§ 2º O Secretário Geral do Conselho Nacional de Transportes e os assessores especializados serão designados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas e somente serão dispensados por justa causa, para permitir a continuidade de orientação dos trabalhos a cargo da Secretaria Geral.

§ 3º A Contadoria Geral de Transportes continuará a exercer as funções regulamentadas pelo Decreto nº 16.511, de 25 de junho de 1924, e prestará toda a colaboração

indispensável ao desempenho das atribuições do Conselho Nacional de Transportes.

Art. 4º As despesas da Secretaria Geral serão custeadas pelos órgãos cujos dirigentes integram o Conselho Nacional de Transporte. Por conta das respectivas verbas para estudos e projetos e sua distribuição entre os mesmos constará de orçamentos e obedecerá às normas aprovadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. Os recursos da Contadoria Geral de Transportes continuarão a ser aplicados na conformidade do regime até então vigente.

Art. 5º Os órgãos federais prestarão ampla colaboração ao Conselho, fornecendo os dados e informações por ele solicitados ou prestando os serviços que puderem executar.

Art. 6º No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto, a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Transporte submeterá à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas o Regimento do Conselho, visando, inclusive, ao perfeito funcionamento dos órgãos de assessoramento.

Art. 7º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de dezembro de 1961: 140º da Independência e 73º da República. — Tancredo Neves, Angelo Nolasco de Almeida, Walther Moreira Sales, João de Segadas Vianna, Virgílio Távora e Clovis M. Travassos.

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão de 9 de dezembro último foi lida a Mensagem nº 221-63, de 5 do mesmo mês, pela qual o Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional as razões do veto oposto ao Projeto de Lei nº 31, de 1959, no Senado e número 2 182-B, de 1960, na Câmara dos Deputados, que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Conforme foi então explicado, a sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a conhecer desse veto deixou de ser desde logo convocada, em vista da impossibilidade de se realizar com observância do prazo estabelecido no art. 45 do Regimento Comum.

A convocação foi feita pelo Presidente do Senado em data de 31 de janeiro, conforme publicações que vêm sendo feitas desde 1º de fevereiro. A sessão conjunta para apreciação do referido veto realizar-se-á no dia 20 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados. (Pausa).

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em sua edição de 16 do corrente o "Jornal do Brasil" publica artigo de autoria do Sr. Glycon de Paiva sob o título "Petrobrás como Banco da Subversão Nacional e Escola Prática de Corrupção".

Nesse trabalho, o articulista faz o histórico, a seu modo, da política do petróleo e dos órgãos que a têm dirigido. O objetivo precípua do artigo é revelar a inoperância ou a inconveniência do monopólio estatal do petróleo. Para fazê-lo porém, o autor procede ao julgamento das diversas administrações do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobrás. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo que fui, durante quase todo ano de 1961, estou julgando também o trabalho mencionado.

Nêle, o Sr. Glycon de Paiva, que jamais teve entendimentos, durante

minha administração, com o Conselho Nacional do Petróleo, nem admito conhecimento do que se passava, declara que, por efeito de reivindicações da Bahia, o Sr. Jânio Quadros se comprometera durante a campanha, a nomear-me Presidente da PETROBRÁS. E a primeira verdade constante do artigo.

Tive, durante a campanha, dois encontros com o candidato Jânio Quadros, e, em nenhum deles, direta ou indiretamente, S. Exa. se comprometeu a fazer-me Presidente da grande empresa estatal.

Digo mais, a bem da verdade: não se comprometeu, na Bahia, ou em face de reivindicações da Bahia, a nomear determinada pessoa para qualquer dos cargos que espontaneamente assegurava àquele Estado, inclusive a Presidência da PETROBRÁS. Por ato espontâneo, durante a campanha, o candidato declarou que, se eleito, o Presidente da PETROBRÁS seria um baiano. Só, tão-só o que ele declarou e a que se comprometeu.

Não é certo, pois, que se houvesse comprometido a nomear-me Presidente da PETROBRÁS.

Como, porém, no início do Governo do Sr. Jânio Quadros, meu nome foi cogitado, entre outros, para a Presidência da citada empresa, o Sr. Glycon de Paiva, julga-se no direito de extrair ilações a respeito de como se desenvolveu a política do petróleo naquele Governo, com a minha participação na Presidência do Conselho e do Engenheiro Geonísio Barroso na Presidência da Petrobrás.

Diz o articulista: (lé):

"Jânio comprometeu-se a fazer o Sr. Josaphat Marinho Presidente da Petrobrás; todavia os sindicatos da Bahia tinham convocado o Engenheiro Geonísio Barroso. Sob a pressão dos sindicatos Jânio cedeu e nomeou Josaphat para o C. N. P., criando, desde o início, um porvir de lutas entre as duas personalidades. Josaphat jamais deixou de ser candidato à Presidência da Petrobrás. Nesse propósito foi sempre apoiado pelo Ministro de Minas e Energia, Sr. Gabriel Passos, que assim solapava o seu subordinado Barroso".

Como disse, não houve compromisso do Presidente Jânio Quadros com ninguém, individualmente, por força das reivindicações da Bahia, para escolher o Presidente da PETROBRÁS. É certo que foi posto meu nome, entre outros, para a Presidência da empresa. Fui nomeado Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, nomeado sem que o Presidente da República tivesse qualquer compromisso, ou houvesse reivindicação de minha parte. Tanto é assim que, nomeado, recusei o cargo, porque não tinha interesse naquele instante, em deixar o posto de Secretário da Fazenda do Governo da Bahia.

Não aceitava a exclusão constante da carta que lhe enviou o Presidente da República vedando-me qualquer visita até esta Capital para entendimento pessoal. Pessoalmente, mantive a recusa. Diante, entretanto, do honroso apelo que então me fez o Presidente Jânio Quadros julguei que como homem público não tinha o direito de manter-me em atitude irredutível. Assumi a Presidência do Conselho Nacional do Petróleo em 1º de maio e durante os nove meses em que o administrei assim permaneci, sem nenhuma atitude de luta ou hostilidade com o Presidente da PETROBRÁS, o nobre engenheiro Geonísio Barroso.

Se não havia sido um pretendente ao cargo de presidente da Petrobrás e nem mesmo ao do Conselho não tinha motivo para manter atitude de luta

ou de rivalidade. Ao contrário, com o presidente da Petrobrás mantive, durante os nove meses de administração, relações de perfeita cordialidade, no trato pessoal como nos assuntos relacionados com a administração, em que ambos nos empenhámos pelo fortalecimento do monopólio estatal do petróleo.

Poderia pedir, nesta Casa, o depoimento do nobre Senador João Agripino que era, à época, Ministro das Minas e Energia. Estou certo que se necessário fosse o testemunho, S. Exa., hoje ausente, haveria de dizer a esta Casa que, longe de criar ou alimentar rivalidades com a direção da Petrobrás, funcionei em várias oportunidades, como elemento que encaminhava soluções adequadas entre a Administração superior do País e a direção da Petrobrás.

Porém os fatos valerão mais do que o testemunho dos que estavam então na responsabilidade da Administração. Por isso é que prefero invocar o que pude dizer na presença dos diretores da Petrobrás, em dezembro de 1961, quando deixei a Presidência do Conselho Nacional do Petróleo: (lé)

"Decorridos nove meses de trabalho — asseverei, no discurso que então proferi, como uma prestação de contas — decorridos nove meses de trabalho, sem incidentes, sem suspeitas, sem transigências condenáveis, sem retardamentos comprometedores, os resultados colhidos cabem ao Conselho, à coletividade de seus servidores, inclusive os mais modestos.

Nesse período, a convivência com a Petrobrás, através de seus departamentos e, em particular, com os seus diretores, destacadamente o Presidente Geonísio Barroso, foi caracterizada por notória correção e cordialidade. Não abdicando do seu poder normativo e fiscalizador, o Conselho o exercitou com serena firmeza. Superou dificuldades, conciliou interpretações, foi prudente sem timidez, para colaborar, como tem colaborado no fortalecimento do monopólio estatal e da Petrobrás patrimônio intransferível do povo brasileiro sob a guarda soberana da União Federal.

Essas palavras eram o coroamento dos trabalhos desenvolvidos em perfeita harmonia com a Petrobrás. Claro que uma ou outra vez houve divergências de interpretação de leis ou de fatos entre os dois órgãos. Jamais porém, conflito de ordem pessoal, ou disputas pela conquista de novos cargos. Tanto que, durante todo esse período os dois órgãos cumpriram as suas tarefas, realizando-as sempre a serviço do crescimento do monopólio estatal do petróleo. Daí por que naquele mesmo discurso, com que me despedia do Conselho, podia relatar esses fatos: (lé)

"Dentro desse espírito de entendimento e independência, desenvolveram-se os esforços da administração.

Procedeu-se ao levantamento dos estoques de petróleo e seus derivados, existentes no mercado nacional, para eficácia de medidas protetoras da economia popular e da Petrobrás, adotadas pelo governo em face das Instruções ns. 204 e 208, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Foram revistos os preços dos derivados do petróleo para ajustá-los à realidade cambial e fiscal, à base daquelas Instruções. Depois de celebrado entendimento eliminatório de dificuldades, instituiu-se o processo, bem como o controle dos recolhimentos, ao Banco do Brasil, das diferenças de preços tomadas às empresas privadas, por

força de decretos governamentais, de março e de julho. A 30 de novembro esses recolhimentos, feitos mediante guias expedidas pelo Conselho, somavam Cr\$ 5.874.406.329, 60 (cinco bilhões, oitocentas e setenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e vinte e nove cruzeiros e sessenta centavos). Dessa quantia, coube ao Fundo Rodoviário Nacional e à Rede Ferroviária Federal, como contribuição do imposto único, respectivamente, Cr\$ 1.627.875.675 00 (um bilhão, seiscentos e vinte e sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e seiscentos e setenta e seis cruzeiros) e Cr\$ 217.050.030,00 (duzentos e dezesseis milhões, cinqüenta mil e noventa e nove cruzeiros). O restante, no valor de Cr\$ 4.029.420.563,60 (quatro bilhões, vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e três cruzeiros e sessenta centavos) e parcela atribuída à Petrobrás, sendo Cr\$ 325.575.135,30 (trezentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e trinta e cinco cruzeiros e trinta centavos) a título de imposto único e Cr\$ 3.703.905.423,30 (três bilhões, setecentos e três milhões, novecentos e cinco mil e quatrocentos e vinte e oito cruzeiros e trinta centavos) de diferença de preços, especificamente. Prosseguem os recolhimentos, em forma regular.

A partir deste mês de dezembro, será iniciado, também, o depósito das importâncias correspondentes ao compromisso, reduzido o termo, que o Conselho obteve das companhias permissionárias de refino, depois da Instrução n.º 208, como fórmula contenciosa do nível de lucros. Mantidos, assim, os lucros à média da Instrução n.º 204, os depósitos resultantes desse compromisso deverão ser da ordem de Cr\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de cruzeiros) quanto ao período de agosto a 1.º de novembro, e a contar dessa data, na base de Cr\$ 35.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) por mês. Oportunamente, dar-lhes-á o governo, em harmonia com o Conselho, destino conveniente, por certo, no interesse da indústria do petróleo.

Foi iniciado o reexame dos balanços das permissionárias de refino, desde o primeiro ano de atividade delas, para apuração dos valores reais devidos ao fundo de pesquisas. A revisão em curso indica que serão recolhidas diferenças em favor da Petrobrás, e providência já foi adotada nesse sentido.

Autorizou-se a Petrobrás, a seu pedido, a ingressar no comércio distribuidor de derivados, mediante a instalação, no País, de uma rede de postos de venda e serviços. Cabem a empresa as medidas executivas.

Recentemente, deu-se-lhe autorização para negociar, na Argentina, a importação de gás liquefeito de petróleo, assegurando o regime de reciprocidade, pela colocação, no mercado daquele país, de produtos industrializados do Brasil.

Já antes, a empresa estatal fora listada, em forma adequada, de poderes para negociar, como negociou, a importação de petróleo russo, abrindo, igualmente, oportunidade à exportação crescente de produtos nacionais.

Ainda agora, opinou-se, perante o Ministro das Minas e Energia, sugerindo fórmula que poderá assegurar à Petrobrás, com as cautelas convenientes, o poder de centralizar as importações de petróleo bruto.

Esses são apenas exemplos significativos de um procedimento uniforme. Revelam que o Conselho timbrou em executar a política do monopólio, sem intolerâncias descabidas, e em concertar para o robustecimento da situa-

ção econômico-financeira da Petrobrás.

A nenhum desses fatos, assim explicitamente referidos em dezembro de 1961, houve contradição ou ressalva, de qualquer natureza, partida do âmbito da PETROBRÁS ou de círculo particular.

É lamentável que, tanto tempo decorrido, o Sr. Glycon de Paiva, sem citar fatos ou documentos, atribua-me um comportamento que não tive e não poderia ter na Presidência do Conselho, preservando e prezando, como preservar e prezar, as responsabilidades do cargo que me foi confiado.

Escrevendo por informações equivocadas ou inteiramente desinformado, comete injúria à verdade. Poderia silenciar, se suas afirmativas não envolvessem minha responsabilidade funcional na direção de importante setor da economia do País.

Desejo, por isso, e sem entrar em mais pormenores da minha passagem pelo Conselho, assinalar incisivamente a contestação que mereço o artigo a que me refiro. Não seria justo, entretanto, que me limitasse a ressaltar o meu comportamento e o do ex-Presidente Jânio Quadros. Manda o dever de consciência que impugne com a mesma veemência a injúria do articulista à memória respeitável do Ministro Gabriel Passos.

No destemporo de seu julgamento, o Sr. Glycon de Paiva, além de cometer erro de apreciação no tempo — por-se dá a entender que o Ministro Gabriel Passos desde o princípio da minha administração no Conselho era dirigente do Ministério das Minas e Energia — vai adiante e comete esta levandade:

"Depois da renúncia de 24 de agosto, Barroso conseguiu aguentar-se até dezembro. Foi quando re- crudesceram as pressões de Gabriel Passos e Josaphat, fazendo com que a administração efetiva da empresa ficasse com um dos diretores."

Srs. Senadores, no dia imediato ao da renúncia do Sr. Jânio Quadros, telegrafei ao Presidente Raniery Mazzilli, pedindo-lhe que me concedesse exoneração do cargo que ocupava.

Também me dirigi ao Presidente Jânio Quadros e ao Ministro João Agripino, a estes agradecendo o apreço e a confiança com que sempre trataram o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo e os telegramas foram publicados, pois que não havia pedido demissão em caráter formal, mas com o propósito de efetivamente afastar-me da Presidência daquele órgão.

Não conhecia eu, então, pessoalmente, o Deputado Gabriel Passos. Permaneci na Presidência do Conselho a pedido do Ministro Interino, que alegava inclusive, que uma substituição naquele momento poderia prejudicar o abastecimento de derivados ao mercado do País. Como não tinha motivos de ordem pessoal para recusar a colaboração naquele instante, aguardei a constituição do Governo definitivo.

No mesmo dia em que o Ministro Gabriel Passos tomou posse nesta Capital, eu lhe dirigi *telex* do próprio Gabinete da Presidência do Conselho, renovando o pedido de afastamento, originariamente feito ao Presidente Mazzilli. Minutos apenas decorridos, o Ministro Gabriel Passos distinguiu-me com atenciosa resposta, pedindo-me que não lhe negasse a cooperação de esforços em que ia empenhar-se e — honrosamente para mim — declarava que, se insistisse no pedido, ele o recusaria. Pedi, por outro *telex*, que marcasse audiência para que nos entendéssemos.

E, que, Srs. Senadores, eu sabia, pelas leituras feitas, que o Ministro Gabriel Passos era um entusiasta da Petrobrás, mas tinha pouca simpatia pelo Conselho Nacional do Petróleo. Como não era pretendente ao cargo, e apesar da honrosa resposta que me dera, preferi vir pessoalmente expor-lhe como estava chefiando aquele setor da Administração, a fim de verificar se efetivamente convinha nele permanecer.

Aqui nos entendemos longamente, e sem divergências.

Assim fui, através dele, confirmado na Presidência do Conselho Nacional do Petróleo. Mas é evidente que não tinha relações de intimidade com o Ministro Gabriel Passos, nem era sequer homem de seu partido, com quem ele pudesse manter contatos políticos, visando determinados objetivos na empresa estatal.

Além disso, por sua correção pessoal e pelas convicções que notoriamente defendia o Ministro Gabriel Passos era homem incapaz de exercer, diretamente ou por influência de terceiros, pressões sobre a Petrobrás, com objetivos pessoais.

Apesar, desses fatos, o Sr. Glycon de Paiva argui contra o Ministro Gabriel Passos atitude que este como disse, não seria capaz de praticar, e que o articulista já não poderia sequer fazer menção, pelo seu dever de não acusar quem já não pode pessoalmente se defender.

Nenhuma pressão exerceu o Ministro Gabriel Passos sobre a direção da Petrobrás. Ainda menos o fez de acordo com o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Por ignorar os fatos ou por querer interpretá-los a seu jeito, o Sr. Glycon de Paiva ofende a correção de homens públicos e afronta a verdade.

Trazido ao debate por força desse artigo, devo relatar outros pormenores que deixarão inteiramente à salvo a levandade do articulista. Quando por motivos de ordem administrativa, o Ministro Gabriel Passos deliberou realizar modificações na direção da Petrobrás, estava eu comprometido com o Governador Juracy Magalhães a voltar ao meu Estado para exercer de novo o cargo de Secretário da Fazenda. Não era, por isso, naquela instante, como não o tinha sido antes, um pretendente ao cargo de Presidente da Petrobrás. Ao próprio Ministro Gabriel Passos, exatamente no momento em que se abria a crise na empresa estatal, salientei os meus compromissos de retorno à Bahia; para ocupar outra vez o cargo de Secretário das Finanças. É verdade que aberti a crise foi o meu nome cogitado para a Presidência da Petrobrás. Cogitado, declarei-o, tranquilamente, na cúpula da administração, mas sem que pessoalmente eu o houvesse solicitado, ou ocorresse interesse do grupo político, a que pertencia, para fazer-me dirigente da empresa estatal. E tanto isto é irrecusável que poucos dias após a abertura da crise, desliguei-me do Conselho Nacional do Petróleo, se em equívoco não estou a 12 de dezembro, e já a 20 do mesmo mês reingressava na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Em que se baseia, pois, o Sr. Glycon de Paiva para declarar que jamais deixei de ser candidato à Presidência da Petrobrás? Nenhum fato, nem sequer indícios, poderá ele invocar para sustentação do seu artigo. Compreendo, porém, as razões de sua arguição. Trata-se de notório e confessado inimigo do monopólio estatal do Petróleo, e ainda agora, neste artigo, a sua conclusão é a condenação formal do monopólio, a que negou qualquer vantagem para a política econômica do País.

Tendo dirigido assim, como dirigí, nos termos a que acabo de referir-me,

o Conselho Nacional do Petróleo, não posso admitir a deturpação da minha atuação, por ignorância de terceiros ou a serviço dos inimigos do monopólio estatal do Petróleo. Os erros na direção e na execução da política do monopólio estatal do petróleo devem ser apurados e corrigidos; quando necessário, punidos. É impatriótico, porém, negar o acervo de realizações que o País e sua economia já devem à Petrobrás. O monopólio estatal do petróleo é conquista irreversível do povo brasileiro.

Querendo combatê-lo, que o faça o Sr. Glycon de Paiva, pois no regime democrático a tolerância permite divergência até mesmo dessa amplitude. Faça-o, porém, examinando fatos e não, atribuindo a pessoas, sem dados reais, as ilações de seu arbitrio, ou de sua conveniência. (*Muito bem. Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Padre Calazans.

O SR. PADRE CALAZANS:

Sr. Presidente, nobres Senadores, noticiou ontem a imprensa brasileira que o líder comunista Luís Carlos Prestes dera em Berlim — e era transcrição de jornais de Berlim — uma entrevista, defendendo, para as próximas eleições, a candidatura do atual Presidente da República, João Belchior Goulart.

Chegando, ontem, ao Rio, o líder comunista, segundo o *Diário de Notícias*, deu uma entrevista; no *Galeão*, declarando que

procedente de Moscou, Praga e Berlim, Oriental, conversara com grandes líderes comunistas, entre eles o Sr. Khrushchev, que aprovou o retorno do Partido Comunista à legalidade, tal como consta do esquema elaborado pelo Deputado San Thiago Dantas. Logo depois, acrescentou que "o jurista Themistocles Cavalcanti errou ao exigir o pronunciamento do Tribunal Superior Eleitoral para a volta do Partido Comunista pois no seu entender o Congresso pode determinar essa medida."

Nessa entrevista, Sr. Presidente, que merece ser comentada, o líder comunista diz o seguinte:

"O movimento comunista existe, de fato, no Brasil e o que reivindicamos é simplesmente que ele seja regulamentado num Partido político, opinião que, de resto, já foi preconizada até pelo Sr. Ernani do Amaral Peixoto."

O líder comunista brasileiro disse ter visitado o Sr. Nikita Khrushchev e outras autoridades soviéticas, fazendo-lhes um relato da atual conjuntura política da América Latina e, particularmente, da "marcha do processo de transformação política que se opera no Brasil", e aludindo às perspectivas que ora se abrem para a volta à legalidade do P. C."

Entre outras coisas declara ainda sobre a luta entre Pequim e Moscou:

"Sobre as divergências entre a União Soviética e a China Popular, afirmou o Sr. Carlos Prestes que a "contróversia não é entre Pequim e Moscou mas sim entre camaradas da URSS e da China Comunista, por acharem os soviéticos que os camaradas de Pequim dificultam o andamento do movimento comunista histórico no mundo, comprometendo a marcha pacífica para a socialização dos povos, com a implantação da chamada 'linha

dura", que condena inclusive a coexistência pacífica (aqui vale um grifo), que excelentes resultados alcança."

Pouco depois se refere ao malogro da produção do trigo na Rússia.

Sr. Presidente, é exatamente nesta hora que se cogita no Brasil de relatar relações com a China Comunista, a exemplo do que acabou de fazer a França.

É impressionante, Sr. Presidente, quem diz é o líder comunista Sr. Luís Carlos Prestes que é um homem sincero, que foi sempre comunista, nunca o negou, tem lutado pela marxização deste País.

Respeito o seu modo de pensar, a sua filosofia, pela sinceridade com que ele luta, embora não concorde, nem com a doutrina, nem com o seu trabalho, nem com a luta. Mas ele faz essas afirmações depois de ter um encontro com o Presidente da República, faz essas afirmações nesse instante, Sr. Presidente, nesse instante em que altas posições do País, comando, são entregues a homens Marxistas e que estão no permanente trabalho de bolchevização do País.

Quem não pensa assim, Sr. Presidente, é reacionário, é inimigo da Pátria, é inimigo do povo, é inimigo dos trabalhadores.

Mas o povo está reduzido à fome, não só aquela fome e aquele sofrimento que há longos anos atinge certa área deste País, como o Nordeste, por imprevidência de governos, pela falta de visão de alguns políticos, pela exploração de alguns poderosos na economia mas hoje é toda a Nação, que luta contra a fome e miséria, organizada.

Tive oportunidade, a semana passada, Sr. Presidente, de fazer o levantamento, em algumas famílias médias e em algumas famílias de trabalhadores de São Paulo — Pois é o que interessa, porque o rico não passa por esse sofrimento. Fiz o levantamento de quanto se gasta numa feira, o mínimo dos preços daquilo que é necessário todo dia na mesa de uma família, sem grande

O arroz, que hoje — diz o jornal — sofreu uma baixa de Cr\$ 30,00, até anteontem estava, o arroz agulha, a Cr\$ 340,00 o quilo; o feijão, a Cr\$ 200,00; a carne, não o *filet mignon*, o alcatre, a Cr\$ 750,00 e Cr\$ 800,00 o quilo; a batata, a Cr\$ 150,00; o café a Cr\$ 160,00; o açúcar, a Cr\$ 103,00; o óleo a Cr\$ 850,00 o litro; a verdura, o pé-de alface, Cr\$ 100,00; a laranja, Cr\$ 200,00 a dúzia; a banana, Cr\$ 200,00 uma dúzia; os ovos Cr\$ 320,00 a dúzia, leite tipo "c", Cr\$ 86,00, que é o que o povo toma; o tomate, Cr\$ 180,00; a cebola, Cr\$ 180,00; o macarrão, Cr\$ 280,00; o vinagre, Cr\$ 120,00 o litro; o sapolio, Cr\$ 50,00 a pedra; a maizena, a Cr\$ 240,00 o pacote; o sabão de limpeza, Cr\$ 45,00; a cera, Cr\$ 350,00 a lata; o sal a Cr\$ 100,00.

Sr. Presidente! tomando por base uma família de seis pessoas — o mínimo que está obrigado a gastar, nos espantou as cifras, face o quanto ganha.

Uma família de seis pessoas, em que marido e mulher trabalhem, tenha dois filhos e uma empregada, gastará, por semana, vivendo uma vida apertadíssima, comendo mal, porque comendo cada pessoa um ovo apenas em quinze dias, e como sobremesa uma banana no almoço e uma laranja na janta, gastaria: 20 kg de arroz — Cr\$ 6.800,00; 6 kg de feijão — Cr\$ 1.200,00; 30 kg de carne, o que é muito pouco — Cr\$ 22.500,00; 32 kg de batatas — Cr\$ 4.800,00; 7 kg de café — Cr\$ 1.200,00; 20 kg de açúcar — Cr\$ 2.060,00; 40

latas de óleo — Cr\$ 12.000,00; — verduras, comendo só uma, e muito pouco — Cr\$ 6.000,00; laranjas, 1/2 dúzia por dia, uma para um — Cr\$ 600,00; bananas a mesma coisa — Cr\$ 600,00; ovos, numa única refeição, só 15 dias — Cr\$ 2.250,00; pão — Cr\$ 6.000,00; 60 litros de leite, tipo "C", que é o do pobre — Cr\$ 5.160,00; 10 kg de tomates — Cr\$ 1.800,00; 2 kg de cebolas — Cr\$ 360,00; 10 kg de macarrão, mas come só algumas vezes — Cr\$ 2.820,00; 1 litro de vinagre — Cr\$ 120,00; 1 pacote de esapólio bruto — Cr\$ 300,00; 1 pacote de maizena na economia — Cr\$ 240,00; sabão de limpeza, 12 barras — Cr\$ 5.400,00; cera uma lata, Cr\$ 350,00 e o sal, dois quilos, Cr\$ 200,00.

Se duas ou três pessoas dessa família tiverem que tomar uma condução cinco vezes por semana, e uma condução só, gastará Cr\$ 68.930,00. De maneira que ninguém poderá viver sem pelo menos, receber, Cr\$ 129.660,00 que é a soma dessas despesas. Note-se que nessa demonstração não estão relacionados os gastos com farmácia, médico, água, luz, gás empregada extraordinária, corte de cabelo, aluguel de casa roupa calçada lavadeira, colégio, cinema férias ou certos utensílios que são absolutamente necessários. Pois, se somarmos mais essas despesas, as cifras vão para mais de 300 mil cruzeiro ao mês. Só, um apartamento de 2 quartos, hoje custa o aluguel, cem mil cruzeiros.

Ora o que percebe hoje um juiz, um professor de Universidade ou um funcionário, depois de 20 anos de serviços, não é suficiente para enfrentar os encargos de família. Que dizer dos mais pobres?

Nesta hora, Sr. Presidente, o Presidente da República está empenhado em reformas. Todos nós somos a favor das reformas. A nação inteira sente a necessidade de reformas começando, começando primeiro, pela reforma do homem, pela reforma daqueles que estão à frente dos encargos públicos à frente das empresas, à frente das responsabilidades da Nação, para que ela não seja sacudida, todos os dias por escândalos terríveis como o que abalou recentemente, a PETROBRAS e do qual se ocupou, ontem, nesta Casa o Senhor Senador Mem de Sá como o que se verifica no Comércio Brasileiro do Café.

Neste momento, Sr. Presidente, está o Governo empenhado em facilitar a comunicação do Brasil. Os jornais noticiam, hoje, que um grande militar, o Sr. Castelo Branco chefe do Estado Maior das Forças Armadas, um homem que tem um passado de grandeza, um homem culto, capaz, digno independentemente, que soube conduzir-se no presente nos encargos e funções que lhe são entregues com lealdade e com patriotismo, nos encargos que lhe são confiados a imprensa noticia que ele será afastado e que dentro de três dias talvez já se conheça o novo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Nenhum homem, Sr. Presidente, que no seu cargo ou no seu ofício comporte-se com dignidade, permanece no cargo. Terá de sujeitar-se ao CGT, à organização revolucionária dos estudantes, aos grupos de sindicatos que não representam os trabalhadores, porque o mais forte não tem oito por cento dos trabalhadores daquela categoria e alguns sequer trabalham mas vivem a grande neste País. Numa hora em que todo o povo sofre, em que a sociedade médica, o Desembargador, o Juiz, o Professor de Universidade apertam o cinto lutam para manter encargos da

família, sobre dinheiro para esta gente. Aviãos, Congressos, exposições e principalmente, concentrações desses inimigos da Pátria.

O ano passado acusava-se nesta Casa o Governador da Guanabara, porque dera uma entrevista a um jornal americano país democrata, sobre as dificuldades do Brasil. O Governador Carlos Lacerda é um homem que causa horror ao Presidente João Goulart e aos comunistas do Brasil. Porque o Governador do Estado de um Estado que nasceu de um aborto político, Estado sem corpo, uma cidade transformada em Estado e do qual se retira tudo, até a polícia, com esta coisa estranha, escandalosa do Governo Federal manter em um só Estado da Federação uma polícia federal isto que não existe na Bahia, em Minas Gerais, em Goiás e em São Paulo — talvez venha a existir breve, pela super sabedoria e super patriótico do Ministro Abelardo Jurema mas não existe ainda — criando toda dificuldade esquecido que o governador Carlos Lacerda foi eleito sob a proteção de uma lei eleitoral, debaixo da vigência de uma Constituição, escolhido livremente por um povo, e com o dinheiro da república, com os favores do Estado, como alguns se elegeram, ou melhor roubaram a vitória.

O Presidente Goulart e sua camarilha escandaliza-se, espanta-se, porque o Governador Carlos Lacerda faz escolas, porque ele termina obras, urbaniza as favelas, remodela e põe em execução os Hospitais, porque ele tem adiantado o Serviço de Águas resolvido o serviço de águas até para o ano 2.000, porque ele recupera o Estado e porque todo o povo sente-se feliz e a Nação também, quando tem bons administradores e que esses administradores são honrados e dignos porque eles são cultos, porque eles falam bem, porque eles têm coragem, porque são sinceros. Nesta Nação e para o atual governo ser honrado, digno, culto e trabalhador é crime.

Escandalizou-se a Nação porque o Governador Carlos Lacerda deu uma entrevista a um jornal dos Estados Unidos, mostrando as dificuldades deste País a nossa luta e os nossos problemas. Mas não se escandaliza que um brasileiro, líder comunista, vá prestar contas a Krushev, fazendo um relatório sobre a América do Sul e o Brasil, mostrando o sucesso da coexistência pacífica, mostrando o sucesso da coexistência pacífica nesta luta também travada aqui entre o grupo da linha de Pequim e do Sr. Luiz Carlos Prestes, que acha que o Brasil com esse método e atual Governo em breve será dominado pelos comunistas. Daí a necessidade da legalização do Partido Comunista. Uns se dizem comunistas, outros marxistas, como se fossem coisas diferentes. É uma confusão para enganar o povo e os mais simples.

Luiz Carlos Prestes conversa com o Presidente da República, acerta a legalização do Partido Comunista, votos de analfabetos, eleições à vista, e viaja para a área comunista, levando relatório sobre a América e o Brasil a Krushev, o patrão das pátrias e dos povos oprimidos.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. PADRE CALAZANS — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — Agora já se pode legalizar o Partido Comunista, porque o Sr. Luiz Carlos Prestes já conseguiu ordem do Sr. Krutschev.

O SR. PADRE CALAZANS — V. Ex. tocou no ponto mais importante. Tudo depende de uma coisa, de um homem que manda no mundo: Krutschev. Não há mais dificuldades, o

Sr. Krustehev apoiou e aprovou a legalização do Partido Comunista no Brasil. Pode ser legalizado. Já podemos votar; O Sr. Krutschev aprovou. Aprovou também a Frente Ampla do Sr. San Thiago Dantas, logo deve ser feita a Frente Ampla. Como gosta do Brasil o Sr. Krutschev!

Mas, Sr. Presidente, como é terrível neste País um homem ser sincero, lutar pela ordem, por princípios democratas, candidatar-se a um governo de Estado e ser eleito para servir o povo, o bem comum, o país e ser depois, como governador grande parte do seu tempo roubado, saqueado — é esta a expressão — porque aquele tempo que deveria ser dedicado à administração, à feitura de mais escolas, de mais hospitais, de mais maternidades, basta ver o que é a mortalidade infantil no Brasil, o problema da esquistossomose que está acabando com a Nação, o problema da tuberculose, o problema da lepra que é um problema gravíssimo neste País, a energia elétrica às cidades, enfim atender todos os problemas da produção e da melhoria do povo, tem que ser empregado em defender o povo contra as greves. Os Governos de Estados vivem em suspensão porque os agitadores postos em todos os Estados e Município da República atormentam os Governos com greves dividas e protegidas pelo Governo Central e com invasões de terras que custam bilhões de cruzeiros a Nação.

O Ministro San Thiago Dantas aconselhou o povo a plantar milho, vários na minha terra, que é uma terra mais rica e com maior facilidade econômica plantaram. Vi no Vale do Paraíba um senhor que havia comprado recentemente uma fazenda, e como convidou-me para visitar a fazenda, assisti então o seguinte espetáculo: 8 roceiros, como dizem lá, pedindo ao novo fazendeiro que lhes comprasse o milho, porque seguindo conselho do Governo plantaram e agora não sabiam o que fazer com o milho pois não tinham a quem vender e precisavam comer e não podiam perder dinheiro, tempo e trabalho.

Ele então adquiriu o milho, para ajudar, penalizado daquela gente. Quando chegamos a casa outros pediam o mesmo. Tinham sido ludibriados pelo Governo, que miliardário e latifundiário, não sabe o que é fome.

Nesta altura, Sr. Presidente, os portos estavam em greve e greves que custam bilhões à Nação e ao Povo, e por isso o milho não era embarcado e como tal já não havia quem o comprasse.

O sangue da Nação que se esvala e com ele a esperança e paciência do povo que sofre o desafio desumano do governo.

Nesta hora, Sr. Presidente, e esses dados são de hoje, nesta hora nem a família média pode sobreviver. Mas neste momento há alguns que ganham milhões, ganham tanto que podem dar à CGT, que podem pagar grevistas que podem pagar agitadores, esquecidos de que as escolas públicas custam dinheiro ao povo, o sangue do homem que trabalha em todos os ramos e em todas as categorias da vida, através dos impostos, e que o estudante tem uma obrigação: a de respeitar o dinheiro do povo, frequentar escolas, estudar, para, quando se possam ter capacidadas para assumir as responsabilidades públicas neste País.

A Nação está invadida por todos os lados. As facilidades que são dadas aos embaixadores da "Cortina de Ferro", ao de Cuba — homens que foram para a escola de Moscou e de Praga, que fizeram cursos especializados e são enviados à América do Sul — para, apressarem pela diplomacia, o advento do comunismo es-

ão saqueando a Nação. Porém muito mais grave do que esse fato. Sr. Presidente, é que o atual Governo está saqueando a alma da República: a História, a tradição, a vocação desta Nação.

Evidente que o Brasil necessita de reformas; necessita de uma reforma agrária, sim, que dê melhoria aos homens do campo, para não viverem na situação dolorosa em que vivem, reforma que aumente a produção deste País, que garanta o preço.

Vi, no vale do Paraíba, com o Secretário de Agricultura de São Paulo, doze produtores de terra, na plantação de arroz juntos compraram uma máquina porque sozinhos não podiam comprar. Um outro grupo está esperando ainda, a boa vontade paternalista do Presidente. Todos nós sabemos quanto custa um trator. Não é preciso ir tão longe: quanto custa uma Rural Willys, um jipe? É o preço de um fino cadilque na Europa. A Nação gasta uma fortuna com o Instituto de Campinas para dizer onde se planta arroz, onde se planta café, como se cria isto, como se faz aquilo, porque há uma grande diversidade no aproveitamento rendoso da terra. Esta é a razão das escolas, da formação de técnicos etc. Se haver verbas nos orçamentos e existir um Ministério da Agricultura. E tudo isso custa dinheiro. E que faz o Presidente, nada, a não ser pregar a baderna, com seus acólitos.

Se o governo quer saber o que é a reforma agrária, vá pedir lições numa das escolas de Minas, a um jovem estudante que terminou o seu curso o ano passado e saudou o parainfante Carlos Lacerda mostrando qual o caminho para se resolver a reforma agrária no Brasil. Mas nada se fez de certo, senão copiar o que se faz em Cuba o que se faz na Rússia e em outros países da área comunista. Querem melhorar as condições do País? Apresem certos trabalhos: ponham todos os portos do Nordeste em condições para que o homem não venham a produzir como aconteceu no Estado de Alagoas e ter que esperar meses a fio um barco japonês, para escoar a produção.

É a luta pelo barco, para poderem escoar as suas riquezas. Pois muitos dos portos já não dão mais calado aos navios. Coloquem todos os portos do nordeste em condição, organize economicamente a marinha mercante brasileira, instrumento de força, de progresso, de economia de um País. Escute o Presidente Dutra, oferecendo mais energia ao nordeste, entregue a homens da envergadura de um Marcondes Ferraz e verá o nordeste se transformar. Afaste os agitadores e profissionais. Quem estudou e deu ao Governo todos os estudos sobre as Sete Quedas? Foi Marcondes Ferraz e antes de entregar os estudos ao Governo mostrou a Milton Campos, a mim e a outros. Mas quem se oferece o trabalho? Aos russos, aos técnicos comunistas. E encorajado o nacionalismo do Sr. Presidente da República. Quem fez São Francisco é capaz de fazer Sete Quedas, sem mais comunistas no Brasil. Dê ao povo brasileiro os instrumentos fundamentais e paz, que ele reaja.

O que o Brasil precisa é de tranquilidade, calma, discernimento, honra, respeito ao dinheiro público. Não pode um homem ficar foragido porque não paga seu deficit ao Banco do Brasil. O que não pode é o Banco do Brasil ficar favorecendo meia dúzia de protegidos. Esta nação de joelhos, envergonhada, no dia em que se puder fazer um inquérito no Banco do Brasil para saber quais são os privilegiados. E talvez o Sr. Darcy Ribeiro tenha razão: há privilegiados e "privilegiados". Os "privilegiados" do Dr. Darcy talvez sejam esses.

térmo novo e para definir a classe nova.

Se esta nação pudesse saber o que se passa dentro de algumas dessas organizações, cobrir-se-ia de vergonha. Mas aquilo que se precisa fazer e realizar não se faz. Ataca-se a Nação, arremessa-se contra o Congresso, conspira-se todo dia, greves por todos os lados, agitações por todas as partes, dinheiro público pagá de badernas, certos jornais etc. etc. E o povo paciente, beneditinamente paciente. Até quando a paciência e a esperança do povo suportarão o desafio da impostura governamental?

Não creio, Sr. Presidente, nem acredito que o Sr. João Goulart seja comunista. Não é nem pode ser comunista quem é um grande latifundiário, talvez o maior do Brasil, uma das maiores fortunas do Brasil, que se dá ao luxo de pagar na hora as fazendas que compra. Não sei se ao Fisco paga como paga as suas fazendas. Que dono de uma quantidade brutal de cabeças de gado, de ovelhas, homem que faz coleção de fazendas, o nosso João com terra. Que se dá ao luxo de ter todas as propriedades que deseja. So pensa em reforma agrária para os outros. E reforma para ele e seus "técnicos" entre aspas é tomar terra de uns e distribuir a outros e aumentar as suas.

Não acredito que o Sr. João Goulart seja comunista, Sr. Presidente. Ele é um grande "viveur" para ser comunista. Crédito, sim que ele tem um plano, ajuda, alívia, nomeia, favorece marxista e deixa-os agirem a vontade. Quando tudo estiver para pegar fogo ele surgirá como salvador pedindo as bancas da Igreja e é possível que tenha a de alguns religiosos, para dizer que precisa salvar a Nação da hevesia comunista que é contra a nossa vocação histórica, que é contra os nossos princípios, contra a família, contra tudo e contra todos. Então, gozará a Nação para estabelecer um regime peronista, fascista, nazista ou sindicalista — sei lá o que. Repetirá Getúlio. Mas é possível que a desgraça seja maior do que ele espera. Cuba é um retrato e os tempos são diferentes.

Não aceito Sr. Presidente, a colocação do Brasil em esquerdas e direitas. O problema não é de esquerdas ou diretas, mas, sim, dura e feroz luta de democratas e totalitários. Esta é a realidade.

É esta a verdadeira colocação do problema. Ao Sr. João Goulart qualquer regime serve, contanto que ele possa continuar governando "com todos os poderes".

O Sr. Pedro Dantas escreve hoje um artigo no Estado de S. Paulo, que retrata bem esta realidade. A lei que serviu para o Sr. João Goulart ser eleito Vice-Presidente e chegar a Presidência da República, não serve para eleger os outros, é necessário mudar a regra do jogo, porque ele pode correr risco. A Constituição que serviu para ele chegar ao poder não pode servir para os outros. Não vejo mal em se reformar a Constituição, a Lei Eleitoral e acho que precisam ser aperfeiçoados todos os instrumentos da democracia tornando-os mais democratas ainda. Não concorda que agora seja mudada a regra do jogo. Sou a favor de profundas reformas. A nação não pode ficar dividida entre super-poderosos e miseráveis. A pobreza é uma virtude, a miséria é uma infâmia.

O que não posso admitir é que os nababos, os homens ricos, os gozadores da vida venham nos falar em reforma agrária. É um desafio à paciência, à dignidade do povo e do pobre.

São essas duras e amargas realidades. Nesta hora o Sr. Luiz Car-

los Prestes não cometeu crime nenhum contra a Pátria, como não cometeu naquela noite em que as suas ordens assassinou tantos brasileiros covardemente. Tudo isso é nacionalismo e heroísmo! Ele foi prestar uma grande ação democrática: levar relatório da América Latina e do Brasil para que Kruschve se situe bem no problema para dizer como se deve fazer, para que amanhã a bandeira brasileira tenha o verde substituído pelo vermelho. Crime é dar entrevista. Patriotismo e embregar a sorte da América e do Brasil a Kruschve, etc. etc. — que o tenhamos que suportar essa empostura? Quem tem ouvidos para ouvir, ouça! Quem tem olhos para ver, que veja!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- Adalberto Sena.
- Oscar Passos.
- Antônio Jucá.
- Dix-Huit Rosado.
- Jefferson de Aguiar
- Vasconcelos Torres.
- Afonso Arinos.
- Milton Campos — (8)

O SR. PRESIDENTE:

Presentes na Casa vinte e seis Senhores Senadores. A matéria da Ordem do Dia, toda ela em fase de votação, fica adiada por falta de quorum regimental.

A palavra está facultada a qualquer Sr. Senador que dela desejar fazer uso.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou declarar encerrada a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão do dia 20 de fevereiro de 1963

(Quinta-feira)

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A 3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962 tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em Segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da função da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7 A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Emborçantes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961,

tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.296-B 61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de: Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Especial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Arthar Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e dá Convenção para revisão parcial das Convenções adotada pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Votação em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A 62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a

26 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., em caráter oficial e publicada em 26 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 1, DE 1964

O Primeiro Secretário, usando da atribuição que lhe confere o artigo 222 da Resolução nº 6-60 e de acordo com a deliberação da Comissão Diretora resolve designar, nos termos do art. 223 e § 1º da mesma Resolução, José Pinto Carneiro Lacerda, Assessor Legislativo, PL-3, Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, Redator PL-3 e José Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo PL-9, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de estudar a situação do Auxiliar de Limpeza, PL-11, Carlito Pereira da Costa, conforme Requerimento nº DP-20-62:

Secretaria do Senado Federal, em 19 de fevereiro de 1964. — 1º Secretário.

Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 6-64 DE 8 DE JANEIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136, da Resolução 6-60, resolve designar Arthur Levy Sequeira Schutte, Redator de Radiodifusão, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer a função de Chefe da Seção de Divulgação do Serviço de Radiodifusão, FG-3, constante do nº II do art. 4º da Resolução nº 38 de 1963.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 7-64, DE 8 DE JANEIRO DE 1964.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 136 da Resolução 6-60, resolve designar Heraldo de Abreu Coutinho, Supervisor de Equipamento Eletrônico, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer a função de Chefe da Seção de Manutenção do Serviço de Radiodifusão, FG-3, constante do nº II do art. 4º da Resolução nº 38, de 1963.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de janeiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

(Renublique-se por ter saído com incorreções).

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Péricles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Müller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Müller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLICONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurélio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplente
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedicto Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Müller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Table with 3 columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Lists names like José Guimard, Victorino Freire, Oscar Passos and their respective parties.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender. Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Table with 3 columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Lists names like Leite Neto, Sigefredo Pacheco, Silvestre Péricles and their respective parties.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos. Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Table with 4 columns: Titulares, Partidos, Suplentes, Substitutos. Lists names like José Feliciano, Sebastião Archer, Bezerra Neto and their respective parties.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender. Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.193-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD. Menezes Pimentel — PSD. Heribaldo Vieira — UDN. Milton Campos — UDN. Vasconcelos Torres — PTB. Edmundo Levi — PTB. Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD. Arthur Virgílio — PTB. Edmundo Levi — PTB. Adolpho Franco — UDN. Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S. legenda. Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTARIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD. José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD. José Ermírio — Relator — PTB. Adolpho Franco — UDN. Aurélio Vianna — PSD. Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 28 de agosto de 1963.

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD. Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD. José Ermírio (Presidente) — PTB. Lopes da Costa — UDN. Aurélio Vianna (Relator) — PSD. Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello. Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD. Atílio Fontana — PSD. Eugênio Barros — PSD. José Ermírio (Relator) — PTB. Bezerra Neto — PTB. Melo Braga — PTB. Lopes da Costa — UDN. Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR. Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 18 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD. Sigefredo Pacheco — PSD. José Ermírio — PTB. Irineu Bornhausen — UDN. Júlio Leite — PR. Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

meio 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Antônio Jucá — PTB. Padre Calazans — UDN. Josaphat Marinho — S. legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores: Wilson Gonçalves — PSD. Leite Neto — PSD. Sigefredo Pacheco — PSD. Argemiro de Figueiredo — PTB. Edmundo Levi — PTB. Adolpho Franco — UDN. João Agripino — UDN. Aurélio Vianna — PSB. Josaphat Marinho — Sem legenda. Deputados: Gustavo Capanema (Presidente) — PSD. Aderbal Jurema — PSD. Laerte Vieira — UDN (Substituto pelo eputado Arnaldo Nogueira). Heitor Dias — UDN. Doutel de Andrade — PTB. Arnaldo Cerdeira — PSP. Juarez Távora — PDC. Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

i) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 669-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD. Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD. Ruy Carneiro — PSD. Benedito Valladares — PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD. Daniel Krieger — UDN. Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN. Milton Campos (Vice-Presidente), Heribaldo Vieira — UDN. Rui Palmeira — UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

- Afonso Celso — PTB. Nogueira da Gama — PTB. Aloysio de Carvalho — PTB. Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (24 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS).

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Pinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.

Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62
Prorrogada:
— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.
Prorrogada:
— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN
Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Giuberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Pérciles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)
Designados em 23.4.63
Prorrogada:
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Pérciles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Pérciles — PTB
Adeberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Pérciles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Pérciles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PSD

Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:
— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Atílio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB
Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSB

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 31

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

2.ª sessão conjunta da 1.ª sessão legislativa extraordinária da 5.ª legislatura

Em 20 de fevereiro de 1964 às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.182-B-60 na Câmara dos Deputados e nº 31-59 no Senado, que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos tendo Relatório, sob nº 1-64, da Comissão Mista)

SENADO FEDERAL

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5.ª LEGISLATURA

ATA DA 14.ª SESSÃO, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena.
Cattete Pinheiro.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Dix-Huit Rosado.
Ermírio de Moraes.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Leite Neto.
Josaphat Marinho.
Aurélio Vianna.
Milton Campos.
Benedicto Valladares.
Moura Andrade.
Pedro Ludovico.
Guido Mondin.
Daniel Krieger.
Mem de Sá (18).

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença registra o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Val ser lida a Ata.

O Sr. 2.º Secretário lê a Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte:

Ata

Nº DAI-DAO-DPC-8-890.(42) (52.ª), de 14 de mês em curso, do Senhor

Ministro das Relações Exteriores — Agradece a comunicação referente à promulgação do Decreto Legislativo nº 38, de 1963.

O SR. PRESIDENTE:

— Continua a hora do Expediente. Há sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido.

É lido o seguinte:

Requerimento de Informações Nº 16, de 1964

Solicita informação ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sobre abastecimento d'água nos conjuntos residenciais do IAPI, no Alto da Serra, em Petrópolis.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja solicitada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, a seguinte informação:

— Razões pelas quais não foi providenciada, até a presente, a normalização do abastecimento d'água nos conjuntos residenciais do IAPI, no Alto da Serra, em Petrópolis, já ocupados por famílias de segurados do Instituto.

Justificação

Infelizmente ocorrem neste país coisas muito estranhas e de difícil entendimento para quem delas toma conhecimento.

O fato que motiva o presente requerimento, por exemplo, está na exata categoria dessas coisas absurdas a que nos referimos.

No Alto da Serra, em Petrópolis, foi construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários amplo conjunto residencial para os segurados da instituição, Empreendimento, sem dúvida, merecedor de elogios.

Acontece, todavia, que as unidades residenciais foram consideradas em condições de serem ocupadas 200 famílias representando uma população de quase mil pessoas está há residindo no conjunto e, sem que haja qualquer explicação para o absurdo não foi ainda providenciado o abastecimento d'água para as referidas residências.

Devem existir sérios motivos técnicos ou administrativos que expliquem a anormalidade e é para conhecê-los que estou formulando este requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1964. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento lido, nos termos regimentais, será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. Há, sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido.

É lido, apoiado e despachado às Comissões Técnicas o seguinte:

Projeto de Lei do Senado Nº 6, de 1964

Dispõe sobre a inscrição de Profissionais Liberais nos Institutos de Previdência Social.

Art. 1.º Os profissionais liberais, logo após registrados os seus diplomas

ou títulos, nos órgãos competentes, poderão requerer a qualificação IAP, desde que não pertençam aos quadros de funcionários públicos federais, estaduais e municipais e autárquicos, seu registro de contribuinte, para os benefícios sociais e de aposentadoria e pensão, pagando em dobro as contribuições mensais, correspondentes aos salários-mínimos da sua classe.

Art. 2.º Os profissionais liberais, que tenham no máximo 50 (cinquenta) anos, poderão requerer os benefícios desta lei, desde que paguem, após a autorização da autoridade competente dos IAPs, 10 (dez) anos de contribuições, a título de mensalidades atrasadas, inclusive os impostos sindicais.

Parágrafo único. Não gozarão dos benefícios desta lei, os profissionais que já contribuam, por empresas particulares, para qualquer dos IAPs.

Art. 3.º A presente lei só aproveitará o profissional liberal que trabalhando por conta própria, sem patrão, sem descontar para instituições de aposentadoria e pensões, necessite de amparo de previdência na velhice, devendo registrar-se no IAP da sua classe, para desfrutar dos benefícios de leis em caráter coletivo.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

É impressionante o índice estatístico de profissionais liberais que não pertencendo a qualquer emprego público ou particular, trabalhando em seus escritórios, consultórios, laboratórios tec., justamente na velhice, por doenças ou fatores imprevisíveis,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excoetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas, poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Assim, Sr. Presidente, julgo de meu dever fazer este relatório, embora simples e rápido, do que ouvi daqueles profissionais patricios, esperando que o eco de minhas palavras repercuta junto à Superintendência da SPVEA e que a RODOBRAS, em Belém, a quem havia solicitado informações recebi ontem um telegrama em que me comunica que o tráfego atual, após concentração de recursos, é o seguinte: em Goiás, 160 veículos; no Maranhão, 41; e no Pará 63. Em contraposição ao tráfego de 200 veículos ao dia, no trecho de Goiás; 55 no do Maranhão e 68 no do Pará, antes da inundação causada pelas chuvas que ali caíram.

Espero que o meu apelo seja realmente levado em consideração pela Superintendência da SPVEA e que a Belém-Brasília deixe de ser o que tem sido há muito tempo: motivo de reclamações, de sofrimento e de angústia para aqueles que dela se servem.

Ainda um reparo. Sr. Presidente. Informaram-me os motoristas com os quais conversei, que pagam às firmas intermediárias uma amortização mensal de Cr\$ 250.000,00 pela aquisição de seu carro, para poderem trabalhar. Lembrei-me, então, de que frequentemente ouvimos falar que o Instituto dos Industriários mantém uma Carteira para financiamento de carro próprio aos motoristas. Mas e que acontece é que motoristas residentes em São Paulo, por exemplo, são obrigados a recorrer aos intermediários, pagando juros escorchantes. Espero que esta afirmativa dos motoristas impressione o Instituto de Aposentadoria dos Industriários.

Cumpro, ainda, Sr. Presidente, o dever de transmitir desta tribuna apelo ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Fazenda, conseqüente do telegrama que vou ler

recebido dos Prefeitos do interior do Pará:

(Lê):

“Os abaixo assinados Prefeitos dos Municípios de Jacundá — Itupiranga — Marabá — São João do Araguaia — Conceição do Araguaia — Tucuruí — Baião — Mocajuba — Cametá e Limoeiro Ajuru apelam ao eminente Senador paraense no sentido de intervir junto ao Presidente da República e Ministro da Fazenda para autorizarem o imediato pagamento de setenta e cinco por cento da verba do Imposto de Consumo relativo ao exercício de mil novecentos e sessenta e dois, de vez que, segundo informes do Ministro da Fazenda e da chefia do Gabinete da Presidência da República já se acha liberado, faltando apenas autorização da Delegacia Fiscal para realizar tal pagamento. Confiamos plenamente no empenho de V. Exa. posto que necessidades administrativas das comunas impõe-nos esforços ingentes para satisfazer os anseios das populações nossas jurisdicionadas. Saudações. Inácio Pinto da Silva — Odilar Maciel Barreto — Pedro Marinho de Oliveira — Carlos Holanda — Salvador Moraes — José Beliche — Sandoval Ramos — Manoel Furtado — Agenor Moreira e Laurentino Filho”.

Não é a primeira vez que tal apelo é formulado no Senado ou na Câmara Federal. O mais lamentável, segundo o telegrama, é que a própria Chefia do Gabinete do Sr. Presidente da República assegure que a verba já está liberada, e atribua ao Delegado Fiscal do Pará o não pagamento das cotas relativas ao ano de 1962.

Assim, Sr. Presidente, em consequência do apelo que faço desta tribuna, e do qual darei, diretamente, conhecimento ao Sr. Presidente da República, espero que os cidadãos municípios da minha terra recebam, como já aconteceu com alguns de outros Estados do Brasil, as verbas que constitucionalmente lhes são asseguradas e que reclamam, principalmente nesta hora em que lutam, todos eles, contra os problemas ocasionados pelas inundações do Rio Tocantins.

Sr. Presidente, ainda um problema relacionado à rodovia Belém-Brasília. Foi-me transmitida uma reclamação, assegurando o que me parece verdade — e por isto mesmo aqui o reafirmo, baseado no testemunho de motorista que fazem viagens pela Belém-Brasília — que o chamado Serviço de Repressão ao Contrabando, naquela rodovia, vem tendo atuação que está a merecer providências.

Os funcionários para lá destacados praticam, conforme me foi narrado, verdadeiro assalto aos que por ali transitam.

Fiquei sabendo, por intermédio dos motoristas, que o Serviço de Repressão ao Contrabando, visitando os carros, faz questão de apreender maços de cigarros, isqueiros e objetos de uso pessoal, sob a alegação de que não são de fabricação nacional.

Ora, Sr. Presidente, isto é lamentável, porque e o afirmo, somente com relação ao meu Estado — os grandes contrabandos continuam a entrar livremente no território nacional, quer pela fronteira Norte quer pela Sul. Enquanto isto, o Serviço de Repressão ao Contrabando continua a noticiar que apreendeu, por exemplo, duas garrafas de uísque, em poder de motoristas, quando deixa passar quinientas caixas de garrafas do mesmo artigo para os monopolizadores ou beneficiários do contrabando no interior top set do Pará — os do aqui mencionado ontem pelo Senhor Mem de Sá.

Aqui deixo a reclamação dos motoristas que trafegam na Belém-Brasília. Satisfaço, assim, o compromisso que assumi com eles, impressionado pelo relato que fizeram. E mais, para que tomem conhecimento de que vou encaminhar, como prometi, diretamente às autoridades competentes suas reclamações, procurando assim auxiliá-los no que me for possível.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Presidente. (Muito bem).
Oscar Passos.
Lobão da Silveira
Eugênio Barros.
Sebastião Archer.
Antônio Jucá.
Dinarte Mariz.
Jefferson de Aguiar.
Vasconcelos Torres.
Afonso Arinos.

O SR. PRESIDENTE.

Comunico ao Plenário que, atendendo a conveniência dos trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional, esta Presidência deliberou cancelar a convocação da sessão conjunta que devia realizar-se hoje, às 21 horas e 30 minutos, para apreciação de voto presidencial. (Pausa).
Mais nenhum dos Srs. Senadores pedindo a palavra, passa-se à Ordem do Dia, que consta, apenas, de matérias em regime de votação. Não havendo número regimental para votá-las, vou encerrar a sessão, designando, para a de amanhã, a mesma

são jogados na miséria, desamparados até das famílias.

As leis previdenciárias brasileiras que servem até de modelos aos governos de outros povos, e que, de tempos em tempos, são ampliadas e atualizadas para desfazer injustiças sociais, não podem deixar de olhar esse grupo de patricios ou naturalizados, vizando com uma lei de amparo, despretá-los para uma realidade humana.

A providência que se pretende do Governo, poderia ter um caráter obrigatório, mas neste caso, o governo só assim legislaria, se houvesse um pronunciamento das federações ou confederações de classes, desejando uma lei mais efetiva e atuante, pois, ao Legislativo é dever resguardá-los para uma realidade humana.

Fica, porém, aberto o caminho para aqueles que sabem vislumbrar a verdade do imprevisível, cuidando em tempo de um amparo efetivo e amplo para o resguardo da sua dignidade pessoal quando a idade os coler na incapacidade do trabalho.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1964. — Aarão Steinbruch.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças, em 20-2-1964.

D SR. PRESIDENTE:

A Presidência deferiu, hoje, os requerimentos de informações nº 9 a 15, apresentados em sessões anteriores — os de ns. 9 e 14 pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch e os demais pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, viajando de Belo Horizonte para Brasília, na semana que passou, tive oportunidade de encontrar alguns caminhões que se destinavam a Belém.

Vendo que demandavam a Capital do meu Estado, como é natural, procurei informar-se com os motoristas dos veículos sobre as condições em que as vigens vinham sendo feitas e quais as perspectivas que se apresentavam para a intensificação do tráfego da rodovia Belém-Brasília.

Ouvi desses patricios nossos, que lutam tremendamente para ganhar o próprio sustento, um relato impressionante e, na ocasião, formulei-me apelo tão veemente que me comprometi a vir a esta tribuna para transmiti-lo ao poder competente e, em especial, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da RODOBRAS, para que tome providências no sentido de melhorar as condições de tráfego daquela rodovia.

Informaram-me os motoristas que, depois das chuvas e inundações do Rio Tocantins, largos trechos da estrada ficaram praticamente intransitáveis. Um dos motoristas, um baiano, contou-me que levava na última viagem de Belém a São Paulo cinquenta e três dias. Todos foram unânimes em referir os perigos a que se expunham naquele trabalho, não só os da doença como o da terceira-malícia que continua atacando aquela gente e vitimando muitos deles. Declararam que dos companheiros que haviam viajado nestes dois meses, dois faleceram por falta absoluta de recursos médicos na região, sendo sepultados na cidade paraense de Castanhal. Disseram-me, ainda, que há na estrada rampas tão perigosas que foram denominadas de “rampas da morte”. Depois de uma chuva torrencial, aquela que se arriscar a subir ou descer uma delas estava, fatalmente, se expondo a morrer. E muitos ali já perderam a vida.

Ordem do Dia constante dos Avulsos hoje distribuídos, e que é a seguinte:

ORDEM DO DIA

(Quinta-feira)

Votação

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A 3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962 tendo pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da função da Princesa do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7 A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 e 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B 61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 884 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo

qual os Senhores Senadores Arthur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Partes) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Armada do Rio Grande do Norte.

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963, de autoria do Senhor senador Arthur Virgílio que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1 CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e dá Convenção para revisão parcial das Convenções adotada pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Votação em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senhor Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD) em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5 C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 756 e 759, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A 62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., em caráter oficial e publicada em 1 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.
(Levantada-se a sessão às 15 horas e 14 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 5-64, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-10, para ter exercício no Serviço de Radiodifusão.

Secretaria do Senado Federal, em 19 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 6-64, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor-Geral, nos termos do artigo 207, letra a da Resolução nº 6-60, resolve repreender severamente o Au-

xiliar de Limpeza, PL-11, Elso Rodrigues Catenhede em virtude de haver faltado ao trabalho, 2 dias consecutivos, sem motivo justificado.

Secretaria do Senado Federal, em 19 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 9-64, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Nilo Gonçalves Martins, Motorista Auxiliar, PL-10, para ter exercício na Portaria.

Secretaria do Senado Federal, em 19 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

SENADO FEDERAL

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.
Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amoury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Péricles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Ru. Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joacim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Juliette Ribeiro dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amoury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amoury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurelio Vianna
Amoury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLÍCIÃO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	3. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jusá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guimard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Pérciles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eunice Rezende
Raul Giuberti	PSF	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Pérciles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Mem de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Pérciles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos:

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos:

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.
- Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros (5) — Partidos
- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
 - José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
 - José Ermírio — Relator — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermírio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermírio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.
- Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- José Ermírio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB.
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).
 - Heitor Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Cerdeira — PSP.
 - Juarez Távora — PDC.
 - Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedito Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Pérciles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1 139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (PTB) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23.4.63) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23.4.63) - UDN
Amaury Silva (23.4.63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTE
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTF
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Giuberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELEITIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTF
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda.
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11 de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada: - Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas). - por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30). Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Atílio Fontana - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aurélio Vianna - PSB
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 38

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 22 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 15ª SESSÃO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os srs. Senadores:

Adalberto Sen-
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Dinarte Marz
Ernuro de Moraes
Heribaldo Vieira
Lete Neto
Josephat Marinho
Milton Campos
Moura Andrade
Pedro Lucovico
Nelo Braca
Guido Mendin
Daniel Krieger
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 17 srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem nº 39, de 1964

(Nº 39, NA ORIGEM)

Senhoras membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Sr. Sérgio Armando Frazão, ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Árabe Unida nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Sérgio Armando Frazão que me induziram a

escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 19 de fevereiro de 1964. — (a) João Belchior Marques Goulart.

CURRICULUM VITAE EMBAIXADOR SÉRGIO ARMANDO FRAZÃO

1 — O Embaixador Sérgio Armando Frazão nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1917.

2 — É membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

3 — Ingressou na carreira diplomática, por concurso, em maio de 1942, como Cônsul de Terceira Classe. Promovido a Segundo Secretário, por antiguidade, em 1946; a Primeiro Secretário, por merecimento, em 1952; recebeu o título de Conselheiro em 1958; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1959; promovido a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1961.

4 — Durante sua carreira, o Embaixador Sérgio Armando Frazão exerceu as seguintes funções no exterior:

Vice-Cônsul no Consulado-Geral do Brasil em Paris, de 1944 e 1946; Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Paris, em 1946; Segundo Secretário da mesma Embaixada, de 1946 a 1948; Segundo Secretário da Legação do Brasil em Viena, de 1948 a 1950; Primeiro Secretário da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, de 1953 a 1955; Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil em Santiago, de 1955 a 1957; Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa, em 1961 a 1960; Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington, em 1960 e 1961.

5 — Na Secretaria de Estado o Embaixador Sérgio Armando Frazão exerceu as seguintes funções e comissões:

Secretário da Comissão de Recepção ao Senhor Enrique Peñaranda Castilho, Presidente da Bolívia, em 1943; Auxiliar do Representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Conselho Nacional de Imigração e Colonização, na elaboração do Texto Final da Consolidação e Colonização, em 1943. Destacado para constituir a Comissão de Consolidação das Instruções de Serviço do Ministério das Relações Exteriores,

em 1944. Auxiliar do Chefe do Departamento Econômico e Consular, em 1951. Assistente do Professor de Direito Internacional Público do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, em 1951. Primeiro examinador da banca de Direito Internacional Público do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, em 1951. Segundo Examinador das bancas de Prática Diplomática, Prática Consular e Tratados e Política Econômica do Brasil, em 1952. Substituto do Chefe da Divisão Comercial, do Departamento Econômico e Consular, em 1957. Examinador de Política Internacional nos exames finais do 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, em 1957. Chefe do Serviço Econômico da Europa, Ásia, África e Oceania, do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, em 1958. Integrante do Grupo de Trabalho para Estudos Econômicos da Operação Pan-Americana, em 1958. Representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Instituto Brasileiro de Café, em 1958. Membro da Delegação do Brasil que negociou o Ajuste de Comércio e de Pagamentos Brasil-Japão, no Rio de Janeiro em junho de 1958. Chefe da Divisão Comercial do Ministério das Relações Exteriores, em 1959.

6 — Além dessas funções, o Embaixador Sérgio Armando Frazão, exerceu, no Brasil, a Presidência do Instituto Brasileiro de Café, em 1961 e foi Assistente Especial do Presidente do Conselho de Ministros, em 1952.

7 — No exterior, o Embaixador Sérgio Armando Frazão desempenhou ainda as seguintes comissões:

Secretário da Delegação do Brasil à Segunda Sessão da Comissão Preparatória da Conferência Internacional sobre Comércio e Emprego, em Genebra, em 1947. Assessor da Delegação Brasileira à Reunião da Comissão Especial da Delegação Brasileira à Reunião da Comissão Especial da Delegação Brasileira à Reunião da Comissão Especial de Estudos do Acção Multilateral de Aviação em 1947. Conselheiro Técnico Governamental da Delegação do Brasil à 33ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1950. Assessor da Missão Econômica e Comercial do Brasil à Europa, em 1952. Assessor da Delegação do Brasil à VIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Uni-

das, em Nova Iorque, em 1953. Representante do Brasil na Comissão de Informação sobre Territórios Não Autônomos, em 1954. Assessor do Brasil à IX Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em 1954. Observador do Brasil na XV Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU, Representante substituído do Brasil na Comissão do Sudão Africano, da ONU, em 1954 a 1955. Representante do Brasil no V Comitê Plenário da CEPAL, em Santiago, em 1956. Delegado do Brasil no primeiro período de Sessões do Comitê de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas, em Santiago, em 1956. Conselheiro da Delegação do Brasil à reunião de Ministros do Estado das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), em Genebra, em 1957. Delegado Suplente da Delegação Brasileira à Junta Diretora Internacional de Café, em Washington, em 1959. Delegado do Brasil no 1º Período de Sessões da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café, em Washington, em 1960. Chefe da Delegação do Brasil no 5º Período de Sessões da Junta Diretora do Convênio Internacional do Café, em Washington, em 1960. Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Café, realizada em Nova Iorque, em 1962. Chefe da Delegação do Brasil à I Reunião Preparatória da Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento, em Nova Iorque, 1953. Chefe da Delegação do Brasil à II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em Genebra, em 1963. Chefe da Delegação do Brasil à I Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café, em Londres, em 1963.

8 — O Embaixador Sérgio Armando Frazão exerceu as seguintes Encargaturas de Negócios:

Encargatura de Negócios do Brasil em Viena, em 1948. Encargatura de Negócios em Viena, em 1950. Encargatura de Negócios em Santiago, em 1956. Encargatura de Negócios em Lisboa, em 1960.

9 — O Embaixador Sérgio Armando Frazão casou-se com D. Clara Santa Frazão, de nacionalidade brasileira.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

Table with columns: REPARTIÇÕES E PARTICULARES, FUNCIONÁRIOS, Capital e Interior, Exterior, Semestre, Ano. Values include Cr\$ 50,00, Cr\$ 96,00, Cr\$ 136,00, Cr\$ 39,00, Cr\$ 76,00, Cr\$ 108,00.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

noite; operaram também em zonas palustres e empestadas de regiões nordestinas; viveram a mercê de toda ordem de surpresas, imprevistos, afrontando os mais duros sacrifícios de ordem física e moral, com o que porcentagem elevada dásse pessoal se viu mesmo atacado de malária, outras doenças infecto-contagiosas, como depressões neuróticas, arrastando até hoje as consequências dêses males, apesar das medicações preventivas, na época, muitas das quais eram obrigatoriamente tomadas diariamente.

Os ataques inimigos, nas zonas de grande costa brasileira, sobretudo, exigindo sangue frio, destreza, vigilância permanente e amor pátrio; e que levaram mesmo muitos brasileiros ao sacrifício da vida, causaram outros defeitos físicos e neurológicos, o que mais atesta a significação do alto e inestimável valor do serviço que prestaram à Pátria e à Humanidade.

Para mais esclarecida compreensão das reivindicações que se solicitam em lei, vamos argumentar relacionando os seguintes tópicos:

a) Os servidores, por exemplo, do Lóide Brasileiro, Empresa vinculada ao Governo Federal, participaram da Conflagração Mundial — 1939-1945 — não só por estarem sujeitos às leis e disciplinas militares, como, também, pela natureza dos serviços desempenhados num esforço conjunto, na luta contra as forças totalitárias do Eixo, que, embora não tenham participado da Frente de Batalha de "Além-Mar", mesmo assim, prestaram serviços como "forças auxiliares", com o mesmo fim: Defesa da Democracia — por que não dizer? — da Humanidade.

b) Em face da exposição acima, passamos a considerar as leis e decretos que disciplinam os deveres e responsabilidades de...

um modo ou de outro, estavam enquadrados dentro dos limites de operações de guerra;

1 — tendo sido mobilizados na Segunda Grande Guerra Mundial, conforme o estabelecido nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 10.451, de 10 de setembro de 1942 e seu parágrafo único, como abaixo transcrito:

"DECRETO Nº 10.451, DE 10 DE SETEMBRO DE 1942

Estabelece a mobilização geral

Art. 2º

Parágrafo único. A partir da data deste Decreto, todos os brasileiros natos e naturalizados, são obrigados, exceto os legalmente isentos, ao exercício do dever cívico da defesa nacional.

Art. 3º — Os Ministros e demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, tomarão as medidas que se impuserem no domínio econômico, militar, científico, da propaganda, da mão-de-obra e do trabalho necessários à defesa do território nacional."

2 — Durante o período de 1939 a 1945, interstício com a Conflagração Mundial, os servidores do Lóide Brasileiro, foram enquadrados nas zonas de risco agravadas: as ilhas de Mocanguê Pequeno, Conceição, Combaba e Ferreiros, bem assim os que trabalhavam nas Docas e nos escritórios da Sede, além de serem essas dependências consideradas objetivos militares, portanto, sujeitos aos ataques do inimigo, estavam delimitadas pelo Decreto nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, como segue:

"Decreto nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, publicado no Diário do Congresso, de 3 de maio de 1948, define e delimita as Zonas de Guerra."

Art. 1º Define e delimita a Zona de Guerra abrangendo as águas do Atlântico Sul, compreendida na faixa de segurança estabelecida na Declaração do Panamá (Decisão 14-A) aprovada em 30.10.1939, e os seguintes municípios:

Art. 2º A Zona de Guerra é subdividida em sub-Zonas correspondentes aos seguintes teatros de operações: Teatro de Operações — C.M. (Centro Meridional) correspondendo ao Distrito Federal (atual Estado da Guanabara), São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e parte sul da Bahia até Jequitinhonha.

Letra "m" — no Estado do Rio de Janeiro, todos os municípios. Letra "N" — Todo o Distrito Federal (atual Estado da Guanabara)."

3 — Cumprindo determinações expressas em lei, o Lóide Brasileiro, em seu Relatório de 1943, página 68, criou a "Guarda Militar da Ilha do Mocanguê Pequeno, composta de um Destacamento do Corpo de Fuzileiros Navais, a quem estava afeto a vigilância, dia e noite, de toda a Ilha e navios sujeitos ao regime de reparos no Departamento das Oficinas e "manutenção da ordem e disciplina" de todo o pessoal que trabalhava no Departamento das Oficinas, etc., atividades, estas militarizadas, só previstas em virtude da situação de emergência que o País atravessava.

4 — O Comando Militar da Ilha de Mocanguê Pequeno e outros setores ficou a cargo do Sr. Capitão-Tenente Oscar Gomes Nora, conforme Memorando nº 655-42, que em virtude da mobilização Geral (Decreto nº 10.451, de 10.9.1942), e atendendo ao regime adotado, foi criado nos Estaleiros e em outros setores da Administração da Empresa, o processo de três (3) turnos de trabalho com a duração de oito (8) horas diárias, a fim de não sofrer solução de continuidade, a instalação de meios de defesa e reparos dos navios, vítimas das unidades do inimigo.

5 — de acordo com o regime de exceção estabelecido pelos Decretos ns. 10.451, de 10.9.1942 e 10.490-A, de 25.9.42 e baseado na legislação penal militar e regulamento disciplinar da Armada, foi imposta a vários empregados do Lóide Brasileiro, lotados nos Estaleiros, por ato de indisciplina, a prisão celular cumprida no Batalhão Naval, medida esta, que na Legislação Civil não aconteceria, salvo o regime de exceção em que se encontravam os empregados do Lóide Brasileiro, sujeitos aos preceitos disciplinares e penais militares, conforme diz o Decreto nº 4.550, de 30 de maio de 1942, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos marítimos empregados nas linhas consideradas de risco agravado e os sujeitos aos preceitos disciplinares e penais militares.

Art. 1º Aos tripulantes das embarcações nacionais será computado em dobro quer para efeito da legislação do trabalho quer para os previstos na legislação social, o tempo de serviço decorrido entre as datas do início e do término de cada viagem, quando serviram a bordo de navios empregados nas linhas consideradas de risco agravado na forma do Art. 7, do Decreto nº 3.777, de 1.9.41.

Art. 2º Todo pessoal marítimo a serviço das empresas nacionais de navegação que mantenham linhas transoceânicas e linhas de grande e pequena cabotagem, fica sujeito, durante a vigência de seus contratos de trabalho, aos preceitos disciplinares e penais aplicáveis aos militares e a jurisdição dos Tribunais estabelecidos no Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1933.

6 — os atos de indisciplina, na legislação civil, são punidos, quando

Sua Excelência é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Árabe Unida.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 12 de fevereiro de 1964. — Roberto Barriel-Rosa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores

Ofício do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, sob nº 179, de 18 do mês em curso — Comunica haver aquela Casa aprovado o Projeto de Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Aviso nº 123, de 6 do mês em curso, do Sr. Ministro da Saúde, com referência ao Requerimento nº 482, de 1963, do Sr. Senador Aarão Steinhilber.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa projeto de lei que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte:

Projeto de Lei do Senado Nº 7, de 1964

Que estende os benefícios dos Decretos ns. 22.872, de 29.6.33, art. 49; nº 4.550, de 30.5.42, art. 1º e n.º 1.156 de 12.7.50, aos servidores de empresas de navegação, empregados em estaleiros, escritórios, armazéns, trapiches e tráfego do Porto, que prestaram serviços durante a II Guerra Mundial, de 1935 a 1944.

Art. 1º Aos Servidores das Empresas de Navegação, empregados em Estaleiros, Escritórios, Armazéns, Trapiches e Tráfego do Porto, que prestaram serviços durante o período da Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, são extensivos os benefícios dos Decretos ns. 22.872, de 29 de junho de 1933, artigo 49 e número 4.550, de 30.5.1942, Artigo 1º, e o que estabelece o Decreto nº 1.156, de 12 de junho de 1950.

§ 1º A presente Lei aplica-se, igualmente, à Polícia Militar do antigo Distrito Federal, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícias dos Estados da Costa Brasileira, e aos jornalistas-redatores do Serviço Público que selecionaram e divulgaram notícias por convênios de jornais com estações de rádio e gestas com jornais, em termos de colaboradores da Segurança Nacional.

Art. 2º O tempo de serviço contado em dobro pelos participantes da FEB, Aeronáutica, Marinha de Guerra e Marinha Mercante assim considerados para todos os efeitos legais, não terá a omissão de adicionais.

Art. 3º Será também contado em dobro o tempo de serviço prestado pelos militares do Exército, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Marinha Mercante, que operaram em zonas consideradas de Guerra.

Art. 4º Os professores que, em período de guerra ou não, pertencendo aos quadros de funcionários federais, estaduais e municipais, tenham em unidades militares prestado serviços de ensino, inclusive de alfabetização noturna de adultos e adolescentes, terão o tempo de serviço nas referidas unidades contado em dobro, para qualquer efeito de benefícios de leis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Aarão Steinhilber.

Justificação

Os militares das três Armas, como o pessoal da Marinha Mercante, no período de guerra — 1939-1945 — desempenharam suas ações nas zonas de guerra e nas zonas consideradas de guerra, com risco de vida, sem conforto e quase sem repouso, dia e

... muito, com a pena de demissão e nunca com a de prisão celular.

7 — ainda sob o regime de exceção, de acordo com o que determina o art. 3º do Decreto nº 10.451, de 10 de setembro de 1942, foram também tomadas as medidas de caráter econômico impondo a todos os empregados do Lóide Brasileiro o desconto em seus vencimentos, de "bônus de guerra".

8 — de acordo com as disposições constantes do Regulamento da Capitania dos Portos, baixadas com o Decreto nº 5.798, de 11.6.40, em seu artigo 319, § 2º, os pensionários dessa lei eram consideráveis militares, para todos os efeitos e direitos.

9 — Vejamos o que diz o referido art. 319, em seu § 2º:

"Art. 319. Auxiliares marítimos, os que exercem atividades técnicas ou profissionais na Indústria de Construção Naval, no reparo de embarcações e em serviços auxiliares da prática."

E mais ainda; de acordo com o Decreto nº 22.872, de 29 de junho de 1933, ficou estabelecido, que seriam contribuintes do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, aqueles que estivessem enquadrados na categoria de Auxiliar Marítimo.

Várias leis e decretos foram promulgados com o fim de estabelecer a Segurança Nacional e responsabilizar aqueles que de uma maneira e de outra, estavam enquadrados nas disposições dos Decretos 10.451-1942 e 10.490-1942.

Também não passou despercebido aos Legisladores e ao Executivo o desejo de amparar aqueles que serviram no campo de batalha os que singularavam os mares, os que serviram nas Forças Públicas dos Estados e aqueles que serviam em determinados setores considerados enquadrados nas normas estabelecidas por Lei e Decretos que regulamentaram a matéria.

10 — Considerando o que dispõe a Lei nº 288, de 8.6.1943, que concede vantagens a militares e civis, que participaram de operações de guerra, cujo artigo 5º diz: — Os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, de entidades autárquicas ou de sociedades de economia mista que também participaram das referidas operações de guerra ao se apresentarem, gozarão das vantagens estabelecidas na presente Lei.

Considerando ainda o que dispõe a Lei nº 1.156, de 12.7.1939:

Art. 1º São amparados pela Lei número 616 de 2.2.1949, todos os militares que prestaram serviços na Zona de Guerra, delimitada e definida pelo art. 1º do Decreto número 10.490, de 25.9.42.

Considerando o que dispõem os artigos 2º e 3º do Decreto nº 36.911, de 15.2.1955, alterados pelo Decreto número 1.420 de 27.9.1962.

Art. 2º Os proventos das aposentadorias de que trata o presente Decreto serão iguais aos vencimentos integrais do posto ou categoria imediatamente superior aqueles que o beneficiado estiver exercendo, no momento do pedido de aposentadoria, a fim de que sejam sempre atualizados.

Art. 3º O tempo de serviço para obtenção da aposentadoria ordinária, aos beneficiários pela Lei nº 1.756, de 5.12.52, obedecerá ao disposto na Lei nº 3.996, de 19.6.61, observada a proporcionalidade instituída no art. 49, do Decreto nº 22.872, de 29.6.33.

— Considerando o que dispõe a Lei número 3.996, de 19.6.61:

Art. 1º. Os funcionários federais e os empregados autárquicos da União que participaram de Operações de Guerra na Força Expedicionária na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil serão, ao aposentar-se, promovidos ao cargo imediatamente superior, se existir tal categoria no seu quadro e perceberão integralmente os respectivos vencimentos.

Art. 2º. Os funcionários e empregados a que se refere o Art. 1º, poderão requerer aposentadoria se contarem vinte e cinco (25) anos de serviço.

11 — As nuances das leis, embora procuramos fazer justiça ampla a quantos ueram o penhor da sua vida em prol da Pátria e da Humanidade, deixou muitos servidores de setores diversos da vida administrativa, economia e social do país com relevantes serviços à Pátria e a Democracia, desamparados das leis vigentes e recentemente — ou agora — milos "praçinhos" tiveram seus empregos, sendo de vida miserável ou dificultosa. E um termo de justiça mais objetiva e certa, exige que o Governo vá de encontro aos direitos penhorados de outros brasileiros, aos quais a Pátria não pode olvidar, inclusive militares e professores.

12 — O mesmo acontece quanto aos professores e, como estes, no preparo de turmas de saúde, técnicas especializadas, alfabetização de adultos e adolescentes militares, — muitos, ainda prestando na alfabetização os mais relevantes e nobres serviços em quartéis militares em tarefas noturnas — estão ou ficaram a margem de benefícios de leis. Cabe ao Governo, aos membros do Legislativo e do Executivo, ampará-los na presente Lei. — *Arão Steinbruck.*

As Comissões de Constituição e Justiça; de Legislação Social; de Educação e Cultura; de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Requerimento de Informação que vai ser lido.

É lido o seguinte:

Requerimento de Informação Nº 17, de 1964

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e IAPS, sobre a dívida de aluguel em Brasília. (Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitada ao Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Instituto de Previdência que possuem imóveis em Brasília, informações amplas sobre as dívidas de aluguel dos funcionários dos apartamentos de sua propriedade, bem como a relação dos ocupantes, tempo de moradia e pagamentos de aluguel recolhidos, por pessoa e por moradia.

Esta das Sessões em 30 de janeiro de 1964.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido, não depende de aporamento, discussão e deliberação do Pleno. Será, depois de publicado, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência, deferiu, hoje o Requerimento nº 16-64, apresentado ontem pelo qual o Sr. Senador Vasconcelos Torres solicita informações a serem prestadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. (Pausa).

Ha oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Josephat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a 21 de fevereiro de 1964 nasceu em Caxias, no Maranhão, Coelho Neto.

Tornou-se o filho do grande Estado do Norte uma das expressões maiores da literatura brasileira.

Exercendo ora a atividade pura de escritor, ora a de professor, ora a de jornalista, foi em todas as atividades uma inteligência marcante. Ainda hoje, seus livros podem ser lidos e examinados como reflexo das boas letras pátrias.

Certo, muito do seu pensamento estará superado. Em verdade, a própria grandeza do seu estilo terá perdido muito de sua ressonância diante das transformações por que passou e vai passando a cultura nacional. Quaisquer que sejam, porém, as mutações, a figura de Coelho Neto sobrevive como expressão singular de uma época na literatura nacional.

Era daquele que, no estilo de seu tempo, prezavam o culto da língua portuguesa. Por esse amor, ou por essa fidelidade à pureza do idioma em que escrevia, talvez se houvesse ate exagerado no colorido que com que revestia comumente seu pensamento. Daí, entretanto, não se há de deprender restrição ao valor de sua obra e à eminência de sua posição no quadro de nossa literatura. É que não há escritor, por melhor ou mais perfeito, a que não possa ser feita uma ou outra observação. Próprio é das grandes figuras intelectuais a submissão a essas contingências que, muitas vezes, são menos uma projeção de sua personalidade do que um reflexo do sistema literário da época a que pertencem.

Poderíamos tomar qualquer dos escritores nacionais, ainda dos maiores ou dos entre nós considerados clássicos, e a qualquer deles a observação poderia ser feita. Dela não escapa sequer aquele considerado o maior entre quantos, nestas terras, escreveram e falaram em língua portuguesa. É a própria grandeza da inteligência, ou a fidelidade à época, que conduz essas figuras eminentes a se ampliarem por assim dizer, no aprimoramento de suas idéias ou na forma de emitila.

São múltiplas as páginas de Coelho Neto que, ainda hoje, podem ser revividas como nobres manifestações de inteligência e da pureza da linguagem. Se quisésse, em meio de tantos trabalhos de relevo buscar uma página, bastaria que se evocasse aquela em que traça com admirável perfeição e singular agudeza, o perfil de José do Patrocínio, fixando as marcas essenciais da personalidade do grande jornalista e político, Coelho Neto consegue através da descrição, como que tornar vivo e em movimento o grande tribuna da Abolição. Mas este é apenas um exemplo da fecundidade da inteligência e da grandeza de expressão do insigne homem de letra.

Hoje, ao se assinalar um século de seu nascimento, a literatura brasileira sofreu modificação radical, sobretudo na consideração dos temas examinados. Mas precisamente por isso, cumpre-nos, inclusive a uma Casa como esta, que representa o sentimento popular, cumpre-nos lembrar a figura daquele que, a seu tempo e segundo o modelo da época em que viveu soube corresponder às aspirações culturais da Nação.

Pouco importa que se haja verificado a transformação, que, em verdade se operou no exame dos temas e na forma de tratá-los. A literatura de Coelho Neto não se preocupou, nem poderia preocupar-se, com os dados sociais e políticos que hoje fecundam todas as obras dos melhores escritores do Brasil. A própria verdade que hoje se possa assinalar revela a importância do escritor com o seu tempo. Viveu os ideais de sua época, fixou o seu estilo com a preocupação, com o empenho, com que então escreviam quantos neste País prezassem bem as letras.

Deste ângulo, aliás, vale acentuar-se a necessidade de fazer com que a preocupação de exame dos temas sociais ou políticos não acabe por menosprezar de todo o bem respeito à pureza da linguagem.

É que, em verdade, se o escritor de hoje, em sua generalidade, se preocupa mais com a realidade da vida, com as suas contradições, com os seus fenômenos, do que os escritores da época de Coelho Neto, também é verdade que se vai operando um certo menosprezo pela correção da língua, o que não concorre para engrandecer no tempo a literatura nacional.

Ainda bem que já se vai verificando a reação a esse desinteresse, conciliando-se, assim, a necessidade do estudo criterioso dos problemas sociais e políticos, através da Literatura geral com a fidelidade à beleza da Língua Portuguesa e ao respeito às suas origens.

Coelho Neto não pode ser limitado, pois que na própria restauração do bom estilo não é possível reproduzir-se, em tempo diverso, o que predominou em época passada. Pode, contudo, servir de exemplo a que as gerações atuais e as futuras, debruçando-se sobre as questões de interesse imediato, não desprezem o amor às boas Letras.

Nesse respeito às boas letras, dentro das divergências naturais de compreensão dos problemas, Coelho Neto pode ser lembrado e invocado como um exemplo dignificante. É o que neste momento faço, lembrando-lhe a memória, a vida e a obra, na data em que se assinala, com jubilo, o primeiro centenário de seu nascimento. *(Muito bem! Muito bem! Palmas)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Sebastião Archer.

O SR. SEBASTIÃO ARCHER:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, o Maranhão está em festa. E como maranhense que sou, que me orgulho de ser, não poderia, como é natural, deixar de proclamar com a alegria incontida daquele que ama verdadeiramente a sua terra, a glória de seus filhos — o valor da sua gente.

Refiro-me, Sr. Presidente, à figura quase lendária de Coelho Neto, que hoje comemoramos o centenário de seu nascimento.

Coelho Neto nasceu de origem humilde. Através a sua existência, encontramos uma constante — trabalhar. E foi graças a sua perseverança, apenário de um caráter nobre e devotado aos problemas da Pátria, que revelou-se o homem de letras que o Brasil aprendeu a admirar. Enorme dedicação aos estudos permitiu-lhe a vasta e profunda cultura que fez-lo modelo entre os intelectuais de seu tempo.

O exame da obra de Coelho Neto, num total de mais de 130 volumes versando sobre os mais diversos assuntos, basta para confirmar-lhe a reputação de Príncipe dos prosadores brasileiros.

Sr. Presidente, no meu Estado do Maranhão, reverencia-se hoje à memória de seu ilustre filho. Entre as comemorações que terão lugar, desejo sobretudo destacar as que se realizarão em Caxias, sua cidade natal, onde o Prefeito e a Câmara Municipal encerrarão as festividades em ato solene a ter lugar no Instituto de Educação local.

Exemplo de dignidade humana, Sr. Presidente, cabe dizer que a nação que abrigou um Coelho Neto e sabe lhe honrar a memória, é nação que

saberá vencer os inimigos de sua democracia, de sua grandeza e de sua liberdade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, quem não poupa na crítica não deve ser avaro no elogio. Eu, que sempre me mostro tão pronto e disposto a protestar, por vezes com contundência, contra atos e atitudes do Presidente da República, não me devo omitir em lhe trazer o louvor, quando merece. E penso que o merece em face do discurso irradiado anteontem, em que S. Exa. aborda dos mais graves problemas do momento nacional.

Ao fazer este elogio, começo por dizer que o Sr. João Goulart me faz lembrar uma figura de teatro que aqueles que têm a minha idade ainda devem recordar. Nas primeiras décadas deste século teve fortuna e fez grande sucesso um ator que criou um tipo novo no proselício dos teatros. Chamava-se Fregoli e a novidade por ele criada consistia na espetacular rapidez com que se transformava, de tal maneira que só ele enchia o espetáculo e a cena, desempenhando, simultaneamente, os mais diversos papéis.

Armando nos bastidores mecanismos e processos especiais, conseguia sair por uma porta, dentro da figura entrar pela outra, momentos após, vestido de palhaço ou de maltrapilho. Esse gênero passou a chamar-se o "fregolismo" e os dicionários registram a palavra como significando a capacidade de transformações rápidas.

Ouvindo o Sr. João Goulart, Ouvindo o Senhor João Goulart, lembro-me de Fregoli, tal a capacidade que tem S. Exa. de se transmutar e aparecer aos olhos do público, com pouco espaço de tempo, sob as roupagens e posições mais diversas e, às vezes, antagônicas.

Anteontem — quero registrar — S. Exa. apareceu como deveria sempre compor-se: apareceu como um Presidente da República. Falou como um homem de Estado. A sua oração, ainda que haja quem dela divirja num ou noutro ponto, é a oração com a linha, a altitude, a seriedade e a severidade compatíveis com a posição do primeiro magistrado de uma República.

Desejo, com isto, não poupar aplausos, quando vejo o Sr. João Goulart aparecer à Nação como Presidente da República. E ainda, que, quanto ao conteúdo, quase tudo o que ali se diz merece o meu apoio.

S. Exa. expõe a situação do Brasil como devedor internacional e diz, com segurança e acerto, que o seu Governo não tem responsabilidade pela situação encontrada. E, numa seta que tem enderéço certo, acrescenta, o que é inegável:

"A extrema preocupação de Governos anteriores em obterem recursos externos levou à acumulação de compromissos sem esquema de pagamento viável, trasladando a responsabilidade de sua liquidação para os Governos que se sucederam".

E isto certo, e o destinatário destas palavras deve bater no peito e reconhecer que as contingências atuais do Brasil não se devem imputar aos Países que nos emprestaram recursos financeiros, mas à imprevidência, à ligeireza, se não à leviandade com que abusamos da nossa capacidade de endividamento, sobretudo assumindo

responsabilidade de curto prazo. De tal forma foi a situação, de resto magistralmente exposta pelo Ministro Clemente Mariani quando veio à Câmara dos Deputados em abril de 1961, tão grave era a situação, que nestes três anos, de 1963 a 1965, havia acumulação de 1 bilhão e 300 milhões de dólares a serem pagos.

As Nações credoras — com isso ocorrendo como o Sr. João Goulart ocorrendo, como o Sr. João Goulart declara que aconteceram, ao apelo de atenderem às possibilidades brasileiras não fizeram mais do que adotar uma política realística. O Brasil não tinha e não tem condições para arcar com compromissos tão altos em prazos tão curtos. Qm. Mais louvor merece o Sr. João Goulart, e mais sensível é a repêndia que se contém neste trecho ao Presidente que o antecedeu, quando diz, merecendo inteiro aplauso, ao contrário do que aconteceu no passado:

(Lendo)

"Ajustaremos, agora, os compromissos externos, a nossa efetiva capacidade de pagamento, e o Governo que me sucede, não encontrará o mesmo impasse que enfrentei e que só agora é superado".

E arremata, com malícia e justiça. (Lendo)

"Poderia ter pleiteado, e isto seria bem mais fácil, o adiamento puro e simples de nossos compromissos, para 1966; nunca aceitaria, porém, tal solução, pois não estão em jogo pessoas nem governos e, sim, o Brasil e a intangibilidade de seu conceito internacional".

Outro trecho do discurso do Presidente da República que merece ser acentuado, porque novamente nele, há justiça é o que passo a ler:

(Lendo)

"Levamos a efeito uma negociação da maior relevância para o País, num total respeito a sua soberania. Devemos ressaltar que a recomendação de nossos esquemas de pagamentos externos se faz sem qualquer intromissão "... em nossa vida interna, nem qualquer ingerência na programação da nossa política econômica-financeira".

Diz com isto, S. Exa., o que foi sempre do meu entendimento: só governos fracos e subservientes aceitam interferências internas. Só um Governo que não saiba prezar a soberania nacional aceita a impertinência de governos estrangeiros.

Está certo, porém, que na época da história que atravessamos, as velhas e detestáveis políticas de domínio imperialista vão cedendo passo a um espírito largo de compreensão do século.

A política do "big stick" que tanto degradou a Norte-América, como degradou e humilhou as Nações latino-americanas, é uma página encerrada e hoje intolerável. Já quando o Sr. Aníbal dos Reis promoveu, em 1961, os entendimentos com nossos credores externos dos Estados Unidos e da Europa, deles obteve as maiores concessões até então feitas ao Brasil, sem a mais remota ou leve diminuição da nossa soberania ou independência.

O Sr. João Goulart agora novamente proclama essa verdade. Os credores externos — a Norte-América, a França, a Alemanha, a Inglaterra — compreendem que devem pautar a sua política para com o Brasil tendo em vista a candente realidade dos dias que vivemos, sem de forma alguma, pretenderem apro-

veitar-se das nossas debilidades financeiras para impor a sua potência econômica.

Devo dizer que o discurso do Presidente João Goulart nesse ponto deveria fazer referência especial à necessidade de incrementar-mos as exportações. Todos proclamam este imperativo da economia brasileira. No ano passado, o Presidente da República chegou mesmo a criar um Ministro Extraordinário para a exportação.

A verdade, porém, é que nada de sério até agora, verdadeiramente, se empreendeu. E não há forma de ampliarmos a nossa capacidade de importação, e também expandir a nossa capacidade de endividamento, senão a do aumento das exportações. Novamente recorro a o exemplo do governo Jânio Quadros, o último que conseguiu com medidas de ordem cambial, aumentar de forma sensível no ano de 1961 o valor da receita de nossa balança comercial.

Desejava, neste passo, recordar o exemplo que nos leu e nos rá o Japão, que tem mantido um aumento de mais de doze por cento ao ano, no seu movimento exportador, exemplo que nos deu e

Esse é o caminho único e possível para o Brasil, promover o seu desenvolvimento, pagando as importações e os financiamentos de que carecemos. Outro ponto do discurso do Presidente da República, que, em linhas gerais, só merecem louvores, é aquele em que S. Exa. se refere à reforma cambial que no mesmo dia foi decretada através de uma instrução da SUMOC.

S. Exa. tem a coragem de dizer que o objetivo da reforma é extinguir o artificialismo, isto é, procurar a tão famosa e tão necessária verdade cambial. Realmente, o Item 1º da Instrução 263, baixada anteontem, estabelece que as operações de câmbio para a exportação de mercadorias serão realizadas a taxas convencionadas entre as partes, executadas os casos previstos no Art. 7º, isto é, excetuando apenas as exportações de café, açúcar e petróleo.

Esta era realmente uma necessidade impostergável. A manutenção do artificialismo da taxa cambial brasileira, com o dólar a Cr\$ 600.00, determinaria a paralisação das nossas exportações e estava, já há muito tempo, impondo que esta taxa não fosse obedecida graças ao artifício do tão conhecido "boneco" — operação através da qual o importador dá, por hora, aquilo que o artifício não permite seja dado oficialmente.

O Presidente da República teve a bravura de declarar que assim é, e que é preciso acabar com esse artifício para permitir o desenvolvimento das exportações. A taxa amarrada de Cr\$ 600.00 estava empobrecendo a Bahia, impondo-lhe Cr\$ 600.00 por dólar que o cacau produzia. Estava empobrecendo a Companhia Vale do Rio Doce; da mesma forma, o Amapá com o manganês, e o Nordeste, com as fibras e os óleos. Todo o Brasil era fraudado, através desse artifício que por outro lado determinava o estancamento progressivo do fluxo exportador. É natural e humano que os exportadores sobreestimas nas suas remessas, aguardando a correção da taxa cambial ou o aumento do "boneco".

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito prazer.

O Sr. Aurélio Viana — A peça que V. Exa. apresenta é importante, e a análise e digna de apreciação estuda. Eu gostaria de, neste aparte, ler dois trechos de um projeto de resolução, apresentado pelo senador João Agripino, em nome da delegação do

Brasil à III Conferência Interparlamentar Americana ...

O SR. MEM DE SÁ — Se Vossa Exa. permitir, creio esse aparte caber melhor na parte seguinte, que vou abordar.

O Sr. Aurélio Viana — É porque os dois trechos, os dois pensamentos... O SR. MEM DE SÁ — V. Exa. vai-se antecipar.

O Sr. Aurélio Viana — ... dizem respeito ao recalonamento ou redistribuição prática das dívidas externas do Brasil, assunto já abordado por V. Exa. ...

O SR. MEM DE SÁ — Perfeito.

O Sr. Aurélio Viana — ... e a nossa política de comércio exterior que, também, já foi abordada.

O SR. MEM DE SÁ — Não. Já abordá-la agora.

O Sr. Aurélio Viana — Então esperarei o momento oportuno e darei o aparte na ocasião em que V. Exa. achar conveniente, por se encaixar melhor no seu pensamento, no discurso de V. Exa.

O SR. MEM DE SÁ — Muito agradecido a V. Exa.

Quereria, justamente, focalizar, a seguir, o capítulo que o Presidente da República dedicou ao problema das relações entre os países subdesenvolvidos. Quero dizer que, também neste capítulo, concordo com as teses sustentadas no discurso de anteontem.

O mundo, cada vez mais, vai-se dando conta de que não é possível continuar esse desnível brutal ora existente, e o Presidente da República traz elementos que sua Assessoria lhe forneceu com muita propriedade — elementos reveladores da gravidade, do aceleramento desse desnível, se medidas enérgicas não forem tomadas.

E S. Exa. aponta as posições que o Brasil pretende tomar, com os demais países subdesenvolvidos, na Conferência Interamericana de Comércio, que vai ter efeito no próximo mês de março, em Genebra. Aqui, setão, resumidamente: (Lê)

Assim, o princípio de que não se deve mais exigir estrita reciprocidade de concessão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, liberando-se estes dos encargos da retribuição de vantagem é justo aplicar normas iguais para países em diferente nível de desenvolvimento econômico; o de que não é lícito que os países desenvolvidos se sirvam de cláusulas de salvaguarda ou fórmulas novas para dificultar a livre competição de artigos dos países subdesenvolvidos em seus mercados; o de que a solução do problema dos países subdesenvolvidos deve ter prioridade sobre a eliminação dos obstáculos entre países desenvolvidos, pois do contrário se estariam aumentando as dificuldades daqueles; o da livre entrada dos produtos tropicais nos mercados dos países industrializados.

produtos tropicais nos mercados. Realmente, estas são as teses que dos países industrializados.

fazem a frente comum de três quartas partes da humanidade contra a quarta parte restante, que goza de um padrão de vida que o ofende e fere, pela injustiça, o daquelas outras.

Desejo acentuar o que já aqui disse uma vez: é muito mais importante para os países subdesenvolvidos obterem os recursos para o seu take — através do comércio e da relação correta e justa com as nações desenvolvidas, do que através ou de auxílios que, por vezes, melindram a susceptibilidade dos fracos.

A Conferência Internacional de Comércio, como bem acentuou o Presidente João Goulart, representa, por isto, um marco de valor excepcional na história do mundo. Mas desejava advertir, antes de dar o aparte ao nobre colega Senador Aurélio Viana, que não devemos pensar que dessa conferência saíram vitórias todas as teses e que vamos obter, de uma só vez, um triunfo total. Não; a campanha será árdua e longa. Há uma mentalidade constituída nos países desenvolvidos, industrializados, que dificilmente é permeável e dificilmente se renderá à imposição das realidades. Esta realidade já chegou e já se impôs aos intelectuais, aos professores, aos universitários dessas nações, mas ainda não penetrou as grandes camadas dos homens de negócios, dos capitães de indústria, que são, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, os bastiões do reacionarismo e do empedernimento do egoísmo.

Mas, ainda hoje pela manhã, deliciava-me com a leitura de um *scholar* do mais alto nível alto nível, de um professor norte-americano, Galbraith, que tem páginas de grande contundência contra esta mentalidade que domina ainda os meios econômicos norte-americanos; impedindo-os de reconhecer e apreender uma visão mundial.

Concedo o aparte solicitado pelo nobre colega, Senador Aurélio Viana.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador, na 3ª Conferência Internacional Parlamentar Americana, a bancada do Brasil esteve sempre presente e atuante. Um dos pontos altos da Conferência foi este documento apresentado em nome da bancada brasileira e brilhantemente defendido pelo nobre colega, Senador João V. Exa., as apreciações que faz Agripino. Estão na linha do discurso sobre o pronunciamento do Presidente da República. Leio dois ou três dos seus itens: (Lendo).

"A ampliação — recomenda a bancada do Brasil — e o fortalecimento de todos os mecanismos destinados a assegurar um preço justo para os produtos básicos e a evitar sua flutuação, de acordo com as disposições do Título Quarto da Carta de Punta del Este (convênios internacionais, etc.) e a adoção de sistemas de financiamento compensatório, flexíveis e automáticos, para compensar aos países produtores de matérias-primas as perdas em seu comércio de exportação".

"O alívio da carga financeira, etc. a fim de que possam considerar-se solidamente financiados os organismos financeiros, para os objetos de alta prioridade econômica. Isto poderá lograr-se por meio da redistribuição prática das dívidas externas de maneira que os compromissos anuais de amortização do capital e interesses representem só uma porção razoável dos ingressos provenientes da exportação.

Sobre a Aliança:

"A aplicação dos recursos resultantes da Aliança para o Progresso, de conformidade com as prioridades nacionais e os projetos regionais, correspondendo aos Governos beneficiados a responsabilidade e só essa de definir os órgãos e os setores de aplicação dos recursos e os projetos que se há de financiar.

Tivemos o prazer de assistir debates interessantíssimos em torno des-

sa tese, afinal vitoriosa. E depois lemos, observamos, ouvimos o discurso do Presidente da República. De que todas as questões estão colocadas exatamente dentro da tese que os parlamentares brasileiros do Senado e da Câmara apresentaram, com sucesso, à III Conferência Interparlamentar Americana. De mim, mais uma vez, quero render preito de homenagem e satisfação à conduta e à independência de V. Exa., que, colocando à margem problemas de ordem político-eleitoral e político-partidária, frisa que os interesses nacionais, os interesses do nosso País estão acima de tudo. O discurso de V. Exa. marca um ponto na vida do Senado da República, e que o Sr. Presidente da República se sinta fortalecido com pronunciamentos independentes de homens independentes como V. Exa. Que a rota traçada siga, como esperamos, para ser executada, e que a finalidade, que é o desenvolvimento e a independência econômica de nosso País seja alcançada.

O SR. MEM DE SÁ — Fico extremamente agradecido pela generosidade de parte do eminente Senador Aurélio Viana.

Devo dizer que não faço mais do que repetir o que muitas vezes tenho feito — apoiar o Sr. Presidente da República, seja ele quem for sempre que suas palavras ou seus atos me pareçam inspirados no bem comum e no interesse superior do Brasil.

Esse discurso do Sr. Presidente da República, como disse ao começar a minha oração, está numa linha e em termos de elevação que justificam e impõem o louvor que lhe faço, para ter autoridade de tecer as críticas que lhe não poupo.

Vou adiante.

A respeito ainda do aparte do eminente colega Aurélio Viana queria reter esse aspecto: preparemo-nos para a luta, que será longa. É provável que muitas decepções surjam dessa Conferência Internacional de Comércio. Não devemos ir para ela com optimismos exagerados e ilusões.

A respeito dos preços dos grandes produtos está oscilando, está vacilando. Os Estados Unidos deram um exemplo de admirável superioridade no caso do Convênio Internacional do Café. É inegável que aos olhos o êxito desse Convênio. Pela primeira vez os países consumidores concordaram em entrar numa convenção com os produtores, e os Estados Unidos da América são maiores consumidores do mundo. Foi o péso do seu exemplo que nos arrastou para o êxito que hoje desfrutamos e para essa reação que se verificou nos preços do nosso principal produto de exportação.

Mas, a respeito do cacau, o exemplo é totalmente ediverso. Continua o muro da incompreensão, e o nobre Senador Josaphat Marinho ainda teve oportunidade de mostrar o triste desfecho da última conferência convocada. Os consumidores se manteram na estúpida exigência de que os produtores aceitassem o preço mínimo de 18 cents, quando a média dos preços no *take-off* circular tem sido acima de 25 cents.

Mas, é preciso que não nos deixemos desanimar pela decepção de um primeiro embate. A verdade há de se impor e a justiça há de prevalecer. Por um instinto de conservação, por um instinto de sobrevivência, as grandes nações do Ocidente não decomprometerão a causa dos países subdesenvolvidos e também a causa delas. Porque o naufrágio das primeiras arrastará a subvenção total.

Passando a outro trecho, porque já me alongo demais, desejava dizer que estou ainda de acordo — e talvez o Presidente da República se surpreenda — que estou ainda de pleno acordo com o S. Exa., quando declara que esta situação de ordem internacional, de regularização dos compromissos externos, de possibilidade de pagamento das nossa dívida, em suma de aneamento cambial, tais providências e medidas têm de ser complementadas com providências e medidas de natureza interna, que permitam o alargamento do mercado nacional. E para esse alargamento do mercado nacional, S. Exa. cita — e não podia deixar de fazê-lo — a necessidade das reformas de base. Creio que aí S. Exa., quando fala em reformas de base, está pensando na reforma agrária, e devia tê-la citado pelo nome.

Realmente, a reforma agrária é um imperativo de ampliação do mercado interno, é um imperativo de aproveitamento da nossa capacidade produtiva, é condição *sine qua non* do desenvolvimento. Mas que atinge seu limite dentro dos limites da procura. Desde Keynes não se discute mais que é a procura quem determina a produção, e não como pensavam os clássicos antigos, que era a produção que determinava a procura.

A ampliação do mercado interno portanto, é condição de desenvolvimento, e não se pode compreender essa ampliação sem a reforma agrária.

Dando-lhe, portanto, inteiro apoio na tese de que a reforma agrária é condição basilar do desenvolvimento através da ampliação do mercado interno, desejava que S. Exa. e os demais adeptos sinceros da reforma agrária, como eu, fizessem sentir ao povo que tal reforma é um empreendimento de demorada maturação.

Que não se fizesse o povo ter uma falsa noção, ser vítima de uma mensagem mistificadora, no sentido de que a decretação de uma emenda constitucional determinaria a reforma agrária, como por um passe de mágica e, em consequência, esta já está realizada, o mercado interno ampliado, a indústria desenvolvida.

Não há talvez reforma de mais longo prazo de maturação como a chama em Economia do que uma reforma agrária num país das proporções continentais do Brasil, com uma estrutura agrária tão obsoleta quanto a nossa. Que o Sr. Presidente da República, ao declarar que a reforma agrária é imprescindível, adverta e prepare o espírito dos que em S. Exa. acreditam, dos que o seguem, dos que são seus subordinados de que a reforma agrária é demorada e seus frutos ótimos só serão colhidos ao fim de duas ou três décadas.

Feria preciso, ainda, que acrecentasse que a reforma agrária, tão necessária, tão imperativa, tão urgente não poderá ser tentada com eficiência se não houver antes a declassação da inflação.

Não é possível em um país, numa situação altamente inflacionária, entrar numa hiperinflação, e em seguida uma programação ambiciosa de reforma agrária. Uma alternativa há a que S. Exa. poderia recorrer para realizar o seu tão justificado sonho de realizador do início de reforma agrária. A solução seria o recurso ao crédito externo.

Hoje estou convencido de que os dirigentes esclarecidos da América são os maiores interessados na reforma agrária latino-americana. E foram-se eles conta de que esta exigência é indispensável para que

os auxílios e financiamentos que fazem não revertam, apenas, em favor do benefício das oligarquias privilegiadas. E estou certo de que para execução de planejamentos sérios há falta de Brasil largo financiamento externo, a prazos longos, e juros módicos. Não comtendo por que o Presidente da República não experimentou até hoje esta grande possibilidade que se apresenta a que quer deixar a sua marca no Go. Ex. como o iniciador da reforma agrária. Ao defender, como faz S. Exa., seu discurso, a reforma agrária, antes de fazer o que acabo de apontar, o que a tomar, realmente, medidas preliminares que são condições de reforma, isto é planejar e executar com rigor, probidade e eficiência profissional.

A não ser que se queira fazer simplesmente agitação, e necessário que sejam levantados topográficos, cada levantamento das propriedades, pareando os técnicos de nível superior, médio, que há, sobretudo, no parque de assistentes sociais para a população que têm hoje, não por culpa delas, um nível de instrução tão baixo que não estão presta ativas para trabalhar convenientemente a terra.

A propriedade da terra não é mais urgente e a construção de terra esta na proposta que acaba de ser feita pelo Governador do Maranhão quando que, no seu estado a terra é abundante; dois terços partes não me falta a memória de terra em condições excelentes para a realização de um projeto de reforma agrária.

Evidentemente não seria a solução para o Brasil, mas seria a uma experiência. Não creio que nestes dois anos de governo com os recursos que temos à nossa disposição seja possível fazer mais do que aproveitar esse grande oferecimento.

Assim afirmando e apoiando quando o Presidente afirma que o alargamento do mercado interno depende da reforma agrária, deseja acentuar que para essa reforma agrária, anota que a emenda constitucional seja necessária — o que não discuto — em contosto — não é a medida mais urgente. Não está entre as medidas preliminares. Estas cabem todas ao Poder Executivo. Para isto ele tem o sinstrumentos legais necessários.

O Sr. Milton Campos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Fois não. O Sr. Milton Campos — Considero da maior oportunidade a declaração de que V. Exa. e acredito que ela exprima o pensamento da grande maioria do Senado e da opinião pública brasileira. Se o Governador da República, nesta hora, tivesse despojado o seu plano de reforma agrária da desnecessária agressividade que imprimiu, se tivesse colaborado no andamento de projetos apresentados ao Senado e na Câmara, é certo que a reforma agrária, a esta altura, estaria em marcha, e, com o dinamismo próprio de idéias dessa natureza, teríamos, hoje, francamente, a caminho de uma evolução feliz essa reforma, contra a qual nenhum se manifesta. Apenas, muitas se declaram contra o processo agressivo, que causa apreensão ao povo sem trazer nada de útil à idéia em si mesma. V. Exa., colocando o problema nos termos em que o faz desenha para o Governo um caminho altamente construtivo e capaz de resolver, de fato, um problema premente, cuja solução é tão necessária à evolução e ao desenvolvimento do Brasil.

O SR. MEM DE SÁ — Ao longo inmensamente o aparte de V. Exa.

que não só honra o meu discurso, mas até o justifica.

É exatamente esta a idéia que eu desejava expor. Quando apoio o Presidente da República na sua idéia de reforma, faço-o com a sinceridade de um homem que vem de um Estado em que se pode ver e sentir o valor social-econômico da pequena e da média propriedade, de um homem que, há vinte anos, se bate por essa idéia, embora sem estardalhaço; de um homem que entende, ainda hoje, que o proprietário de terra improdutivo não merece proteção especial da sociedade, merecendo-a integralmente aquele que a explora em benefício social.

O que é preciso acentuar, portanto, é que quando o Sr. Presidente da República declara, de forma enfática e solene, ao encerrar sua oração que o ano de 1964 será o ano decisivo na definição das reformas de base da S. Exa., uma falsa impressão que não deveria dar; dá a impressão de que essas reformas serão feitas de qualquer forma e por qualquer meio, dentro ou fora da Constituição, por bem ou por mal.

É inegável e quase solarmente evidente que o Sr. Presidente da República tem o pensamento voltado para a reforma agrária. As demais não sofrem debates nem antagonismos partidários; em todas as outras pode haver divergências em qualquer das bancadas em torno de aspectos de ordem técnica, como é o caso das reformas bancária, administrativa e tributária. Mas ao falar S. Exa. na reforma agrária, e pretendendo afirmar que no ano de 1964 será decisivo para a solução definitiva, é preciso que se lhe responda, daqui, como tão exemplarmente foi resumido no aparte do Senador Milton Campos: a reforma constitucional ainda que útil e necessária, não é a medida preliminar, não é a medida imediatamente reclamada ou imprescindível, não é a medida preferencial. Muito antes dela, utilizando as terras do Maranhão, utilizando muitas outras terras que por aí se encontram, com grande facilidade de desapropriação, o Poder Público tem condições e todos os instrumentos para dar início ao movimento pelo qual tanto se anseia. Se assim fizesse, marcaria S. Exa. o seu período presidencial na história do Brasil como o iniciador sério e comprometido de um movimento do maior alcance do que o da libertação dos escravos e teria desencadeado as forças que desde então não poderiam mais ser contidas.

A Emenda Constitucional que se tornasse necessária, cairia como fruto maduro, em consequência das medidas de ordem prática, do desdobramento da operação governamental.

Voltando, para encerrar, à imagem inicial destas palavras, eu diria que o Sr. João Goulart, como Fregoli, apareceu diante da cena pública investido como Presidente da República e como Presidente da República e homem de Estado falou, merecendo os aplausos que eu aqui lhe tributo.

Muito temo eu, que o Fregoli ao sair desta porta apareça na outra não mais com a indumentária de Presidente da República, mas já com a farda de presidente do Partido, ou, pior do que isto, como de líder sindical, usando a linguagem demagógica com que pretende arrebatrar o prestígio dos Senhores Pelacani Osvaldo Pacheco ou Benedito Cerqueira. Recuso que o Fregoli, depois da aparição, anteontem, como Presidente da

República, no comício da Praça da República, a 13 de março futuro, faça o Brasil esquecer que S. Exa. só por instantes se apresenta como homem de Estado, e prefira conduzir-se como discursador arengueiro, insuflando as massas, agravando a inquietação social e o clima de apreensões e desassossego em que todos nós vivemos.

Praza aos céus que o Presidente da República consiga superar a sua incoercível vocação de fregolismo! — (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em qualquer organização ou entidade onde os homens exercem suas atividades, o convívio vai formando amizade e tecendo sentimentos. Quando dessa comunidade alguém desaparece, maior sentimento se estabelece pela saudade e pela lágrima.

Hoje, nós, do Senado, temos a registrar o desaparecimento de um servidor nosso, que por aqui passando deixou bem marcada a sua presença, pelo muito que tinha de personalidade, de bondade, de delicadeza e de educação.

Refiro-me ao nosso ex-Chefe de Portaria, já aposentado, Luiz de Carvalho, que os eminentes colegas aqui presentes terão bem conhecido.

Lembro que foi ele, desde menino, criado pelo ex-senador Antônio Azeredo. O Senador Antônio Azeredo educou o menino, formou-o para o convívio social, para a vida. Trouxe-o, quando já em idade para tanto, para o Senado. E o fez, aqui, continuo.

Lembro ainda que o Senador Antônio Azeredo foi Vice-Presidente desta Casa, tendo o seu primeiro mandato começado logo após a morte de Pinheiro Machado.

Com o advento do Estado Novo, tendo os nossos funcionários sido transferidos para vários ministérios e outras organizações, Luiz de Carvalho passou a servir no Ministério da Justiça como contínuo, primeiro, do Ministro Marcondes Filho; depois, de Negrão de Lima, Francisco Campos, Vasco Leitão da Cunha, Agamenon Magalhães e Sampaio Dória.

Por ele teve o ministro Marcondes Filho grande afeição. Costumava dizer, observando sempre o comportamento desse servidor, que era o melhor contínuo que conhecera em sua atividade pública, pela dedicação, pela distinção, pela discrição, qualidades, direi mais: virtudes, Sr. Presidente, que já não são facilmente encontradas.

Tal era o comportamento de Luiz de Carvalho no exercício de suas funções, embora modestas, que, certa feita, Negrão de Lima, então Ministro, lamentava-se de não poder fazer dele seu oficial de gabinete.

Essas manifestações bem revelam quem foi o nosso ex-chefe de Portaria, Luiz de Carvalho.

Demonstrando ainda a sua formação e o seu sentimento, Luiz de Carvalho viveu, até sua morte, cultivando a memória do Senador Antônio Azeredo, que tivera mesmo como pai. Em 1962, teve o cuidado de escrever ao Dr. Isaac Brown, lembrando-lhe que em breve transcorreria o primeiro centenário de nascimento do Senador Antônio Azeredo, preocupado em que o Senado não deixasse de lhe prestar homenagem. Esse cuidado foi

atendido, tanto que, no ano passado, o Senador Lopes da Costa pronunciou nesta Casa, um discurso em homenagem ao Senador Antônio Azeredo, mato-grossense como ele, orador.

Luiz de Carvalho deixou família numerosa, família que educou no sequeir-lhe a trilha.

Temos, nesta Casa, um filho de Luiz de Carvalho, Mas, da preocupação que ele teve com a educação de sua família, destaque, para exemplo, um dos seus filhos Ony Brago de Carvalho. Lembro que ele participava da assessoria do Presidente Jânio Quadros e foi mesmo professor de senadores, por isso que atendia, como assistente, uma das cadeiras, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Luiz de Carvalho, este exemplo de probidade funcional, de educação, de honestidade e de bondade, vinha, há tempos, padecendo de enfermidade cruel. Tanto que faz três meses, líderes desta Casa, sabendo que ele se achava internado no Hospital dos Funcionários Públicos, telegrafaram ao seu diretor, pedindo-lhe recolhessem aquele nosso funcionário a um quarto especial; entretanto, deixando aquele hospital, veio a falecer na manhã de hoje.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- Oscar Passos
- Lobão da Silveira
- Sigefredo Pacheco
- Antônio Jucá
- Dix-Huit Rosado
- Jefferson de Aguiar
- Vasconcelos Torres
- Afonso Arinos
- Aurélio Vianna

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores, "quorum" insuficiente para votação.

Estando toda a matéria da Ordem do Dia em fase de votação, vou declarar encerrados os nossos trabalhos, designando para a sessão de segunda-feira, dia 24, a seguinte

ORDEN DO DIA
(Segunda-feira)

Votação
1
Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 28-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos, do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962 tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das

Comissões: de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2
Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da função da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1º turno.

3
Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 838, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4
Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B 61, na Casa de origem) que reverte ao serviço Ativo do Exército o Tenente-Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 854 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5
Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Majoria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Falcial do Rio Grande do Norte.

6
Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com emenda que oferece de nº 1 CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7
Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963, na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e dá Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Votação em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente

da República convidou o Presidente da República Francêsa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Tôrres (Líder da Maioria em exercício) Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5 C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, n.º cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 167-A 62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e varios países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o

Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., em caráter oficial e publicada em 5 de janeiro do ano em curso

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S. A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 10 minutos).

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Eugenio Barros, José Feliciano, Nelson Maculan, Dix-Huit Rosado, Raul Gubert, Lopes da Costa, Antônio Carlos.

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas. Reuniões: Quarta-feira às 16.00 horas. Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes, Substitutos. Members include Jefferson de Aguiar, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Wilson Gonçalves, Josaphat Marinho, Amaury Silva, Bezerra Neto, Artur Virgílio, Aloysio de Carvalho, Eurico Rezende, Milton Campos.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias. Reuniões: Quarta-feira às 16.00 horas.

Table with columns: Titulares, Diretora. Members include Auro Moura Andrade, Camilo Nogueira da Gama, Rui Palmeira, Gilberto Marinho, Adalberto Sena, Cattete Pinheiro, Joaquim Parante, Guido Mondim, Gasconceios Torres.

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral. Reuniões: Quarta-feira às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Menezes Pimentel, Pedro Ludovico, Lino de Matos, Oscar Passos, Dix-Huit Rosado, Dinarte Mariz, Eurico Rezende.

Secretária: Oficial Legislativo PL-3 Julieta Ribeiro dos Santos. Reuniões: Quinta-feira às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Flinto Muller, Eugenio Barros, Atílio Fontana, José Guimard, José Ermirio, Nelson Maculan, Júlio Leite, Adolpho Franco, Lopes da Costa.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brügger. Reuniões: Terça-feira às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Menezes Pimentel, Walfredo Gurgel, Pessoa de Queiroz, Amaury Silva, Antônio Carlos, Pedro Calazans, Mem de Sá.

Secretária: Oficial Legislativo PL 7 Vera de Alvarenga Mafra. Reuniões: Quarta-feira às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes, Substitutos. Members include Victorino Freire, Lobão da Silveira, Sigefredo Pacheco, Wilson Gonçalves, Leite Neto, Arg. de Figueiredo, Bezerra Neto, Dix-Huit Rosado, Pessoa de Queiroz, José Ermirio, Daniel Krieger, Dinarte Mariz, Irineu Boanhausen, Lopes da Costa, Mem de Sá.

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brügger. Reuniões: Quarta-feira às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Ruy Carneiro, Walfredo Gurgel, José Guimard, Raul Gubert, Vivaldo Lima, Amaury Silva, Heribaldo Vieira, Eurico Rezende, Antônio Carlos.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra. Reuniões: Quinta-feira às 16.00 horas.

POLIGONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Wilson Gonçalves, Ruy Carneiro, Dix-Huit Rosado, Heribaldo Vieira, José Cândido, Aurelio Viana, Dinarte Mariz.

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas. Reuniões: Quinta-feira às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Walfredo Gurgel, Sebastião Archer, Dix-Huit Rosado, Padre Calazans, Julio Leite.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão. Reuniões: Terça-feira às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Benedito Valladares, Flinto Muller, Jefferson de Aguiar, Aarão Steinbruch, Pessoa de Queiroz, Vivaldo Lima, Oscar Passos, Antônio Carlos, José Cândido, Padre Calazans, Arron de Melo.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco. Reuniões: Quinta-feira às 15.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Table with columns: Titulares, Partidos, Suplentes. Members include Pedro Ludovico, Sigefredo Pacheco, Dix-Huit Rosado, Lopes da Costa, Miguel Couto.

Secretário: Auxiliar Legislativo PL 10 Eduardo Rui Barbosa. Reuniões: Quinta-feira às 15.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guionard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mdé Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos,
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender,
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.
- Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Goulart Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermirio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 16 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovada na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.
- Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 762-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- José Ermirio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12 1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
- Leite Neto — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- Argemiro de Figueiredo — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- João Agripino — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
- Aderbal Jurema — PSD.
- Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
- Hector Dias — UDN.
- Doutel de Andrade — PTB.
- Arnaldo Carneira — PSP.
- Juarez Távora — PDC.
- Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61 (QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962; 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

**J) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 7/61**

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APÓVAR O ESTABELECIMENTO DE ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 367-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (24 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

**K) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 8/61**

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-61, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

**L) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 9/61**

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 16 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

**M) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 10/61**

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

**N) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 11/61**

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 30 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

**O) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 1/62**

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

**P) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 2/62**

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

**Q) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 3/62**

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steimbruch — MTR.

**R) Projeto de Emenda à Cons-
tituição nº 5/62**

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN.
(26.4.63) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23.4.63) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - Relator - PSD
Wilson Gonçalves (23 4 63) - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Josaphat Marinho - (23 4 63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende - (23 4 63) - Vice-Presidente - UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 4 63) - Presidente - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Júlio Leite (23 4 63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.

Prorrogada:

- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Pedro Ludovico - PSD
Wilson Gonçalves (23 4 63) - PSD
Benedito Valladares - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Milton Campos - UDN
Heribaldo Vieira - UDN
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Daniel Krieger - UDN
João Agripino (23 4 63) - UDN
Amaury Silva (23 4 63) - PTB
Nogueira da Gama - PTB
Barros Carvalho - PTB
Mem de Sá - PL
Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - Relator - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB

- Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - Presidente - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Artur Virgílio - PTN
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - Relator - UDN
João Agripino - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) - PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
Eurico Rezende - Presidente - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Adalberto Sena - PTB
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Milton Campos - UDN
João Agripino - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Lobão da Silveira - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
Menezes Pimentel - PSD
Leite Neto - PSD
Amaury Silva - PTB
Bezerra Neto - PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INEXORABILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.155-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Raul Giuberti - PSP
José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Walfredo Gurgel - PSD
Argemiro de Figueiredo - PTB
Bezerra Neto - PTB
Silvestre Péricles - PTB
Edmundo Levi - PTB
Eurico Rezende - UDN
Milton Campos - UDN
Aloysio de Carvalho - PL
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10.12.63.

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Ruy Carneiro - PSD
Wilson Gonçalves - PSD
José Feliciano - PSD
Lobão da Silveira - PSD

- Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGULAMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 23 de setembro de 1963.

Prorrogada:

- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 653-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963

Membros - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto (Presidente) - PSD
Nelson Maculan - PTB
João Agripino (Relator) - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 35 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 8 de dezembro de 1963.

Membros (11) - Partidos

- Jefferson de Aguiar - PSD
Leite Neto - PSD
Aurélio Vianna - PSD
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB
Melo Braga - PTB
João Agripino - UDN
Daniel Krieger - UDN
Eurico Rezende (23 4 63) - UDN
Aurélio Vianna - PSD
Secretário: Auxiliar Legislativo. PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 39

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA DO SR. ADALBERTO SENA.

As 15 horas aham-se presentes os Srs. Senadores:

- Adalberto Sena.
- Oscar Passos.
- Joaquim Pereira.
- Menezes Pimentel.
- Walfredo Gurgel.
- João Agripino.
- Ermírio de Moraes.
- Josaphat Marinho.
- Aurélio Vianna.
- Nogueira da Gama.
- Bezerra Neto.
- Adolpho Franco.
- Melo Braga.
- Guido Mondim.
- Mem de Sá — 15.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Não há número suficiente para abertura da sessão.

Vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 25 de fevereiro de 1964

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de Origem) que aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído

em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da função da Princesa do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855 de 1963, da Comissão de Redação e do texto redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de Origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e jurisdição; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem) que revê o serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 881 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de

Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede amnistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963 (de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio) que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de vigência, e dá outras providências tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963, na Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e dá Convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos

Tórres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Tórres (Líder da Maioria em exercício), Sigifredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados

tados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno unico, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., em caráter oficial e publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno unico, do requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 10 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

PORTARIA Nº 10 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor Geral, nos termos do artigo 207, letra a da Resolução número 6-60 resolve reprecender severamente o Auxiliar de Portaria, PL-10, Jorge Foutoura Macedo em virtude de haver faltado ao trabalho, 24 dias consecutivos, sem motivo justificado.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

PORTARIA Nº 11 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Francisco Rodrigues Soares Pereira, Taquígrafo-Revisor, PL-2, para exercer as

funções de Chefe da Seção de Apanhamento e Decifração da Diretoria da Taquígrafia.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão de Redação

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

As quinze horas do dia vinte e nove do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (Convocação Extraordinária), reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Dix Huit Rosado, Presidente, presentes os Senhores Padre Calazans e Lobão da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sebastião Archer, Walfredo Gurgel e Júlio Leite.

É lida e aprovada a última ata da sessão legislativa ordinária do ano de 1963.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Padre Calazans apresenta as seguintes redações:

a) redação do vencido em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1963, que dá nova denominação aos cargos isolados, de provimento efetivo, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, de "Ministros para Assuntos Econômicos";

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1963 (número 13-A-63, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção relativa à troca Internacional de Publicações, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua décima sessão, celebrada em Paris, de 4 de novembro a 5 de dezembro de 1958.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Glubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pérciles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

Titulares	Partidos	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD	
Jamilo Nogueira da Gama	PTB	
Rui Palmeira	UDN	
Silberto Marinho	PSD	
Adalberto Sena	PTB	
Cattete Pinheiro	PTN	
Joaquim Parente	UDN	
Luís Mondim	PSD	
Vasconcelos Torres	PTB	

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Antônio de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julietta Ribeir dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guomard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermírio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15.00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1. Ed. Levi
José Ermírio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhauser	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 10.00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Glubert	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrabão.

Reuniões: Terças-feiras às 16.00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Glubert

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões: Quintas-feiras às 16.00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guilomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcas de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17.00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes, Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mdé Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigefredo Pacheco, mere 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (VicePr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Meio Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (VicePr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 3ª feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Juarez Lávora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente).
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1962) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da-Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATE-RIAS DA COMPETÊNCIA PRIVA-TIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DI-PLOMATICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMEN-TO O ROMPIMENTO E O REA-TAMENTO DE RELAÇÕES DI-PLOMATICAS COM PAISES ES-TRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961. Prorrogada: - até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961; - até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezem-bro de 1963. Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) - Partidos: Menezes Pimentel - PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD. Lobão da Silveira - PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1964) - PSD. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN. Daniel Krieger - UDN. Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN. Heribaldo Vieira - UDN. Lopes da Costa - UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB. Vivaldo Lima - PTB. Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB. Vaga do Senador Pinto Ferreira (24 de abril de 1963) - Relator - PTB. Aloysio de Carvalho - PL. Lino de Matos - PTN.

K) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PRO-POSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961. Prorrogada: - até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961; - até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962; - até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963. Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos: Menezes Pimentel - PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD. Lobão da Silveira - PSD. Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD. Daniel Krieger - UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN. Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN. Lopes da Costa - UDN. Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB. Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB. Vivaldo Lima - PTB. Aloysio de Carvalho - PL. Lino de Matos - PTN.

L) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961. Prorrogada: - até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961; - até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962; - até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) - Partidos: Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD. Menezes Pimentel - PSD. Filinto Müller - PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD. Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD. Daniel Krieger (Relator) - UDN. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN. Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN. Rui Palmeira - UDN. Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB. Barros Carvalho - PTB. Argemiro de Figueiredo - PTB. Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB. Aloysio de Carvalho - PL. Lino de Matos - PN.

M) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IM-POSTOS, DESTINADAS AOS MU-NICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962. Prorrogada: - até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de de-zembro de 1962. - até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de ou-tubro de 1963. Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD. Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD. Ruy Carneiro - PSD. Lobão da Silveira - PSD. Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD. Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN. Lopes da Costa - UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.

Aloysio de Carvalho - PL.

Lino de Matos - PTN.

N) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962. Prorrogada: - até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62 aprovado em 12 de de-zembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de ju-lho de 1963.

Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD. Lobão da Silveira - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN. João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL. Miguel Couto - PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

O) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCUR-SO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962. Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de de-zembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de de-zembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963. Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PS. Menezes Pimentel - PSD.

Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.

Daniel Krieger - UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL. Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSB.

P) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962. Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963. Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD. Ruy Carneiro - PSD. Lobão da Silveira - PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.

Menezes Pimentel - PSD. Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira Vice-Presidente - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.

Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL. Lino de Matos - PTN.

João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN. Daniel Krieger - UDN.

Q) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPE-RIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962. Prorrogação:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963. Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PS.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD. Lobão da Silveira - PSD.

Menezes Pimentel - PSD. Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.

Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Daniel Krieger - UDN. Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB.

Mem de Sá - PL. Aarão Steinbruch - MTR.

R) Projeto de Emenda à Cons-tituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRE-CADAÇÃO DOS ESTADOS QUAN-DO EXCEDER AS RENDAS MU-NICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962. Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963. Membros - Partidos: Jefferson de Aguiar - PSD.

Ruy Carneiro - PSD. Lobão da Silveira - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD. Menezes Pimentel - Presidente.

Milton Campos - UDN. Heribaldo Vieira - UDN.

Josaphat Marinho - (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN. Daniel Krieger - UDN. Vaga do Senhor Pinto Ferreira. Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN. (26 de abril de 1963) - PTB. Nogueira da Gama - PTB. Barros Carvalho - PTB. Mem de Sá - PL. Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

C) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62.

LEGISLAÇÃO PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 799-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator

P. D.
Wilson Gonçalves (23.4.63) — UDN

Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN

Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN

... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1961).

Eleita em 8.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD

Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN

Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Guberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MEMÓRIAS E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator

PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB

Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN

João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.6.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD

Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

... Vaga do Senador Eduardo Caltão (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Assmar — PTB

Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN

Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD

Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN

João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB

... Vaga do Senador Humberto Nader — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD

Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB

Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN

Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Guberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD

Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB

Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL

Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PSD

Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia. Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 8 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Atilio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB
Melo Braga — PTB

João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSB

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, I Ney Passos Dantas.
Relatores:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 40

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO, EM 25 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes:

Adalberto Sena.
Vivaldo Lima.
Lobão da Silveira.
Victorino Freire.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Walfredo Gurgel.
Ermirio de Moraes.
Josaphat Mariño.
Aurélio Vianna.
Moura Andrade.
Pedro Ludovico.
Lopes da Costa.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Guido Mondim.
Mem de Sá — (18).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Há número legal. Declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

São lidas as atas da sessão e da reunião anterior, que, postas em discussão, são aprovadas sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

Brasília, em 19 de fevereiro de 1964.
N.º 202.
Encaminha o Projeto de Lei número 4.784-B, de 1963.

Senhor Secretário:

Em atenção ao ofício n.º 725, de 25 de outubro de 1963, de Vossa Excelência referente ao Projeto de Lei n.º 4.784-B, de 1962, desta Casa, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 28 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961 (que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores) e a respeito de incorreções no seu texto,

tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência em anexo, novo autógrafo, em substituição ao anteriormente remetido.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência ter sido o mesmo republicado no D.C.N. (Seção I), de 23 de janeiro de 1964, página 322, 2ª coluna e 28 de janeiro de 1964, página 380, 3ª coluna.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — José Bonifácio, Primeiro Secretário.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 28 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 28 da Lei n.º 3.917, de 14 de julho de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os Conselheiros Gerais serão escolhidos dentre os Ministros de Segunda Classe; os Cônsules e Cônsules-Adjuntos, dentre os Primeiros e Segundos Secretários; e os Vice-Cônsules dentre os Terceiros Secretários.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados em 19 de fevereiro de 1964. — Ranieri Mazzilli — José Bonifácio — Dirceu Cardoso.

Aviso n.º 2.285-B, de 30 de dezembro do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores — Comunica haver sido encaminhada à Câmara dos Deputados a Mensagem sobre o Projeto de Código de Contabilidade da União.

Ofícios:

— do Sr. Governador do Estado de Goiás, de 22 de janeiro — Agradece a comunicação referente à promulgação de Resolução n.º 36-63, que autoriza o Governo daquele Estado a assumir, perante a Aliança para o Progresso as obrigações e responsabilidades necessárias à efetivação e resgate de um empréstimo no valor de Cr\$ 1.300.000.000,00, a ser amortizado em 40 anos, destinado à execução de programa educacional;

— do Secretário da Segurança Pública do Paraná, sob n.º 906-G, de 31 de outubro de 1963 — Encaminha cópia da correspondência trocada entre o ex-Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública e a Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, com referência ao Projeto de Lei n.º 25-63, que reestrutura o aparelhamento policial da União;

— do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, sob n.º 923-63, de 7 de novembro de 1963 — Encaminha a Indicação n.º 632, de 1963, daquela Casa Legislativa, em que se sugere a adoção das medidas necessárias a fim de que permaneçam em serviço naquele Estado, pelo menos durante cinco anos, os policiais e bombeiros que optaram pelo retorno aos quadros do funcionalismo federal.

Carta do Encarregado da Embaixada Americana em Brasília (sem data) — Agradece as manifestações de pesar do Senado pelo falecimento do Presidente John F. Kennedy.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Há sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

Requerimento de informações
N.º 18, de 1964

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda sobre a publicação do decreto que deverá regulamentar a Lei do Imposto de Consumo (Lei n.º 4.153, de 28 de novembro de 1962).

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Requero, na forma regimental, sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1) qual o motivo do retardamento da assinatura do decreto que deveria regulamentar a Lei n.º 4.153, de 28 de novembro de 1962, que alterou a legislação do imposto de consumo?

2) se o Ministério da Fazenda tem conhecimento do artigo 43 da mesma Lei, que determina a sua consolidação e regulamentação, mediante decreto, no prazo de 60 dias?

3) se essa demora não tem prejudicado a fiscalização, e os contribuintes com sensível diminuição da arrecadação?

4) se estão sendo tomadas as necessárias providências no sentido de ser assinado e publicado o mesmo decreto?

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 1964. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

Está finda a leitura do Expediente. Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Sr. Presidente da República vem, nos últimos tempos, alertando a nação brasileira para as medidas que tomaria no sentido de restabelecer o crédito público, manter o princípio de autoridade e resolver certos problemas cruciais que dizem respeito ao custo de vida, detendo-o, se possível, controlando a inflação desenfreada e estabelecendo aquele *quantum* de confiança e tranquilidade, aspiração do povo brasileiro.

A alta do custo da vida, dos gêneros de primeira necessidade, das utilidades em geral, é o espectro e a grande ameaça à Democracia brasileira.

As populações do interior do País vivem numa tensão permanente, sob a ameaça da fome. Explorados geralmente e intranquilos sempre, continuam esperando medidas salvadoras. As das capitais, dos grandes centros populosos, para fazerem face à alta do custo da vida, mobilizam-se exigem e, em desespero, apelam para a greve. Os salários quase não têm mais sentido. Com eles as classes obreiras não podem adquirir o necessário a sua subsistência, à sua vida decente, à sua vida digna. O Congresso não vem reagindo, enfrentando o problema, equacionando, tentando

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolarcimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

oferecer o seu contingente e seu esforço à sua solução.

Parou a reforma agrária; não se fala mais na bancária, a administrativa arrasta-se e o povo inquieto espera, em expectativa — ainda em expectativa — nos olha.

Se se fala numa reforma bancária que impeça que bancos estrangeiros, no Brasil, recebam depósitos dos nacionais, dos brasileiros, imediatamente é-se acusado de comunista. Mas, assim se pratica na Norte-América.

Se se fala nas companhias de transporte aéreo, não se permitindo que por conta do Estado funcionários, diplomatas e legisladores viajem em companhias estrangeiras, imediatamente é-se apontado como inimigo da livre iniciativa. Mas, assim se pratica na Norte-América. Nenhum funcionário público daquele País pode viajar em companhias estrangeiras, havendo no dia da viagem transporte nacional, companhias aéreas nacionais mantidas pelos capitais americanos.

Tivemos uma surpresa quando, em viajando para a outra América, o avião apresentava inúmeros claros, lugares vazios; na volta, o mesmo. Isto vem-se sucedendo. Conversando com elemento da VARIG, ele nos declarou: "Muitos vêm na companhia nacional que manipula com capitais nacionais e voltam em aviões de companhias estrangeiras" e muitos deles recebem passagens do próprio Estado, fornecidas com o dinheiro do povo, pelos cofres da União.

Sr. Presidente, diante do quadro, os salários consumidos, as famílias em desespero, o Presidente da República apelou para uma medida, que foi a decretação dos novos salários mínimos para as diversas regiões do Brasil.

Um paliativo, declararam alguns. Mas um paliativo necessário. E o aumento de salário que provoca a alta do custo da vida que provoca, nas classes assalariadas, aquele movimento de reivindicação à vida!

Antes de se falar no aumento de salário, já o preço dos gêneros de primeira necessidade havia subido, e aceleradamente. Assim os medicamentos, os tecidos, os sapatos. Entretanto, na Capital de um Estado do Brasil, a carne verde vendida a mil cruzeiros o quilograma! Era o *filet-mignon*? Não. Era a alcatra.

Tive a coragem de ir ver, com os meus olhos, o que ali se passava: entregava-se ao desgraçado ossos misturados com peles e um pouco de carne, como se o principal fossem peles e ossos e o secundário a carne... por mil cruzeiros!

"Se quiser levar, leve; se não quiser, deixe" — era o que dizia ao desgraçado o vendedor da carne verde. E o atravessador, é o intermediário, o ganancioso.

Agora mesmo, vemos os protestos, porque o Executivo Federal está determinando que os medicamentos sejam vendidos com os preços à vista de cada qual! Mas eu vi isso noutros países mais avançados! Quando vamos comprar um medicamento, por exemplo, na América, e perguntamos o preço, imediatamente o empregado aponta para o medicamento sobre o qual está afixado o preço, que os proprietários das drogarias, das farmácias, daqueles estabelecimentos que vendem de tudo, inclusive remédios, não ousam destruir! O preço ali está é aquele preço.

Sr. Presidente, a verdade é esta: o Sr. João Goulart, agora, está agindo como Presidente de uma república cujo regime é presidencial e nós, do Congresso, estamos nos deixando ultrapassar.

À lado da decretação do salário mínimo vem o controle do preço do livro didático. Eu me lembro, fui eu o autor de proposição aprovada na

Câmara dos Deputados estabelecendo que nenhum livro didático poderia ser substituído em qualquer colégio, em qualquer educandário do Brasil sem que tivesse sido usado, no mínimo, durante quatro anos. Como Professor, vinha eu observando: numa família, um filho cursava o 1.º ano ginasial, um outro filho o segundo e um outro o terceiro ano.

Naquele ano, os professores editavam certos e determinados compêndios; no outro, eram substituídos por novos. E o livro do menino do segundo ano, que serviria ao seu irmão, quando aprovado, passando do primeiro para o segundo ano, estava perdido completamente.

Voto o projeto para o Senado. E aqui o projeto foi rejeitado!

O Sr. Mem de Sá — Um lastima, porque o projeto era absolutamente razoável.

O SR. AURELIO VIANA — Senti, profundamente, como pai e como professor.

Agora, sob aplausos da Nação, o Presidente da República decreta que nenhum livro, nenhum compêndio pode ser substituído. E usa dos mesmos argumentos que estão na justificativa do nosso projeto, que foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

E desloca-se para os calçados; todas as fábricas serão obrigadas a produzir calçados populares, que serão vendidos por preços que o órgão competente determinará.

E desloca-se para os tecidos.

O Sr. Mem de Sá — De algodão só.

O SR. AURELIO VIANA — De algodão.

Sr. Presidente, sou daqueles que acreditam que o Presidente está agindo acertadamente.

O povo só abdica o seu direito à liberdade quando acredita que não possui; porque liberdade para passar

fome eternamente, para viver em dificuldades eternamente, para o comum dos mortais liberdade não é, porque a liberdade para certo grupo humano consiste e massificar a um filme cinematográfico, em assistir a uma partida de futebol, a uma luta de box, viajar de ônibus, de trem e alimentar-se bem. Aquela outra sentença de liberdade, pelo qual certos grupos humanos se sacrificam, liberdade mais subjetiva, muitos grupos humanos não entendem, não compreendem.

Nenhum povo pensa em revolução quando tem a sua casa, quando tem o pão cotidiano farto e acessível; embora monstrosidade, veste-se; quando procura o médico e o encontra; quando tem o medicamento para o seu filho, tem a liberdade econômica, a liberdade política, tem a liberdade cultural, tem o direito de ir e vir, de expressar o seu pensamento.

Medidas objetivas estão sendo tomadas agora. Alguns me disseram: "Já vêm tarde", acredito que não. Ainda é tempo de contê-los, aqueles que desejam o estrangulamento das liberdades do Brasil, o aniquilamento do sistema democrático de governo. Toda vez que o Presidente da República tomar uma atitude que venha ao encontro dos anseios do povo brasileiro, não lhe deixarei de dar o meu apoio.

Agora, aqui está o Decreto da SUPRA, pela vez primeira publicado num jornal deste País. É o "Diário de Notícias" quem o publica. Diz-lhe — SUPRA entrega decreto primeiro à FAB e à Marinha. Agora entrega-o à Imprensa para lhe dar publicidade. Pelo menos, projeto de decreto já é alguma coisa concreta sobre a qual podemos opinar, apresentar as nossas idéias, dar as nos-

sas sugestões. Porque até agora, víamos de aplaudir ou condenar aquilo que o Brasil desconhecia. Havia apenas uma tese sobre um decreto de desapropriação. Dali surgiram os boatos, surgiram os comentários, as ameaças. Conclama-se até o povo a se armar. Mas aqui está o trabalho da SUPRA, apresentado pelo Senhor João Pinheiro Neto. Detive-me no Art. 2º, que reza:

Artigo 2º — Ficam excluídas das disposições deste Decreto as propriedades imóveis, que se enquadrarem em uma das seguintes hipóteses:

a) aquelas cuja área não ultrapasse 100 (cem) hectares, quando situadas ao longo dos eixos rodoviários e ferroviários e 30 (trinta) hectares quando situadas nas zonas que constituem bacias de irrigação dos açudes abrangidos pelo presente Decreto;

b) as situadas em zonas urbanas ou suburbanas dos Municípios a faculdade de redatar anterior a 31 de dezembro de 1963, assegurada aos Municípios a faculdade de requerer à Superintendência de Política Agrária (SUPRA) a revisão daquelas zonas, para efeito de ampliação, a fim de atender aos seus planos administrativos;

c) as propriedades que, embora possuindo área superior a 100 (cem) ou 30 (trinta) hectares, conforme as hipóteses previstas na alínea "a" deste artigo, são ocupadas por vilas, vilarejos, povoados, arraiais ou núcleos populacionais;

d) as que venham sendo social e adequadamente aproveitadas, com índices de produção não inferiores à média da respectiva região, atendidas as condições naturais de seu solo e sua situação em relação aos mercados (Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962, artigo 1º, parágrafo 1º);

e) as que sejam do domínio dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios ou que, em virtude de autorização legislativa anterior, foram destinadas à construção de estabelecimentos militares necessários à segurança nacional ou já estejam utilizadas na formação de núcleos agrícolas, campos de experimentação, fazendas-modelo ou em outras atividades estimuladoras do desenvolvimento agropecuario nacional;

f) as vinculadas às atividades industriais na proporção em que estejam efetivamente utilizadas;

g) as destinadas ao aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica em virtude de autorização ou concessão federal.

Em síntese, o que se vê não é? Quando se discute a tese, uma das reivindicações levantadas pelo Partido Social Democrático está contida na letra "d" do art. 2º.

As que venham sendo social e adequadamente aproveitadas, com índices de produção não inferiores à média da respectiva região, atendidas as condições naturais de seu solo e sua situação em relação aos mercados.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Dou-o com prazer a V. Exª?

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exª mencionou a expressão "hipótese". Não acha V. Exª que um decreto não pode ser formulado em termo de hipóteses?

O SR. AURELIO VIANA — Onde está?

○ SR. AURELIO VIANNA (Lé):
 "As propriedades que, embora possuindo área superior a 100 (cem) ou 30 (trinta) hectares conforme as hipóteses previstas na alínea "a" deste artigo..."
 Quer dizer: nesta hipótese da letra "c", quando ocupadas por vilas, vilarejos, povoados, arraisais ou núcleos populacionais, não haverá desapropriação.

Ora, as terras pertencentes aos Estados não serão desapropriadas. Então, uma vasta área de Mato Grosso não será desapropriada; uma vasta área do Amazonas não será desapropriada; uma enorme área do Maranhão não será desapropriada. Terras pertencentes aos Estados, aos municípios, segundo entendo, estão isentas de desapropriação. E' o que se lê na letra "e":

"As que sejam do domínio dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, ou que, em virtude de autorização legislativa anterior, foram destinadas à construção de estabelecimentos militares necessários à segurança nacional, ou já estejam utilizadas na formação e de núcleos agrícolas, campos de experimentação, fazendas-modelos ou em outras atividades estimuladoras do desenvolvimento agropecuário nacional".

Em síntese, o que se verifica é que só serão desapropriadas aquelas áreas, aquelas terras que não estão sendo aproveitadas. Porque não se faz concessão às terras aproveitadas, no índice de aproveitamento da região onde se encontram.

Quer dizer, como entendo: num município longínquo, onde o trator não chegou ainda, a máquina não chegou ainda, o arado não chegou ainda, vai se verificar o índice de aproveitamento em função do aproveitamento das terras daquela região, de melhor aproveitamento. Daí o ponto de partida para a desapropriação. E um mundo de terras estará isento, completamente isento de desapropriação, se não estiverem essas terras e mórno de águas, de rodovias federais. Há outra condição:

"...eixos ferroviários e nas bases de irrigação formados pelos açúdes públicos construídos com recursos exclusivos da União".

Já estou a apreciar a revolta dos denominados radicais contra — digamos assim — esse projeto de decreto executivo. E não saberia explicar senão como fruto da incompreensão ou da paixão política, a reação daqueles que trabalham na terra, daqueles que produzem, daqueles que as aproveitam. Não saberia explicar a sua reação contra esse projeto de decreto, o executivo, como formulado nesta parte das isenções.

O que verificamos é que o Executivo federal está passando à ação.

Passou a atuar diretamente. Neste último ano de Governo, tanta resolver alguns dos problemas cruciais deste País, procura o entendimento, a compreensão dos homens públicos deste País. E quando declara que seu desejo é o de passar, na data que a Constituição determina, as rédeas do Governo ao seu sucessor, não pode deixar de merecer aplausos unânimes dos verdadeiros democratas, dos que não querem a interrupção do processo de desenvolvimento político, de desenvolvimento econômico, de aperfeiçoamento social deste País.

Já tive ocasião de referir-me, num aparte, àquele discurso do Sr. Presidente da República, que mereceu aplausos, nesta Casa, de um dos líderes oposicionistas deste País, dos mais conscientes, dos mais esclarecidos e dos mais intransigentes, o nobre Senador Mem de Sá, quando S. Ex.^a, no seu discurso, se refere à política de comércio exterior deste País.

Então, eu disse que na Conferência Interparlamentar Americana, tínhamos tido a grande satisfação de ver a Bancada do Brasil, pela voz, pelo trabalho, pela persistência do Senador João Agripino, defender a mesma tese, enquadrando os princípios da Aliança Para o Progresso dentro do grande princípio da autonomia de cada povo, de projetar, de planejar, de executar. Os interesses de cada povo deveriam prevalecer sobre outros interesses apresentados por grupos de financiadores. A questão das relações comerciais entre os países mais industrializados e menos industrializados.

Como o Senador João Agripino defendeu a tese, como apresentou exemplos naquela Conferência de firmas estrangeiras que estavam cobrando royalties do Brasil, cerca de quatrocentos mil dólares, como uma cobrou, para uma obra de planejamento, de uma rodovia. Como aquela tese foi vitoriosa!

O Sr. João Agripino — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Com todo o prazer.

O Sr. João Agripino — Agradeço a referência de V. Exa., mas devo salientar que não me coube o trabalho da sua indicação, na delegação do Brasil. O trabalho foi, realmente, de todos nós que a compunhamos, inclusive de V. Exa., que muito colaborou. Coube-me apenas a tarefa da redação e a honra de ser o seu intérprete no plenário da Conferência. Na verdade, defendemos a tese que estabelece os preços da matéria-prima, intensificação comercial e rescalonamento das dívidas e outras que significam problemas fundamentais de nosso País. Procurei mostrar como o Brasil está sendo prejudicado com a Aliança para o Progresso. Em dados, absolutamente exatos, que me foram fornecidos, no Brasil, por autoridades e, entre exemplos, citei um projeto de apenas viabilidade e não econômico, para projetar uma estrada no Estado do Ceará, em que uma firma americana cobrou 400.000 dólares, por conta do Fundo de Ajuda da Aliança para o Progresso. As dificuldades criadas pela USIS às firmas brasileiras, estão levando os interessados a procurar firmas americanas, que têm trânsito fácil naquela Agência para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. São coisas, deploráveis e condenáveis que vêm ocorrendo.

O SR. AURELIO VIANA — Senador João Agripino, foi uma das partes mais significativas do pronunciamento do Sr. João Goulart. Enquadrava-se naquele espírito que norteou a Bancada do Brasil, cujo porta-voz e inspirador foi V. Exa., na Conferência Interparlamentar.

O Sr. João Agripino — Quando o Brasil defende os seus problemas, não faz distinção entre Governo e Oposição. Terá sido coincidência a minha palavra ser semelhante ao pronunciamento do Sr. João Goulart.

O SR. AURELIO VIANA — O pronunciamento veio depois da tese defendida naquela Conferência.

O Sr. João Agripino — Terá sido, então, honra e satisfação para nós, verificarmos que aquela tese, que nós Governo e Oposição, delegados do Brasil no Exterior, defendemos, foi devotada e defendida pelo Presidente da República do Brasil.

O SR. AURELIO VIANA — Sr. Presidente. Srs. Senadores, vim à tribuna hoje apenas para manifestar minha satisfação pelas últimas medidas, pelos últimos pronunciamentos do Sr. Presidente da República, desejando que nós, do Congresso Nacional, façamos a nossa parte. Clama-se pela anistia e a anistia está nas nossas mãos. Será que iremos

esperar que algum constitucionalista da área do Executivo descubra um meio de ser decretada a anistia sem a intervenção do Congresso?

Os cabos das nossas forças armadas clamam pelo direito que têm de contrair matrimônio. Todos são iguais perante a Lei. Esses soldados podem se amasiar, ter filhos legítimos. Não podem organizar sua casa, sua família dentro da legalidade porque, até hoje, estamos sendo cegos e surdos aos seus clamores.

Existe um projeto no Senado há quanto tempo dando-lhes esse direito; Projeto amplo que vai além dos desejos desse grupo humano. Opinaram os chefes militares. Opinaram os chefes militares. Um deles, o da Aeronáutica, manifestou-se contrário. O projeto é de 1958. Ultimamente o Brigadeiro Reynaldo de Carvalho Filho, num aviso importante, revelador do seu pensamento, em analisando o problema, diz:

Os cabos da Aeronáutica, em particular, são militares especializados e constituem um elo indispensável à organização da Força Aérea Brasileira, na manutenção dos seus aviões, aeroportos, setor de comunicações, administração e de instrução por conseguinte, têm permanência regulada por reengajamentos sucessivos, etc.

E mais adiante:

Assim, os cabos da Aeronáutica, não podendo legalmente contrair matrimônio, acabam contraindo-o ilegalmente, com grande prejuízo para a sociedade e para a própria família, que fica sem o necessário amparo do Estado.

Outro chefe militar, este da Marinha, usa da seguinte expressão sobre o casamento dos militares, dos marítimos:

Em resposta a ofício da referência, apresso-me em participar a V. Exa. que este Ministério não vê inconveniência em se permitir o casamento dos militares sem estabilidade garantida ou presumida, uma vez que considera que os riscos a que se submetem, na hipótese, os nubentes, são idênticos aos de qualquer outro cidadão civil. E' assim por diante.

Enquanto isso o projeto dorme a sono sóto desde 1958 até 1964. E' apresentado outro em 1961. Lá está dormindo, nas gavetas da Câmara dos Deputados. E quando esse grupo que quer casar, que tem com quem casar, que não quer viver amigado, nos pede que apressemos a votação do projeto que lhes dá essa liberdade, ficamos surdos.

E assim poderíamos ir citando diversas proposições que dependem de nós unicamente de nós, porque estão no âmbito da nossa competência votá-las e imediatamente.

O povo brasileiro, como povo, não deseja a ditadura. São as exceções que a desejam. O seu desespero não chegou ainda a esse ponto.

Provocado, vem reagindo positivamente, positivamente na direção das instituições democráticas para preservá-las. Até quando? Tão sei. ...

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANA — Pois não, com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. é um antigo parlamentar, com longo tempo de exercício na Câmara dos Deputados, temporada realmente muito proveitosa para o País.

O SR. AURELIO VIANA — Muito obrigado,

O Sr. Vivaldo Lima — Porque a atração de V. Exa. é constante, diária, patriótica e humana.

O SR. AURELIO VIANA — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. poderia, por seu testemunho, uma vez que desde 1958 proposições como estas se encontram praticamente congeladas, totalmente imobilizadas na Câmara dos Deputados. Poderia explicar a razão pela qual estes projetos não têm andamento, não vêm ao Senado da República para que corrijamos embora tardiamente, a omissão de se impedir que um homem, pelo fato de vestir farda, possa constituir família legalmente, isto é, só possa fazê-lo clandestinamente?

O SR. AURELIO VIANA — Nobre Senador. Há dois projetos: um está na Câmara e o outro já se encontra no Senado, há muito tempo, com quatro pareceres — dois favoráveis à proposição tal como veio da Câmara e dois outros pareceres pela alteração do projeto. Um da Comissão de Segurança Nacional, pela apresentação de um substitutivo que, também, já está ultrapassado em face das novas opiniões, no caso vertente do Ministério da Aeronáutica, porque o Ministério da Guerra não estabelece nem limite de idade para que aqueles inferiores, aqueles praças, os Cabos, possam contrair matrimônio. O Ministério da Marinha já reconhece esse direito há muitos anos. Não atino, e por isso não lhe posso dar uma resposta satisfatória dos motivos.

O Sr. Vivaldo Lima — Só até Cabo.

O SR. AURELIO VIANA — Cabo, Taifeiro

No Exército, o Taifeiro alcançando os vinte e cinco anos de idade, pode contrair matrimônio.

Pois muito bem. Mas a minha pergunta a mim mesmo é esta: por que nós procrastinamos, por que demoramos, quando se trata de medida salutar, aceita hoje inclusive pelos três Ministérios militares? O próprio Ministro da Aeronáutica no seu último pronunciamento, aceita o nesta base:

Cabos do Exército e da Aeronáutica

a) ter, no mínimo, 28 anos de idade (o Exército estabelece a idade de 25 anos);

b) mais de 5 anos na graduação (o mesmo princípio o Exército estabeleceu);

c) mais de 10 anos de serviço militar;

d) possuir os requisitos legais para reengajamento.

A letra a está prejudicada pela letra c porque se o soldado só pode ser engajado quando completa 18 anos de idade, com dez anos de serviço militar teria ele 28, quando, então, poderia casar-se.

Eu lutaria por que eliminássemos a exigência da letra a (ter, no mínimo 28 anos de idade) e a contida na letra c (mais de 10 anos de serviço militar), ficando, a penas, a exigência contida na letra b, que é a do Exército — mis de 5 anos de graduação como Cabo e a de possuir os requisitos legais para reengajamento. Mesmo porque, tratando-se de cabos especializados, como geralmente são os da Aeronáutica, são necessários não por cinco ou dez anos mas por muitos mais.

V. Exa., nobre Senador Vivaldo Lima, fez-me uma pergunta, a mesma que venho fazendo, e espero que o nosso Presidente em exercício ou o Presidente efetivo, Senador Auro de Moura Andrade, coloque esse Projeto na Ordem do Dia, e ainda que os líderes do Senado, com o apoio dos seus liderados, busquem a fórmula, que aliás, aqui propriamente já se encontra para liberarmos o Projeto.

O Sr. Vivaldo Lima — O requerimento de urgência resolveria o problema.

O SR. AURELIO VIANNA — Os líderes é que podem apressar o andamento do Projeto teríamos sim extinguir um foco de inquietação permanente, pois há o sentido humano. O indivíduo apaixonou-se. Apaixonou-se tanto o soldado como o civil. E é um religioso; e não o fosse... Se há leis no País que protegem a família, ele quer casar com a sua amada, com a criatura dos seus sonhos. Ele não quer viver clandestinamente com ela. Quer que os seus filhos, quando nascerem, não tenham acanhamento nenhum, não sejam apontados. E, nós que o representamos deveremos ser sensíveis quanto aos desejos da coletividade, que votou em nós...

O Sr. Vivaldo Lima — Somos representantes do povo e não representantes de classes.

O SR. AURELIO VIANNA — ... durante anos e anos.

ci-ocóeo- sarestão, eriacca o2pod

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. nova interrupção?

O SR. AURELIO VIANA — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Poderia V. Exa. informar que data tem este Parecer que acaba de ser lido?

O SR. AURELIO VIANA — É de 6 de junho de 1963, o segundo parecer.

O Sr. Vivaldo Lima — Seria interessante conhecermos o pronunciamento dos três Ministros militares em relação ao Projeto que está na Câmara dos Deputados desde 1958, se são favoráveis ou contrários. Porque, modificando-se a composição dos Ministérios, naturalmente se modifica o pensamento das autoridades a respeito do assunto.

O SR. AURELIO VIANA — O Parecer do Ministério da Guerra é favorável e até apresenta uma sugestão:

"Cabos do Exército: ter mais de 5 (cinco) anos de serviço na graduação e possuir direito de permanência nas fileiras até o limite de idade; cabos e soldados pertencentes às guarnições de fronteiras: conforme a legislação que lhes é peculiar;

Art. 2º Para fins militares são homologados os matrimônios contraídos por sargentos e cabos de ativa, contrariando os preceitos do Estatuto dos Militares, antes da aprovação da presente Lei.

Confessa, pois, que implicitamente cabos e sargentos, ferindo a Lei, o Estatuto dos militares, casaram-se.

"As praças assim beneficiados, só farão jus às vantagens de que trata a Lei nº 1.316, de 20 de Janeiro de 1961 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) relativas ao casamento, quando satisfizerem as condições previstas no Estatuto dos Mil-

tares, e sem direito à percepção de atrasados".

Regula, pois, o que estava irregular. É este o apelo que faço, naquilo que nos toca, não somente ao nobre Presidente do Senado, como também aos líderes partidários, à coletividade inteira de Senadores, para que satisfaçamos a essa aspiração, para que regularizemos a situação de tantos que estão à espera, olhando para nós, numa expectativa que nos deve comover. Assim teremos, cumprido, com aquela parte que é nossa e não do Chefe do Executivo.

Tudo isso, portanto, para que não deixemos de nos pronunciar acerca desses assuntos palpitantes, como aquele outro, que é motivo de inquietação generalizada: a regulamentação do princípio constitucional, relativo ao direito de greve. Traduzindo a ansiedade dos trabalhadores, transmitimos à Câmara o nosso apelo, para que seja decidida a questão, a fim de que tenhamos uma Lei reguladora do direito de greve à altura do momento que vive a Nação brasileira, da capacidade dos nossos líderes operários, à altura da cultura que já alcançamos. Um projeto democrático, que regule mas não proíba a greve.

Estes volumes que estão sendo publicados pelo Senado — quero confessá-lo — nos honram. Agora podemos encontrar, em alguns volumes, tudo aquilo que já se disse no Parlamento sobre o direito de greve. É um trabalho que honra o Senado e que honra o grupo que o elaborou: Leila Castelo Branco Rangel, Rogério Costa Rodrigues, Lêda Maria Cardoso Naud, Norma Izabel Ribeiro Martins. E aquele outro volume sobre reforma agrária? Quanto eu tenho vivido da leitura dele! É um trabalho que vai projetar, e já está projetando, o Senado da República.

Lendo este trabalho sobre direito de greve; encontrei os pronunciamentos de Otávio Mangabeira. Fiquei comovido diante das palavras daquele homem de grande experiência:

"É ponto capital do programa da União Democrática Nacional o respeito sincero, intransigente ao direito de greve.

A União Democrática Nacional considera o respeito ao direito de greve essencial à democracia, porque essencial ao proletariado; e democracia que não coloca o proletariado: no lugar de relevô que lhe cabe na organização política e social, está condenada à falência, se não é, de antemão, falida".

Pronunciamento isolado? Não. Professor Ferreira de Sousa diz:

"Efetivamente, não é possível a uma Constituição democrática, nos tempos modernos, deixar de reconhecer o direito de greve, ou seja, a possibilidade de empregados se unirem no sentido de cessar o trabalho, em razão de reivindicações da sua própria classe".

Passo adiante. É o Professor Prado Kelly:

"Sou favorável à aprovação pura e simples do parágrafo único, tal qual se encontra redigido — "É reconhecido o direito de greve..."

"Para mim, o direito de greve é a *summa-ratio* dos trabalhadores; é a reação instintiva dos seus interesses; é uma das modalidades de resistência à opressão. Por isso mesmo, não compreendo temperamentos legais à generalidade da norma".

E vou a Alomar Balleiro, e vou a outros grandes líderes de partido

aquele tempo. Todos eles se manifestam pelo direito amplo, sem restrições. Agora, tantos anos passados, há silêncio dentro do Parlamento, enquanto as classes se agitam lá fora clamando por uma lei que regule, que não restrinja, que estabeleça normas democráticas, para que o direito, democraticamente, seja exercido.

Assim, Sr. Presidente, aqueles líderes sindicais que me pediram que abordasse este assunto, sobre o direito de greve, o Senado, solicitando da Câmara que apresse a votação do projeto; aqueles das forças armadas que me pediram que aqui no Senado, e só poderia ser no Senado, lançasse meu apelo para que fosse votado o projeto de decreto legislativo que anistia os militares e civis participantes daqueles acontecimentos de Brasília, felizmente sem outras consequências; e aqueles que também me procuraram, pedindo que eu fizesse um apelo a todo o Senado, desde o Presidente ao Líder do menor partido, aos Senadores sem liderança, para que o projeto que permite o casamento de militares venha a ser aprovado quanto antes, para alegria da classe; e não somente da classe, por extensão, de quantos se interessam por ver os seus problemas completamente resolvidos.

O Sr. Vivaldo Lima — (Com assentimento do orador) — Vossa Excelência desincumbiu-se magnificamente dessa missão. Foi um advogado à altura da causa.

O SR. AURELIO VIANA — Muito obrigado.

Assim, Sr. Presidente, deixo a tribuna com a consciência absolutamente tranquila de ter cumprido com o meu dever. Aos colegas que me ouviram com tanta paciência...

Os Srs. Vivaldo Lima e Pedro Ludovico — Com prazer.

O SR. AURELIO VIANA — ... os meus profundos agradecimentos. Na verdade, o que anima a um orador é ele sentir que é ouvido, mesmo por um auditório limitado em número, com a atenção que revela uma profunda educação, como agora aconteceu, quando discutimos esses problemas nacionais.

O Sr. Vivaldo Lima — Porque sentimos que das palavras de V. Exa. deflui sinceridade.

O SR. AURELIO VIANA — Era o que tinha a dizer. (Muito bem, Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- Oscar Passos
Zacharias de Assumpção
Sebastião Archer
José Cândido
Antonio Jucá
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
João Arripino
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Afonso Arinos

(13)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Dever-se-ia passar à Ordem do Dia. Entretanto estando as matérias da pauta em fase de votação e não havendo número para a mesma, ficam adiadas para a próxima. (Páua.)

Não há oradores inscritos para esta oportunidade.

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 26 de fevereiro de 1964

(Quarta-feira)
Votação

1
Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (nº 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperaçã... Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2
Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, em 1º turno.

3
Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Juíca sobre Etnocentres, assinada em Nova York, a 20 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e urdididade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4
Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (nº 3.408-B-61, na Casa de origem) que revê o serviço ativo do Exército e Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 809 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5
Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Repres. na Casa) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6
Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963, de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7
Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (nº 5-B, de 1963 na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção do Trabalho em Genebra, e dá Convenção para revisão parcial das Con-

venções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tórres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3 de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Tór-

res (Líder da Maioria em exercício), Sigefredo Pacheco (Líder do PSD em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência nos termos do artigo 326, n.º 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963 que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivelino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 819, 820, 821 e 822, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça de Educação e Cultura de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., em caráter oficial e publicada em 3 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 24 minutos.

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
Jose Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	JDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	JDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Meio Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Sílvio Péricles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	JDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	JDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	JDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	JDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	JDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral

Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	JDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	JDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiros dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
Jose Guionard	PSD	4. Josaphat Marinho
Jose Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Meio Braga
Adolpho Franco	JDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	JDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	JDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	JDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	JDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guionard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna	1. Ed. Leve
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá	2. Meio Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	JDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	JDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	JDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	JDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
Jose Guionard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	JDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	JDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	JDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLÍGONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	JDN	5. Júlio Leite
Aurélio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	JDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. Jose Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	JDN	1. João Agripino
Júlio Leite	JDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. Jose Guionard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	JDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	JDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	JDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	JDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	JDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guilomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Pérciles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Pérciles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mdé Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Pérciles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1 198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heraldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1 160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

- Wilson Gonçalves — PSD.
- Arthur Virgílio — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.
- Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros (5) — Partidos
- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
 - José Feliciano — (Vice-Pr) — PSD.
 - José Ermirio — Relator — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSD.
 - Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 16 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigefredo Pacheco (VicePr.) — PSD.
- José Ermirio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 16 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- Jose Ermirio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (VicePr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1 162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- José Ermirio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12 1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB.
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - João Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSB.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:
- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
 - Aderbal Jurema — PSD.
 - Laerte Vieira — UDN (Substituto pelo deputado Arnaldo Nogueira).
 - Hector Dias — UDN.
 - Doutel de Andrade — PTB.
 - Arnaldo Carneira — PSP.
 - Juarez Fávora — PDC.
 - Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1 128-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (10) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silva (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heraldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Pérciles (23 de abril de 1963)
- Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (21 de abril de 1963) — PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (24 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO DE NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — N.º 11

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 17ª SESSÃO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

- Adalberto Sena.
- Vivaldo Lima.
- Arthur Virgílio.
- Meneses Pimentel.
- Dix-Huit Rosado.
- Dinarte Mariz.
- Waldirco Gurgel.
- Ruy Carneiro.
- Ermírio de Moraes.
- Josaphat Marinho.
- Aarão Steinbruch.
- Aurélio Vianna.
- Benedicto Valadares.
- Moura Andrade.
- Pedro Ludovico.
- Lopes da Costa.
- Fúfimo Muler.
- Ezerra Neto.
- Guido Mondim.
- Mem de Sá — 20.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debates:

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Respostas a pedidos de informações encaminhados pelo Senado.
Do Sr. Chefe de Gabinete Civil da Presidência da República:

Of. de 6 de fevereiro, com referência ao Requerimento nº 664-63, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas (Avisos de 24 de fevereiro):

Nº B-28, com referência ao Requerimento nº 751-63, do Sr. Senador Adalberto Sena;

Nº B-32, com referência ao Requerimento nº 1.204-63, do Sr. Senador Eurico Rezende;

Nº B-39, com referência ao Requerimento nº 788-63, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa dois projetos de lei, que vão ser lidos.

São lidos, apoiados e despachados às Comissões competentes, os seguintes:

Projeto de Lei do Senado Nº 8, de 1964

Que fixa sanções aos Chefes dos Órgãos do Serviço Público Federal, centralizado ou descentralizado, que dificultarem a concessão de benefícios manifestamente legais, aos servidores públicos.

Art. 1º. Os chefes de órgãos do Pessoal do Serviço Público Federal, centralizados e descentralizados, que dificultarem a concessão de benefícios, manifestamente legais, aos servidores, cujos direitos são reconhecidos pelo Poder Judiciário, em face de Mandado de Segurança ou Ação Ordinária, ficam pelo prazo de 3 (três) anos inabilitados ao exercício daquela chefia.

§ 1º. A punição poderá ser reduzida à metade a critério da Comissão de Inquérito que será especialmente designada para tal fim, se ficar comprovada que a incapacidade do chefe do referido órgão decorreu de ato doloso e não culposo.

§ 2º. Quando os chefes de órgãos do pessoal, apoiados no ar. 194, item VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, descumprirem ordens manifestamente ilegais de autoridade superior, a punição do presente artigo será aplicada àquela autoridade superior, apurada em processo administrativo, na forma do artigo 217 do referido Estatuto.

Art. 2º. O servidor público federal, de qualquer nível ou quadro, ou função, que seja diplomado ou venha a se diplomar por escolas técnicas ou faculdades superiores, ou cursos de especialização, terá assegurada a sua promoção ao quadro da carreira a que fizer jus seu título universitário ou técnico ou de especialização.

Art. 3º. A nomeação — promoção — à que se refere o art. 2º, se fará a requerimento do servidor ao ministro ou autoridade autárquica a que pertencer o beneficiado, que encaminhará ao órgão competente o processo para o ato competente e legal — DASP — com a aplicação "ex officio".

Parágrafo único. O requerimento será instruído com fotocópia do título ou diploma do beneficiado, autenticada e rubricada pelo chefe da repartição a que pertencer o servidor,

não sendo reconhecidos como diplomas ou certificados válidos, aqueles que não forem de cursos e escolas oficializadas pelo Governo Federal, ou universidades ou faculdades federalizadas ou fiscalizadas pelas mesmas autoridades.

Art. 4º. O servidor de qualquer Ministério ou Autarquia, redator do serviço público, terá direito de — a requerimento devidamente justificado — solicitar sua transferência "ex officio" para qualquer outro Ministério ou Autarquia.

Parágrafo único. O presente artigo beneficiará também os professores do quadro do funcionalismo federal.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A providência visa evitar o congestionamento de processos no Poder Judiciário, decorrentes de direitos litigados e certos, que por incompetência, perseguição, etc., dos chefes de órgãos do Pessoal ou de autoridades mais elevadas, são proteladas ou negadas.

Os demais artigos, servirão como estímulo ao estudo e justiça aos que procuram, pelo mérito, galgar novos degraus na sua vida pública e sendo mais úteis à administração federal do país.

Determinará também a possibilidade de ajustar redatores e professores, em setores carentes do concurso desses elementos ou levá-los a prestar seus concursos em setores mais compatível com as suas especialidades.

As providências traduzem ainda o resultado e pesquisas, inclusive de consultas sobre solicitações feitas aos Poderes Executivos e Legislativos, como Judiciário, dando a concordância da Lei que se pretende do Governo.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 1964. — *Aarão Steinbruch*

As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado Nº 9, de 1964

Dispõe sobre o ingresso na carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O ingresso na carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo

será feito mediante concurso público de provas, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público entre candidatos do sexo masculino, de 18 a 35 anos de idade, sendo vedada a nomeação de interinos na carreira.

Art. 2º. Será também exigida a prova de investigação social feita por uma comissão especial, a fim de ser comprovada a idoneidade moral do candidato.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A peculiaridade da função do agente fiscal do imposto de consumo exige medidas cauteladoras do interesse da Fazenda na seleção de candidatos. A idoneidade moral é requisito essencial àqueles que têm por dever de ofício colocar os interesses públicos acima de seus próprios interesses. A natureza do trabalho de fiscalização — que se estende a todos os rincões do Brasil — em condições, por vezes, de perigo à saúde e à própria vida do agente do fisco — recomenda que sejam observadas as exigências da presente proposição, sob pena de se implantar a desorganização e a inoperância em setor de vital importância para as Finanças do País. A proposição, estou certo, terá pronta acolhida nesta Casa e merecerá de meus ilustres pares especial atenção.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1964. *Vasconcelos Torres*.

As Comissões de Constituição e Justiça, do Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência deferiu hoje os Requerimentos nº 17 e 18, apresentados pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente. Srs. Senadores, a cidade de Belo Horizonte viveu, no dia de ontem, momentos de sérias agitações, provocados pela intolerância política e pelo terror ideológico que ali se desataram, violando preceitos constitucionais, com o objetivo de impedir uma reunião política que se pretendia realizar.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Sr. Presidente, no momento em que venho deplorar esses acontecimentos e chamar a atenção do país para o grave sintoma que eles representam no que toca à tranquilidade da vida nacional, devo ressaltar que o meu protesto não atinge absolutamente o povo mineiro, de tão grandes, altas e nobres tradições democráticas, nem o seu ilustre Governador, que teve comportamento correto, garantindo as liberdades públicas. O protesto é contra a minoria reacionária; é contra aquilo que, em Minas Gerais, só poderia ser a exceção; é contra o que se poderia considerar rebulhão político de um povo insuflado por um deputado federal e por um deputado estadual, ambos ligados aos cofres espúrios do IBAD fechado pela Justiça e pelo Governo.

Um fato como esse, abrindo uma cisão no diálogo democrático que deve ser amplo; um fato como esse, provocando acirramento das posições, poderá repetir-se em outros Estados e, assim, levar o tumulto e a confusão ao pleito eleitoral que se aproxima.

O que é lamentável é que, nesta hora, vozes que se dizem democráticas silenciam, e, quando não silenciam, se levantam, muitas delas, como agora mesmo aconteceu na Câmara, não para condenar a baderna, a tentativa de violação de preceitos constitucionais, a tentativa de impedir a liberdade de reunião, mas para acusar o Governo Federal e Governador de Minas.

Embora o fato pareça inconcebível, embora as contradições desses falsos democratas sejam capazes até de traumatizar o povo, a verdade é que a agitação de ontem, em Belo Horizonte, agitação que a consciência democrática do Brasil certamente condenará, está provocando a exaltação de homens que vivem com a palavra "Democracia" na boca e de lá se dizem impertérritos defensores.

É preciso impedir prosiga essa luta de ódio e de terror. É imperioso que a Constituição seja, de fato, o pálio protetor de todas as manifestações do pensamento. É indeclinável que as garantias à livre exposição das idéias, ao debate amplo, não sofram a menor restrição em qualquer parte do Brasil, quando utilizadas por todas as correntes políticas.

A ocorrência de Belo Horizonte, insuflada por dois Deputados, um federal e outro estadual, um da União Democrática Nacional e outro do Partido de Representação Popular, é uma página de tristeza que, inegavelmente, merece lamentada e combatida. Note-se que cerca de cinco deputados federais de vários Partidos, cinco parlamentares garantidos por imunidades, quase tiveram o seu direito de falar cerceado. É que aqueles dois falsos defensores da democracia, insuflando o ódio, explorando falsamente sentimentos religiosos, levaram para o recinto onde deveria haver a concentração mulheres e crianças, rezando terços e cantando ladainhas, para dar a impressão de que ali se realizava uma concentração comunista, havendo necessidade, talvez, de uma guerra santa ou de um assassinio santo.

Impende ressaltar ainda, Sr. Presidente, a covardia do gesto de homens que se escondem assim atrás de mulheres e de crianças, mas põem à mostra a sua formação totalitária, o seu atraso político, o seu obscurantismo. Não enxergam senão aquilo que satisfaz aos seus interesses e aos seus apetites, e, por isso mesmo, deixam manter este País na situação em que se encontra, isto é, vendo em todos os movimentos reformadores agitação subversiva, comunismo.

Nem por isso a reunião de Belo Horizonte deixou de realizar-se. Os nacionalistas enfrentaram a baderna, o

Governador de Minas Gerais deu as garantias ao seu alcance e, afinal, embora em meio a algum tumulto, os oradores se fizeram ouvir.

Trago o fato ao conhecimento do Senado, deplorando e, ao mesmo tempo, lançando o meu protesto. A convivência democrática é fundamental para a tranquilidade do País. Todos somos obrigados a conviver, no exercício das nossas atividades políticas. O direito que temos de falar e de pregar as nossas idéias está intimamente relacionado com o dever de sabermos ouvir e respeitar as idéias contrárias. O direito que temos de aliançar, de conquistar e pregar está relacionado também com o dever de acatar o mesmo procedimento por parte dos nossos adversários. Não é isso, entretanto, o que essa direita extrema está pretendendo no Brasil. Eles querem a manutenção do *status quo*, da desgraça que se abate sobre este País; querem defender seus privilégios, suas regalias, o protecionismo absurdo que a estrutura econômica, social e política do Brasil lhes facultou, mas acusam de subversivo e comunista todo aquele que lute pela transformação estrutural de nossa Pátria, que deseje dar conteúdo e sentido à democracia, que queira o regime respeitado pelos que podem oferecer proteção e garantia para o povo. É o conhecido "macartismo", a que já tenho aludido várias vezes; é a já desmoralizada indústria do anticomunismo; é essa impostura sem classificação, de homens que não têm a coragem de se apresentar perante o povo como representantes de princípios e de classes, que constitui os objetivos de sua luta. Buscam esconder por trás do biombo de um anticomunismo industrializado o real propósito de defender os dois grandes fatores de atra-

ção do Brasil, — o imperialismo econômico e o latifúndio.

Esta, a grande verdade, infelizmente ainda não alcançada inteiramente porque todo o povo brasileiro, as massas desgraçadamente ainda não sentiram. Até na classe operária, alguns ingênuos se deixam embair por esses inimigos travestidos de democratas, por esses defensores do latifúndio e do imperialismo econômico que nesta hora, quando se fala em transformação estrutural, se levantam com furor satânico visando a impedir que esta Nação caminhe para o progresso e para a emancipação econômica.

Sr. Presidente, é natural que o latifúndio e os seus representantes, perdendo a posse da terra ociosa, e o imperialismo econômico, que asfixia nossa pátria, lutem para continuar sugando o trabalho do povo brasileiro. É admissível, democraticamente, que os representantes desse imperialismo incrustados nas forças políticas brasileiras defendam os seus próprios interesses na medida em que defendem os interesses do imperialismo. Mas não tentem impedir, como se fez em Belo Horizonte, que o povo brasileiro seja defendido; não tentem impedir — com essa campanha de falsidade, de distorções, de agitação e de baderna — que milhões de lares de patriotas nossos sejam menos tristes e que o trabalho de nosso povo tenha a remuneração merecida.

Se a campanha for levada a tais extremos, — notem esses homens, que são a minéria — o povo, conscientizado em muitas partes, sobretudo nos grandes centros urbanos, poderá tomar atitudes de repressão e não querer ouvir a sua pregação. E então, o comércio eleitoral, ao invés de uma luta de programas, de idéias, de inteligência, transformar-se-á numa batalha campal em que as forças ve-

nam a se degladiar, com séria ameaça à paz interna.

Sirva a ocorrência da capital mineira como advertência à extrema direita fascista — porque nada mais foi do que uma demonstração de fascismo o que ocorreu naquela cidade — advertência à extrema direita fascista que se arma de metralhadoras; à extrema direita fascista aguçada por um Armando Faício que aconselha, pelo rádio, que os latifundiários se armem; à extrema direita fascista, culpada pelo atraso em que vive este País e que se bate pela permanência desse atraso; a essa extrema direita que será responsável pelo que acontecer no futuro. Porque ninguém aceitará imposição do terror ideológico, do inconformismo político. Nossa luta não cessará, sejam quais forem as contingências a enfrentar. Se o imperialismo econômico e o latifúndio dispõem do dinheiro que compra a publicidade do rádio, da imprensa e da televisão; se o latifúndio e o imperialismo econômico dispõem dos mais amplos recursos para distorcer o pensamento político dos homens que pregam a renovação, esses homens, entretanto, têm a consciência de que o povo, aos poucos, vai alcançando o teor e o conteúdo dessa pregação e se arripiando para a defesa dos seus direitos, até hoje negados.

Não será o direito suprimido, o conservadorismo extremado e o fascismo das ladainhas, deturpando o sentido religioso do catolicismo, que conterão a marcha evolutiva do povo brasileiro.

A luta já está nas ruas. A campanha já ultrapassou os centros urbanos, e já se estende pelo sertão, organizando-se sindicatos rurais. Dentro em breve, a mesma movimentação operária que levou à sindicalização nas cidades, forçando a conquista de reivindicações, se verificará no campo, por intermédio dos sindicatos de camponeses.

A medida que essa luta se avoluma, os trabalhadores do campo e das cidades irão adquirindo consciência da grande verdade ainda não alcançada no seu todo, de que são eles maioria, que podem e devem impor a sua vontade. Mas isso acontecerá um dia, Sr. Presidente. O que se vê no Brasil, hoje, já representa uma evolução. Há dez anos não se pensava em sindicato rural.

Em que pesem as medidas repressivas que estão sendo adotadas, como no Ceará, por exemplo, em que latifundiários dispõem camponeses que se sindicalizam, não permitindo sequer que pesquem nos açudes construídos com dinheiro do povo, não admitindo que cacem nas suas terras, num comportamento absurdamente intolerante; em que pesem essas medidas a sindicalização rural não se deterá e se encaminha para condições promissoras.

Sr. Presidente, reafirmo o meu protesto contra os acontecimentos de Belo Horizonte. Louvo a conduta democrática do Governador Magalhães Pinto e mais uma vez peço a atenção do povo, do povo que irá ler a resenha dos nossos trabalhos amanhã, para os discursos proferidos na Câmara, entre os quais o de um eminente Líder da União Democrática Nacional, que a toda hora fala de liberdades democráticas, acusando de quando em quando o Governo — falsamente, é bem de ver — de ameaçar o regime e que, ao invés de ir para a tribuna defender prerrogativa constitucional da liberdade de reunião, acusa o Governador Magalhães Pinto por ter-se submetido à imposição da Carta Magna; acusa o Governo Federal, presente em Brasília, que não participou da reunião da baderna que o seu correligionário lá provocara, aliado ao

putado federal do Partido de Representação Popular.

Servem essas manifestações, Sr. Presidente, para pôr de manifesto o fanatismo desses homens, para fazer com que as máscaras caíam, e eles pareçam perante a opinião pública o que são, exibindo perante a opinião pública os seus reais objetivos, os seus reais propósitos.

Fatos como o discurso daquele líder denista, fatos como a invasão de uma fábrica na Guanabara pela polícia do governador Carlos Lacerda, servem para dar força aos verdadeiros desobediências, porque denunciam a formação antidemocrática daqueles que praticam.

Lembrei de passagem esse episódio da Guanabara — que seria motivo de comentário à parte, mas que vem pelo nesta hora — para destacar que esses mesmos homens que na Câmara exaltam a baderna inconstitucional, a afronta à Constituição que verificou em Belo Horizonte, são aqueles que não toleram sequer a crítica, mas quando criticam vão aos extremos de negar tudo aos seus adversários. É o caso do Sr. Carlos Lacerda, homem de uma intolerância imaginável ao apreciar os seus opositores, e que só pelo fato de uma fábrica estar imprimindo um jornal de oposição, manda, como fazia Hitler e Mussolini, sua polícia violar o direito de livre manifestação do pensamento.

A atitude desses homens, incluindo o Governador da Guanabara, que o principal artífice dessa impostura anticomunista, o principal explorador dessa campanha que objetiva esconder o seu verdadeiro propósito de defender os interesses que ele representa no Brasil, e que não são nossos; essa atitude marca posições bem claras e deve servir de alerta para o povo brasileiro.

Vivemos, hoje, um regime de amplas liberdades, de amplas garantias. O Governo tem o propósito de assegurar a livre manifestação do pensamento e as idéias a todas as correntes de opinião, e o tem demonstrado em todos os recantos do País, a começar pela Capital Federal. Entretanto, aqueles que mais acusam o Governo, aqueles que pretendem apresentar-se perante o povo como monopolizadores da consciência democrática, esses são os que recebem graças para apreender liberdades de oposição, para impedir a impressão de jornais, como fez o Governador da Guanabara. São os que ocupam as tribunas da Câmara para condenar um Governador que deu garantias à liberdade de reunião. Esses, Sr. Presidente, serão os homens que amanhã o povo se deixará iludir, plantarão, de fato, a ditadura neste País.

Sr. Presidente, está feito o meu protesto contra a minoria exacerbada e ontem agitou Belo Horizonte. De agora em diante, fica a minha homenagem ao Governador Magalhães Pinto ao grande povo mineiro, de tão altas condições democráticas, que não se deixam confundir com a malta insuflada pelo fascismo representado por dois deputados que lá atuaram no dia de ontem. (Muito bem, Muito bem)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

- Oscar Passos
- Zacharias de Assumpção
- Robão da Silveira
- Eugênio Barros
- Sebastião Archer
- Victorino Freire
- João Parente
- Sigefredo Pacheco
- Alcides Agripino
- Gasconcelos Tôrres
- Adolpho Franco

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é sempre doloroso quando temos de vir à tribuna lamentar o desaparecimento de amigos, fazer a comunicação à Casa e ao País da perda de pessoas que merecem um elogio fúnebre.

Mas, eu não podia deixar de fazê-lo, porque o Brasil e a Paraíba perderam, há poucos dias, um grande homem de letras — o Dr. Orris Soares. Nascido naquele Estado lá viveu apenas à época da sua adolescência; depois, transferiu-se para o Rio de Janeiro, somente retornando à nossa terra em 1916, para ser Secretário de Estado do seu tio, o General-médico Francisco Camilo de Holanda, ex-Deputado Federal, que governou nossa Paraíba de 1916 a 1920.

O Dr. Orris Soares, durante a permanência na Capital paraibana, demonstrou sempre grande amor pelas letras, pela poesia, pela música, pela pintura, pelas artes de modo geral. Era um esteta. Fundou um jornal — O Norte — que ainda existe e na sua época, foi um dos mais brilhantes e conceituados órgãos de opinião, como hoje o é, pertencendo à cadeia dos Diários Associados.

Dr. Orris Soares passou dois meses gravemente enfermo na Cruz Vermelha Brasileira, instituição da qual é Presidente nosso colega, Senador Vivaldo Lima. Em nome da Paraíba, quero agradecer a S. Exa. e a todos que servem àquela instituição modelar o carinho com que trataram o intelectual pobre, o homem de espírito, de talento e de cultura, o homem de letras, o grande filósofo e ilustre paraibano Orris Soares durante a fase de sua moléstia.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Citou V. Exa., nominalmente, o Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, nessas suas palavras de saudade pelo desaparecimento de um intelectual brasileiro, o ilustre conterrâneo de V. Exa., Dr. Orris Soares.

Sabe V. Exa. que a família Soares é muito ligada à Cruz Vermelha desde longos anos. Orris Soares teve um irmão por duas vezes na presidência da Cruz Vermelha, o saudoso General Ivo Soares que incontestavelmente foi um grande impulsor da obra dessa instituição. Presentemente, outro irmão de Orris Soares, Cláudio Oscar Soares, antigo deputado federal ao tempo da chamada República velha, ocupa um posto de relêvo na alta administração da Cruz Vermelha. Quando pela sua porta entrou o seu irmão, Orris Soares, procurando reencontrar a saúde em suas dependências humanitárias, ninguém naquela entidade pôde deixar de acolhê-lo e prodigalizar-lhe tudo que era possível dentro dos conhecimentos da medicina, para que cessasse de lá recuperar. Infelizmente, porém, a sua doença desafiou todos os recursos médicos e, após dois meses de longos e cruciantes padecimentos, expirou, mas na certeza de que entregando a sua alma ao Criador, repousava — para sempre — num dos leitos de uma instituição que o assistia de toda maneira, na ansiedade de encontrar o remédio milagroso. Sua família é disso testemunha, e os irmãos, seus amigos, e V. Exa. acaba de depor perante o Senado que realmente nada lhe faltou material e espiritualmente. Associe-me a V. Exa. nestas palavras de saudade e estimaria, sobretudo que V. Exa. fizesse incorporar ao seu discurso re-

corde de um periódico em que a sua vida é esmiuçada em todos os seus melhores passos. V. Exa. não deixa passar a oportunidade de prestar essa homenagem ao seu saudoso conterrâneo e também nosso amigo comum. Orris Soares, fazendo constar palavras tão carinhosas, escritas por quem conhecia muito bem a trajetória de um intelectual que morreu modestamente, em termos de fortuna, em termos de patrimônio material, mas que soube engrandecer as letras brasileiras e de cuja intelectualidade foi uma das suas figuras excecenciais.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente colega, Senador Vivaldo Lima. Fiquei registrado, pois, o nosso reconhecimento pela maneira carinhosa como a Cruz Vermelha tratou o ilustre homem de letras que foi o Dr. Orris Soares.

Era irmão do Gen. Ivo Soares, que foi Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, como V. Exa. acaba de citar, e que grandes e relevantes serviços prestou àquela instituição.

Também seu irmão, o Dr. Cláudio Oscar Soares, meu velho e querido amigo que foi Deputado Federal pela Paraíba durante muitos anos, cooperou com a Cruz Vermelha, como Secretário da instituição.

Mas tudo isso poderia ser esquecido, e a Cruz Vermelha não ser, na realidade, o que ela foi para aquele grande homem de letras que acaba de morrer.

O Dr. Orris Soares, quando Secretário do Governo do seu tio, teve uma conduta excepcional, sobretudo pelo seu espírito de tolerância. Naquela época não existiam outros secretários. O Secretário-Geral do Estado concentrava nas suas mãos uma soma considerável de poderes, sendo, assim, a segunda pessoa do Governador. Ele deixou, então, o exemplo da sua conduta, da sua tolerância, do seu espírito de bondade, que marcou época na política do Estado da Paraíba.

Realmente, um homem de letra, um homem de espírito, tem que agir sempre assim: tolerante, bom, respeitando a lei, respeitando a Constituição, respeitando os direitos daqueles que batem à porta da Justiça e do Governo.

O Dr. Orris Soares, membro de uma das mais ilustres famílias paraibanas — embora grande parte de seus mais destacados membros se tenha deslocado para o sul do país — deixa também um irmão o Dr. Pedro Soares, que foi meu professor de francês no Liceu Paraibano e é, hoje, diplomata, deixa vários parentes em atuação em diferentes setores da atividade brasileira, destacando-se um sobrinho, que tem bom nome no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, o Dr. Celso Afonso Pereira.

Orris Soares, em 1919 por sua iniciativa, quando no Governo Camilo de Holanda, mandou editar, pela primeira vez, o notável livro "Tudo de Augusto dos Anjos precedido de prefácio de sua autoria reproduzido nas sucessivas edições daquela obra, inclusive na 29ª que acaba de ser publicada pela Livraria São José.

Recordo-me neste momento o que o nosso ex-colega, Senador Sérgio Marinho, representante do Rio Grande do Norte até pouco tempo nesta Casa, por ocasião dos funerais daquele ilustre paraibano, comentava o que ouvira certa vez do saudoso Ministro Oswaldo Aranha: "O prefácio do "Eu", de Augusto dos Anjos, feito por Orris Soares, considero uma preciosa jóia literária".

Sr. Presidente, não posso deixar de salientar também dois trabalhos literários deixados por Orris Soares que na oportunidade encantaram os meios culturais paraibanos — os livros "Dentro da Fé" e "Rogério". Mereceram, aliás, verdadeira consagração dos críticos da imprensa de

nosso país e também de figuras da literatura estrangeira.

Nestas ligeiras palavras que representam o preito de saudade dos paraibanos e da Paraíba ao seu querido filho, deixo, aqui, o meu individual, dirigindo-o a todos os representantes da família Soares.

O Sr. Senador Vivaldo Lima no seu brilhante aparte referiu-se ao folhetim do "Jornal do Commercio" — "Pelo Mundo da Música — Faleceu de Orris Soares", da autoria de Andrade Muricy. Esse trabalho, na verdade, é uma página brilhante, sincera e justa sobre o ilustre morto.

Se for possível, Sr. Presidente, realmente o Regimento permitir a incorporação des a peça ao meu discurso, por se tratar de um artista que fala sobre outro artista, ficará registrada nos Anais de nossa Casa, como mais uma homenagem a um grande homem de letras que foi Orris Soares.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO

Folhetim do "Jornal do Commercio" Pelo Mundo da Música

19 de fevereiro de 1964

Retrato de Orris Soares

Orris Soares desapareceu no segundo dia do Carnaval, a 10 deste mês. A simultaneidade desses eventos foi desfavorável à memória do escritor. A explosão de alegria com data prefixada, dos dias do reinado de Momó, preenche pelo menos para o martirizado povo da Guanabara, o segundo término da locução de Juv. n. l.: "Famem et circenses". (— Excusado de empregar uma expressão latina e, mais ainda, uma reminiscência clássica, em hora em que todo o Humano é desdenhado ou agressivamente repellido —). Nem sempre terá havido "pão" "circo", isto sim, tem havido, e muito, e até mesmo em terrenos em que ele representa inócuo à dignidade humana e ao bem comum. Foi jovial, suntuoso, e de espontaneidade muito vez e bem enquadrada e dirigida, esta celebração popular, hoje oficial, tornava em luto diante atração turística. Aliás, basta que o falecimento mesmo de personalidade notória, ocorra num sábado à noite, ou num domingo, para escapar ao respectivo registro na imprensa, e a qualquer repercussão social mais larga. Quanto ao Carnaval, só mesmo o caso de Ari Barroso poderia sobrenadar nos rodolinhos festivos. Ari alimentou a vários Carnavais. A marcha "Da nela", p. ex., condicionou o júbilo da boa gente carioca, e isso quando esse júbilo ainda não tinha sido coado, contido e anestesiado pelo dirigismo dos DIP de omnirosa memória. Aconteceu com a morte de Ari Barroso coincidência rara e digna de ser sublinhada.

Orris Soares (também faleceu durante o Carnaval; e aí, o caso representou a seu modo, uma coincidência: a ruidosa euforia momesca proporcionou a Orris Soares oportunidade para esquivar-se, para sumir, numa suprema discrição, tão acorde com o seu temperamento reservado. Não serão numerosos aqueles que perceberão desde logo a sua ausência, tão habituados nos fizeram a sua modestia.

Veja-se bem: não se tratava dum personalidade pouco significativa; pelo contrário. Ele não se esgueirava nem entre os homens atuantes e rumo-cos por que se sentisse inibido por um sentimento de insuficiência, ou por ser insociável. Misântropo seria, e isto é diferente de ser intratável. Era um solitário mas sem nenhuma agressividade. Nunca lhe vi um gesto rispidito. Intelectual cento por cento, vi)

via como encerrado em clausura: um monje do espírito; melhor; da razão, porque para monje lhe faltava qualquer resquício de espiritualidade, no sentido exato dessa expressão, que é o religioso. Vivía insulado numa idealidade feliz, que o estimulava. Quando se aproximava daqueles a quem queria, os respeitava, ou estimava, o espírito se lhe esfuziava e sobrepairava, vivaz, dando até certo calor às suas comovidas contemplanções intelectuais. Nenhum misticismo nele porém como uma razão irradiante. As suas delícias eram intelectuais; eram, no entanto, verdadeiras delícias. Vivía retirado, sem com isso, furtar-se a cantáto, com poucos e seletos. A sua aproximação, para aqueles capazes de percepção nuancada e complexa da vida, firmava-se de imediato ospida de vulgaridade. Nunca parecia ocasional o encontro; porque desde logo nas acolhia no seu mundo a um tempo imaginativo e racional, no qual a fé era substituída por uma invulgar fervor intelectual, penetrado de poesia, que a ele mesmo nos seus momentos de arrebatamento como em "modo menor".

Amigos, éle os teve, e de qualidade. Lembrarei a dois deles. Um, José Vieira, cortez e delicado, porém capaz de ironia, o crítico "Florestan", o autor da hoje esquecida "Cadeia Velha", crônica, aguda e de vigilante simpatia, da vida parlamentar de outrora; do tão saboroso "Sol de Portugal", em que os portugueses não souberam detectar o amor e a admiração, e só notaram certas reservas de defensiva nacionalista brasileira, aliás sem nenhum veneno; e sobretudo o autor notável de "Vida e Aventuras de Pedro Malazarte", um dos maiores livros do Nordeste, com "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, e "Corpo Vivo", de Adonias Filho, um cordialíssimo novo ciclo da imortal figura do picarresco mediterrâneo.

O outro, Augusto dos Anjos, em favor de cuja poesia Orris Soares não se temeu de elevar-se ao tom ditirâmico. O seu "Elogio de Augusto dos Anjos" não parece, hoje, a ninguém, exagerado. Na sua quase totalidade, a crítica confirmou-lhe os juízos tidos, de começo, como fruto de subjetividade afetiva. Orris Soares fala em Leopardi e em Antheno de Quental, a propósito de "Eterna Mãe" e de "A um gérmen"; e quando se defronta com o póstrumo "Lamento das coisas", chega ao que, para ele, era um extremo, e exclama: "... atingiu à perfeição. É um soneto formidável, dos maiores da língua portuguesa". ... E ninguém, hoje, terá razões para recuar dessa posição apologética do amigo fiel. Nem seríamos nós a fazê-lo, eu e meus mais antigos companheiros literários, nós que, no nosso Paraná literário, simbolista e livre-pensador, tínhamos de cor estrofes de "As cismas do destino", e, por inteiro, toda a claridade lunar de "Uma noite no Cairo".

O "Elogio de Augusto dos Anjos", datado da Praia Formosa, Paraíba — dezembro de 1919, acompanha o "Eu" desde a sua 2ª edição, já posterior ao falecimento do poeta, e figura nesta 29ª comemorativa do cinquentenário do aparecimento do livro. Orris Soares pôde ver esta edição (dirigida por Francisco de Assis Barbosa) da Livraria São José, e de tão-bela apresentação. Quando ela apareceu, já fazia algum tempo que eu não o encontrava, nem na Livraria São José, onde era figura de base, nem nos seus concertos, no Municipal. Sem o que teríamos debatido uma assertiva bastante leviana inserida na nota das brechas da edição, intitulada "Augusto dos Anjos e a crítica". Eu lhe teria lembrado que, em 1912 (data da 1ª edição do "E"). Os simbolistas não estavam na brecha, para criar

obras novas. Em 1911 aparecera "Ilusão", o grande livro de Emiliano Perinetta, livro fundamental do Simbolismo e teve reduzida repercussão fora do Paraná. No entanto, logo após a publicação da 2ª edição do "E", Tasso da Silveira, depositário direto da grande tradição simbolista (que aliás não demarcou a sua poesia), incluída no seu livro "A Igreja Silenciosa" (1922) um caloroso e belo ensaio sobre Augusto dos Anjos, no qual se exprime além do seu julgamento pessoal, o consenso geral dos remanescentes do Simbolismo. O período era, já, o do sincretismo néo-parnasiano e néo-simbolista no seio do qual se preparava a eclosão do Modernismo. A crítica simbolista, que nunca fora sistemática, nem assídua, quase não se manifestou. É injusto afirmar que Augusto dos Anjos era para os simbolistas "um companheiro incómodo". O caso da exclusão de Augusto dos Anjos dos quadros do Simbolismo, sentença de que foi prolator o admirável Eduardo Guimaraens, representou fato isolado, e não implicou em restrição.

O problema da classificação estética de Augusto dos Anjos continua em suspenso. Não o ataquei de frente no meu "Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro" (1952). Lembrarei, porém, que os simbolistas receberam com muita simpatia a poesia de Augusto de Lima, livro aliás valioso, no qual, a par duma fluidez e dum nuancamento da expressão que ultrapassavam nitidamente os cânones parnasianos, se acusara um feitiço imaginativo alimentado pela Ciência, no que precedeu, e dignamente, o cientificismo de Augusto dos Anjos. "Contemporâneas", de Augusto de Lima, é de 1887, e "Símbolos", de 1892, anteriores, portanto, aos "Broquéis", de Cruz e Souza (1893), e respectivamente de 25 a 20 anos anteriores ao "Eu", de Augusto dos Anjos. Quando muito, poderia dizer-se que esse cientificismo, aliado a um agnosticismo explícito, isolavam o "Eu" entre a produção simbolista, nutrida de misticismo, ou melhor, de um liturgismo católico que não era somente decorativo.

Orris Soares era, como o seu amigo, agnóstico e racionalista, racionalismo compensado, no caso de Augusto dos Anjos, por uma cobiada lírica que ia mais alto, mais fundo e mais longe do que o instrumento intelectual consciente, posto a serviço de sua poesia. Orris Soares vinha de regiões limítrofes com o Simbolismo: escreveu, e publicou, peças teatrais de feitiço e inspiração provindas de Ibsen — obras cujos exemplares buscou ansiosamente para destruí-los. Chaguel a ver — não a ler — um exemplar dum desses dramas, a respeito dos quais disse-me Nestor Vitor serem escritos com distinção, porém um tanto cerebrinos. Durante muito tempo somente o "Elogio de Augusto dos Anjos" representou as suas credenciais literárias, bem como uma curiosa "Nota urgente" (que nada tinha de apressado), acrescentada ao "Elogio" na 3ª edição do "Eu", e datada do Rio de Janeiro, agosto de 1928. Nela (menciona Novais, Wagner, Schopenhauer, Thibaudet, Paul Valéry, Henry Brémond... Era homem de boas leituras e estudioso, infatigável.

Foi surpresa para quase todos o aparecimento, em 1952, do seu "Dicionário de Filosofia", volume I, letras A-D, in-4º 368pp. coluna dupla, precedidas de uma "Apresentação", de Lourival Fontes, de uma "Nota informativa" e de uma bibliografia, ocupando XL pp. Entre os Lalande, Gobbo, Cuvellier, Régis Jolivet e outros dicionários ou vocabulários filológicos que nós manuseávamos, foi interessantíssimo encontrar um instrumento de informações, entre técnico e descritivo, porém no qual o vocabulário, a tecnologia estavam tradu-

zidas para o nosso idioma. Hoje possuímos outro, sumário porém inteligentemente redigido, o "Vocabulário Filológico", manual da autoria de Carlos Lopes de Mattos, ed. Leia, São Paulo, 1957, 387 pp. O "Dicionário de Filosofia", de Orris Soares, — de que deixou continuação, cujo número e estado de redação ignoro —, representou esforço ingente da parte dum não profissional, sem formação universitária especializada, e sobretudo tratando-se de alguém que parecia a muitos dos seus camaradas um peregrino distraído e um sonhador encasulado. A explicação da aparente desmedida da sua iniciativa, estará naquela epígrafe anteposta ao "Dicionário": "Faço continuamente tudo para alargar meu entendimento, e trabalho com sinceridade de coração. O resto não depende de mim". Foi Flaubert quem escreveu isso; a frase restritiva final, Orris Soares deve ter-se sentido seu autor conjuntamente com o autor da "Educação Sentimental": é o seu retrato.

Pena! Pena, que mau retrato valme saindo este, do meu bom companheiro, meu companheiro de letras e também de música. A sua dedicatória do "Dicionário" é assim: "Muricy, saúdo o historiador da poesia, e me encontro com a alma de música que vive em você". (24-8-52). Veja bem: éle se refere a "alma de música", não "de músico". Música, — nela pensou desde sempre Orris Soares. No "Elogio" refere-se a Dvorak, a Vincent d'Indy, nomes que um amador do comum substituiria por Beethoven, Chopin ou Tchaikowsky, de mais frequência e convívio. Mais significativo era vê-lo, anos a fio, nos concertos vespertais de sábado, da Orquestra Sinfônica Brasileira. Desprovido de conhecimentos especializados, eram sempre surpreendentes as suas reações diante das obras, mas também da sua execução. Possuía curiosas antenas, donde alguns equívocos, naturais em não iniciado, e acertos que me espantavam. O transcritor do Flaubert da mencionada epígrafe, creio, não buscou na música conhecimento histórico repretativo ou estéticos, e sim livre aventuras para a sua fantasia. Nas suas palestras nos intervalos das audições, correu-lhe observar, a respeito dum jovem e muito notório regente: "Esse tem talento, certo temperamento, mas está perdido; falta-lhe lastro de cultura e intuição mais rica e profunda". Por mim, estou em que estava certo. Noutras vezes, era a pura fantasia, que se evolava, com evidente prazer, seguindo roteiros de poesia e lirismo (— sempre sem valer-se de retórica —). Não podia acompanhá-lo, frequentemente, em suas revoadas pelo êxtase. Mesmo em tais momentos, não descaía em vulgaridades, e, a seu modo, acertava, por que a música lhe falara a linguagem propícia à sua alma; — e esta era uma nobre alma.

Andrade Muricy.

O SR. PRESIDENTE:

Em seguida ao discurso do Senhor Senador Ruy Carneiro será transcrita a publicação a que S. Ex. fez referência.

Fra residência, no registro a manifestação de justificação por que acaba de ser externado pelo Senhor Senador Ruy Carneiro, declara que encaminhará à família enlutada o discurso de S. Ex. que bem reflete o sentimento de toda a Casa.

O SR. PRESIDENTE:

A fim de facilitar aos Srs. Líderes as indicações que deverão fazer para as Comissões Permanentes que funcionarão na sessão legislativa a instalar-se a 15 de março próximo, a Presidência mandou organizar e vai

fazer distribuir a Ss. Exas. um foim mimeografado com os cálculos proporcionais das bancadas respectivas nesses órgãos da Casa, de acordo com as estipulações regimentais. (Pausa).

Para a Comissão Especial que deverá emitir Parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 1-64, iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, a Presidência designa, acordo com as indicações recebidas das Lideranças, os Srs. Senador

Jefferson de Aguiar.

Ruy Carneiro.

Lobão da Silveira.

Wilson Gonçalves e José Felício do PSD;

Bezerra Neto.

Artur Virgílio.

Antônio Jucá e Oscar Passos, PTB;

Aloysio de Carvalho.

Eurico Rezende.

Milton Campos e Antônio Carlos, UDN.

Josaphat Marinho.

Júlio Leite e Aurélio Vianna (Pequenas Representações. (Pausa)

Não há mais oradores inscritos

A matéria da Ordem do Dia e em fase de votação. Não existindo quorum para esse fim, e se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, declararei encerrada a sessão designando para a próxima a seguir

ORDEM DO DIA

Sessão de 27 de fevereiro de 1964

(Quinta-feira)
Votação

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem que o Sr. Senador Ruy Carneiro apresentou). Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1963, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura do Rio de Janeiro, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, da Comissão de Redação e de Relações Exteriores, de Educação e Cultura e de Finanças.

3

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) — que aprova a Convenção Unica sobre Emigrantes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1954, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, (n.º 3.403-B-61, na Casa de origem) que revê o serviço Ativo do Exército, mandou organizar e vai

ro dos Santos, e dá outras providências tendo *Pareceres favoráveis* sob os ns. 81 e 885, de 1963 das Comissões de *Segurança Nacional* e de *Finanças*.

5

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência nos termos do artigo 326, n.º 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 1963 que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 83, de 1963, de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de n.º 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1965 (n.º 5-B, de 1963 da Câmara) que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Relações Exteriores*; e
- de *Saúde*.

8

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Torres solicita transcrição dos Anais do Senado da

carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício), Sigelreco Pacheco (Líder do PSD) em exercício) e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência nos termos do artigo 326, n.º 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, n.º 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Triveino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões: de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças

13

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A.,

em caráter oficial e publicada em 1.º de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.

(Levantá-se a sessão às 15 horas e 35 minutos).

Concurso interno para Taquígrafa-Revisor da Secretaria do Senado Federal.

ATA DOS TRABALHOS DA PROVA DE PRÁTICA LEGISLATIVA

Aos vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro, às nove horas, reuniram-se, na Diretoria da Taquígrafia, os membros da Banca Examinadora para a realização da prova de Prática Legislativa do Concurso Interno para Taquígrafa-Revisor da Secretaria do Senado Federal, o Senhor Doutor Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, em substituição ao Senhor Senador Catete Pinheiro, Presidente da Banca, por determinação expressa de Sua Excelência, o Senhor José Campos Bricio, Diretor da Taquígrafia, e a Senhora Glória Fernandina Quintela, Diretora de Publicações, examinadores e Antônio de Araújo Costa, Oficial Legislativo, secretário. A hora aprazada no aviso de convocação não compareceu o candidato Jorge Manoel Azevedo, único remanescente dos inscritos. As dez horas, persistindo a ausência do candidato, a Banca resolveu encerrar os seus trabalhos e, conseqüentemente, considerá-lo desistente do concurso, nos termos do edital. Para constar, eu, Antônio de Araújo Costa, secretário, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim. — Brasília, aos vinte e cinco de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro. — *Evandro Mendes Vianna* — José Campos Bricio — Glória Fernandina Quintela — Antônio de Araújo Costa.

ATA DAS COMISSÕES

Comissão de Educação e Cultura

ATA DA 17ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 1964 (CONVOCAÇÃO

EXTRAORDINÁRIA)

As dezesseis horas do dia vinte e quatro de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Menezes Pimentel, presentes os Senhores Senadores Mem de Sá, Walfredo Gurgel e Adolpho Franco, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Padre Calazans e Pessoa de Queiroz.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Mem de Sá, que emite parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 181, de 1962, que cria o Instituto Brasileiro de Turismo (IBRAFUR) e dá outras providências.

Por se tratar de assunto complexo e contendo o parecer 21 páginas, o relator solicita, ao Senhor Presidente, permissão para distribuir cópia do mesmo aos demais membros da Comissão, para posterior discussão na próxima reunião da Comissão de Educação e Cultura, no que foi atendido.

Continuando, passa a relatar o Projeto de Lei da Câmara n.º 73-63, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a reeditar, ou editar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, os documentos e livros relativos ao Domínio Holandês e Guerra Holandesa no Brasil, e dá outras providências. É aprovado o parecer, favorável ao projeto.

A seguir, o Senador Walfredo Gurgel lê o seu parecer sobre o Projeto de lei do Senado n.º 106-63 que assegura preferência, na concessão de bolsa de estudos pelo Ministério da Educação e Cultura, aos filhos dos trabalhadores que percebem salário-mínimo. É aprovado, pela rejeição do projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Vera de Alvarenga Mafra, Secretária, a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Menezes Pimentel, Presidente.

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugenio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Attilio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giuberti	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 13 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladare	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaury Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo - Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pericles	
Ariur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Diretora
Caro Moura Andrade - Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Galberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Catete Fumero	UDN
José Parente	UDN
Guido Mondin	PSD
Vasconcelos Torre	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Jucá
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiros dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Attilio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guilomard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Julio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladare
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arron de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guilomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Attilio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaury Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurélio Vianna - 1 - Ed. Levi	
José Ermirio	PTB	5. Antônio Jucá - 2 - Melo Braga	
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Erineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guilomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Julio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaury Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Jucá
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLIGONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arron de Melo
José Cândido	UDN	5. Julio Leite
Aurélio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDUÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Julio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abrahão.
Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladare	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guilomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jucá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arron de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Jucá
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	FSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Eduardo Rui Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guionard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Boanhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eurico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mãe Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (vice-pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8 Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Gilberto Marinho — PSD.
- Menezes Pimentel — PSD.
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Milton Campos — UDN.
- Vasconcelos Torres — PTB.
- Edmundo Levi — PTB.
- Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — Presidente — PSD.
- José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
- José Ermírio — Relator — PTB.
- Adolpho Franco — UDN.
- Aurélio Vianna — PSD.
- Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Se-

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Sigefredo Pacheco (VicePr.) — PSD.
- José Ermírio (Presidente) — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Atílio Fontana — PSD.
- Eugênio Barros — PSD.
- José Ermírio (Relator) — PTB.
- Bezerra Neto — PTB.
- Melo Braga — PTB.
- Lopes da Costa — UDN.
- Milton Campos (Presidente) — UDN.
- Júlio Leite (VicePr.) — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
- Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

- Atílio Fontana — PSD.
- Sigefredo Pacheco — PSD.
- José Ermírio — PTB.
- Irineu Bornhausen — UDN.
- Júlio Leite — PR.
- Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

- José Feliciano — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Antônio Jucá — PTB.
- Padre Calazans — UDN.
- Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

- Senadores:
- Wilson Gonçalves — PSD.
 - Leite Neto — PSD.
 - Sigefredo Pacheco — PSD.
 - Argemiro de Figueiredo — PTB.
 - Edmundo Levi — PTB.
 - Adolpho Franco — UDN.
 - Jcão Agripino — UDN.
 - Aurélio Vianna — PSB.
 - Josaphat Marinho — Sem legenda.
- Deputados:

- Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
- Aderbal Jurema — PSD.
- Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
- Heitor Dias — UDN.
- Doutel de Andrade — PTB.
- Arnaldo Cerdeira — PSP.
- Juarez Fávora — PDC.
- Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD.
- Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
- Ruy Carneiro — PSD.
- Benedicto Valladares — PSD.
- Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
- Daniel Krieger — UDN.
- Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
- Milton Campos (Vice-Presidente)
- Heribaldo Vieira — UDN.
- Rui Palmeira — UDN.
- Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

- Afonso Celso — PTB.
- Nogueira da Gama — PTB.
- Barros Carvalho — PTB.
- Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
- Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO E O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Memoros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Pinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Caltete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Viana (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO DE NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Aarão Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senhor Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II.

ANO XIX — N.º 42

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5.ª LEGISLATURA

ATA DA 8.ª SESSÃO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E GUIDO MONDIN:

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Alberto Sena
Vivaldo Lima
Eugênio Barros
Victorino Freire
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Antônio Juca
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
João Agripino
Ermirio de Moraes
Aloysio de Carvalho
Josephat Marinho
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Aureo Vianna
Benedicto Vajldares
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Adolpho Franco
Guido Mondin
Mem de Sá — 25

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.
O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é sem debate aprovada.
O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Ata — DPC 9-800. (04), de 21 de fevereiro do Sr. Ministro das Relações Exteriores. — Encaminha documentos referentes à Reunião de Técnicos Governamentais da América Latina em Política Comercial, realizada em Brasília de 20 a 25 de janeiro, último como segue:

Em 21 de fevereiro de 1964.

Envio de documentação da Reunião de Técnicos Governamentais em Política Comercial.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os principais do-

documentos referentes à Reunião de Técnicos Governamentais da América Latina em Política Comercial, realizada em Brasília de 20 a 25 de janeiro, cujos resultados constituem etapa de grande importância para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e servirão de base valiosa para a coordenação das posições a serem adotadas pelos países latino-americanos na próxima Conferência de Genebra.

2. As publicações remetidas incluídas dois exemplares das Conclusões aprovadas pela Reunião, o estudo preparado pela CEPAL para servir como documento de trabalho do Seminário "América Latina y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo", e o Relatório Provisório da Reunião feito pela Secretaria

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — *Jó. A. de Araújo Castro.*

Pareceres
Ns. 6 e 7, de 1964

N. 6 de 1964

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1963, que assegura preferência na concessão de bolsas de estudos pelo Ministério da Educação e Cultura aos filhos de trabalhadores que percebam salário mínimo.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1. No seu primeiro e único artigo substancial às suas finalidades de clara o presente projeto de lei que fica assegurada, aos filhos dos trabalhadores que percebam salário mínimo, preferência na concessão de bolsas de estudos pelo Ministério da Educação e Cultura.

2. Está dentro da linha de competência do Senado mas deveria conter outras indicações acatadoras da execução da lei, inclusive um prazo para sua regulamentação, através de decreto executivo. E' c que recomendamos à Comissão de Educação e Cultura, no âmbito de suas atribuições quando apreciar o mérito e a técnica da proposição.

3. Tendo em vista a constitucionalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do present projeto de lei.
Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1963. — *Wilson Gonçalves Presidente.* — *Bezerra Neto, Relator.* — *Jefferson de Aguiar.* — *Edmundo Levi.* — *Silvestre Pêrcles.* — *Aloysio de Carvalho.* — *Josaphat Marinho* — *Enrico Rezende.*

PARECER Nº 7, DE 1964

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei nº 106, de 1963, que assegura preferência na concessão de bolsas de estudo, pelo Ministério da Educação e Cultura, aos filhos dos trabalhadores que percebam salário-mínimo.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

O projeto em apreço, de autoria do illustre Senador Vasconceios Torres, propõe que seja assegurada aos filhos dos trabalhadores que percebam salário-mínimo, preferência na concessão de bolsas de estudos pelo Ministério da Educação e Cultura.

A Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente ao Projeto, recomenda a esta Comissão incluir "outras indicações acatadoras da execução da lei, inclusive um prazo para sua regulamentação, através de decreto executivo".

O autor da proposição em sua breve justificativa, declara que "o critério adotado pelo Ministério de Educação e Cultura na concessão de bolsas de estudos, não tem atendido aos mais necessitados".

Reconhecendo, embora, os altos dignos do Projeto, estamos que não guintemos motivos:

1.º) a proposição quebra a sistemática da Lei nº 4 024, de 20-12-1961 que podemos dar acolhida pelos seguintes motivos:
"Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", que, em seu artigo 94, § 2.º e 3.º atribui, respectivamente ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação competência para o estabelecimento de normas referentes aos recursos que a União deve proporcionar, sob a modalidade de bolsas de estudos, aos educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos.

2.º) Considerando que o incremento

anual dos recursos destinados pela União através de bolsas de estudos recomenda a conveniência de normas e procedimentos que assegurem eficiência em sua aplicação e que a inexistência de Conselho Estadual de Educação em muitas Unidades da Federação pode ensejar diferentes comportamentos com relação aos critérios para concessão de bolsas, sem conformância aos procedimentos preconizados pelo § 3.º do referido artigo da Lei de Diretrizes e Bases, o Ministério da Educação baixou, em 21 de fevereiro do corrente ano, o Decreto nº 51.736, que já disciplina convenientemente o regime de aplicação dos recursos a serem distribuídos às Unidades da Federação para concessão de bolsas a educandos.

De fato, pelo mencionado Decreto, sendo concedidas bolsas de anuidade escolar, bolsas de manutenção, e educandos carentes de recursos e bolsas de anuidade e manutenção sendo que este último tipo de bolsa será destinado, prioritariamente, a educandos residentes em municípios desprovidos de educandários de nível médio de 1.º e 2.º ciclo, devendo ser o valor máximo da bolsa equivalente a dois salários-mínimos locais.

Ademais já existe no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinada ao Titular desta Pasta, a Coordenação Nacional de Bolsas de Estudo, instituída pelo referido Decreto nº 51.736, com a finalidade de encarregar-se, no âmbito da administração federal das providências necessárias à liberação, distribuição e controle das dotações federais para bolsas de estudo, sendo-lhe afetas todas as atividades referentes a bolsas de estudo relativas ao ensino primário e médio custeadas com recursos do Ministério da Educação e Cultura.

Conseqüentemente, em face da superação do projeto pela vigência do Decreto nº 51.736 e de sua infringência à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, esta Comissão manifesta-se pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 24 de fevereiro de 1964. — *Menezes Pimentel, Presidente.* — *Walfredo Gurgel, Relator.* — *Mem de Sá.* — *Adolpho Franco.*

Pareceres
N.ºs. 8, 9 e 10, de 1964

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1963 (nº 2.333-B-33, na Casa de Origem), que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a reeditar, ou editar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, os documentos e livros alusivos ao Domínio Holandês e Guerra Holandesa no Brasil, e dá outras providências.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

O Projeto de Lei nº 79 63, oriundo da Câmara dos Deputados, onde teve o número 2.333-60, autoriza o Ministério da Educação e Cultura a editar ou reeditar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, os documentos e livros, considerados de indiscutível valor histórico, alusivos ao Domínio Holandês e à Guerra Holandesa no Brasil.

Para ocorrer às despesas, determinase a consignação no Orçamento da República, da quantia de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00) em um ou dois exercícios, a partir do primeiro exercício financeiro seguinte à publicação da lei a critério e sob proposta do Instituto do Livro.

Um Grupo de Trabalho, de que participam, obrigatoriamente, representantes de instituições culturais brasileiras, mencionadas, fará a seleção, tradução, quando for o caso, e distribuição, em volumes, da matéria a ser editada. O trabalho de seis representantes, conforme disposto no § 1º do artigo 3º será considerado serviço público relevante e anotado na folha funcional dos que forem servidores públicos. O § 2º do mesmo artigo 3º chega a admitir que, se o Instituto Nacional do Livro entender necessário, o Ministério da Educação fica, desde logo, autorizado a requisitar, para que fiquem em tempo integral à sua disposição, por prazo não superior a doze meses, os representantes das entidades culturais referidas, caso sejam servidores públicos e sua ausência em que se encontram lotados não ofereça inconvenientes.

Do ponto de vista jurídico e constitucional, nada há a opor à útil iniciativa. A Comissão de Serviço Público deve falar, entretanto sobre os §§ 1º e 2º do artigo 3º, e nesse sentido requeremos, de acordo com o Regimento Interno, a sua audiência. Outrossim, a Comissão de Redação, quando houver de preparar o texto para a sanção presidencial, se for o caso, deve corrigir algumas impropriedades e incorreções facilmente vistas no autógrafo e, sobretudo, corrigir para "Instituto Geográfico e Histórico da Bahia" e para "Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais" a denominação dessas duas instituições componentes do "Grupo de Trabalho" previsto no Projeto.

Sala das Comissões, em 2 de outubro de 1963. — Wilson Gonçalves, Presidente — Aloysio de Carvalho, Relator — Argemiro de Figueiredo — Josaphat Marinho — Edmundo Levy — Silvestre Péricles — Eurico Rezende.

Nº 9, DE 1964

Da Comissão de Serviço Público, Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1963 (número 2.333-B, na Casa de origem), que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a reeditar, ou editar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro os documentos e livros alusivos ao Domínio Holandês e Guerra Holandesa no Brasil, e dá outras providências. Relator: Sr. Silvestre Péricles.

A requerimento da Comissão de Constituição e Justiça, vem ao estado

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,16 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

dêsse órgão Técnico o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1963, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura a reeditar, ou editar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, os documentos e livros alusivos ao Domínio Holandês e Guerra Holandesa no Brasil, e dá outras providências.

O exame que se quer desta Comissão diz respeito aos parágrafos 1º e 2º do art. 3º, que dispõem:

Art. 3º

§ 1º O trabalho dos representantes das instituições citadas no Grupo de Trabalho em referência é considerado serviço público relevante, que será anotado na folha funcional dos que forem funcionários públicos.

§ 2º Se assim for julgado necessário pelo Instituto Nacional do Livro, o Ministério da Educação e Cultura é autorizado a requisitar, para que fiquem em tempo integral à sua disposição, por prazo não superior a 12 meses, os representantes das entidades culturais aqui referidas, caso sejam servidores públicos e sua ausência dos órgãos a que servirem não cause a estes prejuízos.

Como se observa, do ponto de vista que é dado a esta Comissão examinar, o preceituado nos dispositivos transcritos merece reparos, à vista da repercussão que, certo, produzirá, quando de sua execução.

De fato, a medida consubstanciada no parágrafo 1º do art. 3º — ao considerar serviço público relevante o trabalho dos representantes das instituições vinculadas ao Grupo de Trabalho — deixa, também, para aqueles que não são funcionários públicos, a expectativa de, mais tarde, ao ingressarem no serviço do Estado, virem a obter essa contagem, como tempo de

serviço público, para todos os efeitos, abrindo, assim, mais um precedente no já tão desfigurado conceito de serviço público.

Por outro lado, em referência ao disposto no parágrafo 2º, pode dizer-se que o seu acolhimento produziria maior confusão ainda, tendo em conta a dubiedade de seus propósitos; que cogitam, ao mesmo tempo e indistintamente, de problema ligado a requisições e a tempo integral.

Tendo em mira a nomenclatura das instituições que darão representantes para o Grupo de Trabalho, verifica-se que os servidores a serem requisitados estariam na esfera jurisdicional dos Estados, fato este que, de nenhum modo, autorizaria a utilização do processo de requisição, mas, isto sim, o de serviço em regime de acordo, nos termos fixados pelo § 3º do art. 18 da Constituição Federal.

Além do mais, a simples referência a tempo integral poderá criar dificuldades de interpretação, em confronto com o regime de tempo integral previsto na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, assegurando direitos que, no caso, não estão na vontade do legislador.

De resto, se as requisições se processassem em relação a funcionários federais, nenhuma necessidade haveria para que se mantivesse o parágrafo em exame, pois, o instituto da requisição já está devidamente formalizado em lei.

A par dêsse reparos, porém, vale salientar a utilidade da medida inserida no projeto, que, assim, atende situação de real interesse histórico-cultural, qual seja o da edição, ou reedição, de documentos e livros pertinentes ao Domínio Holandês e Guerra Holandesa no Brasil.

Em face do exposto, opino pela aprovação do projeto, com a seguinte:

EMENDA Nº 1-C.S.P.C.

Aos §§ 1º e 2º do art. 3º,

“Suprimam-se”.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1963. — Aloysio de Carvalho, Presidente. — Silvestre Péricles, Relator. — Lopes da Costa. — Sigefredo Pacheco.

Nº 10, DE 1964

Da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1963, que autoriza o M.E.C. a reeditar, ou editar, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, os documentos e livros alusivos ao Domínio Holandês e Guerra Holandesa no Brasil, e dá outras providências.

Relator: Sr. Mem de Sá.

Como se lê da ementa, o projeto tem a alta finalidade de promover a edição, ou reedição de documentos e livros relativos à Guerra Holandesa no Brasil e ao Domínio Holandês, preservando as providências convenientes a seu objetivo.

Sobre a matéria já se manifestaram as duntas Comissões de Constituição e Justiça e Serviço Público Civil, havendo esta proposto emenda supressiva dos §§ 1º e 2º do art. 3º, pelos fundamentos que aduziu.

Do ponto de vista da Comissão de Educação e Cultura, só aplausos pode merecer a iniciativa consubstanciada no projeto em apreço, pois é de maior significação educacional e cultural a edição de livros e documentos referentes a episódios culminantes da história pátria.

Assim, opinamos pela aprovação do projeto, bem como da Emenda nº 1-C.S.P.C.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 1964. — Menezes Pimentel, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Adolfo Franco. — Walfrido Gurgel.

O SR. PRESIDENTE:

— Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a Mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido, apoiado e despatchado às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, o seguinte:

Projeto de Lei do Senado
Nº 10, de 1964

Que regula a venda de edifícios de apartamentos residenciais, por incorporações ou financiamentos públicos.

Art. 1º Todas as obras de edifícios de apartamentos residenciais, grupos de casas residenciais, grupos de salas e obras similares, por incorporações e financiamentos públicos, não poderão sofrer majorações estabelecidas nos contratos iniciais, já com orçamentos previstos, como a conclusão da obra calculada em prazo máximo de dois (2) anos, não poderá ter alongado esse prazo, a qualquer pretexto, para entrega do imóvel ao candidato-financiador.

Art. 2º Os itens de contratos, no ato de compra financiada, que etimamente: “acréscimos de majorações” ou “perda das parcelas e prestações pagas”, serão nulos e a empreza financiadora-educadora estará sujeita às sanções penais das Leis de Usura e Economia Popular.

Parágrafo único: Os contratos das unidades das obras, cujas vendas forem feitas após seis meses dos primeiros contratos das primeiras unidades vendidas, poderão sofrer majorações

para cobrir interesses dos financiamentos, bem como as unidades vendidas no fim ou após as obras concluídas.

Art. 3º As obras paralisadas por motivo de majorações exigidas pelas empresas financiadas-edificadas aos compradores cotistas das unidades negociadas, se não reiniciarem as obras no prazo de três (3) meses, sem desprezarem as mesmas exigências que não são justas, nem cabíveis, serão sujeitas — as empresas — à multa de 1% do valor total da obra; e no fim deste prazo, se persistir a paralisação e exigências, a multa será de 5% (cinco por cento) do mesmo total da obra, nos meses subsequentes até mais três (3) meses, quando, então, será cassada a licença da empresa, incorporadora, em grupo de comércio imobiliário, e proibidos seus componentes de figurarem em qualquer outra organização do ramo.

Parágrafo único A cassação do registro previsto no Art. 3º implicará no bloqueio das contas da empresa como das contas particulares de seus componentes, por Mandado de Segurança liminar requerida pelos prejudicados, cabendo ao Juiz aceitar outra empresa idônea, para conclusão das obras com a verba bloqueada da empresa ou grupo não cumpridor do contrato. E a empresa concluinte terá em seu benefício os lucros legais, inclusive na venda das unidades não vendidas da obra judiciada.

Art. 4º O cotista que, por motivos de foro íntimo, não puder prosseguir no cumprimento do contrato, comunicará à empresa financiada da obra sua impossibilidade de cumprir o contrato, sendo-lhe, então, levadas a conta das prestações e parcelas dadas, podendo a empresa, neste caso, negociar a unidade com o novo pretendente e como melhor lhe aprouver.

Art. 5º Todos os cotistas deverão receber, no ato do contrato, cópia do mesmo, das exigências e compromissos da empresa, planta do imóvel e toda a documentação que o habilite a exigir o cumprimento do contrato estabelecido.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

São inúmeros os casos de obras financiadas com dinheiro do povo, em contratos de mensalidades e parcelas, que, após alguns meses de início das obras, surpreende os cotistas-financiadores com novas majorações e exigências, apesar dos orçamentos, previstos para toda a obra, inclusive de aumento de custo de mão de obra e produtos, objetos, etc. previstos para o acabamento das mesmas. Outras ficam paralisadas eternamente, exigindo mais aumentos e majorações aos contratantes-cotistas. O fato motiva, inclusive, o encarecimento da moradia própria, com graves prejuízos sociais. Pessoas humildes vêm-se despojadas de suas economias, muitas amealhadas durante anos de trabalho honesto, visando um pecúlio na velhice e amparo da família. Todos ficam, assim, à mercê de certos grupos de negociantes que vivem a ludibriar a fé pública. Daí a necessidade de uma lei corretiva, como é o caso do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1964. — *Aarão Steimbruch*.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimentos de informações.

São lidos os seguintes Requerimento Nº 19, de 1964

Senhor Presidente:
Na forma do nosso Regimento Interno requiro de V. Exa. sejam

solicitadas ao Sr. Prefeito do Distrito Federal, as seguintes informações:

1) Qual o número de casos de desidratação em crianças, a que o Hospital Distrital de Brasília atendeu em 1963.

2) Qual o número de óbitos registrado em 1963 como consequência de desidratação em crianças?

3) Dados estatísticos completos sobre o fenômeno da desidratação em 1963, no Hospital Distrital de Brasília. Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1964. — *Vasconcelos Torres*.

Requerimento Nº 20, de 1964

Requeremos à Mesa, ouvido o plenário, sejam solicitados ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Qual a arrecadação tributária realizada pela União, no exercício de 1963, segundo os Estados da Federação?

2) Qual a despesa total da União em cada Estado, discriminando-se os serviços, no mesmo exercício financeiro?

Justificação

Num País como o nosso, atingido em sua economia por disparidades regionais que muitas vezes vêm a constituir sérios problemas à administração federal, a distribuição de verbas pelas diversas unidades federadas assume importância irrecusável.

Em contrapartida, porém, a arrecadação que nos Estados é realizada nem sempre corresponde ao equilíbrio tão desejado nesta esfera da atividade governamental.

A fim de tomarmos conhecimento dessa realidade no último período financeiro é que apresentamos este pedido de informações.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 1964. — *José Ernito de Moraes*.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos lidos não dependem de deliberação do Plenário. Serão publicados e em seguida despachados pela Presidência.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto, primeiro orador inscrito.

O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, no dia 24 de fevereiro último, data aniversária da primeira Constituição Republicana, reuniu-se em convenção nacional o Partido Social Progressista, que tenho a honra de liderar nesta Casa, com a presença de 495 delegados provindos de todos os Estados da Federação. Essa memorável convenção realizou-se no Palácio Tiradentes, na velha capital da República, cedido especialmente pela Mesa da Câmara dos Deputados, e teve por finalidade expressa indicar ao povo brasileiro os candidatos do meu Partido à Presidência e Vice-Presidência da República no pleito de 1965.

Foram escolhidos por unanimidade e calorosamente aclamados os eminentes brasileiros Governador Adhemar de Barros e Deputado João Calmon.

Senhor Presidente, a indicação de tão ilustres nomes representa, incontestavelmente, uma positiva demonstração de vitalidade democrática e a esperança de que, eleitos os nossos candidatos, o País retornará a sua vivência tradicional, cristã e humana, laboriosa e pacífica.

Procurei interpretar, naquela oportunidade, o pensamento do povo fluminense, com as palavras que a

seguir me permito reproduzir neste plenário:

SEGURANÇA DA VITÓRIA

A candidatura de Adhemar de Barros sal desta Convenção com absoluta segurança de vitória nas urnas de 1965.

Os velhos quadros da política nacional estão divididos e subdivididos em suas cúpulas, perplexos e titubeantes, quando não enamorados ou fingidamente caídos por ideologias nas quais na realidade não creem. Mas o povo, bem esclarecido, certamente, sabe o que quer, e há de optar patrioticamente, na hora da decisão, por Adhemar de Barros. Sua vida tem sido sempre para a frente e para o alto, e esta Nação sabe que é chegada a hora de chamá-lo ao Comando Supremo.

São Paulo não lhe faltará como nunca lhe faltou. Jânio, para os paulistas, foi apenas um episódio, um triste e melancólico equívoco. O homem, na realidade, não era de lá. Fugiu, levando debaixo do braço a esperança do País.

Adhemar de Barros, sim, como Prudente, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luiz, é São Paulo São Paulo, afastado do comando da Nação, há 34 anos.

No próximo pleito, os paulistas serão cerca de 5 milhões votando. E, como fizeram recentemente, votarão em Adhemar. Homens, mulheres, moços e velhos, operários dos campos e das cidades anteciparam sua determinação. Foi uma mensagem fraterna e definitiva a todos os seus irmãos brasileiros.

Por outro lado, nordestinos, sulistas, mineiros, cariocas, fluminenses, brasileiros de todos os recantos desta nobre e bela Nação todos sabem, e disto têm recebido e vem recebendo prova, inequívocas de que Adhemar de Barros, sendo embora um homem de São Paulo, paulista "quatrocentão", também é, acima de tudo um grande brasileiro, um brasileiro "quatrocentão".

INSEPARÁVEL DO POVO

fabricadas e greves também pré-fabricadas e greves também pré-fabricadas, invenções mesquinhas, tudo tem sido cientificamente arquitetado para separar o povo de Adhemar. Como, porém, separar o povo do próprio povo? Como separar Adhemar das classes trabalhadoras? Ele ama o povo em sua expressão total. O povo consciente, de gravata ou sem gravata, o povo que trabalha e que luta pela sua sobrevivência. Que quer preservar seus direitos de, por exemplo, fazer ou não fazer greves. Que quer proteger sua liberdade sagrada de possuir, seja pouco ou muito, o que conquistou honestamente. Que quer manter intacta sua liberdade de escolher seu trabalho como escolhe o seu próprio Deus, segundo suas inclinações.

Tem sido graças à sua ação firme, sincera, imparcial, poderosa e convicta que São Paulo tem preservado sua unidade espiritual, apesar dos incitamentos de fora, das provocações dos agentes federais e extremistas ideológicos.

Seu Governo, atuando num Estado que é, pela sua extensão territorial, politização, cultura, expressão econômica e social, uma verdadeira nação dentro de outra nação. O Governo de Adhemar de Barros tem sido, mais uma vez, brilhante e realizador, apesar de desassistido e hostilizado pelo Poder Central.

Ao seu programa de grandes obras, às suas preocupações de criar riquezas e, portanto, de propiciar mais trabalho e emprego para todos, não

tem faltado providências de amparo real em favor das classes menos favorecidas, promovendo ainda, através da Aliança Brasileira Para o Progresso, a cooperação dos paulistas à iniciativa privada nos demais Estados da Federação a fim de minorar o desemprego e as aflições do povo brasileiro.

Sendo embora um homem rico, que nasceu rico, jamais necessitando especular com o poder para ganhos pessoais, sua vocação política nunca foi a de servir às classes afortunadas. Numa coisa, porém é acreditado, e disto não faz mistério. E isto nada tem a ver com as classes ou com as classes, sejam pobres ou ricas. Adhemar está convicto, acertadamente, de que a iniciativa privada é o instrumento único e capaz de acelerar, neste momento, o progresso brasileiro, de elevar rapidamente o padrão de vida de nosso povo. Não sendo, como não é, um aventureiro político ou um ambicioso vulgar, não teme o diálogo com o povo a respeito de suas convicções. E sofre ao ver que os responsáveis pelos destinos deste País, insuflando a luta de classes, estão sepultando a iniciativa privada, atrasando o progresso da Pátria, afundando num mar de miséria os operários brasileiros.

Assim, Senhores, é Adhemar de Barros. Assim é o homem no qual o Brasil precisa votar em 1965. É o melhor dentre os melhores brasileiros que a Pátria possui. Dêem-lhe o Supremo Comando e o Brasil retomará sua grande caminhada, retornando-se, como todos almejamos, uma poderosa e respeitada Nação.

Nobres Convencionais, A entrega que fazemos ao Povo Brasileiro do nome de Adhemar de Barros, ao lado de João Calmon, para o sufrágio nas urnas do ano próximo, sufrágios que o levarão à Suprema Chefia da Nação, é decisão patriótica da qual muito nos orgulhamos.

PRUDÊNCIA — EXPERIÊNCIA — PROGRESSO

Homem lúcido e objetivo, administrador de alto descortínio, a par de seu caráter bondoso, possui Adhemar de Barros invariável igualdade de alma, seja na boa como na má fortuna. A tarde de sua vida, ao contrário das naturezas comuns, não fez esfriar o sangue em suas veias. Aos nobres e variados conhecimentos com que adornou, no Brasil e no estrangeiro, sua mocidade dinâmica de médico e criador de riquezas, meditando dia e noite sobre as Lés de Deus, o perpassar nos anos fê-lo cada vez mais apto a servir a causa pública, como tem demonstrado todas as vezes que ocupou cargos executivos, promovendo o progresso e a grandeza de São Paulo e do Brasil.

Capaz de resistir sem se abater diante de quaisquer infortúnios. Adhemar é prudente, bom e tolerante, mas altivo, intransigente e íntegro — o que é bem raro nos dias que correm — com respeito aos princípios que informam nossa história republicana e a nossa Democracia. Nêle, em Adhemar de Barros, encontramos, mais do que em qualquer outro eminente brasileiro, a síntese das virtudes essenciais para bem governar um grande povo como o nosso, esmagado por tão graves problemas, dos quais tanto se fala e pouco ou nada se faz para resolvê-lo. Ele tem condições, vontade resoluta, linguagem e idéias próprias, para dar ao Brasil paz e tranqüilidade. Ele nos oferece a segurança de sua coerência como o passado democrático desta Nação, além de possuir receptividade para as naturais aspirações populares das reformas básicas indispensáveis à socialização do progresso. E tudo isto com sinceridade sem ódios, sem preconceitos ou exotismos direitistas ou esquerdistas comunistas, e quais,

impingidos ao nosso povo, nada mais pretendem do que fabricar massas de manobras para o serviço de caudilhescas ambições de mando.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Convenção Nacional de meu partido ouviu, com vivo entusiasmo, as plataformas dos Srs. Adhemar de Barros e João Calmon. A imprensa e o rádio já as divulgaram amplamente. Mas é necessário que os nossos Anéis consignem êsses patrióticos pronunciamentos e, por isso, me permito lê-los, para conhecimento dos meus illustres e eminentes Pares.

Assim falou o Senhor Adhemar de Barros:

"Senhores Conventuais.

Meus Companheiros:

"Nesta nossa vida de constante luta, temos nos encontrado em todas as encruzilhadas da grande Pátria brasileira. Tenho lido nos vossos olhos os anseios que me revelais de todas as regiões das regiões, mais distantes do país. Nas vossas palavras vós me trouxeis o estímulo a fé, mas me fazes sentir também dos sofrimentos e das angústias de todos os brasileiros.

A minha vida tem sido uma constante de luta. Minha vida tem sido uma constante de ideal. Por essa luta e pela permanência do ideal que também é vosso, que é nitidamente brasileiro e autenticamente cristão e democrático muitas vezes fui indicado a disputar eleições. Nesta vez, entretanto, sinto erigido muito forte, porque mais fortes são as decepções de nacionalidade.

É que aprendi a interpretar os olhos das multidões e a ouvir as palavras de um guia que lhes indique o caminho verdadeiramente nosso. Sim, o meu chefe de inenarrável família a quem peço que assuma a responsabilidade maiores para ir adiante em momentos de incertezas e desorientação.

Se percorrer o país por todos os seus cantinhos, tenho procurado demonstrar que posso ser o depositário da confiança de milhões de fiéis que acreditam na democracia, no regime federativo na liberdade de opinião e de iniciativa no direito de conquistas e de manter por seu mérito e esforços uma posição que confiam em mim, pelas minhas atitudes claras e definidas.

Sinto-me especialmente emocionado responsável porque disseram tudo de mim. Só não disseram que eu traí as esperanças dos que acreditam em mim porque não o poderiam dizer. Por mais falsidade que assacasem tal a evidência da minha ideologia que me tracei no austero os sentimentos, mas os sentimentos da nossa gente e por que conservei, mercê de Deus, a fé a realizadora que os anseios patrióticos imprimiram à minha obra administrativa, em todos os meus Governos.

Agora as seções nacionais do meu Partido me convocam para a luta mais dura e para o posto mais honroso a que um tirado de qualquer campo de combate brasileiro cristão, democrata, — fie às tradições da nacionalidade, possa almejar.

Disseram muito de mim. Menos que eu haja desertado em qualquer momento de dever que tenha me esquivado a qualquer convocação ou me retratado de qualquer campo de combate.

Mas, não é só o meu Partido este pugilo de idealistas sinceros,

de corajosos lutadores, de inventivos patriotas, que me convocam. É o povo brasileiro.

CANDIDATO DO POVO

Todos os dias e de todos os querentes do País, famílias, muitas dirigem-se apelos diretos cheios de angústias, de preocupações e de incertezas. Apelos que traduzem sobressaltos, mas que transmitem também a irremovível em um Amanhã Melhor em um Brasil mais Justo e mais Humano. Apelos que, se não serem contra as reformas, porque ninguém é contra reformas exigem antes, que providências sejam tomadas para que cessem as explorações e os assaltos à bolsa do povo, que geram a miséria e a desgraça da nossa sacrificada gente. A isenção que cresce, ante os olhos sorridentes de reformistas afoitos. Da graça que passou a frente da ausência e da ausência do governo e da autoridade; desgraça que mina a vitalidade patriótica. — Ser que se sintam qualquer ação evidente clara dos que apregoam autoridade, ao mesmo tempo que scilapam o princípio em que essa autoridade deve basear a sua ação bemfazeja.

O povo brasileiro que sabe que não oculto o meu pensamento e que quando digo ser contra a legalidade do Partido Comunista faço-o certa e claramente. Não sou como os ingênuos que alegam que com o Partido legalizado, será facilitado a os comunistas, esquecidos de que os infiltrados em outros partidos e no alto posto continuarão infiltrados na mesma forma, sob outras cores.

Digo-o porque sei que o meu país está dividido entre duas forças: os que acreditam em liberdade e que a apregoam no mesmo tempo em que escravizam povos os que acreditam em Deus e os materialistas que zombam da nossa crença; os que exibitam os incapazes e nos que ele amos os dignos.

PELAS REFORMAS

O povo sabe que sem as reformas e ninguém e contra as reformas, como muito bem se afirmou, há pouco, João Calmon, meu grande companheiro, porque fomos os primeiros a apregoar a reformulação da vida brasileira, porque fomos os primeiros a abrir escolas, hospitais, estradas, a dar energia ao povo para a maior das reformas que é a de dar início à cultura. A higiene e o desenvolvimento ao homem brasileiro. O povo sabe que somos contra as reformas dos reformistas que não merecem confiança porque, a par delas vivem apregoando a agitação fomentando a indisciplina e quebrando o princípio da unidade para implantação do caos e a destruição das nossas instituições.

O povo sabe porque eu proclamo o meu pensamento claro e objetivamente.

Não sou e nunca fui obstinado. Se acho como definitiva a minha candidatura é porque acredito na pluralidade dos partidos e na necessidade de nós, verdadeiros democratas, lutar por nossas ideias defendendo os princípios dos nossos partidos. Se acho a minha candidatura é porque eu não quero que os brasileiros marchem para a esquerda, para a direita e nem para trás. Querem isto sim, que sigam para a frente, lutando pelas suas reivindicações legítimas e se afirmando como povo consciente do seu glorioso destino de homens livres, dignos e cívicos do seu valor no convívio das Nações civilizadas.

Sou candidato porque sei que, com a experiência e a verdade das minhas afirmações e de minhas atitudes que todo o Brasil conhece, poderei garantir uma autoridade serena uma hierarquia firme, uma disciplina humana, para que todos possam trabalhar e progredir.

Enganam-se os que querem jogar-me contra os sindicatos, porque nunca fui contra a política sindicalista, sindicalista que sou há mais de trinta anos. Sou contra isto sim e o afirmo solene e em alto som, o peleguismo a agitação de agentes importados, que se infiltram nos meios sindicais para jogar irmãs contra irmãos, para formar piquetes de violência, para implantar a inquietude nos lares dos nossos trabalhadores.

Por isso, eu ouço o chamamento do povo, firmemente determinado a mudar o curso dos acontecimentos.

LINHA RETA

Digam o que disserem de mim, não poderão dizer que sou homem de incertezas, político de meias palavras ou administrador que oscila entre dúvidas e aflições. Afirmo os meus pensamentos e defino os meus Governos em atitudes e obras que desafiam o despeito ou a má vontade de críticos e adversários.

Não é somente o meu querido Partido Social Progressista, não são apenas os meus valorosos companheiros de gloriosas arrancadas cívicas, e que não de marcar nitidamente a passagem dos pessimistas pela História Pátria que me impõem o dever de candidatar-me à presidência da República.

Não. Não são somente eles, pois sinto que hoje a população brasileira integra um grande Partido, o maior de todos, que é o Partido da Ordem, cujo programa mínimo se define por tranquilidade, paz, trabalho, fraternidade, segurança.

Meus amigos Conventuais. Meus Correligionários, meus caros patriotas: aqui estou empunhando novamente a bandeira da justiça e da liberdade.

Poderia falar-vos de planos e de programas, mas a capacidade realizadora dos idealistas que me acompanham, e que deram sentido aos meus Governos, representa garantia sobre a qual não preciso falar aqui.

Hoje, justiça e liberdade, autenticidade cristã e democrática, são o anseio que mais palpita no coração de cada brasileiro, de cada mãe de família, de cada chefe de empresa, de cada funcionário, de cada trabalhador e de cada camponês.

Há desassossego por toda parte e o que todos desejam é tranquilidade.

Há ódios na radicalização das posições políticas e isso não serve a ninguém, nem pode ajudar o Brasil.

Há insegurança, instabilidade, inquietação.

Por isso — uma vez que vós, Conventuais, — e o Brasil me fizeram candidato, minha posição é a da paz, do trabalho, construtivo, do verdadeiro amor cristão; a minha posição será a de restaurador do princípio de autoridade neste país.

É preciso que haja paz social, entendimento entre as classes, possibilidades para todos, respeito à personalidade humana, direito de greve, sem furir o direito ao trabalho, legitimidade de lideranças, verdade, justiça e dignidade em todos os setores da atividade humana.

Temos que fazer valer o patuamento autêntico da realidade cristã e os reclamos das últimas grandes encíclicas sociais.

Não pronuncio meras palavras. Minha linguagem é dos fatos. Sou homem de ação.

Meu passado confirma o que proclamo neste momento de tamanha responsabilidade.

Inventaram. Desvirtuaram a verdade. Disseram tudo de mim. Menos que eu tenha renunciado a compromissos de honra, repudiando a minha fé, faltando à palavra, fugido ao meu ideal.

Amigos e adversários soberanos, sempre onde encontrar-me e jamais fui encontrado fora da vanguarda de luta.

Podem discordar de mim, combater-me, mas não podem acusar-me de pusilânime, de omissivo, hesitante ou ausente.

Nesta hora de tamanha angústia nacional, quando as palavras não aclararam nem resolveram, quando a Pátria mergulha num clima de desconfiança geral, num oceano de dúvidas, em que todos receiam o amanhã e todos desconfiam de todos, em que a própria alma das crianças é envenenada com o vírus das doutrinas liberticidas;

Nesta hora em que a juventude é lançada ao campo das agitações e é convertida em cobala dos agentes da desordem;

Nesta hora grave da nacionalidade, eu quero, mais do que nunca, ser aquilo que sempre fui, que sempre disse que era que vós sempre dissesteis que sou;

Quero ser genuíno, sincero, autêntico, consciente de minhas responsabilidades, decidido nos pronunciamentos, coerente na luta, íntegro na defesa dos princípios democráticos da cristandade, da livre iniciativa, da liberdade, do amor entre os homens, do temor de Deus do entendimento entre irmãos.

CANDIDATO DA PAZ

Quero ser candidato da paz e da tranquilidade, o candidato das mais justas e acalentadas reivindicações do povo brasileiro.

Terei a mesma firmeza indeclinável para garantir os direitos e para exigir o cumprimento dos deveres.

Quero ser, como autêntico social-progressista, alerta aos imperativos sociais do nosso tempo, vigilante aos ideais do progresso, do verdadeiro progresso humanizado, com a participação de todos nas conquistas da civilização, reformando o que for preciso reformar, dentro, entretanto, da lei fundamental da Nação.

Quero ser o candidato das bases da nossa tradição humanista e cristã, o defensor dos direitos fundamentais da democracia.

Quero, meus caros patriotas, Conventuais do Partido Social Progressista, que tanto me honrastes com vossa presença e o vosso apoio, ser digno do vosso voto, ser digno deste momento histórico, digno de mim mesmo, digno do povo e da Pátria, que, nesta data inolvidável, comemora a sua primeira Constituição Republicana.

Quero identificar-me como candidato intransigente, respeitador da Lei, candidato da Ordem, candidato do Progresso.

Quero assim, porque nada quero para mim, a não ser o compromisso solene, que ora assumo, de trabalhar até as minhas últimas forças pelo bem estar do povo, pela valorização do homem, pela humanização do capital, pela estabilidade social, para que haja, em nossa sofrida Pátria, um período de paz para o desenvolvimento, que se faz urgente em todo o país, sem privilégios regionais, sem concessões político-partidárias, mas cuidando-se da Nação como um todo harmônico e indivizível, onde todos sejam verdadeiramente irmãos e tenham as mesmas possibilidades na conquista dos bens materiais, culturais, científicos ou espirituais.

Que Deus nos inspire, Conventuais, ilustres representantes de outros partidos que nos honram com vossa prestigiosa presença, que Deus inspire nesta hora da Democracia para que, desta Convenção, se levante autêntica e inviolável, altaneira e digna, a alma cívica da nacionalidade a fim de que possamos realizar o Brasil Melhor que todos aspiramos, nesta portentosa Terra de Santa Cruz, num clima de serenidade, de amor e de entendimento.

Por tudo isto, reafirma: Sou candidato da Ordem, sou candidato do Progresso.

SAUDAÇÃO E DESPEDIDA

Antes das palavras de peroração, o governador Ademar de Barros saudou seu companheiro de campanha deputado João Calmon, com estas palavras: "Quero cumprimentar carinhosamente a João Calmon. Estou certo de que haremos de caminhar juntos nesta Pátria, de percorrê-la juntos e de convencer nossos patrícios de que estamos na linha e com a causa justa, que é a do respeito ao homem e às instituições.

Em seguida, agradeceu o reconhecimento dos convencionais e do público, dos representantes de partidos e seus auxiliares de administração, para despedir-se e marcar um encontro para depois do triunfo".

Foi este o pronunciamento do Sr. João Calmon:

"Permitam-me confessar, inicialmente, a minha surpresa diante da indicação e da homologação hoje do meu nome como candidato à vice-presidência da República, na legenda do Partido Social Progressista. Tendo sido eleito deputado federal pelo meu querido Estado do Espírito Santo há pouco mais de um ano, jamais imaginei que em tão curto período o meu nome de principiante na vida política pudesse merecer essa consagração geralmente reservada a homens públicos veteranos, com relevantes serviços prestados ao País na área dos mandatos legislativos, ou do Poder Executivo.

Confesso-vos que fiz um exame de consciência e concluí que a escolha do meu nome resulta da posição nítida, definida, veemente que assumi logo aos primeiros embates da minha recentíssima carreira como representante do povo no Congresso Nacional.

"Quando uma onda de demagogia ameaçava avassalar o País, com a pregação de uma caricata reforma agrária, aceitei o desafio e enfrentei no rádio e na televisão o arauto da insurreição.

Daquele momento em diante, passei a percorrer o País, de ponta a ponta, pregando a necessidade da reação democrática em qualquer terreno e com quaisquer armas contra a tentativa de implantar no Brasil um regime comunista.

Em cada Estado em que chegava eu sentia que uma propaganda intensa, através de uma cadeia radiofônica, penetrava fundo em to-

dos os recantos, impregnando a alma do povo e tornando-a mais firme, nacionalista e de uma corrosiva doutrinação antidemocrática.

Ocorreu-me, então, a ideia de lançar uma contra-ofensiva também no setor do rádio, que se corporificou na Rede da Democracia, com a participação de dezenas de emissoras de todo o País, e que liquidou o monólogo liberticida dos nossos inimigos mortais, substituindo-o pelo diálogo esclarecido e pelo debate construtivo. No momento em que muitos brasileiros se omitem ou se refugiam num comodismo criminoso, só o fato de ter eu procurado cumprir o dever de cidadão me levou a merecer a honra de figurar como candidato à vice-presidência da República ao lado desse bravo lutador que é Ademar de Barros.

PATRIOTISMO

"Nós devemos a sobrevivência do regime democrático em nosso País não apenas ao patriotismo das classes armadas e a atuação dos poderes Legislativo e Judiciário, mas também à vigilância indormida e armada do governador de São Paulo.

A bandeira de Ademar é a mesma de todos os brasileiros que não admitem o extermínio da liberdade, não querem a abolição da propriedade privada, não se resignam com a liquidação da livre iniciativa e com o afastamento do Brasil do bloco das nações do mundo livre. Ademar representará, nas próximas eleições, em que as legendas partidárias terão menos importância do que a batalha ideológica, um papel de extraordinário relevo. Ele conquistou, num pleito de importância decisiva, o governo do Estado de São Paulo. São Paulo contribuiu com quase dois terços da União. Quem é bom para São Paulo será bom também para o Brasil.

Desde 1930 a maior unidade da Federação, que ostenta índices de prosperidade comparáveis aos de muitos países altamente desenvolvidos, está alijada do supremo comando dos destinos do País. Agora, com Ademar, São Paulo volta à disputa da Presidência da República, não para ocupá-la durante sete meses apenas, mas pelo período constitucional de cinco anos, imprimindo-lhe a marca do incomparável dinamismo bandeirante.

COOPERAÇÃO

"Estou certo de que poderei trazer para a campanha de Ademar de Barros uma apreciável cooperação no plano nacional, porque aturo, por força de minha profissão, em nada menos de dezessete Estados da Federação, desde o abandonado Amazonas ao glorioso Rio Grande do Sul. Nascido no Espírito Santo, descendendo pelo tronco paterno de uma família da Bahia, e pelo lado materno, de uma família da Paraíba, e tendo atuado durante dezessete anos em todos os Estados do Norte e do Nordeste, com uma fixação mais prolongada no Ceará, eu tenho, sem nenhuma falsa modestia todas as condições para agir com eficiência na batalha que se inicia esta noite, junto aos meus aliados do Partido Social Progressista, de que é um dos líderes há mais de doze anos, o meu irmão Wilson Calmon.

A surpresa da homologação do meu nome, na convenção de hoje, não me permite expor longamente ideias que venho defendendo desde que comecei a minha vida pública, há pouco mais de um ano. O elas, entretanto, bem conhecidas,

atuando de uma intensa atuação no rádio e na TV, e se resumem na defesa dos princípios democráticos e das tradições cristãs de nosso povo.

NACIONALISMO

"Não tendo medo de usar as palavras que os comunistas estão, com êxito, tentando monopolizar, declaro solenemente que sou nacionalista e reformista. Nacionalista, no verdadeiro sentido da palavra, defensor intransigente dos interesses do meu País, sem o servilismo dos falsos nacionalistas, que têm como modelo e inspirador Fidel Castro, tirano vermelho que transformou Cuba numa colônia soviética. Nacionalista que também não admite a subserviência corrupta e abjeta do tipo de Batista, que representa uma terrível mancha na história da pátria do libertador Marti.

Reformista, sim, partidária de uma revisão na estrutura do regime atual, que é fria e egoísta, mas revisão feita rigorosamente de acordo com os princípios democráticos que consagram a propriedade privada e o sistema de livre iniciativa e colocam, acima de tudo, o amor a Deus e a Liberdade.

RECEITA

"Para continuarmos a viver no regime democrático, a receita é quase tão dura e amarga quanto a que apresentou Churchill na luta contra o nazi-fascismo: — que, suor e lágrimas. Precisamos perder o amor ao conforto, à segurança, à vida, à tendência para o lucro excessivo e para a sonegação dos tributos devidos ao erário público, porque só assim ganharemos a batalha contra os inimigos da democracia e contra os efeitos calamitosos da inflação, que é o mais cruel, o mais lesumano dos impostos, o imposto que incide mais sobre os pobres do que sobre os ricos.

Não permitiremos que os demagogos vermelhos se arvoem em defensores das classes mais desfavorecidas porque eles estão sendo, na realidade, os seus — res carrascos, arrastando-as na voragem inflacionária. Os pobres estão cada vez mais pobres desde que, no Brasil, começou a aparecer a praga dos falsos "pais do pobres".

Agora, burgueses inconscientes pregam a necessidade da legalização do Partido Comunista, que não admite o sistema pluripartidário tanto que se diz, na Cortina de Ferro, que só existem dois partidos: um no poder e o outro na cadeia.

Nós vamos, com a nossa bandeira democrática, elevar o nível de vida dos trabalhadores, sem lhes prometer o Paraíso na Terra, porque, onde está a chamada ditadura do proletariado não deixam de prevalecer as desigualdades sociais, que são indifereçáveis e que se refletem na formação de hierarquias e na vida de sibarita dos donos do regime.

A transcendência da hora que vive o mundo exige que se mobilizem todos os valores humanos para defe dos nobres ideais que nos foram legados pelas gerações que se sacrificaram na conquista da liberdade e fizeram esta grande Pátria que nos cumpre transmitir, ainda maior e mais livre, aos nossos descendentes.

Essa a ambição que nos move e a meta suprema a alcançar.

COMPROMISSO

"Sei que vamos ferir uma luta que será também árdua em sua beleza e dignidade.

Desde já assumo aqui o compromisso de conduzi-la sempre dentro dos mais elevados padrões de respeito às correntes políticas que vão concorrer conosco, conservando a altitude das palavras e dos gestos, para que a democracia se glorifique e se consolide, no procedimento dos seus servidores.

Ao tomar a resolução de seguir sob a bandeira do candidato do PEP, em busca da realização dos princípios que têm norteado a vida dos poderosos instrumentos de divulgação de ideias que formam o complexo de jornais, rádios e televisões associados, volta-se o meu pensamento para a figura gigantesca do criador dessas forças incomparável pujança, aquele que está presente em todos os nossos atos e é sempre o inspirador das nossas lutas — Assis Chateaubriand — mestre e companheiro, a quem rendo, neste instante, a reverência do meu devotamento filial.

AGRADECIMENTO

"Agradeço a honra desta ocasião, e o melhor modo de fazê-lo é oferecer o testemunho da minha fidelidade na luta que vamos travar, na qual empenharei todas as minhas energias do coração e da alma, como soldado da causa que encarna a redenção da democracia no Brasil, no instante de maior perigo da sua história.

A liberdade, os direitos humanos, o sentimento evangélico de que o amor é a fonte de toda a salvação, as lições insubstituíveis e perenes do cristianismo, a fé em Deus, a confiança nos destinos da Pátria, a garantia de sua segurança e de sua unidade, a ordem e o progresso do Brasil, — eis os grandes dísticos da campanha que encetamos ao lado de Ademar, com a coragem, o desassombro e o desinteresse dos que verdadeiramente assimilaram a mentalidade de guerra, com a profunda convicção de que, se lutarmos agora, teremos todas as chances de sobrevivência, evitando a morte ignominiosa no "paredon", que tem sido sempre reservada aos omissos e aos desertores".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. MEM DE SÁ:

Tem a palavra o Sr. Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ — (Lê o seguinte discurso — Sr. Presidente, srs. Senadores.

Aplaudindo, como aplaudi, a Instrução da SUMOC 263, que libera parcialmente as taxas cambiais e assim constitui o mais eficiente instrumento para a expansão de nossas exportações, entendo que ela somente terá sentido fecundo e alcançará o efeito desejado se se enquadrar num conjunto de outras medidas tendentes ao saneamento financeiro do país. Sem debêrmos a inflação, nenhuma providência isolada logrará alcançar o objetivo.

Por força da situação do mercado do café, o exercício corrente se apresentava ao Brasil com possibilidades de um resultado financeiro auspicioso. Embora o deficit orçamentário previsto anoasae era tórno dos 750 bilhões, era de esperar que a venda de parte significativa dos estoques do café, já pagos e pertencentes ao governo, reduzisse sensivelmente aquele desequilíbrio. Se a este favor da sorte, à regularização de nossas divi-

da externas e à ampliação das exportações, conjuguémos um hercúleo esforço de melhor arrecadação da receita e mais drástica compressão de despesas, bem seria de admitir para 1964 um desfecho realmente animador, base de recuperação das finanças nacionais.

Desgraçadamente, porém ao lado dos aspectos positivos referidos, outros há, e ainda outros, e anunciam, que anulam qualquer esperança.

Limitar-me-ei, aqui, a arrolar alguns dos fatores negativos que levam a prever que o exercício fluente, de bom que poderia ser, próximo será. Eis algumas medidas, ou consumadas ou em vias de se consumarem, cujo conjunto lançará o BRL 1,6 pélogo da hiperinflação, do qual não se acha na tmar.

1 — O Presidente da República, por decreto, determinou o pagamento de 13º mês de vencimentos — referente a 1963 — a todos os previdenciários — o que, naturalmente, implicará na agravação dos gastos dos Institutos e na necessidade de maiores emissões para acobertá-los.

2 — O Presidente da República, por decreto, autorizou que a União suplementasse os vencimentos dos magistrados e do ministério público estaduais, até ao limite da equiparação deles aos juizes e procuradores da Justiça do Trabalho. Quantos bilhões teremos de emitir para fazer face a esta despesa?

3 — Ainda por decreto, o Presidente da República estabeleceu que o critério federal suplementar e os vencimentos do magistério primário, estadual e municipal de modo a que nenhum professor perceba menos do que o salário-mínimo regional. A ninguém é dado estimar a quanto montará esta liberalidade, sabendo-se que existem, por estes Brasis, milhares de mestres de ensino elementar recebendo menos de 5.000 cruzeiros mensais.

4 — Também por decreto, o Presidente da República mandou que os engenheiros das autarquias e do Ministério da Viação tivessem seus vencimentos equiparados aos dos Procuradores que, como se sabe, constituem uma das castas privilegiadas do funcionalismo civil.

Não discuto nem nego, Sr. Presidente, o sentido humano e social destes decretos, nem ainda me deterei em seu aspecto constitucional, isto é, na competência do Presidente da República para assim dispor como se não mais houvesse Poder Legislativo em funcionamento.

Mas quero assinalar três pontos dignos de especial registro:

a) se é justo e conveniente melhorar a situação dos magistrados, promotores e professores primários dos Estados e Municípios, não seria igualmente justo considerar a dos demais servidores dos mesmos Estados e Municípios? Porque excluir do benefício as polícias locais, o magistério secundário, os técnicos e os burocratas? Doutra parte, se os engenheiros das autarquias federais e do Ministério da Viação merecem equiparação aos Procuradores, não são merecedores de melhoria semelhante os médicos, os agrônomos, os físicos, os químicos, os veterinários e demais técnicos de nível universitário do serviço público?

b) o Presidente da República tomou aquelas decisões sob sua exclusiva responsabilidade, sem audiência do Congresso. Ora, sempre se proclama, no Brasil, que o Parlamento é o grande responsável pelo desequilíbrio orçamentário e, consequentemente, pela má posição financeira. Ainda assim se tornou a afirmar, por ocasião da última lei de melos que o Senhor João Goulart se recusou a promulgar como para caracterizar sua inocência nos males que dela adviriam. Pois bem, eis acima relacionadas medidas que, inteiramente à re-

vela do Legislativo, agravarão o carizoma do deficit de caixa da União; c) houve, para cada uma delas, estudos prévios que permitem avaliar o vulto da despesa correspondente, possibilitando estipular o limite das emissões que em conjunto vão impor? Em quantas dezenas de bilhões para-rao elas sobre o já fabuloso deficit orçamentário?

Retomemos o rol dos fatores que, nas finanças de 1964, tornam mediancoletos o mais exuberante Pangloss.

5 — O Presidente da República, por decreto, elevou, como, efetivamente, não podia deixar de fazer, os salários mínimos. Foi-lo em 100%. Em consequência, haverá, forçosamente, um reajustamento geral de salários, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. E, ainda mais certamente haverá, como já havia por antecipação, um substancial, senão brutal, aumento de preços e custo de vida.

6 — A Instrução 263 da SUMOC assegura subsídios, — ainda que não ostensivos — ao consumo do petróleo, do trigo e do papel de imprensa, reduzindo substancialmente o efeito inflacionário que o repasse obrigatório, ao Banco do Brasil, das cambiais de exportação do café e do açúcar, enseja à política financeira.

7 — Notícia à imprensa que o DASP já tem em estudos um novo reajustamento do funcionalismo civil e militar. São os jornais que dão conta. Igualmente, da intensa movimentação dos servidores federais em prol das seguintes reivindicações: — a) aumento de 100%, a ter vigência a partir de 1º de janeiro; b) 13º mês de vencimentos, a partir do ano de 1963; c) rigorosa equiparação aos vencimentos militares; d) instituição também em seu favor, da chamada escala móvel de salários.

A última majoração, como é sabido, foi de 70%, a partir de 1º de julho último. Foi estimada em 220 bilhões de cruzeiros o aumento da despesa no semestre, o que quer dizer, 440 num ano. A quanto atingirá o montante das novas aspirações do funcionalismo?

No orçamento atual, não há previsão para qualquer elevação dos níveis de vencimentos e vantagens dos servidores federais, nem ainda para o 13º mês. Tudo quanto se lhes acrescer, acresce no deficit que, mesmo com os melhores resultados imagináveis da venda do café estocado, deixará longe a casa do trilhão. O desequilíbrio de caixa em 1963, esperado em 320 bilhões, ultrapassou o meio trilhão; o de 1964 será dobrado — vara o trilhão, se as coisas continuarem como se apresentam.

8 — Por último, no elenco dos maus fados, a instituição da escala móvel dos salários, para a qual o Presidente da República enviou mensagem à Câmara, — esta já aprovou em primeira discussão um substitutivo, e figura no programa da Frente Ampla do Prof. Santiago Dantas e entra as reclamações mais veementes dos sindicatos, do funcionalismo e até, pelo que se ouve dizer, de muitos parlamentares.

Não é este o momento de debater aqui a apaixonante questão. Adiantarei apenas, que a escala móvel, conveniente em situação de estabilidade de preços (quando pode até servir como freio antiinflacionário), em conjuntura como a nossa será, a meu ver, o último empurrão para nos atirar na voragem da hiperinflação. Entre outras consequências, terá a de forçar a União a socorrer todos os Estados e Municípios do Brasil para que seus funcionários não morram de fome.

O Sr. Antônio Jucá — Permite V. Exa. um aparte? (assentimento do orador) — Os pseudos males que o nobre Senador vem apontando ou

não são enxergo como males e sim, como terapêutica a males, porque, em realidade, são apenas as classes menos afortunadas, aquelas que estão nos escalões mais baixos da sociedade, que sofrem o efeito danoso da inflação. O que o Exce. entíssimo Senhor Presidente da República está fazendo é, não só e simplesmente, corrigir os efeitos da inflação, porque, infelizmente, enquanto a inflação cuche os brios, dá bem-estar e muito dinheiro aos "lubarões", restará esse mesmo dinheiro das classes que estão mais baixamente situadas na escala social. Senão, vejamos: o salário do médico, por exemplo — e começo com o médico porque sou médico — era em 1948, onze vezes o salário mínimo.

Hoje, e apenas quatro vezes o salário-mínimo, enquanto que agora, sendo Cr\$ 85.000,00, passou a ser apenas duas vezes o salário-mínimo. O Sr. Presidente da República procura corrigir os males da inflação. Repete: se um operário que vinha ganhando Cr\$ 25.000,00 vê este seu dinheiro reduzido em sua capacidade aquisitiva, naturalmente terá que ver essa redução corrigida, sob pena de não poder pagar sua moradia, não poder comprar o tecido fabricado pelo industrial e de não poder nem mesmo adquirir a alimentação indispensável a si e a sua família. Perfundo, então, ao douto e ilustre Senador Mem de Sá: Poderá alguém conceber que pessoa alguma, desta República, mormente os professores do nosso hinterland, que estão lutando pela alfabetização do povo brasileiro, ganhe menos que o salário-mínimo? Pergunto ao nobre colega se é possível que a Justiça, que tem em suas mãos os interesses das classes superiores, não receba um salário condigno com sua capacidade profissional a fim de ser livre, independente, e poder julgar com altruísmo e desinteresse? São esses os remédios que o Exmo. Sr. Presidente da República procurou ministrar contra os males, e o que V. Exa. acaba de citar eu considero remédios e não males. Quero chamar a atenção do nobre Senador para o seguinte: mesmo os economistas adeptos da inflação — não a inflação galopante que infelizmente atingimos, mas do sópro inflacionário para o desenvolvimento nacional — mesmo esses economistas concebem, desejam e vêem como indispensável o reajustamento periódico dos salários profissionais. Porque o salário, em face do sópro inflacionário vai perdendo o seu valor e precisa ser corrigido. É isso o que tem feito o Sr. Presidente da República, a fim de evitar o caos e para que possamos ter no Brasil a harmonia social que ora desfrutamos.

O SR. MEM DE SA — Agradeço o discurso do eminente Senador. É interessante ficar registrado, porque sairão no Diário do Congresso, lado a lado, dois discursos: o meu, num sentido, e o do nobre colega, num sentido diametralmente oposto. Evidentemente, não há possibilidade de discussão, porque S. Exa., como médico, aceita como terapêutica exalamente aquilo que concorre para agravar o mal.

O Sr. Antônio Jucá — Quería chamar a atenção do nobre Senador que a homeopatia existe como *similia similibus curantur*, a terapêutica dos semelhantes.

O SR. MEM DE SA — Provavelmente o Sr. Presidente da República está adotando um processo misto: o princípio *similia similibus curantur* e o princípio alopatóico das doses cavalares.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Estou de pleno acôrdo com as palavras de V. Exa. em tôrno dos últimos atos do

Sr. Presidente da República, porque o que vemos é uma verdadeira anarquia. V. Exa. muito bem disse quando se referiu a este auxílio ao magistério e professorado primário do todo o Brasil, que poderá ir a muitos bilhões de cruzeiros, porque já se calcula que mais de trezentos mil funcionários serão beneficiados com essa resolução do Sr. Presidente da República. Pergunto eu: o Brasil está em condições de assumir responsabilidade tão grave, quando se encontra em franca bancarrota, em inflação galopante? Portanto, o discurso de V. Exa. tem razão e ser: baseado em muito senso, muito critério. Não estamos em época de agradecer a quem quer que seja; estamos em época de poupar, de economizar.

O Sr. Presidente da República não está pensando no Brasil; está pensando em agradar a magistrados, médicos, etc. e um patriota não pode agir dessa forma. S. Exa. precisa pensar no País que vai de mal a pior, portanto, seu rumo deve ser outro: O SR. MEM DE SA — Fico extremamente confortado com o aparte de V. Exa. Senador Pedro Ludovico que coincide perfeitamente com as considerações que vinha expondo e lhe dá autoridade.

O Senador Antonio Jucá fez sent uma pequena casta de privilegiados ocupada com a inflação e que grandes sacrificados por ela são os trabalhadores e os deserdados. É isto certo. E por isso mesmo é que enterdo que um Governô trabalhista deveria ter, como preocupação fundamental e primeira, antes de qualquer outra reforma, estancar a inflação para ir ao encontro do bem-estar das necessidades dos trabalhadores.

Fazendo o que se está fazendo apenas se aumenta desvairadamente o ritmo inflacionário. De medo que a terapêutica que o Senador Antônio Jucá vê nessas medidas, muito menos que remédios, são venenos. Verdadelramente, está sendo envenenado o organismo econômico. O Presidente da República aparentemente faz um benefício, quando na realidade está praticando um malefício. Dá cor uma das mãos e retira com a outra.

O Senador Pedro Ludovico diz muito bem que o Presidente só tem preocupação de agradar, dando impressão de que continua como candidato à Presidência da República.

Vou prosseguir, mesmo porque Senador Antônio Jucá não está propriamente interessado no debate; él estava interessado apenas em dar aparte.

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Exa está falando para o Senador!

O SR. MEM DE SA — É claro. Mas, tendo eu recebido um aparte pensei que o apartante estava interessado no debate. (Lê:)

Continuo, Sr. Presidente: Não é este o momento de debater aqui a apaixonante questão. Adiantarei, apenas, que a escala móvel convenientemente em situação de estabilidade de preços (quando pode até servir como freio antiinflacionário) em conjuntura como a nossa será, a meu ver, o último empurrão para nos atirar na voragem da hiperinflação entre outras consequências, terá a de forçar a União a socorrer todos os Estados e Municípios do Brasil para que seus funcionários não morram de fome.

Realmente, agora vai-se conceder novo aumento de vencimentos a funcionalismo. Adotada a escala móvel, o funcionalismo federal passará a ter, de três em três meses, aumentos substanciais.

Como os Estados e os Municípios poderiam enfrentar essa conjuntura para também concederem aos seus servidores vantagens semelhantes?

O Sr. Aarão Steinbruch — O Governô certamente também teria que

propor uma escala móvel para atender os magistrados e professores.

O SR. MEM DE SA — Exato. Com a escala móvel, havendo aumento nos preços dos gêneros, haveria aumento nos níveis salariais e de vencimentos dos funcionários públicos federais. Então os Estados e os Municípios não podendo acompanhar esse ritmo, ou ficariam em situação de miséria ou, fatalmente, o Governo Federal teria de a todos socorrer, como já começou a fazer para determinadas classes, com exclusão de outras e, então, não haveria máquina impressora que acompanhasse o ritmo reclamado pelas emissões.

Mais alarmante, porém, do que o arrolamento que ora exponho, Senhores Senadores, parece-me o estado de espírito dominante no Governo. O Presidente da República assumiu atitudes contraditórias em face da inflação. De um lado reinicia na mais do que desencantada miragem, mil vezes comprovadamente falsa de supor que providências superficiais como, por exemplo, em favor do calçado e do tecido popular ou do livro didático realizarão o milagre de impedir a majoração do custo de vida decorrente de um aumento de cem por cento de salário.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não. O Sr. Pedro Ludovico — Esse salário-mínimo decretado provocou uma alta de preços trinta dias antes de sua vigência, e de maneira assombrosa. Todas as mercadorias subiram de custo de forma absurda...

O Sr. Aarão Steinbruch — Houve ganância.

O Sr. Pedro Ludovico — ... não só os gêneros alimentícios como, também, remédios e outros produtos. Houve ganância, como bem disse o nobre colega. E o Sr. Presidente da República não tem coragem de enfrentar esses tubarões, não tem coragem de enfrentar os produtores, os intermediários. De maneira que de nada adianta esse aumento do salário-mínimo.

O SR. MEM DE SA — A história está tão repetida que é incrível se continue reiniciando na mesma toleza.

O Sr. Aarão Steinbruch — Adiantaria, nobre Senador, e vou ilustrar a minha afirmativa com um exemplo do fato ocorrido na antiga Capital da República. Por ocasião da greve que eclodiu entre o pessoal do gás, ficou a cidade do Rio de Janeiro sem gás. A população que dele dependia ocorreu aos estabelecimentos comerciais para adquirir fogareiros. Num simples fogareiro, vendido na véspera do início da greve por Cr\$ 350,00 ou Cr\$ 400,00, passou a ser adquirido por Cr\$ 2.000,00. Pergunto a V. Exa. e à Casa: que fator determinou a alta a não ser a inescrupulosidade e a ganância de certos ou da quase totalidade dos comerciantes? Nenhum fator influiu para que o preço do fogareiro subisse repentinamente. Não houve aumento do salário-mínimo nem reivindicação de aumento salarial da classe a que pertence o empregado do estabelecimento que vendia a mercadoria. Tive de para minha casa, adquirir, dois fogareiros e o próprio empregado da firma vencedora, interpelado, respondeu: "Realmente, vendemos a Cr\$ 400,00. Agora o preço é Cr\$ 2.000,00. Ai está uma fila imensa de compradores. Se o Senhor não comprar, outros o farão".

O SR. MEM DE SA — V. Exa. tem razão: a ganância e a inescrupulosidade são filhas legítimas da inflação.

O Sr. Aarão Steinbruch — Não legítimas, ilegítimas.

O SR. MEM DE SA — São filhas legítimas porque só dela é que nascem.

V. Exa., nobre Senador Aarão Steinbruch, não sei que idade tem, mas se tivesse a minha ou próximo da minha, lembrar-se-ia da situação do Brasil de 1945 a 1946. Não havia isso. Quando os preços tendem a certa estabilidade, mesmo relativa, a especulação e a ganância não se desenvolvem. Não quero constranger nenhum colega, mas perguntaria qual de nós, sendo comerciante, na situação que V. Exa. citou, de vendedores de fogareiro ou de qualquer outro produto, não se favoreceria de uma situação propícia a ganhar mais dinheiro.

O Sr. Aarão Steinbruch — Creio que nessa situação, V. Exa. seria uma exceção.

O SR. MEM DE SA — Não sei, porque nunca me vi na contingência mas lembro-me do conselho do padre que era meu diretor espiritual: "— se queres evitar o pecado, foge da tentação".

Prossiga Sr. Presidente:

Mas alarmante do que o arrolamento ora exposto, srs. Senadores, parece-me o estado de espírito dominante no governo. O Presidente da República assume atitudes contraditórias em face da inflação. De uma parte, reinicia na mais do que desacreditada miragem, mil vezes comprovadamente falsa, de supor que providências superficiais, em favor do calçado e tecido de tipo popular ou do livro didático e dos remédios, realizarão o milagre de impedir a majoração do custo de vida, decorrente do aumento de 100% nos salários. Isto é, em verdade, algo assim como pretender curar tumor maligno com pomada de basílico. Mas, de outra parte, sustenta que nada se pode fazer de eficiente, para combater a inflação, enquanto prevalecerem as decadentes "estruturas arcaicas" da economia brasileira. Descobriu-se a fórmula mais cômoda e solerte para esconder a incapacidade governamental. O Governo não tem a mínima culpa na inflação, nem coisa alguma pode fazer contra ela, porque toda ela, mais todos os males e desgraças da Nação resultam direta e incoercivelmente, ou dos "capitais espoliativos" estrangeiros, ou das estruturas arcaicas. Consoante a tese, o Canadá deveria ser o país da mais aliciada inflação do mundo, pois cerca de 60% de suas indústrias pertencem a capital estrangeiro e, sob o prisma das estruturas, todos os países da América do Sul, da África e da Ásia deveriam estar a braços com inflações como a nossa. Não é porém, o que se vê; antes, o contrário disto é o que se verifica. E para citar um exemplo, lembrarei que o Chile, depois de abandonar a escala móvel de salários que elevou a taxa de aviltamento de sua moeda a 80% ao ano, tal como já ocorre entre nós, ainda antes da instituição do salário móvel — o Chile conseguiu deter e reprimir a inflação, reduzindo-a a índices perfeitamente razoáveis.

Mas aqui o problema está sendo posto em termos que seriam cômicos se não fossem trágicos: — para jogar a inflação, indo às suas causas remotas, necessário é, antes, reformar as estruturas, sobretudo a agrária. Mas, como já tantas vezes tenho dito, especialmente a reforma agrária é de longa maturação, só frutifica ao longo de décadas e reclama investimentos maciços, recursos técnicos, financeiros e elemento humano abundantes. Então, nem se combate a inflação porque a condição preliminar está na efetivação das reformas (1959)

conceito presidencial) e nem se pode promover a principal delas sem antes haver-se domado a inflação e reunido os recursos indispensáveis.

O estado de espírito que de crevo torna impossível qualquer otimismo. O Sr. João Goulart, para se manter nele, esforça-se por demonstrar que não há como arrastar e vencer a hidra. Para comprovar a tese matriçã, que o abolve de culpas e responsabilidades, é que, depois de proclamado e cantado o Plano Trienal como o Alcorão de seu governo e a salvação nacional, lançou-o às urtigas com um suspiro de alívio. E se apressou em pôr no chão o Ministro Santiago Dantas que estava, intensamente, cmetendo a falseia de revelar, praticamente, como se pode a se deve sanear as finanças brasileiras, antes das reformas. Também o Prof. Carvalho Pinto foi aliado porque "ameaçava" realizar igual proeza, se tivesse o amparo do Presidente.

Sr. Presidente, está em moda afirmar que o nosso amadurecimento político e a consolidação democrática do Brasil tornam inviáveis quaisquer tentativas de golpe contra as instituições. Com o uso deste barbitúrico, todos podemos dormir tranquilos. Dir-lhes-ei que também eu não me arreio de golpe militar, tipo 1937, 1945, 1954, 1955. O modo que me domina é o da convulsão social, filha do aviltamento monetário e do custo de vida insuportável. Não temo um golpe militar: temo coisa muito pior. Do meio trilhão de dólares, em 63 iremos ao trilhão ou aos trilhões, em 64. Em 1960 emitimos meia centena de bilhões de cruzeiros; em 1961, mais de uma centena; em 1962, cerca de duas; em 1963, quase quatro. No exercício corrente, quantas serão depois de entrarem em vigor os fatos e medidas que apontei, sobretudo depois da escala móvel dos salários?

O General do golpe à vista, não está no Exército, chama-se inflação.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Aurélio Viana — No importante pronunciamento de V. Exa. gostaríamos de ouvir a opinião de como, a seu ver, seria devida a inflação no Brasil, num período de governo. Desde que me entendo como gente, desde que leio, ouço estas mesmas críticas ao Governo. Criticava-se o Governo de Pedro II. O libelo acusatório de Ruy, é qualquer coisa de impressionante; depois, o Governo do primeiro Republicano Marechal Deodoro até a data presente. Não acha V. Exa. que o maior culpado é o grupo dirigente do País, desde épocas, — diria — imemorais? Nós mesmos somos culpados pelo déficit tão alto com que se defronta a Nação brasileira de cerca de meio trilhão de cruzeiros. O aumento que o funcionalismo teve há pouco tempo teve o numa proporção maior. Nós mesmos lhe demos. Agora vem o novo aumento. Já li uma nota, no "Correio da Manhã"...

O SR. MEM DE SA — Em toda a imprensa.

O Sr. Aurélio Viana — ... do Gabinete do Ministro da Guerra, considerando que os cálculos que se encontram na Câmara dos Deputados já não mais satisfazem, em vista do salário-mínimo, há pouco decretado pelo Chefe do Executivo. Haverá, dentro de poucos dias, uma Conferência de Governadores, na Bahia; vão eles propor medidas efetivas de auxílio da União aos Estados. A União não vai emitir, se tem de auxiliar?

O SR. MEM DE SA — V. Exa. não ouviu o começo de meu discurso.

O Sr. Aurélio Viana — Gostaria de tê-lo ouvido. Gostaria que V. Exa., que é um economista respeitado e respeitável, nos dissesse como acha que a inflação seria devida no dia seguinte, se possível é ser devida imediatamente, neste País. Como os preços não ubilham?

O SR. MEM DE SA — Não queria o adverbio "imediatamente", seria impossível.

O Sr. Pedro Ludovico — Nobre Senador Aurélio Viana, permite que eu lhe apresente o Mestre Senador Aurélio Viana?

O SR. MEM DE SA — Com grande satisfação.

O Sr. Pedro Ludovico — O nobre Senador Aurélio Viana referiu-se a inflação desde o tempo de Pedro II. Não pode haver comparação entre a situação de então e a que o País atualmente atravessa. Quando o Presidente Getúlio Vargas deixou o Governo, depois em 1945, a balança comercial estava perfeitamente equilibrada; havia dólares no montante de dezenas e cinquenta milhões de dólares, com o câmbio a deztoito e vinte cruzeiros por dólar. Portanto, aquela época, a situação era folgada do ponto de vista financeiro e não pode assim ser comparada com a atual ou a de dez, doze ou treze anos passados. A situação de agora é tremenda, é angustiada, e perigosa...

O SR. MEM DE SA — E' explosiva.

O Sr. Pedro Ludovico — ... é explosiva, diz bem V. Exa.

O Sr. Aurélio Viana — Não estou dizendo que não é.

O SR. MEM DE SA — E' exatidão e o que queria dizer em resposta ao eminente Senador Aurélio Viana; há inflação e inflação. Preliminarmente, a inflação é um fenômeno mais ou menos universal e permanente.

Se se tomarem os níveis de vida e os níveis de preços da Europa nos últimos cinco, seis ou sete séculos, verificar-se-á que a tendência é sempre de aumento. De modo que esse fenômeno existe em toda parte. E' sempre um espectro diante dos governantes sérios e compenetrados. Atualmente, por exemplo, na Alemanha, na França e mesmo nos Estados Unidos, há preocupação constante com a elevação dos níveis de vida. Mas a elevação que lá ocorre e que tanto preocupa, é em torno de dois ou dois e meio por cento ao ano. Quando chega a esse limite, apavoram os governantes. E as inflações, lá, são decorrentes de fenômenos estritamente econômicos, não financeiros nem governamentais.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — De fato, a inflação, no Brasil, é a segunda do mundo. Só o sobrepou a Indonésia, com 870, enquanto o Brasil está na base de 660, o que dá quase 60% ao ano. Num país como o nosso, em que a produção agrícola é pequena em relação ao aumento de população, pois a América Latina e a África são os únicos continentes em que a produção agrícola está aquém do crescimento da população, de forma a existir uma diminuição da produção agrícola — por motivos que devem ser, realmente, estudados, o que pretendo fazer na próxima semana — num país como o nosso só há duas soluções para o combate à inflação: a primeira, quando se tem suficientes alimentos colhidos nas cidades principais, para evitar a especulação de preços. A ela já está sendo o menos reduzida. Isto é problema do Governo, não há dúvida.

Outra solução é aquela adotada pela França que reduziu a inflação a 7% ao ano, fazendo congelamento geral de preços e salários. Não conheço outros meios para se controlar a inflação. Assim, nos resta aqui trabalhar, no Senado, para ajudar o Presidente da República a sair desta situação difícil, cuja solução nenhum de nós pode divisar, no momento.

O SR. MEM DE SÁ — Agradeço. Vou continuar a resposta que estava tentando dar ao eminente colega Senador Aurélio Viana.

Dizia eu que há uma tendência universal; na generalidade dos países a inflação decorre de fatores ligados diretamente à economia, sobretudo à pressão da procura, em consequência de uma série de fatores, sobre uma capacidade produtiva que chega ao limite do plano emprego. Esta a explicação que os economistas dão.

No Brasil, porém, que é o caso que nos interessa, quando o colega fala na inflação como um mal permanente, desejo lembrar que da Proclamação da República até 1940, quer dizer, em cinquenta anos, a taxa média da elevação dos preços, por ano, foi de 2,5%. Para um país em desenvolvimento como o nosso, a taxa, de 2,5%, que é de alarmar num país de economia madura, se torna perfeitamente tolerável. Tanto é que V. Exa. poderá indagar das pessoas mais idosas como era perfeitamente tolerável e quase insensível esse pequeno aumento, na média anual de 2,5%.

A inflação começou a tomar contornos mais graves no governo Getúlio Vargas, a partir de 1943, sem ter o Governo qualquer culpa na situação. Foi decorrente, precisamente, daquilo que o Senador Pedro Ludvíco há pouco mencionava; com a paralisação proveniente da guerra, não tínhamos como importar o que precisávamos, e tivemos muito o que exportar. Então, esta situação largamente desequilibrada na balança do comércio determinou uma inflação. A necessidade que o Governo teve de emitir para comprar as cambiais dos exportadores — esse foi o início da inflação brasileira.

V. Exa. poderá verificar, analisando os índices de inflação, como se vinham mantendo, mesmo com o período de turbulência política da década dos 30, os níveis, até que em 1943 eles se alteram.

No Governo, o Marechal Dutra começou tentando deter a inflação, e o ia fazendo com sucesso quando foi mordido pela mosca do seu grande Plano Salte, a primeira tentativa séria de planejamento e que merece, por isso mesmo, todo louvor, mas que teve esse ponto fraco. E' que para a realização do Plano não foi cogitada e estudada a cobertura financeira. Então, o plano foi executado, em grande parte, através de emissões.

O Sr. Antonio Jucá — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O Plano Salte foi um plano conjunto entre o governo brasileiro e o governo norte-americano.

O SR. MEM DE SÁ — V. Exa. está enganado.

O Sr. Antonio Jucá — ... que naquele tempo queria transformar o Brasil num key-country, tal qual fizera com a Alemanha.

O SR. MEM DE SÁ — V. Exa. está enganado.

O Sr. Antonio Jucá — Infelizmente o Governo norte-americano desassistiu o brasileiro, negou-lhe todo e qualquer empréstimo e foi impossível prosseguir o Plano Salte, começado sob tão bons auspícios.

O SR. MEM DE SÁ — V. Exa. está enganado. Está confundindo fatos diversos.

O Governo, quando começou a reatizar um plano realmente admirável,

incidiu em aumentos de emissões. Desejo lembrar que, quando o Presidente Getúlio Vargas voltou ao Governo, deu ao Brasil, em 1951 e 1952, os dois últimos exercícios de superávit orçamentário. Veja V. Exa. que sou um adversário político isento.

O Sr. Pedro Ludvíco — Leal.

O SR. MEM DE SÁ — Devo reconhecer o esforço que ele fez. Mas a inflação é uma bola de neve: vai aumentando e adquirindo ritmo cada vez mais violento. Se V. Exa. acompanhar esse ritmo, verá que foi a partir de 1956 que ele começou a ser verdadeiramente alarmante.

Ainda para ser justo, e respondendo a outra pergunta, sobre qual o remédio, qual a fórmula que corrigirá a inflação, devo declarar que houve um momento em que o Sr. Juscelino Kubitschek, no seu Governo, pensou em dominar a inflação e recorreu a um homem certo, ao Sr. Lucas Lopes, que elaborou um plano de contenção e de controle.

O plano do Sr. Ministro Lucas Lopes era perfeitamente correto e daria resultados. Lembro-me, porém, que, quando ele foi ao Monroe expô-lo ao Senado, depois de ouvir a sua magnífica exposição, só lhe fiz esta pergunta: — Como é conciliar a realização daquele plano de contenção com a construção de Brasília? E, realmente, nesse dilema em que se encontrou o Sr. Lucas Lopes, querendo deter a inflação enquanto o Presidente Juscelino só fazia por alargá-la, quase morreu de enfarte. O plano foi abandonado.

Aquêle que os Srs. Celso Furtado, que é insuperabilíssimo, e Sen Thiago Dantas quiseram executar de contenção a prazo da inflação, tinha esta originalidade, poucas vezes conhecida na história do combate às inflações: pretender realizá-lo em três anos. Mas iria dar resultado. O Sr. San Thiago Dantas, por exemplo, já havia atravessado uma das maiores dificuldades que há num plano de inflação: o recasso, que necessariamente se verifica quando começa a haver um plano sério de inflação.

Por quê?

Agora dou a resposta: não é mais segredo para ninguém como se combate uma inflação. Este foi um problema muito intrincado, antes do livro de Bresciani-Turroni. Esse tratado, de um professor italiano sobre a inflação alemã e a forma de combatê-la, marcou uma época, porque, de então para cá, não há mais dificuldade em dizer como corrigir o fenômeno. A grande dificuldade está em encontrar quem tenha autoridade, energia e coragem para aplicar a receita, pois ainda não apareceu, em problemas sociais, o descobridor da anestesia. Para a medicina, a cirurgia, existem, hoje, analgésicos e todas as formas de operação sem dor, para...

O Sr. Antonio Jucá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Consinta V. Exa. que termine primeiro minha oração.

Mas, para corrigir um drama social como é o da inflação, não é possível uma operação sem dor — e muita dor. E' preciso um plano global, uma luta global nas quatro frentes, simultaneamente. E' preciso uma política tributária que faça tirar, de quem tem, o máximo possível. Portanto, uma política tributária acompanhada de mecanismo arrecadador eficiente, para obrigar as classes mais poderosas a contribuir em maior dose. Ao mesmo tempo, uma política orçamentária intransigente de equilíbrio. Em terceiro, também simultânea, uma política creditícia que impeça, de toda forma, o crédito especulativo, e só permita o crédito produtivo. Em quarto, uma política salarial que faça com que

também as grandes massas acompanhem o sacrifício, na fase de transição, para depois todos serem favorecidos com os frutos desse tratamento, que é heróico mas que é o único possível.

Concedo agora o aparte ao nobre Senador Antonio Jucá.

O Sr. Antonio Jucá — Quería chamar a atenção do douto e nobre Senador para o seguinte: a cura da inflação na Alemanha não se processou dessa maneira.

O SR. MEM DE SÁ — Hem?

O Sr. Antonio Jucá — Exatamente. Não foi uma terapêutica médica: foi uma terapêutica cirúrgica, como V. Exa. bem acentuou. Processou-se numa noite. Na véspera, as fábricas estavam paradas, os operários sem emprego, os fornos apagados, as chaminés sem fumo. Houve então um ato cirúrgico noturno, e com anestesia. Anestesia, sim, do dólar, o suporte americano. No outro dia tudo estava cor-de-rosa: os operários voltavam para as fábricas, as chaminés voltavam a fumar e a produção começava a sair da grande indústria alemã. Foi um ato cirúrgico, e houve o seu entorpecimento, o seu anestésico. Processou-se em 24 horas.

O SR. MEM DE SÁ — V. Exa. deveria passar os olhos em Bresciani-Turroni. Teria muito proveito. Vou prosseguir, Sr. Presidente.

O Presidente da República parece que se compraz, como em obediência a um sistema ou a um plano, em editar providências que agravem o processo canceroso. Vez por outra, aplica-lhe o basilcão dos grupos de trabalho que irão — se tiverem um êxito em que ninguém acredita — estabelecer o preço do calçado e do tecido popular, mais o do livro didático obrigatório. Usa, também, como que por imperativo de rotina, o mercúrio-cromo da SUNAB que substituiu a água borçada da COFAP. Mais que isto nada lhe é possível, enquanto as estruturas arcaicas não forem reformadas...

Estamos, assim, no Brasil, como os moradores de um edifício de apartamentos cujos alicerces fendidos o ameaçam de desmoronamento, e medidas urgentes que a técnica e a ciência aconselham não forem tomadas.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. falou aí em estrutura arcaica? Arcaica, ela é!

O SR. MEM DE SÁ — Concordo, ela é arcaica.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. acha que um País com o crescimento demográfico do Brasil, verdadeiramente explosivo, que em trinta anos dobrou sua população,...

O SR. MEM DE SÁ — É um dos fatores adversos do desenvolvimento.

O Sr. Aurélio Viana — ... pode resolver o problema da alta do custo de vida, o problema da habitação, o problema do vestuário, com paliativos?

O SR. MEM DE SÁ — É exatamente o que estou criticando no Governo.

O Sr. Aurélio Viana — No sistema democrático, — e sou contra as ditaduras, V. Exa. sabe, e aí estamos na mesma área, na defesa das instituições.

O SR. MEM DE SÁ — Adotamos, porém, remédios diferentes.

O Sr. Aurélio Viana — Com essa composição que não quer entender a nova época, em que as massas se transformam em povo; em que o povo solicita os benefícios que a civi-

lização concede a alguns; V. Exa. acha que, com essa composição, que está apática, que parece insensível ao que se processa no País inteiro, haverá um Presidente da República capaz de, sozinho, resolver esses problemas em quatro ou cinco anos? V. Exa. veio apresentando o problema até o momento presente, e eu vinha concluindo: são todos culpados, pelo Senador Mem de Sá, inclusive o Presidente Dutra, que não resistiu. Nos dois anos em que houve superávit orçamentário, eu me pergunto a mim mesmo, a situação do povo brasileiro melhorou? Os operários passaram melhor?

O SR. MEM DE SÁ — Ah, o problema é outro!

O Sr. Aurélio Viana — Não: um é fruto do outro! Se é a inflação que causa a infelicidade do povo e a inquietação social, então, não havendo inflação, haveria paz social e felicidade.

O SR. MEM DE SÁ — Não, não!

O Sr. Aurélio Viana — Ou, então, temos que encarar o problema com mais profundidade.

O SR. MEM DE SÁ — Temos! V. Exa. está tirando uma conclusão que é inadmissível.

O Sr. Aurélio Viana — O grau de produtividade de nossas máquinas é impressionantemente baixo. Os países que possuem fábricas, que fazem máquinas, não nos cedem as máquinas com as quais poderíamos fabricar as nossas, evitando que joguemos, para o exterior, todo o fruto do nosso trabalho. Na verdade, é um problema ultracomplexo, esse do subdesenvolvimento. Esta é que é a verdade.

O SR. MEM DE SÁ — Claro!

O Sr. Aurélio Viana — Porque quando não há taxa alta de inflação o povo está na miséria; se a inflação sobe, o povo continua na miséria. Se o país é subdesenvolvido e a taxa é de 2 ou de 2,5%, o povo permanece na miséria. Só quando o país é desenvolvido, industrialmente falando, e próspero também no campo da agricultura e da pecuária, é que então existe equilíbrio. Logo, temos que arrebentar com as estruturas arcaicas. Ah, nem há dúvida. Mas isso um só homem não faz!

O SR. MEM DE SÁ — Estou de acordo com V. Exa. — as estruturas arcaicas precisam ser corrigidas. Mas a inflação não tem nada que ver com o padrão de vida do povo. Com ou sem inflação, num país subdesenvolvido, o povo tem baixo padrão. Este é o problema de desenvolvimento. E para o desenvolvimento é necessário, entre outras coisas, corrigir a estrutura agrícola obsoleta que temos. Sobre isto nós estamos em acordo. Mas o problema é aquela velha discussão, que só há no Brasil: se é possível desenvolvimento sem inflação.

A minha tese é de que para o desenvolvimento é preciso que não haja inflação.

O Brasil está tendo uma demonstração disto. Durante algum tempo houve desenvolvimento apesar da inflação. Mas, há dois anos, estamos estagnados. Iremos ao retrocesso, a desemprego, se continuar a vertigem inflacionária.

De modo que a minha tese é esta: preciso desenvolvimento; para o desenvolvimento é preciso reformar as estruturas; mas, tudo isso, dependendo de ser suprimida, debelada a inflação, como pode e deve ser.

Esta é minha posição.

Vou, portanto, ultimar, e V. Exa. me permitam, porque já estou demandadamente alongado na tribuna (Não apoiados!).

(Lendo):

Estamos, assim, no Brasil, como os moradores de um edifício

de apartamentos cujos alicerces fendidos o ameaçam de desmoronamento, se medidas urgentes que a técnica aconselha não forem tomadas. Os moradores, porém, como o prédio custa a cair, ficam a tal ponto acostumados com o perigo, que terminam por descer dele e da desgraça inexorável. O Presidente da República, como habita no último andar apartamento luxuoso e com ar refrigerado, não só finge que não acredita no desastre, como ainda, todos os dias, a título e pretexto de promover reformas de base, aumenta as brechas das fundações.

Pensa ele, pobre dele!, que, por estar no último andar, se salvará incólume e em condições de, como engenheiro-gamela, dar um "estudo novo" ao velho "casarão". (Muito bem! Muito bem! Palmas).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Oscar Passos
Lobão da Silveira
Senasão Arne
Joaquim Paiva
Dix-Huit Rosado
Jefferson de Aguiar
Vasconcelos Torres
Bezerra Neto

O SR. PRESIDENTE:

Devíamos passar a Ordem do Dia. Entretanto como toda a matéria de hoje depende da votação, e não havendo na Casa o quórum suficiente, fica transferida para a sessão de amanhã. Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a propósito da Frente Única Popular, organizada pelo Sr. San Thiaso Dantas, endereçamos a S. Ex.^a seguinte telegrama:

(S):

"Em meu nome pessoal e do partido que tenho honra de presidir, o Movimento Trabalhista Renovador, quero expressar a V. Ex.^a que apoio todas as reformas por V. Ex.^a preconizadas na última entrevista que concedeu à imprensa sendo certo que meu voto será afirmativo quando os problemas sofrerem a apreciação do Congresso Nacional. Entretanto permitam-me V. Ex.^{as} a referência que estranho não ter referido a um ponto que julgo essencial para que o povo possa confiar na ação governamental. É o que diz respeito à austeridade à moralidade administrativa, de vez que desconheço época, em toda a história do Brasil, em que grande parte dos serviços públicos tivesse sido entregue a autênticos propineiros — que adotam a corrupção como linha básica de sua administração, contribuindo assim para a anulação das medidas governamentais, de dar à nação, de uma vez por todas, a administração pública eficiente e honesta que ela e seu povo realmente exigem".

Em resposta, o ex-Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda limitou-se a telegrafar-me que agracia ter-me manifestado favoravelmente às reformas, silenciando, por completo com referência à parte que reputo essencial do telegrama de vez que, realmente, como afirmo desconheço período da vida brasileira em que cargos, na sua maioria da administração pública, tenham sido entregues a autênticos propineiros, transformando esta República em República de propinas.

Quero me referir, entre as autarquias, que há poucos dias meu colega de representação fluminense acusava de irregularidades ao SAPS, e até a presente data nenhuma providência foi tomada para pelo menos afastar os elementos suspeitos em razão de provas documentais aqui exibidas, quando os próprios funcionários daquela instituição conhecem as falcatruas que ali se praticam.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do Orador) — Foi publicada nos jornais a nomeação de uma comissão de inquérito para proceder a rigorosas devassas sobre essa acusação formulada contra o atual Diretor do SAPS, acusado aqui endossado por um representante do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Vasconcelos Torres. V. Ex.^a, que, neste setor objeto da sua denúncia, o Partido do Governo já tomou a iniciativa de defender o seu nome.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Devo dizer a V. Ex.^a que conheço outros inquéritos, também feitos no SAPS, sem que até a presente data tenha havido uma conclusão. Conheço outros, ainda, que tiveram resultados infrutíferos, uma vez que desconheço autoridades afastadas em virtude desses inquéritos.

V. Ex.^a deve estar lembrado de que, no Governo Jânio Quadros, inquéritos foram feitos, terminados, concluídos, e até a presente data não foram sequer remetidos à Justiça para a punição dos responsáveis, que até foram aproveitados, depois, em cargos superiores aos que vinham exercendo anteriormente.

Quero frisar um outro aspecto da questão. Os jornais noticiam que trabalhadores de Pernambuco, inconformados com a demissão do Delegado do IAPI, que lá se mantinha no cumprimento dos seus deveres, foi substituído, por determinação governamental, por um outro que era acusado de propineiro. Refiro-me a um Departamento que tem sido objeto de acusações repetidas e reiteradas, na Câmara dos Deputados, por inúmeros parlamentares. Trata-se do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. O Sr. Presidente da República determinou que não mais existissem as concorrências públicas para as obras de construção de estradas. As concorrências seriam substituídas por coleta de preços. É bem verdade que às vezes reconheço que havendo certas concorrências, as empresas se atreiam e, de comum acordo, apresentam propostas um pouco diferentes das outras com a responsabilidade daquela que ganhou se aliar futuramente aquela concorrente que lhe deu a proposta maior, a fim de dar uma proposta maior a que seria dada, oportunamente, a outro concorrente.

Mas, do D.N.E.R., por pessoas insuspeitas que me deram conhecimento do fato, se procede da seguinte forma: chama-se um empreiteiro uma empresa construtora, uma de terraplenagem, e se diz que vai dar um determinado trecho, uma determinada rodovia, dez ou quinze quilômetros digamos assim, e pede-se a essa empresa que informe quais os nomes das outras três ou quatro empresas, para que sejam coletados preços entre elas, a fim de que possam ganhar na coleta de preços. Assim é feito. Essa se dirige a três ou quatro, que fornecem os preços. Por sua vez, há uma outra coleta de preços; a segunda empresa pede a uma outra, e assim se estabelece um verdadeiro procedimento ilícito contra os interesses populares. E digo mais: muitos dos

documentos de faturas naquele Departamento são feitos, desde que se deixe determinada importância em mãos de certas pessoas do Departamento, as quais estão ligados, infelizmente, inúmeros políticos.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Bezerra Neto — Veja V. Ex.^a como as coisas se traduzem numa determinada crise moral em nosso País. V. Ex.^a mesmo reconhece que as concorrências normalmente procedidas são objeto da mais grosseira e grave deformação. Nem as concorrências tem sido realizadas com todas as cautelas legais no seu mérito, substância e sentido de justiça e de correção. Nem as concorrências nem as tomadas de preços. São fracassos das chamadas elites que, no neste Governo, vem desgastando a direção deste País. Infelizmente.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Concorro com a primeira parte do aparte de V. Ex.^a mas quero dizer que se fosse V. Ex.^a Diretor deste Departamento e se fizesse concorrência ou coleta de preços, V. Ex.^a pessoalmente verificaria o preço corrente na praça, o oferecimento da mercadoria, e certamente iria ver no comércio que a vendesse o preço da concorrência.

Conheço casos de governadores que procediam assim; foram ao mercado e depois diretamente ao comerciante, perguntando o preço, sendo fácil verificar se o preço iria corresponder a realidade, ou se iria ser superior ao fornecido para o Governo e ao particular.

Vê V. Ex.^a que seria fácil resolver o problema. Basta que se coloque à frente dos órgãos da administração pública pessoas honestas e sinceras, que queiram realmente servir ao País e ao povo brasileiro. Não aqueles funcionários da Fazenda, que fazem do serviço público motivo de enriquecimento ilícito, porque se entregam a dos a prática que é o do comerciante e que é bem do comércio, porque o comércio tem concorrência.

Quando se procura determinado gênero, vai-se a vários estabelecimentos comerciais e assim se obtém o artigo por menos, de acordo com o interesse de quem vai procurar. Mas, na administração pública, o comércio, em razão da má administração, é o administrador, porque fixa o preço da propina. Os carimbos nas repartições públicas dependem, muitas vezes, de preço. O carimbo que facilita o pagamento de determinada fatura de maior preço, esse carimbo é cobrado por maior preço, com mais propina.

V. Ex.^a acenou muito bem e estou satisfeito que fique registrado o seu aparte nos Anais do Senado. V. Ex.^a que é um dos líderes, é o líder do Partido do Governo. Acho, realmente, que há uma crise moral, crise de autoridade, que os cargos da Administração pública não são confiados...

O Sr. Bezerra Neto — A crise vem de Governos anteriores. A crise moral vem de outros Governos.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas não se justifica de maneira alguma.

Senador V. Ex.^a que é líder do Governo, V. Ex.^a, que o está servindo como seu representante...

O Sr. Bezerra Neto — Nós que temos na Nação a Democracia, temos o Parlamento, temos a necessidade de trazer os fatos com acusações objetivas.

O Sr. Vivaldo Lima — Demos nome aos bois. Não somos propinadores, estorreadores. Mas, trazendo aqui o Senador Vasconcelos Torres...

O SR. AARÃO STEINBRUCH —

O Sr. Antônio Jucá —

O Sr. João Agripino —

O Sr. Antônio Jucá —

O Sr. Antônio Jucá —

O Sr. Antônio Jucá —

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Aproveitando os apartes dos nobres representantes de Mato Grosso e do Amazonas, pergunto se o PTB assinaria um inquérito, se assinaria o requerimento para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que eu enviasse à Mesa, sobre o que está ocorrendo no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O Sr. Bezerra Neto — V. Ex.^a deve requerer. Estou de inteiro acordo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Tive certa dificuldade quando anunciei este propósito, pois alguns representantes do povo disseram que não, que comissões de inquérito nada resolvem. Se V. Ex.^a assegurar queerei número regimental para a proposição dessa Comissão, eu a pedirei.

O Sr. Bezerra Neto — O Senador Jefferson Aguiar obteve para a Comissão de Inquérito a respeito do Departamento de Correios e Telégrafos.

O Sr. Antônio Jucá — Estranho bastante que o nobre Senador traga a esta Casa denúncias sem documentação. Esta é a mais alta Casa do Congresso Nacional e acusações deste jaez só podem ser feitas à base de nomes citados e documentos apresentados.

O fato é da mais alta responsabilidade, mormente quando V. Ex.^a procura acusar o Sr. Ministro da Viação, um auxiliar direto do Exmo. Sr. Presidente da República. Pergunto a V. Ex.^a: qual o Ministro das administrações passadas — do Presidente Dutra, do Presidente Jânio Quadros, do Presidente Café Filho, do Presidente Juscelino Kubitschek...

O Sr. Ruy Carneiro — Do Presidente Getúlio Vargas.

O Sr. Antônio Jucá — ... do Presidente Getúlio Vargas, um só, que não tivesse feito adjudicações. Existem adjudicações e existem adjudicações. É preciso separar o joio do trigo, os atos honestos dos espúrios. Traga o nobre Senador fatos e não argumentos a esta Casa.

Se trouxer fatos, comprometo-me a subscrever aquilo que V. Ex.^a sugere: um requerimento de inquérito.

O Sr. João Agripino — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — O Senador Antônio Jucá

ou está alheio ao que se passa no Governo ou é um inocente. Sempre foi possível se fazer adjudicações quando do trecho da estrada representa baixo nível. Acima disso a isenção de concorrência só seria possível mediante autorização do Presidente da República. O que os governos anteriores fizeram e o atual está fazendo largamente como nenhum outro fez, é suprimir por inteiro a concorrência, para todo e qualquer tipo de obra, qualquer que seja o seu valor.

E não venha S. Ex.^a indagar se no Governo Jânio Quadros isso foi feito, porque todo o Brasil sabe que não foi feita nenhuma obra do DNER sem concorrência pública ao tempo do Sr. Jânio Quadros. De modo que não se faça paralelo, nesse terreno, entre o Governo do Sr. Jânio Quadros com o atual ou com anteriores.

O Sr. Antônio Jucá — Refiro-me aos Ministros da Viação dos respectivos governos. Posso apresentar documento, inclusive do Governo Jânio Quadros, mostrando a V. Ex.^a que foram autorizadas obras sem concorrência, como também quando Ministro, o correligionário de V. Ex.^a, o atual Governador do Ceará, Coronel Virgílio Távora.

O Sr. João Agripino — Não respondo pela administração do Coronel Virgílio Távora porque ela foi do Governo João Goulart.

O Sr. Antônio Jucá — Trarei documentos a V. Ex.^a de concessões feitas no tempo do Sr. Jânio Quadros.

O Sr. João Agripino — Do Coronel Jânio Quadros V. Ex.^a não trará qualquer documento.

O Sr. Antônio Jucá — Trarei hoje mesmo. So peço vinte e quatro horas.

O Sr. João Agripino — V. Exa. não tra. a qualquer documento que mostre que o Sr. Jânio Quadros autorizou execução de tarefas de estrada de rodagem dispensando concorrência. Se alguma adjudicação houve no tempo de S. Exa. foi dentro daquele limite que a lei estabelece. de dispensa de concorrência. Fora daí só é possível com autorização do Presidente da República e S. Exa., o Presidente Jânio Quadros, não deu uma só. O atual deu não dezenas, nem centenas mas milhares e V. Exa. está muito bem a par, tanto que tem documentos. Portanto, não devia fazer a afirmação de estranheza que fez às palavras do Senador Aarão Steinbruch.

O Sr. Antônio Jucá — Amanhã apresentarei documentos de adjudicações sem concorrência.

O Sr. João Agripino — Se amanhã V. Exa. não os trouxer eu cobrarei.

O Sr. Antônio Jucá — Está certo. É uma promessa.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Sr. Presidente estamos satisfeitos de ver que contamos com a aprovação do Partido Trabalhista para o requerimento que redigirei, encaminhando-o a Mesa, solicitando a constituição de uma comissão de inquérito, pois é público e notório o que ocorre no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. A Comissão poderá verificar que os preços oferecidos para obras são superiores aos normais na praça, à época do contrato.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a mesma.

ORDEM DO DIA

Sessão de 28 de fevereiro de 1964

Sexta-feira

Votação

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 799, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

2

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da função da Prelazia do "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação e tendo redação do vencido em 1º turno.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, assinada em Nova York, a 30 de março de 1953, tendo Pareceres, sob ns. 806 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (n.º 3.463-B-61, na Casa de origem) que revoca ao serviço Ativo do Exército o Tenente Coronel Rubens Ribeiro dos Santos, e dá outras providências tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 809 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Artur Virgílio (Lider do PTB), Barros Carvalho (Lider da Maioria) e Lino de Mattos (Lider do Bloco das Pequenas Rep. minoritárias) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963, que concede anistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1963, de autoria do Senhor Senador Artur Virgílio que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado completar o período de doze meses de serviço, e dá outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável com a emenda que oferece de nº 1-CJ, e de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963 na Câmara), que aprova os textos da Convenção relativa a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senador Vasconcelos Tôrres solicita transcrição dos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Tôrres (Lider da Maioria em exercício), Sigefredo Pacheco (Lider do PSD) em exercício) e Aurélio Vianna (Lider do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência nos termos do artigo 326, nº 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Aeronáutica.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963, de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759, de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Trivedino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acórdão que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., em caráter oficial e publicada em 7 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A. publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 28 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

Nº DP-13-64 de Maria de Lourdes Penna Belisário, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita retificação de seu nome para Maria de Lourdes Penna Fonseca, por haver contraído matrimônio.

Nº DP-426-63 — de Jacob Setta, Motorista, PL-9, em que solicita sustar o salário-família em relação a sua filha Myrthes Setta, a partir de outubro de 1963, por haver a mesma contraído matrimônio.

Nº DP-496-63 — de Hugo Carvalho Vieira, Auxiliar de Portaria, PL-10 em que solicita sustar o salário-família em relação a sua esposa Marlene de Brito Vieira, em virtude de exercer atividade lucrativa, a partir de dezembro de 1963.

Nº DP-463-63 — de Olivio Jacinto dos Santos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em que solicita sustar o salário-família em relação a seu filho Jarbas Jacinto dos Santos, em virtude

de de exercer atividade lucrativa, a partir de dezembro de 1963.

Quanto ao Requerimento número 379-63, de Mario Ferreira Barbosa, Motorista Auxiliar, PL-10, em que solicita salário-família em relação a seu filho Carlo Alberto, a partir de outubro de 1963, o Sr. Diretor-Geral profere o seguinte despacho: "Fica sustado o andamento do processo até que o interessado apresente documento hábil" Ass. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Concedeu férias regulamentares, relativas ao exercício de 1962 aos seguintes funcionários:

Nº DP-24-64 — de Helio Carvalho da Silva, Oficial Legislativo, PL-7 a partir de 20 de janeiro de 1964;

Nº DP-43-64 — de Sara Ramos de Figueiredo, Pesquisador, PL-6, a partir de 21 de janeiro de 1964.

Concedeu, ainda, férias relativas ao exercício de 1963, aos seguintes funcionários:

Nº DP-6-64 — de Maria Riza Baptista Dutra, Oficial Bibliotecário, PL-3, a partir de 15 de janeiro de 1964;

Nº DP-10-64 — de Ary Leonardo Vianna, Redator, PL-3, a partir de 15 de janeiro de 1964;

Nº DP-14-64 — de José Washington Chaves, Auxiliar de Portaria, PL-10, a partir de 15 de janeiro de 1964;

Nº DP-2-64 — de Paulo Irineu Portes, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 15 de janeiro de 1964.

Concedeu licença para tratamento de saúde, de acordo com o artigo 270, item 1º, da Resolução 6-60, no mês de novembro de 1963, aos seguintes funcionários:

Julietta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo, PL-3, no dia 29;

Tracema da Costa Silva de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 29;

Claudionor de Araújo Barros, Rádio Técnico, PL-9, no dia 10.

Abonou, de acordo com os artigos 160, item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria as faltas relativas ao mês de dezembro de 1963:

— de Juliana Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo, PL-3, nos dias 11 e 12;

— de Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator, PL-3, no dia 10;

— de Mary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 13;

— de Gerardo Lima Auxiliar, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 12;

— de Paulo Irineu Portes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 16 e 17;

— de Maria de Lourdes Veiga, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 17;

— de José de Freitas, Ajudante de Porteiro, PL-7, no dia 12;

— de Francisco Olimpio Gomes, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 23;

— de Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria PL-10, no dia 11;

— de Luiz Marcondes de Oliveira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 9;

— de Manoel Corrêa Fuzo, Auxiliar de Limpeza, PL-11, nos dias 16 e 17.

Deferiu o Pessoal em 24 de fevereiro de 1964. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva Diretora.

PORTARIA Nº 12 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Talita Mondim, Oficial Legislativo, PL-3, para exercer o serviço de Radiação.

Secretaria do Senado Federal em 27 de fevereiro de 1964. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Atílio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Giubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	UDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	UDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Fêrcias	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	UDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Titulares	Diretor
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gilberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Cattete Pinheiro	PTN
Joaquim Parente	UDN
Guido Mondim	PSD
Vasconcelos Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Juca
Dinarte Mariz	UDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3 Juliete Ribeiro dos Santos

Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Atílio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
Jose Guilomard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-Pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo PL-7 Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guilomard	
Lobão da Silveira	PSD	Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Atílio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1 Ed Levi
José Ermirio	PTB	5. Antônio Juca	2. Melo Braga
Daniel Krieger (Vice-Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	UDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	UDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.

Reuniões: Quartas-feiras às 10,00 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
Jose Guilomard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Giuberti	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurélio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Juca
Eurico Rezende	UDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

POLICONO DAS SECAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	4. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Viana (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9 J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abraão.

Reuniões: Terças-feiras às 16,00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. Jose Guilomard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Juca
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	UDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	UDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	UDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quintas-feiras às 16,00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSP	1. Raul Giuberti

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10 Eduardo Rui Barbosa.

Reuniões: Quarta-feiras às 15,00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atilio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Pércles (Vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zacarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Enrico Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender
Reuniões: Quintas-feiras às 17,00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedicto Valladares
Silvestre Pércles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Me mde Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Muller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Pércles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zacarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 793-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Enrico Rezende (Vice-Presidente) — UDN.

Josaphat Marinho — S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Senador Senador Atilio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atilio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermírio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGRO PECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr. Senador

nhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.

José Ermírio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2^{as} e 4^{as} feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atilio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermírio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5^{as} feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atilio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermírio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nú-

mero 1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA.

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.

Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituto pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Carneira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedicto Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente)
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Pércles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.

Afonso Celso — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.
Melo de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO DO ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1964) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Péricles (.....) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARATER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 16 de dezembro de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Muller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva — 23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
A. genuiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.
Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Araújo Steinhilber — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ANTECADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 23 de abril de 1963.
Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Josaphat Marinho — (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — (23.4.63) — Vice-Presidente — UDN
... Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) — Presidente — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite (23.4.63) — PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUIU O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 8.12.62.

Prorrogada:

— até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Pedro Ludovico — PSD
Wilson Gonçalves (23.4.63) — PSD
Benedito Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Daniel Krieger — UDN
João Agripino (23.4.63) — UDN
Amaury Silva (23.4.63) — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Raul Giuberti — PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E EMPRESAS E TRABALHOS EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB

Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63

Prorrogada:

— até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) — PTB
... Vaga do Senador Eduardo Asmar — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — UDN
João Agripino — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISTRIBUIÇÃO SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Leite Neto — PSD
Amaury Silva — PTB
Bezerra Neto — PTB
... Vaga do Senador Humberto Neder — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63

Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Raul Giuberti — PSP
José Leite — PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Walfredo Gurgel — PSD
Argemiro de Figueiredo — PTB
Bezerra Neto — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Edmundo Levi — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Júlio Leite — PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
José Feliciano — PSD
Lobão da Silveira — PSD

Bezerra Neto — PTB
Edmundo Levi — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Melo Braga — PTB
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Afonso Arinos — UDN
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda.
Aurélio Vianna — PTB
Júlio Leite — PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963.
— Prazo — 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

— Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).

— por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto (Presidente) — PSD
Nelson Maculan — PTB
João Agripino (Relator) — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32, de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo — até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

Membros (11) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD
Leite Neto — PSD
Abílio Fontana — PSD
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD

Artur Virgílio — PTB
Bezerra Neto (8.11.63) — Vice-Presidente — PTB

Melo Braga — PTB
João Agripino — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Secretário: Auxiliar Legislativo,
PL-9, J. Ney Passos Dantas.

Reuniões:



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 43

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 29 DE FEVEREIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 19ª SESSÃO, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1964

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Edmundo Levy
Artur Virgílio
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Walfrido Gurgel
Ermírio de Moraes
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Adolpho Franck
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios ns. 234, de 25 de fevereiro e 240, de 26 de fevereiro, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, respectivamente, as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara Nº 9, de 1964

(Nº 4.273-B-62, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza permuta de imóveis entre a União e o Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel de propriedade da União Federal, situado na Avenida Pedro II, sem número,

atualmente ocupado pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, pelo imóvel situado na Rua 28 de Julho número duzentos e trinta e cinco, de propriedade do Estado, ambos em São Luiz, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Efetuar-se-á a permuta mediante escritura lavrada em livro próprio na Delegacia do Serviço do Patrimônio da União naquele Estado, em conformidade com os elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o nº 211.703, de 1959, e mediante prévio recolhimento aos cofres da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, pelo Governo do Estado, da importância de Cr\$ 2.648.500,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e quinhentos cruzeiros), excedente verificado no confronto das avaliações dos respectivos imóveis, de acordo com a autorização dada pela Lei estadual nº 1.752, de 1º de julho de 1959.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças,

Projeto de Lei da Câmara Nº 10, de 1964

(Nº 710-C-63,

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

DISCIPLINA A APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º O crédito rural será distribuído e aplicado em função da política agrícola do País, visando ao desenvolvimento sócio-econômico das populações do campo e se subordinará a diretrizes e normas traçadas pela Superintendência da Moeda e do Crédito — SUMOC através da Comissão Nacional de Crédito Rural — C.N.C.R. criada nesta Lei.

Art. 2º O Crédito Rural objetiva:

- I — os investimentos rurais;
- II — favorecer o custeio oportuno e adequado à produção de bens agropecuários, inclusive sua comercialização e industrialização pelo produtor;
- III — possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores ru-

rais, notadamente pequenos e médios;

- IV — incentivar a introdução de métodos racionais de produção na empresa e a melhoria do padrão de vida das populações rurais;

PREFERÊNCIA DO CRÉDITO RURAL

Art. 3º A dívida resultante de financiamentos, feitos por órgãos nãe grantes ou vinculados ao crédito rural, aos produtores rurais em geral (agricultores e pecuaristas) será garantida, preferencialmente a quaisquer outros créditos pelos bens de propriedade do devedor que integrem a unidade rural explorada, sejam imóveis, semoventes, frutos pendentes ou em vias de formação, produtos colhidos armazenados ou em talhas.

§ 1º Excetuam-se desta regra os direitos da Fazenda Pública e as dívidas provenientes de salários do trabalhador.

§ 2º A preferência sobre a hipoteca, o penhor rural e outros direitos reais resultará da prioridade de inscrição.

Art. 4º Sendo o produtor rural compromissário comprador poderá oferecer para obtenção de empréstimos a médio e a longo prazo, destinados a investimentos rurais, outras garantias além das integradas na propriedade agrícola que eventualmente possam ser apresentadas.

SISTEMA DE CRÉDITO RURAL

Art. 5º Compete à C.N.C.R., como órgão do planejamento e coordenação do sistema nacional de crédito rural, as seguintes atribuições:

- I — sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a ordenação destes com os que prestam serviços de assistência técnica e econômica ao produtor rural;
- II — elaborar planos globais de aplicação do crédito rural e acompanhar sua execução tendo em vista a avaliação de resultados para propor a introdução de correções cabíveis;

III — fixar critérios seletivos e de prioridade para distribuição do crédito rural e estabelecer medidas para (distribuição do crédito rural) o zoneamento dentro do qual devam atuar os diversos órgãos financiadores em função dos planos elaborados;

IV — orientar e incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural fomentando, inclusive, a constituição e utilização de cooperativas rurais;

V — estimular a especialização e aprimoramento profissional do pessoal atuante em programas de crédito rural.

Art. 6º Integram, basicamente, o sistema nacional de crédito rural além de outras instituições financeiras governamentais que venham a ser criadas:

a) Banco do Brasil S. A. através de suas Carteiras de Crédito Agrícola e Industrial e de Colonização;

b) o Banco de Crédito da Amazônia S. A. e o Banco do Nordeste do Brasil S. A. através das suas cartelas ou departamentos especializados na concessão daqueles créditos;

c) o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

§ 1º Ficam vinculados ao sistema como órgãos auxiliares os bancos, as cooperativas e demais instituições financeiras que operem em crédito rural dentro das diretrizes e normas emanadas da SUMOC, através da C.N.C.R.

§ 2º Poderão articular-se ao sistema mediante convênios os serviços de prestação de assistência técnica e econômica ao produtor rural passíveis de serem utilizados em conjugação ao crédito.

Art. 7º Mediante proposta e patrocínio dos bancos referidos nas letras "a", "b" e "c" do art. 6º a SUMOC, ouvida a C.N.C.R. poderá autorizar a constituição de cooperativas rurais de crédito, e associar-se ao crédito rural com o objetivo de operar no suprimento do crédito agropecuário dentro das normas constantes do regulamento do banco patrocinador.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50

Defesa do Café subsistente após a execução do Plano Financeiro de cada safra;

III — produto da taxa de 5% (cinco por cento) incidente sobre os prêmios de seguro de vida e contra risco de fogo, roubo e suas consequências, realizados nas sociedades seguradoras;

IV — dotações orçamentárias;

V — resultado das operações efetuadas nos termos do artigo 8;

VI — recursos de outra natureza que lhe forem expressamente destinados em lei;

VII — 10% (dez por cento) dos depósitos compulsórios à ordem da SUMOC.

Art. 15. A taxa instituída no inciso I do artigo anterior incidirá:

a) nas operações de desconto sobre o valor nominal dos títulos arrecadados no ato;

b) nas outras operações de crédito sobre os saldos devedores calculados juntamente com os juros convencionados, arrecadados na oportunidade das exigências destes.

Parágrafo único A taxa a que refere este artigo, não incidirá sobre as operações típicas de crédito Rural de montante inferior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País e será exigida nas seguintes bases:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,3% (três décimos por cento) ao mês, conforme estabelecido pela C.N.C.R. nas operações efetuadas nos bancos oficiais referidos no artigo 6º;

b) 0,1% (um décimo por cento) ao mês nas operações efetuadas nas demais instituições financeiras.

Art. 16. Os recursos previstos no inciso II do art. 12 serão obrigatoriamente transferidos do Fundo de Reserva de Defesa do Café para a conta do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais a ordem da C. N. C. R. junto à SUMOC antes do início dos embarques da safra cafeeira subsequente.

Art. 17. Os valores arrecadados pelas instituições financeiras e sociedades de seguros para o Fundo Nacional de Empréstimos Rurais serão recolhidos à SUMOC em conta especial à ordem da C.N.C.R. até o trigesimo dia do mês subsequente ao da arrecadação.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo o produto da taxa incidente sobre operações do Banco do Brasil S.A., do Banco de Crédito da Amazônia S.A., do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e nos bancos em que os Estados detinham a maioria absoluta das ações e possuam carteira de Crédito Rural, que será mantido nos respectivos bancos e pelos mesmos aplicados em empréstimos rurais, através de suas carteiras ou departamentos especializados;

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, incumbe à SUMOC promover o recolhimento e fiscalizar a arrecadação dos valores do Fundo impondo as penalidades previstas.

§ 3º O não recolhimento das quantias devidas ao Fundo, na forma e prazos pre-estabelecidos, sujeitará a instituição infratora a multa variável entre 10% (dez por cento) e 100% (cem por cento) sobre o valor do débito apurado, conforme a gravidade da falta, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 18. Dos recursos que constituem o Fundo Nacional de Empréstimos Rurais serão aplicados 60% (sessen-

ta por cento) em empréstimo aos pequenos e médios agricultores, proprietários, arrendatários, meeiros, percenteiros ou que exerçam qualquer outra forma de atividade rural.

Art. 19. O depósito que constitui o Fundo de Fomento à Produção de que trata o art. 7º da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, fica elevado para 20% (vinte por cento) das dotações anuais previstas no artigo 199 da Constituição Federal, e será efetuado pelo Tesouro Nacional no Banco de Crédito da Amazônia S. A. que se incumbirá da sua aplicação direta e exclusivamente dentro da área da Amazônia.

Parágrafo único. O Banco destinará à aplicação em crédito rural 80% (oitenta por cento) pelo menos do total do Fundo de Fomento à Produção.

Art. 20. Os juros das operações de crédito rural realizadas através do Banco de Crédito da Amazônia S.A. serão os usuais em operações de tal natureza, conforme a taxa fixada pela SUMOC não prevalecendo mais as taxas especiais previstas na legislação em vigor.

Art. 21. O Fundo de Fomento à Produção da Borracha criado pelo Decreto nº 50.422, de 7 de abril de 1961, fica elevado para 20% (vinte por cento) do valor de toda borracha importada, destinando-se 50% (cinquenta por cento) do referido Fundo a operações de crédito rural.

Art. 22. Fica abolido o prazo de 12 (doze) meses estabelecido na alínea "c" do art. 15 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950.

Art. 23. O monopólio das operações finais de compra e venda de borracha, exercido pelo Governo Federal através do Banco de Crédito da Amazônia S.A., nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, serão financiados com os recursos da União, proporcionados ao Banco executor pelo Banco do Brasil S.A., sob a forma de adiantamentos à conta do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Terão prioridade na aquisição da borracha do Banco da Amazônia as indústrias de capital 100% (cem por cento) nacional.

Art. 24. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. destinará às aplicações em crédito tipicamente rural quantia não inferior a 40% (quarenta por cento) do valor do depósito suscetível de ser aplicado em crédito especializado, mantido naquele Banco pelo Tesouro Nacional na conformidade do que dispõe o art. 6º da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952.

Art. 25. O capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo é elevado para Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), cabendo à União a subscrição imediata de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros) para o que fica desde logo incorporado ao mesmo capital a parte dos recursos, e respectivos juros, do Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional, mantidos em depósito no aludido Banco, conforme Decretos números 41.003 e 45.684, de 25 de fevereiro de 1957 e 1º de abril de 1959, respectivamente, alterados pelo nº 50.853, de 26 de junho de 1961.

§ 1º. Para complementar a integralização do capital subscrito, ficam destinados 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais;

§ 2º. O Fundo Nacional de Empréstimos Rurais, após a integralização do capital, destinará a cota prevista no § 1º a importância de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), a taxa anual de juro fi-

§ 1º As cooperativas rurais de produção, existentes na data da promulgação desta lei, bem como as que vierem a se constituir, poderão, obedecendo as normas estatuídas neste artigo, instalar departamentos de crédito rural com os objetivos neles previstos;

§ 2º As cooperativas e associações de crédito rural, de que trata este artigo, poderão receber depósitos de seus associados, devendo obrigatoriamente, recolher ao banco patrocinador as quantias que excederem a caixa necessário ao atendimento de suas obrigações.

Art. 8º O banco que patrocinar a constituição de cooperativa rural de produção ou crédito, financiará a formação de seu capital social mediante empréstimo ao associado até o limite de 90% (noventa por cento) do valor das cotas subscritas, para ressarcimento em prestações anuais no prazo de até 10 (dez) anos.

Art. 9º As associações de crédito rural se regerão pelas disposições atinentes às sociedades civis no que não colidirem com as normas estabelecidas nesta lei.

Art. 10. A SUMOC disciplinará o funcionamento das associações de crédito rural previstas nos artigos 7º e 9º desta lei.

Art. 11. O banco que patrocinar a constituição da associação de crédito rural poderá financiar a integralização de seu capital social mediante empréstimo ao associado até o limite de 90% (noventa por cento) do valor das cotas subscritas, para ressarcimento, em prestações anuais no prazo de até 10 (dez) anos.

Parágrafo único. A SUMOC não autorizará a criação de associação de crédito rural onde, a seu critério, estiver em funcionamento satisfatório, cooperativa com idêntica finalidade.

RECURSOS PARA O CRÉDITO RURAL

Art. 12. O crédito rural contará com recursos de aplicação provenientes das seguintes fontes:

- I — Fundo Nacional de Empréstimos Rurais;
- II — Recursos de aplicação dos bancos integrantes do sistema nacional de crédito rural assegurados pela legislação específica de cada um;
- III — recursos das demais instituições vinculadas ao sistema de crédito rural.

Art. 13. O Fundo Nacional de Empréstimos Rurais administrado pela C. N. C. R. destinar-se-á à implantação e ampliação dos programas de crédito rural mediante refinanciamento e empréstimos concedidos aos integrantes do sistema a que se refere o art. 6º desta Lei, na conformidade de normas traçadas pelo C. N. C. R.

Parágrafo único. Os refinanciamentos aludidos neste artigo serão efetuados mediante simples solicitação dos órgãos integrantes do sistema referido nas letras a, b e c do art. 6º, atendidas, apenas, as disponibilidades do fundo Nacional de Empréstimos Rurais.

Art. 14. Constituem recursos do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais:

- I — Produto da taxa a que ficam sujeitas as operações, de desconto de títulos de qualquer natureza, contratos de abertura de crédito e empréstimos em conta corrente efetuados em bancos, casas bancárias, cooperativas de créditos e outras instituições financeiras;
- II — 50% (cinquenta por cento) do saldo do Fundo de Reserva de

cada para financiamentos desse tipo, objetivando o incremento do cooperativismo.

§ 3º. A SUMOC deverá fiscalizar a aplicação desses recursos nas diferentes regiões do País.

§ 4º. As cooperativas aplicarão, na subscrição das cotas de Capital do Banco, a percentagem do fundo de reserva legal a que se refere o art. 9º do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932.

Art. 26. Na aplicação de seus recursos o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, observará em cada Estado a justa distribuição de modo a que sejam igual e equitativamente atendidos.

Parágrafo único. Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da data da publicação da presente lei, o Banco instalará Agências em todas as Capitais de Estados e Territórios, e também, quando aconselhável, Escritórios nas zonas de maior concentração cooperativista.

Art. 27. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo destinará a quantia não inferior a 90% (noventa por cento) de seus recursos de aplicação, ao financiamento das cooperativas rurais e das que objetivam o beneficiamento ou industrialização dos produtos agropecuários.

Art. 28. Os bancos particulares e as cooperativas de crédito, manterão, obrigatoriamente, aplicados em operações de crédito rural, contratadas diretamente com produtores ou suas cooperativas, pelo menos 10% (dez por cento) de seus depósitos totais.

§ 1º. Para os fins do disposto neste artigo consideram-se operações típicas de crédito rural as contraidas por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias na forma prevista nas Leis ns. 492 e 3.253 de 30 de agosto de 1938 e 27 de agosto de 1957.

§ 2º. Os estabelecimentos que não desejarem ou não puderem atender às obrigações do presente artigo poderão optar pelo depósito na SUMOC em conta vinculada à ordem da C.N.C.R. das importâncias correspondentes, no todo ou em parte, aquelas operações para aplicação nos fins previstos no artigo 9º desta lei.

§ 3º. As quantias recolhidas à SUMOC na forma deste artigo vencerão juros à taxa inferior de 1% (um por cento) a que vigorar, em média para os empréstimos e refinanciamentos concedidos com recursos do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais.

§ 4º. Para determinação do valor mantido pelos bancos particulares em operações de crédito rural proceder-se-á a reajustamentos semestrais tomado por base o saldo médio dos depósitos no semestre anterior, efetuando-se as correções cabíveis durante o semestre subsequente.

§ 5º. A inobservância ao disposto neste artigo sujeitará o infrator a multa variável entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) sobre os valores não aplicados em crédito rural e não recolhidos em prazo hábil, a qual imposta pela SUMOC reverterá em favor do Fundo Nacional de Empréstimos Rurais.

GARANTIA DOS PREÇOS MÍNIMOS

Art. 29. A observância aos preços mínimos é disposição de ordem pública, irrenunciável sendo nulos de pleno direito os contratos, as obrigações ou títulos de crédito, que envolverem a aquisição de produtos agropecuários com violação dos referidos preços mínimos.

Art. 30. Os preços para financiamentos ou aquisição nas diversas re-

giões do País, nos termos das Letras "a" e "b" do artigo 1º da Lei número 1.506 de 19 de dezembro de 1951, serão determinados na forma do seu art. 3º e art. 3º da Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962 e não poderão, em hipótese alguma, ser inferiores ao custo efetivo da produção acrescido de justa retribuição sobre esse custo não se incluindo nele as despesas de transporte para os pontos de embarque ou centros de embarque ou sacaria.

§ 1º. Os preços mínimos serão fixados, na forma da Lei, até 90 (noventa) dias antes da época do plantio, improrrogavelmente, devendo ser pagos os beneficiários livres de quaisquer ônus. Os contratos e financiamentos para formalização dessas operações ficam isentos de selos e taxas.

§ 2º. Quando a operação se realizar diretamente com o produtor rural ou cooperativas de produção, as despesas referentes a impostos, taxas, direitos, fretes e outros ônus, até a entrega da mercadoria, correrão por conta da Comissão de Financiamento da Produção.

§ 3º. O parágrafo único da Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962 passa a vigorar com a seguinte redação: "até 31 de dezembro de 1965, as operações de que trata o art. 3º poderão ser realizadas também com terceiros que hajam assegurado ao produtor o preço mínimo fixado de acordo com esta Lei."

Art. 31. Os produtos agropecuários, adquiridos pela Comissão de Financiamento da Produção nos termos desta lei, serão utilizados para regular o mercado de consumo, preferencialmente através das entidades públicas de assistência alimentar e social, e das cooperativas de consumo.

Art. 32. Quando não for possível ao produtor, pela ausência de meios, cumprir as exigências do Art. 11 da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, o serviço será executado sob a responsabilidade da Comissão de Financiamento da Produção ou seus delegados, na forma dos artigos 6º e 7º da referida lei, sendo deduzidas as respectivas despesas do valor do financiamento ou aquisição.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Estendem-se aos Bancos de Crédito da Amazônia S. A., do Nordeste do Brasil S. A. e Nacional do Crédito Cooperativo as disposições constantes do art. 3º e seu parágrafo do Decreto-lei nº 2.611, de 20 de setembro de 1940, bem como o preceituado nos artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938.

Art. 34. O limite de emissão de bônus pelo Banco do Brasil S. A. fixado no artigo 4º e seu parágrafo único da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, pode ser elevado até o montante das operações de financiamento em vigor, realizada pelo próprio Banco e pelos demais estabelecimentos oficiais de crédito.

Parágrafo único. O Banco do Brasil S. A. elevará os limites de redesconto dos outros estabelecimentos oficiais de crédito na proporção do montante dos financiamentos por eles realizados.

Art. 35. Os limites de redesconto dos estabelecimentos oficiais de crédito serão revistos na proporção do montante dos financiamentos por eles realizados.

Art. 36. O art. 15 da Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. A Comissão de Assistência Técnica ao Crédito Agropecuário (COAT), presidida pelo Secretário Geral da Agricultura e integrada

pelos Diretores de Departamentos do Ministério e por representantes da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDPE) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) tem por finalidade estudar e propor medidas que objetivem:

a) disciplinar a prestação de assistência técnica por parte dos diversos órgãos do Ministério aos programas de crédito agrícola;

b) orientar o desenvolvimento dos programas de revenda a crédito de material agropecuário em consonância com o planejamento agrícola do País;

c) difundir, junto aos diversos órgãos do Ministério e seus técnicos, a diretrizes e normas do crédito rural visando a assegurar maior eficiência na execução de programas de assistência financeira às atividades agropecuárias.

Parágrafo único. A indicação do representante do Ministério da Agricultura na Comissão Nacional de Crédito Rural recairá, de preferência, em membro da COAT.

Art. 37. Fica criada a Comissão Nacional de Crédito Rural, encarregada da parte normativa da política de crédito rural a ser obedecida pelas instituições financeiras, nele especializada.

Art. 38. A Comissão Nacional de Crédito Rural com sede e funcionamento obrigatório no Distrito Federal, será constituída dos seguintes membros:

I — Diretor ou seu representante, da Superintendência da Moeda e do Crédito que a presidirá;

II — Diretores ou seus representantes, das Carteiras de Crédito Agrícola do Banco do Brasil S. A.;

III — Diretor ou seu representante, da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A.;

IV — Diretor ou seu representante, do Banco de Crédito Cooperativo;

V — Diretor ou seu representante, da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil S. A.;

VI — Diretor ou seu representante do Banco de Crédito da Amazônia;

VII — Diretor ou seu representante, do Banco do Nordeste do Brasil S. A.;

VIII — Superintendente ou representante da Superintendência da Política Agrária;

IX — Superintendente ou representante da Superintendência do Abastecimento;

X — Diretor ou seu representante do Ministério da Agricultura;

XI — um representante da Confederação Rural Brasileira escolhido em lista tripartite por esta organizada, de nomeação do Presidente da República;

XII — um representante de entidade de classe representativa dos trabalhadores em instituições de crédito e um representante da entidade de classe representativa de trabalhadores rurais, escolhida e nomeada na forma do inciso anterior.

Art. 39. O Poder Executivo regulamentará o funcionamento da CNCR no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei.

Art. 40. Os empréstimos concedidos ao setor agropecuário pelas entidades componentes do sistema nacional do crédito rural serão divul-

gadas oficialmente e relacionadas em anexo nos balancetes anuais.

Art. 41. Os empréstimos rurais de valor não superior a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País independem de qualquer garantia real.

Art. 42. Os empréstimos rurais serão concedidos com a garantia acessória do seguro agrário automático, mediante convênio do emprestador com a Companhia Nacional de Seguro Agrário.

§ 1º Os estabelecimentos financeiros se encarregarão da cobrança dos prêmios e da liquidação do sinistro;

§ 2º Considerar-se-á incluída a morte do segurado entre os riscos da produção;

§ 3º A vigência dos preceitos deste artigo dependerá do funcionamento regular, nas diferentes regiões do País, da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Art. 43. Gozarão de redesconto extra-limite as operações com títulos Warant correspondente a entre-gas feitas por produtores ou cooperativas de gêneros, de suas respectivas produções que tenham garantia de preço mínimo.

Art. 44. As operações de desconto de cédulas de crédito rural de emissão de pequenos produtores e de suas cooperativas gozarão de redescontos extra-limite.

Art. 45. Nas operações de financiamento rural não poderão ser cobradas taxas e emolumentos que onerem os juros, além dos limites fixados pela SUMOC.

Art. 46. Terão preferência para os empréstimos rurais os pequenos produtores e suas cooperativas.

Art. 47. Todos os dispositivos desta lei, no que forem aplicáveis, beneficiam por igual aos pescadores e suas cooperativas.

Art. 48. Os estabelecimentos patrocinadores financiarão as cooperativas na construção de armazéns e silos, compra e implantação de máquinas mecanizadas necessárias ao atendimento de seus associados, agindo através de convênios e em colaboração com os órgãos próprios do Ministério da Agricultura.

Art. 49. As entidades referidas no art. 6º financiarão as cooperativas de eletrificação rural e as sociedades de economia mista que visem idêntico objetivo.

Art. 50. Aplicam-se aos Bancos particulares e cooperativas de crédito o disposto no art. 15 desta Lei.

Art. 51. O limite da nota de crédito rural, criada no art. 2º da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957, será de 150 (cento e cinquenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País.

Art. 52. A instituição financeira, na concessão de empréstimo rural ao produtor, diligenciará para o atendimento de todas as providências que se fizerem necessárias inclusive junto à serventia de Justiça.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do cumprimento deste artigo correrão à conta do produtor, sendo proibida qualquer cobrança não autorizada pela lei ou regimento de custas.

Art. 53. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Agricultura, Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência deferiu hoje os seguintes requerimentos de informações

apresentados na sessão de ontem; o de nº 19, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres, e o de nº 20, de autoria do nobre Senador José Ermírio.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aarão S. Einbruch. (Pausa). Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá. (Pausa). Não está presente.

A palavra está franqueada aos Senhores Senadores.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixei ontem a capital do meu Estado numa situação difícil, na mesma situação que já denunciarei aqui, relativamente ao abastecimento do café.

Manaus, como o interior do Amazonas, continua totalmente desprovido de café para a sua população e aquela gente, pedindo providências através de parlamentares e do governo, espera confiante uma solução. Entretanto, tenho o desprazer de afirmar, perante esta Casa, que me parecem baldadas as esperanças da população amazonense, porque o Instituto Brasileiro do Café, não obstante os apelos feitos por mim, e por outros parlamentares e pelo Sr. Governador do Estado, nenhuma providência tomou capaz de pôr cobro à situação que impera nos negócios de café do Amazonas.

Os jornais todos anunciaram há pouco tempo, que teria sido remetido para o Amazonas, um carregamento de trinta e cinco ou trinta e sete mil sacas de café. Entretanto, o produto nem sequer subiu o Rio Amazonas. O navio a que o Instituto Brasileiro do Café confiou o transporte, por certo não acertou com a foz do Rio Amazonas, não obstante os seus 300 quilômetros de largura, e de um momento para outro viu-se atracado em Paramaribo.

Outro, há poucos dias, com 16.000 sacas, também não acertou o estuário do Rio Amazonas e aportou em porto diferente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aparentemente o Instituto Brasileiro do Café, segundo anunciam os jornais, toma providências para solucionar a crise. Entretanto, tudo isto, toda esta conduta irregular, contrária, aos interesses nacionais, criminosas, é traçada e defendida lá dentro do IBC. São os seus dirigentes, são os homens que formam a cúpula do IBC, os responsáveis por esses desastros, esses desmandos que envergonham a República, que envergonham um país como o Brasil, produtor de café, e que obriga os seus filhos a ficar sem o seu café. E tanto mais criminosa a conduta dos dirigentes do IBC, porque eles anunciam que estariam seguindo a orientação, seguindo as determinações, seguindo a política do Sr. Presidente da República. Envolve o nome de S. Ex.^a nessa prática desonesta de embair a opinião pública que ainda lhe corre nas veias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao trazer esses fatos ao conhecimento da Casa, formulo um apelo ao Sr. Senador Nelson Maculan, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que volte as vistas para o grave problema e lhe dê a solução adequada, a fim de que a Amazônia reciba aquilo a que tem direito e o tratamento equânime que a República lhe deve!

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Tem o aparte o nobre colega.

O Sr. Arthur Virgílio — Desculpe-me V. Ex.^a a interrupção. Ouvindo o discurso de V. Ex.^a, do meu gabinete, entendi ser do meu dever prestar alguns esclarecimentos. Tenho tratado deste assunto com o nosso embaixador e meu prezado amigo Senador Nelson Maculan, e posso informar que S. Ex.^a já determinou medidas adequadas para suprir nosso Estado e outras regiões da Amazônia desse produto que se vai tornando cada vez mais raro, precisamente por esses fatos que V. Ex.^a acaba de alinhar, citando inclusive o navio que desapareceu nas proximidades da foz do Amazonas e foi terminada em Paramaribo. Tenho discutido com o Senador Nelson Maculan o problema, que é difícil e grave, porque o café, às vezes, entra e sai de Manaus e segue sempre a rota de Paramaribo. O Presidente do I.B.C. está estudando a possibilidade da instalação de um moinho em Manaus que, além de solucionar o problema, impediria o contrabando do nosso principal produto de exportação naquela região. Há poucos dias, S. Ex.^a autorizou a entrega de seiscentas sacas de café que seria feita mensalmente à Cooperativa presidida pelo Arcebispo D. João de Souza Lima, que se comprometeu a distribuir essa cota exclusivamente na capital e no interior do Estado. Será uma cota apreciável que irá suprir as deficiências que se verificam naquela região. Continuo defendendo o ponto-de-vista que tenho debatido com o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, de que somente a instalação de um moinho do I.B.C. em Manaus, para beneficiar o produto, evitará que o café saia para a rota do contrabando. Este meu aparte ao discurso de V. Ex.^a é para bem situar a posição do Sr. Senador Nelson Maculan, que vem procurando a solução mais adequada, para superar, definitivamente, o problema.

O SR. EDMUNDO LEVI — Nobre Senador Arthur Virgílio, agradeço-lhe os esclarecimentos. Conversei, há poucos dias, com o Exmo. Sr. Governador do Estado e S. Ex.^a informou-me que o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café lhe havia pedido local para estocagem de trinta a trinta e cinco mil sacas de café. Aparentemente é uma solução, mas de emergência, que não poderá atender aos reclamos da população da Amazônia, porque as trinta ou trinta e cinco mil sacas de café lá chegadas em pouco tempo desaparecem. O desaparecimento do produto é problema do I.B.C. Não é possível que a população daquela região, principalmente do Amazonas, continue sofrendo pela incapacidade administrativa do I.B.C. Não tenho motivos para descreer no Presidente do I.B.C. Confio em que S. Ex.^a encontrará uma solução. Entretanto, nobre Senador Arthur Virgílio, essas providências tão reclamadas tardam. Por duas vezes, tentei falar com S. Ex.^a no I.B.C., sem êxito: na primeira, mandou-me dizer por um de seus auxiliares, que não podia atender-me porque se encontrava em conferência com jornalistas alemães; na outra, telefonei, daqui de Brasília, para expor-lhe a situação, mas S. Ex.^a teria saído para almoçar.

Conhecendo a Administração, as repartições públicas, estou a par desses truques. Quando alguém não quer receber uma pessoa que lhe pareça incômoda, assim procede. Fiz-me de crédulo e aceitei, por duas vezes, as desculpas do Sr. Nelson Maculan.

Tenho certeza do empenho de V. Ex.^a, Senador Arthur Virgílio, amazonense como eu, em servir àquela região, porém, considero que o problema do moinho não é a solução.

Atenderia à Capital e não a todo o Estado. O Interior, nobre colega, há anos não recebe sequer um grão de café do I.B.C.

É uma solução aparentemente boa, para atender o seu veemente apelo. O Sr. Nelson Maculan, através de sua rede de assessores, estaria apresentando uma solução que a ele poderia parecer boa, mas, nós, amazonenses e conhecedores do problema, sabemos que não resolve. O café torrado seria bom para a Capital, mas para o interior, servido por embarcações moresas, não.

O Sr. Arthur Virgílio — Então, deve-se buscar outra solução, que não possibilite o desvio do café.

O SR. EDMUNDO LEVI — Uma solução para se evitar o contrabando e o desvio planejado aí dentro. V. Ex.^a talvez ignore que quando o navio que conduz o café para Manaus não erra a rota, os aviões despejam dez, doze ou quinze indivíduos de outras praças que vão para lá fazer a "mágica" do desaparecimento do produto. Ali está o pessoal do Instituto a quem é entregue o produto, mas sabemos que muitos moinhos legalizados não têm o café.

A solução honesta seria o nobre Senador Nelson Maculan deslocar-se até a capital amazonense e entender-se com as autoridades governamentais e órgãos de classe. S. Ex.^a deve ter recebido um telegrama convidando-o a ir a Manaus verificar *in loco* o problema e buscar uma solução conjunta para situação tão grave.

O Sr. Arthur Virgílio — Soube que a situação no Amapá, por um representante daquele território, é igual à do Amazonas. Atinge igualmente inúmeros Municípios no interior do Pará onde também há falta de café.

O SR. EDMUNDO LEVI — Exatamente.

O Sr. Arthur Virgílio — A tentação do preço que o contrabando paga, em face do preço oficial do café, faz, com que haja esse desvio, esse descaminho do destino que deveria ter. Quando solicitei uma comissão de inquérito na Legislatura passada, como Deputado Federal, para investigar o problema, fui a Manaus. Consegui apurar que o café enviado àquela altura para o nosso Estado, entrava em Manaus, mas vinha como se fosse destinado a comerciantes de Santarém, em tal volume que, por exemplo, Paratins teria recebido café para cinquenta anos. Óbidos, para cem. Assim, aqueles Municípios receberam ficticiamente cotas fabulosas de café. A tentação do preço do contrabando, repito, faz com que ocorra esta situação. O café chega, mas sai outra vez por intermédio das cotas distribuídas. É problema complexo e difícil. A meu ver a distribuição através de Cooperativas e Associações Rurais talvez desse algum resultado no coibir esse descaminho e em Manaus a solução seria a instalação de um moinho.

O SR. EDMUNDO LEVI — Conheço este aspecto da Comissão Parlamentar de Inquérito a que V. Ex.^a se refere. Vi dados estatísticos, inclusive de algumas firmas, tidas como sendo da Amazônia, ou portos de desembarque, de milhares e milhares de café que nem existem, firmas que se recebessem café dariam para abastecer o Amazonas durante alguns anos, mas tudo foi fictício.

Por isso mesmo, disse a V. Ex.^a que quando um navio erra a sua rota e entra no Amazonas, desembarca logo um verdadeiro chorralho de indivíduos do Pará e de outros Estados, que lá têm seus fictícios moinhos a fim de entrar em entendimento

com o IBC e receber suas falsas ou pretensas cotas. Mas isto é feito pelo IBC. Recebem porque estão inscritos.

Enquanto isso um homem do interior da Amazônia gasta um dinheirão para provar a sua condição de seringaísta e comerciante, embora tradicional no Amazonas — e, no final de contas, tem a sua pretensão indefinida — como aconteceu com um seringaísta comerciante do Juruá, que gastou Cr\$ 40.000,00 em documentos para provar essa sua condição. E ao fim teve seu pedido recusado. Esses outros indivíduos, que têm a sua quota garantida quando um navio aporta, descem como que de pára-quedas em Manaus e açambarcam o café. Por que isto? Reforça-se a minha tese de que isto ocorre devido à falta de competência dos homens do Instituto Brasileiro do Café. É um dificultado a entrega do café ao comerciante tradicional do Amazonas e facilmente concede quotas a indivíduos que chegam no dia exato em que o navio aporta para recebê-las.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio — Há poucos dias estive em Manaus com um Oficial que trabalha naquela autarquia. Esse oficial apresentou um relatório que é um verdadeiro libelo a respeito do que vinha ocorrendo naquela região. Esse relatório, que já provocou inclusive a demissão de funcionários que atuavam naquela área, acusa ainda autoridades que participaram do contrabando de café. Esse expediente já foi encaminhado ao Ministério da Justiça, que vai determinar providências por intermédio das Forças Armadas, no sentido de coibir o que vem ocorrendo com o café em Manaus e que foi verificado e apurado por esse oficial, conforme dados estabelecidos que apresentei.

O SR. EDMUNDO LEVI — Esses fatos a que V. Ex.^a se refere, inclusive na Comissão de Inquérito, comprovam a participação de elementos que conhecemos. Não faço acusação a a ou b, não é do meu feito, mas esta questão do contrabando do café já existe há uns oito anos, é quase uma tradição. De qualquer maneira V. Ex.^a deu informação muito agradável que veio demonstrar certo interesse do Senador Nelson Maculan em atender os apelos que lhe são formulados.

Continuo acreditando na boa vontade e na sincera intenção do nobre Senador Nelson Maculan em resolver os problemas da Amazônia. Entretanto, quero frisar, tentei várias vezes e não consegui conversar com S. Ex.^a a respeito do assunto. Tantas vezes insisti que um dos Oficiais de seu Gabinete — pelo telefone — me sugeriu que eu obtivesse um pronunciamento do Governador. Disse-lhe então que a palavra que pretendo transmitir é a do próprio Governador, com quem conversei, mas isso não impede que eu traga um pronunciamento de S. Ex.^a. Conversei com o Governador e S. Ex.^a passou um telegrama ao Sr. Nelson Maculan pedindo que comparecesse a Manaus a fim de estudar o problema e encontrar a solução necessária. Até hoje o Sr. Nelson Maculan nem ao menos respondeu o telegrama do Governador.

V. Ex.^a, que embora eu continue dando crédito ao Sr. Nelson Maculan, alguma coisa acontece que o prende e impede de tomar providências mais profundas para uma solução definitiva.

O problema é certo, não podemos resolvê-lo todo por nós mesmos; te-

nos de confiar em alguma coisa mais. Mas é problema de tal gravidade que cabe aos homens responsáveis pelos destinos do IBC estudá-lo, porque de âmbito nacional. V. Ex.^a mesmo se referiu há pouco... Além está perfeitamente abastecida de café. Alguns municípios não o estão porque não há interesse. Mas o Amazonas e o mapa, regiões capazes de facilitar o comércio, continuam sofrendo a ação nefasta dos contrabandistas, mancomunados com autoridades do IBC. De maneira que, nobre Senador Arthur Virgílio, as explicações de V. Ex.^a muito me honram e corroboram a defesa que todos fazemos — V. Ex.^a, o Senador Vivaldo Lima e o orador — dos interesses do Amazonas. Confiar, todavia, o que disse: há realmente alguma coisa, dentro do IBC que concorre para essa situação de alarmidade que observamos na Amazônia, relativamente ao café. Espaço que o Senador Nelson Maculan avisado por V. Ex.^a, Senador Arthur Virgílio, avisado por mim, avisado por todos nós que temos interesse nas coisas da Amazônia encontre uma solução e atenda ao próprio convite do Governador, para que vá estudar, in loco, as ocorrências, e não se fie apenas nas informações do seu estado maior, para uma solução aparentemente boa, mas que, na realidade, não tem profundidade. As soluções de emergência não atendem aos reclamos da população da Amazônia.

Tenho a certeza de que V. Ex.^a, como o Senador Vivaldo Lima e outras pessoas, todos desejamos não só o bem do Amazonas, como a moralização administrativa do Brasil.

Todos nós — e nobre Senador Vivaldo Lima, V. Ex.^a e eu — poderemos, unindo nossas vozes, conjugar as nossas forças, concorrer para que o IBC deixe de ser esse cancro de imoralidade e possa merecer o respeito da opinião pública.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do Auditor). V. Ex.^a não ignora que a licença concedida ao nobre Senador Nelson Maculan para investigar na Presidência do Instituto Brasileiro do Café, provocou amplos e calorosos debates nesta Casa. Não obstante a inconstitucionalidade arrolada, o próprio dele me permitiu para, sem prejuízo do seu mandato, ocupar aquela alta investidura. Concomitante ao meu voto para a concessão da licença. Devo, naturalmente, uma vez que me asturava o ilustre então indicando que era um homem perfeitamente capaz de toda a vida de política nacional, e que estaria em condições de reformular a orientação, até então dada ao assunto do café entre nós. Sobretudo, saberia como extinguir a prática do contrabando que, naquela época, segundo tínhamos conhecimento, campeava livremente.

O Senador Nelson Maculan, portanto, para lá foi com o voto do Senado e a garantia de que o seu mandato estaria à sua disposição tão logo se desincumbisse das suas tarefas naquele Instituto. V. Ex.^a está versando um problema que é corrente na tribuna desta ilustre Casa. Mas o diálogo está-se mantendo apenas entre homens do Amazonas: V. Ex.^a, o Senador Arthur Virgílio e agora eu que me interessei também, para dar-lhe também o meu voto.

O Sr. EDMUNDO LEVY — V. Ex.^a valoriza a concessão.

O Sr. Vivaldo Lima — Muito obrigado a V. Ex.^a É preciso, na verdade pôr o olho ao contrabando, que está prejudicando a população. Esta não se vê atendida na sua necessidade quanto a esse alimento, necessário ao próprio espírito. O café na xícara é saboreado em toda parte do Brasil, como os fumantes o fazem com seu cigarro, com seu charuto ou com sua cachimbo. O café é necessidade, pode-se dizer, de primei-

ra, na mesa e nas casas que se destinam ao negócios de bebidas e de lanches. Mas a Amazônia, em particular, está sendo cruelmente sacrificada, face à política do Instituto Brasileiro do Café. A pretensão de contrabando não se fornece mais nada.

O Sr. EDMUNDO LEVY — Exato.

O Sr. Vivaldo Lima — Existe um verdadeiro rumo cristalizado para se impor que se atenda aquelas que solicitam uma cota do produto. Deu-lhe meu testemunho também, porque pela primeira vez patrocinei causa de seringalista que batia à porta da representação amazônica do Instituto e nada conseguia. As exigências eram incríveis para que se pudesse receber até uma cota mínima.

Conversei, na minha viagem última ao Amazonas, com o delegado da repressão ao contrabando, e verifiquei, realmente, que está no firme propósito de cobrir a transação ilícita do produto. E quem está neste propósito só pode receber apoio de quem vive de altos propósitos na vida pública. Mas apenas ponderei quanto às dificuldades impostas por exigência do próprio Instituto quanto à apresentação de documentos autênticos de propriedade, em relação ao seringalista. Essas exigências estão realmente criando dificuldades. Muitos até desistem de pleitear suas cotas e, desistindo, vão procurar os contrabandistas, os que têm café, os que tem a saca, os que podem obter folgadoamente a sua cota.

O Sr. EDMUNDO LEVY — Os preços em vigor, com isto, parecem até caso pensado para favorecer os contrabandistas.

O Sr. Vivaldo Lima — É pelo menos, na palavra de V. Ex.^a, uma espécie de arma para assim sujeitar os pobres pobres seringalistas a enfrentar, como necessidade orgânica, o alto custo do café naquela região. O que é preciso — e o nobre Senador Nelson Maculan se prontificava a fazer — para dar uma solução ao caso e o seguinte: não seria possível, não é possível, não será possível acabar com o contrabando no Brasil.

Então ter-se-á uma arma muito interessante, que evitara os contrabandistas extremarem sua ação com a impiedade, o desembargo e a desmoldura presentes, apesar de toda a fiscalização: seria apenas titular, multiplicar o grão do café, quebrá-lo bastante, contanto que não pudessem servir para exportação. Assim, dizia o Senador Nelson Maculan ter-se-ia a possibilidade de atender largamente e até generosamente às necessidades de café para todo o "hinterland" da Amazônia, sem mais os riscos do contrabando e conseqüentemente da exportação para os países que mantêm fronteiras com aquela região. Achava esta solução muito prática. Com o grão do café subdividido, ninguém o compraria, simplesmente porque não se saberia qual a qualidade nem o tipo do produto.

O Sr. EDMUNDO LEVY — A argumentação.

O Sr. Vivaldo Lima — Exato. O termo me faltava. Ele estava convicido de que, adotada esta solução, a Amazônia teria café largamente; não haveria mais exportação nem contrabando. Assim, nós da Amazônia, mediante a sua indicação para o Instituto Brasileiro do Café, encontraríamos, através das suas providências, a solução.

O Sr. EDMUNDO LEVY — Nobre Senador Vivaldo Lima, a sua honrosa interferência chamou-me a atenção, e melhor, obrigou-me a ferir um ponto pelo qual iria passar. Não vou, absolutamente, fazer comentários a respeito do fato. Quero dizer a V. Ex.^a, que a nomeação do Sr. Senador Nelson Maculan para Presidente do Instituto Brasileiro do Café levantou, naturalmente, ondas e discussões, in-

clusive aqui dentro. Possivelmente partiria como V. Ex.^a votou — politicamente, principalmente, por uma coisa: porque estava certo de que um homem da envergadura do Sr. Senador Nelson Maculan não iria descer da sua cadeira de Senador para ocupar-se em posição subalterna a um Ministro do Estado, a não ser com o alto propósito de servir sua Pátria.

O Sr. Vivaldo Lima — Exato.

O Sr. EDMUNDO LEVY — De maneira que, por isso, disse aqui e repito: continuo a acreditar que S. Ex.^a, o Sr. Senador Nelson Maculan tem realmente o propósito sadio de encontrar uma solução que agabe com o cancro que corrói o I.B.C.

Por isso, torno a formular um apêlo, para que S. Ex.^a vá à Abazônia e veja o que se passa. Não assim, eu não estaria formulando apêlo, mas em combate veemente, e muita contra o Sr. Senador Nelson Maculan, porque é meu propósito, no Senado, apenas defender os interesses do meu Estado, dentro do Brasil.

Por conseguinte, a nomeação do Sr. Senador Nelson Maculan é para mim uma certeza, uma segurança de que, dentro de pouco tempo, ele dará a solução necessária e reclamada ao problema do abastecimento do café no Amazonas. Tenho certeza disso e por esta razão repito e reformulo meu apêlo para que S. Ex.^a, encontre, o quanto antes, tal solução. O povo do Amazonas não pode continuar a sofrer; o problema do contrabando do I. B. C. e não do povo. O Instituto é que tem de encontrar medidas para resolvê-lo, mas sem sacrificar a população, sem submetê-la a dificuldades, como está fazendo.

Dai, Sr. Senador Vivaldo Lima, agradaço a sua interferência honrosa, que vem reforçar minha exposição e credenciar-me ainda mais a apelar novamente para que o Sr. Senador Nelson Maculan vá ao Amazonas e busque a solução, estudando o que se passa, as condições locais, a fim de que a solução não seja meramente teórica, paliativa. Queremos solução definitiva, para que o povo realmente saiba que os homens da República não estão nos altos postos apenas para gozo ou fruição de vantagens pessoais mas, sobretudo, para dirigi-la honestamente, decentemente, como aos seus altos destinos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE: Sobre a mesa requerimento de informações que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 21, de 1964

Senhor Presidente: Requeiro, regimentalmente, se officie ao Senhor Ministro das Relações para que informe, dos motivos determinantes, do não reatamento de relações comerciais e diplomáticas, com a China Continental.

Justificação

A França vem de reatar relações com a China de Pequim, Portugal e Espanha, anunciam para breve essa disposição o Vaticano admite a inclusão da China na O. N. O. São 700 milhões de habitantes, um terço da população mundial que vive na China, e que o Brasil não pode continuar ignorando.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1964. — Arrão Stehruck.

O SR. PRESIDENTE: O requerimento que acaba de ser lido não depende de aplauso, discussão e deliberação do Plenário. Será, de-

pois, de publicado, despachado pela Presidência.

COMPARECEM MAIS OS SENADORES SENADORES: Sebastião Archer. — Joaquim Parente. — Sigefredo Pacheco. — Antonio Juck. — Dix-Luit Rebaso. — Dinarte Mariz. — João Agripino. — Jefferson de Aguiar. — Arrão Stehruck. — Vaccencios Têrris. — Alvaro Arnnes. — Filinto Müller. — Alvaro Braga. (12).

O SR. PRESIDENTE: A palavra está facultada aos Srs. Senadores. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra nem *quorum* para deliberar sobre a matéria constante da Ordem do Dia, toda ela em fase de votação, vou encerrar os trabalhos, designando para a próxima sessão a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 2 de março de 1964

Segunda-feira

Votação

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1963 (n.º 23-A-3, na Casa de origem) que aprova o Acórdão Básico de Cooperativa Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e Israel, concluído em Recife, em 12 de março de 1962, tendo Pareceres favoráveis sob números 759, 800, 801 e 802, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; de Educação e Cultura e de Finanças.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1960, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prefeitura "Alto Solimões", tendo Parecer nº 855, de 1963, da Comissão de Redação, e Parecer de redação de vencido em 1º turno.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 7-A, de 1963, na Casa de origem) que aprova a Convenção Única sobre Entenhamentos, assinada em Nova York, a 30 de março de 1961, tendo Pareceres, sob ns. 805 a 808, de 1963, das Comissões de: Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; Relações Exteriores, favorável e Saúde, favorável.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1963 (n.º 3.408-B-61, na Casa de origem), que reverte ao serviço Ativo do Exército, Tenente Coronel Rubens Ribelro dos Santos, e dá outras providências tendo Pareceres favoráveis sob os ns. 824 e 885, de 1963 das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.205, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Arthur Virgílio (Líder do PTB), Barros Carvalho (Líder da Maioria) e Lino de Mattos (Líder do Bloco das Pequenas Representações) solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1963 que concede amnistia aos membros da Força Policial do Rio Grande do Norte.

Votação, em primeiro turno, de Projeto de Lei do Senado, nº 83, de

... a autoria do Senhor Senador A. Ar Virelli que dispõe sobre indenização a ser concedida, em caso de... do contrato de trabalho sem justa causa, antes do empregado... o período de doze meses de... e as outras providências, tendo pareceres sob os ns. 743 e 744, de 23, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com a... a Lei que oferece de n.º 1-CJ, e de... a favorável ao projeto e à... da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1963 (n.º 5-B, de 1963 - Câmara), que aprova os textos da Convenção... a proteção dos trabalhadores contra radiações ionizantes, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, e da convenção para revisão parcial das Convenções adotadas pela mesma Conferência, tendo

Pareceres favoráveis, sob números 842, 843, 844 e 845, de 1963, das Comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Relações Exteriores; e
- de Saúde.

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1964, em que o Senhor Vasconcelos Torres solicita transcrição nos Anais do Senado da carta pela qual o Senhor Presidente da República convidou o Presidente da República Francesa para visitar o Brasil, e da respectiva resposta.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3, de 1964, pelo qual os Senhores Senadores Vasconcelos Torres (Líder da Maioria em exercício), Sigefredo Pacheco (Líder do PSD) em exercício e Aurélio Vianna (Líder do Bloco das Pequenas Representações em exercício) solicitam urgência nos termos do artigo 326, n.º 5-C, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1963, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e em Agronomia.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, nº 137, de 1963 de autoria do Senhor Senador Martins Júnior que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorati-

vos do centenário da Associação Comercial do Pará, tendo pareceres favoráveis sob os ns. 758 e 759 de 1963 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1964, de autoria da Comissão Diretora, que apresenta a Taquígrafa-Revisora, Alcinda Privelino, no cargo de Diretora PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21 de 1963, originário da Câmara dos Deputados (n.º 167-A-62, na Casa de origem) que aprova o texto do Acordo que institui o Centro Latino-Americano de Física, assinado pelo Brasil e vários países, no Rio de Janeiro, a 26 de março de 1962, tendo pareceres favoráveis sob ns.: 819, 820, 821 e 822, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores e de Finanças.

13

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição nos Anais do Senado da declaração feita pelo General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., em caráter oficial e publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

14

Votação, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1964, pelo qual o Senhor Senador Melo Braga solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do General Albino Silva, Presidente da Petrobrás S.A., publicada em 25 de janeiro do ano em curso.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor-Geral

PORTARIA Nº 13-64, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1964

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Pinto Carneiro Lacerda, Assessor Legislativo, PL-3, Eurigo da Costa Ma-

cedo, Oficial Legislativo PL-3 e José Celestino Pessoa, Chefe do Serviço de Transportes, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, constituírem uma Comissão de Sindicância incumbida de apurar as causas do acidente verificado, em 26 de fevereiro de 1964 com o carro do Senado Federal chapa nº 187, a serviço deste Gabinete.

Secretaria do Senado Federal em 27 de fevereiro de 1964 - Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral concedeu férias relativas ao exercício de 1963 aos seguintes funcionários:

- Francisco das Chagas Pompeu Fortuna, Auxiliar de Portaria, PL-10, a partir de 15 de janeiro de 1964. (DP - 492-63);

- Marília Távora, Oficial Legislativo, PL-6, a partir de 15 de janeiro de 1964. (DP - 26-64);

- Micio dos Santos Andrade, Diretor, PL-1, a partir de 15 de janeiro de 1964. (DP - 511-63);

- Emmanuel Novaes, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 17 de janeiro de 1964. (DP - 52-64);

- Jairo Brasileiro da Costa, Ajudante de Almoxarife, PL-7, a partir de 20 de janeiro de 1964 (DP-104-64);

- Ubaldo Gonçalves, Auxiliar de Portaria, PL-10, a partir de 30 de janeiro de 1964. (DP - 94-64);

- Bertino Lascosck Eilva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a partir de 1 de fevereiro de 1964. (DP - 99-64);

- Anselmo Nogueira Macieira, Assessor Legislativo, PL-3, a partir de 17 de fevereiro de 1964. (DP - 118-64);

- Oswaldo Sampaio, Ajudante de Portaria, PL-7, a partir de 17 de fevereiro de 1964. (DP - 110-64);

- Lydia das Dores Matta, Enfermeira, PL-7, a partir de 24 de fevereiro de 1964 (DP - 29-64);

Concedeu ainda, a Felipe Gomes, Ajudante de Administrador, PL-6, férias referentes ao exercício de 1962, a partir de 12 de fevereiro de 1964. (Proc. DP - 39-64).

Abonou, de acordo com os artigos 160, item 11 e 302 do Regulamento da Secretaria, as faltas relativas ao mês de janeiro de 1964, aos seguintes funcionários:

- de Myriam Gurião Mello, Oficial Bibliotecária, PL-3, nos dias 8, 9 e 10;

- de Elza Freitas Portal e Silva, Redatora de Anais e Documentos Parlamentares, PL-3, no dia 15;

- de Francisco de Assis Ribeiro Oficial Legislativo, PL-7, no dia 15;

- de Francisco Olímpio Gomes, Auxiliar de Portaria, PL-8, nos dias 15 e 16;

- de Niron Siqueira da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 15;

- de Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3, no dia 17;

- de Dalva Ribeiro Vianna, Taquígrafa-Revisora, PL-2, no dia 17;

- de Elsieta Leiria Coelho Campos da Paz, Oficial Bibliotecária, PL-6, no dia 17;

- de Maria José Miranda de Siqueira Lima, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 17;

- de José Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 20;

- de Serafim de Oliveira, Taquígrafo de Debates, PL-4, nos dias 15, 16 e 17;

- de Vtal Martins Ferreira Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-3, nos dias 15 e 20;

- de Léa Augusta da Silveira Lobo Rodrigues de Castro, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 22;

- de Ubaldo Gonçalves, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 22;

- de Maria Eliza Nogueira, Oficial Bibliotecária, PL-6, nos dias 23 e 30;

- de Paulo Lisboa Barbosa, Oficial Legislativo, PL-3, no dia 23;

- de Ronaldo Ferreira Dias, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 23 e 31;

- de Mary de Faria Albuquerque, Oficial de Legislativo, PL-7, no dia 28;

- de Helena Brown, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 29;

- de Gerardo Lima Aguiar, Oficial Legislativo, PL-8, no dia 30;

- de Iracema da Costa de Castro, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 30;

- de Sylvia Minazi Mantovani, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 20 e 30;

- de Gelda Lyra do Nascimento, Taquígrafo de Debates, PL-4, no dia 31;

- de Rubem Patú Trezena, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 15 e 31;

- de Sebastião Nogueiro, Taquígrafo de Debates, PL-4, no dia 31;

- de Maria de Lourdes Veiga, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 25, 30 e 31 (Republica-se por ter saído com incorreções no DCN de 6 de setembro de 1963).

Diretoria do Pessoal, em 24 de fevereiro de 1964. - Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

COMISSÕES PERMANENTES

AGRICULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Eugênio Barros (Vice-Presidente)	PSD	1. Attilio Fontana
José Feliciano	PSD	2. Pedro Ludovico
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Vago
Raul Gubert	PTB	3. Vago
Lopes da Costa	JDN	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	JDN	2. João Agripino

(Em 12 de dezembro de 1963)

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, José Ney Passos Dantas
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

Nota: Vaga a Presidência.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (11 membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Jefferson de Aguiar	PSD	1. Menezes Pimentel	
Ruy Carneiro	PSD	2. Leite Neto	
Lobão da Silveira	PSD	3. Benedito Valladares	
Wilson Gonçalves (Vice-Presidente)	PSD	4. Aarão Steinbruch	
Josaphat Marinho	PSD	5. Heribaldo Vieira	
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	1. Arg. Figueiredo — Melo Braga	
Bezerra Neto	PTB	2. Silvio Pericles	
Artur Virgílio	PTB	3. Edmundo Levi	
Aloysio de Carvalho	JDN	1. Afonso Arinos	
Eurico Rezende	UDN	2. Daniel Krieger	
Milton Campos (Presidente)	UDN	3. João Agripino	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Ronaldo Ferreira Dias.
Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas

Titulares	Diretora
Auro Moura Andrade — Pres.	PSD
Camilo Nogueira da Gama	PTB
Rui Palmeira	UDN
Gerberto Marinho	PSD
Adalberto Sena	PTB
Antônio Pinheiro	PTB
Joaquim Parente	UDN
Luís Mondim	PSD
Zacarias Torres	PTB

Secretário: Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.
Reuniões: Quarta-feiras às 10 horas.

DISTRITO FEDERAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel	PSD	1. Filinto Muller
Pedro Ludovico (Vice-Pres.)	PSD	2. Eugênio Barros
Lino de Matos (Presidente)	PSD	3. Heribaldo Vieira
Oscar Passos	PTB	1. Aarão Steinbruch
Dix-Huit Rosado	PTB	2. Antônio Juca
Dinarte Mariz	JDN	1. Lopes da Costa
Eurico Rezende	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiros dos Santos
Reuniões: Quintas-feiras às 10 horas.

ECONOMIA (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Filinto Muller (Presidente)	PSD	1. Jefferson de Aguiar
Eugênio Barros	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Attilio Fontana	PSD	3. Sebastião Archer
José Guimard	PSD	4. Josaphat Marinho
José Ermirio (Vice-pres.)	PTB	1. Oscar Passos
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Bezerra Neto
Júlio Leite	PTB	3. Melo Braga
Adolpho Franco	UDN	1. José Cândido
Lopes da Costa	UDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Menezes Pimentel (Pres.)	PSD	1. Benedito Valladares
Walfredo Gurgel	PSD	2. Sigefredo Pacheco
Pessoa de Queiroz	PTB	1. Vago
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Vago
Antônio Carlos	UDN	1. Adolpho Franco
Pedro Calazans (Vice-Pres.)	UDN	2. Milton Campos
Mem de Sá	UDN	3. Arnon de Melo

Secretária: Oficial Legislativo, PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quarta-feiras às 15:00 horas.

FINANÇAS (15 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
Victorino Freire	PSD	1. José Guimard	
Lobão da Silveira	PSD	2. Eugênio Barros	
Sigefredo Pacheco	PSD	3. Menezes Pimentel	
Wilson Gonçalves	PSD	4. Attilio Fontana	
Leite Neto	PSD	5. Pedro Ludovico	
Arg. de Figueiredo (Pres.)	PTB	1. Nelson Maculan (licenciado)	
Bezerra Neto	PTB	2. Lino de Matos	
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Amaurly Silva (licenciado)	
Pessoa de Queiroz	PTB	4. Aurelio Vianna	1 Ed. Levi
Jose Ermirio	PTB	5. Antônio Juca	2 Melo B. Braga
Daniel Krieger (Vice Pres.)	UDN	1. Adolpho Franco	
Dinarte Mariz	UDN	2. Eurico Rezende	
Irineu Boanhausen	JDN	3. João Agripino	
Lopes da Costa	JDN	4. Milton Campos	
Mem de Sá	PL	1. Aloysio de Carvalho	

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Cid Brugger.
Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL (9 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Ruy Carneiro (Vice-Pres.)	PSD	1. Leite Neto
Walfredo Gurgel	PSD	2. Lobão da Silveira
José Guimard	PSD	3. Eugênio Barros
Raul Gubert	PSD	4. Júlio Leite
Vivaldo Lima (Pres.)	PTB	1. Aurelio Vianna
Amaurly Silva (licenciado)	PTB	2. Pessoa de Queiroz
Heribaldo Vieira	UDN	3. Antônio Juca
Eurico Rezende	JDN	1. Lopes da Costa
Antônio Carlos	JDN	2. Zacarias de Assumpção

Secretária Oficial Legislativo PL-7, Vera de Alvarenga Mafra.
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

POLIGONO DAS SÉCAS (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Wilson Gonçalves	PSD	1. Sigefredo Pacheco
Ruy Carneiro (Pres.)	PSD	2. Leite Neto
Dix-Huit Rosado	PTB	3. Argemiro de Figueiredo
Heribaldo Vieira	PTB	1. Arnon de Melo
José Cândido	UDN	5. Júlio Leite
Aurelio Vianna (Vice-Pres.)	PTB	1. João Agripino
Dinarte Mariz	UDN	2. Lopes da Costa

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-9, José Ney Passos Dantas
Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

REDAÇÃO (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Walfredo Gurgel	PSD	1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer	PSD	2. José Feliciano
Dix-Huit Rosado (Pres.)	PTB	1. Heribaldo Vieira
Padre Calazans (Vice-Pres.)	UDN	1. João Agripino
Júlio Leite	UDN	2. Josaphat Marinho

Secretária: Oficial Legislativo, PL-8, Sarah Abranão.
Reuniões: Terças-feiras às 16:00 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES (11 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Benedito Valladares	PSD	1. Menezes Pimentel
Filinto Muller	PSD	2. Ruy Carneiro
Jefferson de Aguiar (Pres.)	PSD	3. José Guimard
Aarão Steinbruch	PSD	4. Victorino Freire
Pessoa de Queiroz (Vice-Pres.)	PTB	1. Argemiro de Figueiredo
Vivaldo Lima	PTB	2. Antônio Jusá
Oscar Passos	PTB	3. Vago
Antônio Carlos	JDN	1. Daniel Krieger
José Cândido	JDN	2. Eurico Rezende
Padre Calazans	JDN	3. João Agripino
Arnon de Melo	JDN	4. Mem de Sá

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SAÚDE (5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Pedro Ludovico	PSD	1. Eugênio Barros
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Walfredo Gurgel
Dix-Huit Rosado (Vice-Pres.)	PTB	1. Antônio Juca
Lopes da Costa (Presidente)	UDN	1. Dinarte Mariz
Miguel Couto	PSD	1. Raul Gubert

Secretário: Auxiliar Legislativo PL-10, Eduardo Rul Barbosa.
Reuniões: Quintas-feiras às 15:00 horas.

SEGURANÇA NACIONAL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
José Guomard	PSD	1. Ruy Carneiro
Victorino Freire	PSD	2. Atílio Fontana
Oscar Passos	PTB	1. Dix-Huit Rosado
Silvestre Péricles (vice-res.)	PTB	2. Vago
Irineu Bornhausen	UDN	1. Adolpho Franco
Zarcarias de Assumpção (Pres.)	UDN	2. Eunice Rezende
Raul Giuberti	PSP	1. Miguel Couto

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quintas-feiras às 17.00 horas.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL (7 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes
Leite Neto (Vice-Pres.)	PSD	1. Victorino Freire
Sigefredo Pacheco	PSD	2. Benedito Valladares
Silvestre Péricles (Pres.)	PTB	1. Edmundo Levi
Nelson Maculan (licenciado)	PTB	2. Antônio Jucá
Antônio Carlos	UDN	1. Dinarte Mariz
Padre Calazans	UDN	2. Lopes Costa
Aloysio de Carvalho	PL	1. Mem de Sá

Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-9, J. Ney Passos Dantos.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 Membros)

Titulares	Partidos	Suplentes	Substitutos
José Feliciano (Pres.)	PSD	1. Jefferson de Aguiar	
Sebastião Archer	PSD	2. Filinto Müller	
Bezerra Neto	PTB	1. Silvestre Péricles	
Lino de Matos	PTB	2. Miguel Couto	
Irineu Bornhausen (Vice-Pres.)	UDN	1. Zarcarias de Assumpção	

Secretário: Oficial Legislativo, PL-8, Alexandre Pfaender.
Reuniões: Quartas-feiras às 16.00 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 469-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1952.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 723-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63, do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 11 de agosto de 1963. Designada em 26 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 (90 dias) em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.
Arthur Virgílio — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Eunice Rezende (Vice-Presidente) — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 8 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161, de 1963, do Sr. Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Secretária: Oficial Legislativo, PL-3, Julieta Ribeiro dos Santos.

B) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963. Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Sr.

Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 2ªs e 4ªs feiras às 14 horas.

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.

Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

Reuniões: 5ªs feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermirio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63, do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — UDN.
Júlio Leite — PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Melo.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 768-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº

1.158-63, do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antônio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves — PSD.
Leite Neto — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
João Agripino — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias — UDN.
Doutel de Andrade — PTB.
Arnaldo Cerdeira — PSP.
Juarez Távora — PDC.
Ewaldo Pinto — MTR.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

I) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento-779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63, apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) — UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) — PSD.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Afonso Celso — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) — PL.

Mem de Sá — PL.

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1951.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 307-61, apr. em 14 de dezembro de 1961;
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) — PTB.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) — Relator — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO, POR PROPOSTA DO SENADO, DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 608-61, aprovado em 14 de janeiro de 1961;
— até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;
— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) — Relator — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

— até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Filinto Müller — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63, aprovado em 10 de outubro de 1963.
Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963.

Membros (16) — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — S. leg.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) — PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62, aprovada em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos
Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PS.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.

Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna (23 de abril de 1963) — Relator — PSB.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUIÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Eleita em 23 de maio de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 786-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira Vice-Presidente — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — Relator — UDN.

Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — Presidente — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Q) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

(AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 — ATO ADICIONAL).

Eleita em 10 de julho de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 787-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PS.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.

Menezes Pimentel — PSD.
Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.

João Agripino (23 de abril de 1963) — UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pericles (23 de abril de 1963) — PTB.

Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.

Mem de Sá — PL.
Aarão Steinbruch — MTR.

R) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ANTECIPAÇÃO DOS ESTADOS QUANTO DO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Eleita em 13 de setembro de 1962.
Prorrogada:

— até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento nº 1.147, aprovado em 12 de dezembro de 1962;

— até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.147 b, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) — PSD.

Leite Neto (23 de abril de 1963) — PSD.
Menezes Pimentel — Presidente

Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.

Josaphat Marinho (23 de abril de 1963) — Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.

Barros Carvalho — PTB.
Mem de Sá — PL.
Miguel Couto (23 de abril de 1963) — PSP.

S) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Eleita em 13.9.62
Prorrogada:
- até 15.12.63 pelo Requerimento 790-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Lobão da Silveira - Relator - PSD
 - Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Milton Campos - UDN
 - Heribaldo Vieira - UDN
 - Josaphat Marinho - (23.4.63) - UDN
 - Daniel Krieger - UDN
 - Eurico Rezende - (23.4.63) - Vice-Presidente - UDN
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira (23.4.63) - Presidente - PTB
 - Nogueira da Gama - PTB
 - Barras Carvalho - PTB
 - Mem de Sá - PL
 - Júlio Leite (23.4.63) - PR

T) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

(REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUÍO O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 18 DE SETEMBRO DE 1946).

Eleita em 6.12.62.
Prorrogada:
- até 15.12.63 pelo Requerimento 791-62, aprovado em 12.12.62;
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63, aprovada em 10.12.63.
Completada em 23.4.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Pedro Ludovico - PSD
 - Wilson Gonçalves (23.4.63) - PSD
 - Benedito Valladares - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Milton Campos - UDN
 - Heribaldo Vieira - UDN
 - Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 - Daniel Krieger - UDN
 - João Agripino (23.4.63) - UDN
 - Amaurly Silva (23.4.63) - PTB
 - Nogueira da Gama - PTB
 - Barras Carvalho - PTB
 - Mem de Sá - PL
 - Raul Giuberti - PSP

U) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDUSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Lobão da Silveira - PSD
 - Wilson Gonçalves - Relator - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Leite Neto - PSD
 - Amaurly Silva - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 - Silvestre Péricles - PTB
 - Adalberto Sena - PTB
 - Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 - Milton Campos - UDN
 - João Agripino - UDN
 - Aloysio de Carvalho - PL
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda

Silvestre Péricles - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Milton Campos - UDN
Daniel Krieger - UDN
Josaphat Marinho - Sem Legenda
Aloysio de Carvalho - PL

V) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designados em 23.4.63
Prorrogada:
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - Presidente - PSD
 - Lobão da Silveira - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD
 - Amaurly Silva - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 - Silvestre Péricles - PTB
 - Artur Virgílio - PTB
 - Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 - Milton Campos - Relator - UDN
 - João Agripino - UDN
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda
 - Aloysio de Carvalho - PL

W) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Designada em 2.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Lobão da Silveira - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Leite Neto - PSD
 - Amaurly Silva - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 - Vaga do Senador Eduardo Catalão (Vice-Presidente) - PTB
 - Vaga do Senador Eduardo Assmar - PTB
 - Eurico Rezende - Presidente - UDN
 - Milton Campos - UDN
 - Daniel Krieger - UDN
 - Aloysio de Carvalho - PL
 - Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

X) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 20.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Lobão da Silveira - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Leite Neto - PSD
 - Amaurly Silva - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB
 - Silvestre Péricles - PTB
 - Adalberto Sena - PTB
 - Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
 - Milton Campos - UDN
 - João Agripino - UDN
 - Aloysio de Carvalho - PL
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda

Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Lobão da Silveira - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - Menezes Pimentel - PSD
 - Leite Neto - PSD
 - Amaurly Silva - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Vaga do Senador Humberto Neder - PTB
 - Argemiro de Figueiredo - PTB
 - Eurico Rezende - UDN
 - Milton Campos - UDN
 - Daniel Krieger - UDN
 - Aloysio de Carvalho - PL
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda

Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - José Feliciano - PSD
 - Walfredo Gurgel - PSD
 - Argemiro de Figueiredo - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Silvestre Péricles - PTB
 - Edmundo Levi - PTB
 - Eurico Rezende - UDN
 - Milton Campos - UDN
 - Aloysio de Carvalho - UDN
 - Afonso Arinos - UDN
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda
 - Raul Giuberti - PSP
 - José Leite - PR

Z-1 Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - José Feliciano - PSD
 - Walfredo Gurgel - PSD
 - Argemiro de Figueiredo - PTB
 - Bezerra Neto - PTB
 - Silvestre Péricles - PTB
 - Edmundo Levi - PTB
 - Eurico Rezende - UDN
 - Milton Campos - UDN
 - Aloysio de Carvalho - PL
 - Afonso Arinos - UDN
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda
 - Júlio Leite - PR

Z-2 Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63

(AUTONOMIA DOS MUNICIPIOS)

Designada em 22.10.63
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovada em 10.12.63.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Ruy Carneiro - PSD
 - Wilson Gonçalves - PSD
 - José Feliciano - PSD
 - Lobão da Silveira - PSD

Bezerra Neto - PTB
Edmundo Levi - PTB
Argemiro de Figueiredo - PTB
Melo Braga - PTB
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
Aloysio de Carvalho - UDN
Afonso Arinos - UDN
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda
Aurélio Vianna - PTB
Júlio Leite - PR

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

CRIADAS DE ACÓRDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149, ALÍNEA A, DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1963, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores apresentada em 30 de maio de 1963.

Designada em 31 de maio de 1963
Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.
Prorrogada:
- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 656-63, do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (21 horas).
- por mais um ano, em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963.

- Membros - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Leite Neto (Presidente) - PSD
 - Nelson Maculan - PTB
 - João Agripino (Relator) - UDN
 - Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 32 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963.

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963.

- Membros (11) - Partidos
- Jefferson de Aguiar - PSD
 - Leite Neto - PSD
 - Atílio Fontana - PSD
 - Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

- Artur Virgílio - PTB
- Bezerra Neto 8.11.63 - Vice-Presidente - PTB
- Melo Braga - PTB
- João Agripino - UDN
- Daniel Krieger - UDN
- Eurico Rezende (23.4.63) - UDN
- Aurélio Vianna - PSB
- Secretário Auxiliar Legislativo, PL-9º J. Ney Passos Dantas.
- Reunidas: